



JANAILSON SANTOS DE ALMEIDA

Agronegócio e relações de sino-brasileiras: questão agrária e campesinato, Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional-SSAN e dependência

São Paulo-SP
2023

JANAILSON SANTOS DE ALMEIDA

Agronegócio e relações de sino-brasileiras: questão agrária e campesinato, Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional-SSAN e dependência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologias”.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli.

São Paulo-SP
2023

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Almeida, Janailson Santos de.

A447 Agronegócio e relações sino-brasileiras : questão agrária e
campesinato, Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional-SSAN
e dependência / Janailson Santos de Almeida. – São Paulo, 2023.
202 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Pedro Ivan Christoffoli..

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na
América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações
Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2023.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3.
Soberania alimentar – Brasil. 4. Brasil – Relações econômicas
exteriores – China. 5. Reforma agrária – Brasil. I. Título.

CDD 338.1981

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa tem potencial impacto no conhecimento sobre as questões agrárias e ambientais brasileiras e as contradições e conflitualidades presentes no campo. Além da análise crítica a respeito das relações de exportações sino-brasileiras do agronegócio. A comunidade científica e acadêmica que tenha interesse em adentrar no tema, encontrará nesta dissertação uma boa introdução das principais questões que o envolvem.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research has a potential impact on knowledge about Brazilian agrarian and environmental issues and the contradictions and conflicts present in the countryside. It also provides a critical analysis of Sino-Brazilian agribusiness export relations. The scientific and academic community interested in exploring the subject will find this dissertation a good introduction to the main issues surrounding it.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Esta investigación tiene un impacto potencial en el conocimiento de las cuestiones agrarias y medioambientales brasileñas y de las contradicciones y conflictos presentes en el campo. También proporciona un análisis crítico de las relaciones chino-brasileñas en materia de agroexportación. La comunidad científica y académica interesada en explorar el tema encontrará en esta disertación una buena introducción a las principales cuestiones que lo rodean.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE JANAILSON SANTOS DE ALMEIDA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 06 dias do mês de outubro do ano de 2023, às 09:30 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de JANAILSON SANTOS DE ALMEIDA, intitulada **Agronegócio e Relações Sino-brasileiras: Questão Agrária e Campesinato, Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional-SSAN e Dependência..** A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. PEDRO IVAN CHRISTOFFOLI (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) . / Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS Campus de Laranjeiras do Sul, PROFESSOR DOUTOR MARCO ANTONIO MITIDIERO JUNIOR (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geociências / UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, Prof. Dr. GUILLERMO ALFREDO JOHNSON (Participação Virtual) do(a) . / Universidade Estadual do Maranhão, Prof. Dr. GUSTAVO DE LIMA TORRES OLIVEIRA (Participação Virtual) do(a) . / Clark University, Graduate School of Geography. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: Aprovado _____. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. PEDRO IVAN CHRISTOFFOLI

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Pedro C", with a stylized, cursive script.

Pedro Ivan Christoffoli

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

Ao campesinato organizado e em luta, que possibilitaram a existência desse mestrado. À Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"-Unesp e IPPRI (Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais) pelo compromisso em construir esse curso em parceria com a Via Campesina e Escola Nacional Florestan Fernandes-ENFF, e também por propiciar as condições para o estudo. À ENFF e à Brigada Apolônio de Carvalho.

À Turma "Daniel Viglietti", todos (as) colegas, em particular Luana Oliveira, Christian Cruz, e Rosmeri Witzel pela ajuda na pré-qualificação. À todos (as) professoras (es) do TerritoriAL, ao professor Bernardo Mançano Fernandes, que me conseguiu um computador em um momento necessário e principalmente ao meu orientador professor Pedro Ivan Christoffoli, bem como à Graziela e Jefferson (Biblioteca e Secretaria do IPPRI). Aos co-orientadores. Especialmente à minha mãe Rosinete dos Santos Almeida (Dona Josa). À meu pai João Batista e meus 8 irmãos e 2 irmãs, à família como um todo. À meu sobrinho Jardeson. Com carinho à Simone Silva, Dilei Schiochet, Rosana Fernandes (e as meninas), Yumi Kawamura (e Júlia), Raul Amorim e Carla Loop (e Augusto), Daniel Piovesan, Justina Chong, Marco Fernandes, Tings Chak, Mariana Yantes, Camila Modena, Eva Wilma, amigos e amigas e a toda companheirada que contribuiu de alguma forma.

À distintos (as) camaradas com quem compartilhei trincheiras de luta e militância internacionalistas. À camaradas militantes de todo Brasil que ajudam a construir o MST e em especial ao povo acampado e assentado da Reforma Agrária. Às princesas Tainá e Yasmin. Particular à Roy Neville Singham, Neuri Rossetto e João Pedro Stédile. À distintos companheiros (as) e instituições parceiras na China. Aos companheiros e às companheiras da Escola Latina de Agroecologia-ELAA (Lapa, Paraná). À Orlando Bernardino e Arcanjo Belarmino *in memoriam*.

Uma faísca pode incendiar toda a pradaria.
Mao Tsetung

RESUMO

As relações sino-brasileiras no âmbito do agronegócio se caracterizam como um dos mais estruturantes circuitos econômicos internacionais, protagonizando uma estrutura de comércio de *commodities* agrícolas co-dependente. Neste trabalho buscamos compreender como o fluxo de exportações do agronegócio brasileiro para a China, que impulsionou o crescimento econômico do setor no Brasil, se dá num contexto de conflitos agrários e ambientais que afetam diretamente as comunidades e territórios no Brasil por meio de violências estruturais. Essas relações de exportação beneficiam economicamente o agronegócio brasileiro; enquanto ao analisar a realidade agrícola da China vemos a importância das exportações brasileiras para a segurança alimentar do país, assegurando parte de sua cadeia de suprimentos agropecuários. No entanto, há uma falta de compreensão sobre as contradições do modelo agrícola em que se insere essa dinâmica de exportações, principalmente no que se refere às questões agrárias e ambientais brasileiras. Nesse sentido, entendemos que a problemática agrária brasileira, com danos sociais e ambientais para o campesinato e outros povos e territórios, causados pela transformação da fronteira agrícola, pelo avanço do agronegócio, não são causados apenas pela relação de exportação com a China, mas estão profundamente enraizados nas políticas agrárias e ambientais e na questão agrária brasileira (uso, posse e propriedade da terra). Dessa forma, reconhecemos as lutas de classes no campo e a necessidade da reforma agrária no Brasil, para construção de um novo modelo agrícola baseado na agricultura familiar camponesa agroecológica, configurando inclusive as relações com a China, frente ao modelo predatório do agronegócio.

Palavras chave: Agronegócio. Dependência. Questão Agrária e Campesinato. Conflitos Agrários e Ambientais. Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional-SSAN.

ABSTRACT

Sino-Brazilian agribusiness relations are characterized as one of the most structuring international economic circuits, featuring a co-dependent agricultural commodity trade structure. In this paper we seek to understand how the flow of Brazilian agribusiness exports to China, which has boosted the sector's economic growth in Brazil, takes place in a context of agrarian and environmental conflicts that directly affect communities and territories in Brazil through structural violence. These export relationships benefit Brazilian agribusiness economically; while analyzing China's agricultural reality shows the importance of Brazilian exports for the country's food security, ensuring part of its agricultural supply chain. However, there is a lack of understanding of the contradictions of the agricultural model in which this export dynamic is embedded, especially with regard to Brazilian agrarian and environmental issues. In this sense, we understand that the Brazilian agrarian problem, with its social and environmental damage to the peasantry and other peoples and territories, caused by the transformation of the agricultural frontier, by the advance of agribusiness, is not only caused by the export relationship with China, but is deeply rooted in agrarian and environmental policies and in the Brazilian agrarian question (use, possession and ownership of land). In this way, we recognize the class struggles in the countryside and the need for agrarian reform in Brazil, in order to build a new agricultural model based on agro-ecological peasant family farming, including shaping relations with China, in the face of the predatory agribusiness model.

Keywords: Agribusiness. Dependency. Agrarian Question and Peasantry. Agrarian and Environmental Conflicts. Food and Nutritional Security and Sovereignty-FNSS.

RESUMEN

Las relaciones chino-brasileñas en el ámbito del agronegocio se caracterizan por ser uno de los circuitos económicos internacionales más estructurantes, con una estructura de comercio de materias primas agrícolas codependiente. En este trabajo buscamos entender cómo el flujo de exportaciones del agronegocio brasileño a China, que ha impulsado el crecimiento económico del sector en Brasil, se da en un contexto de conflictos agrarios y ambientales que afectan directamente a las comunidades y territorios de Brasil a través de la violencia estructural. Estas relaciones de exportación benefician económicamente al agronegocio brasileño; al analizar la realidad agrícola de China vemos la importancia de las exportaciones brasileñas para la seguridad alimentaria del país, garantizando parte de su cadena de suministro agrícola. Sin embargo, no se comprenden las contradicciones del modelo agrícola en el que se inserta esta dinámica exportadora, especialmente en lo que se refiere a las cuestiones agrarias y medioambientales brasileñas. En este sentido, entendemos que el problema agrario de Brasil, con sus daños sociales y ambientales al campesinado y a otros pueblos y territorios, causados por la transformación de la frontera agrícola, por el avance del agronegocio, no es causado solamente por la relación de exportación con China, sino que está profundamente arraigado en las políticas agrarias y ambientales y en la cuestión agraria brasileña (uso, posesión y propiedad de la tierra). De esta forma, reconocemos las luchas de clases en el campo y la necesidad de una reforma agraria en Brasil para construir un nuevo modelo agrícola basado en la agricultura familiar campesina agroecológica, incluyendo las relaciones con China, frente al modelo depredador del agronegocio.

Palabras clave: Agronegocio. Dependencia. Cuestión Agraria y Campesinado. Conflictos Agrarios y Medioambientales. Seguridad y Soberanía Alimentaria y Nutricional-SSAN.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa político do Brasil.....	36
Figura 2 –	Mapa político da China.....	77
Gráfico 1 –	Evolução da população rural na China de 1960-1978 em %.....	93
Figura 3 –	Mapa das Zonas Econômicas Especiais-ZEEs.....	98
Gráfico 2 –	Indicadores de crescimento do PIB das 5 principais economias do mundo (1978-2018).....	102
Gráfico 3 –	Indicadores nacionais do crescimento da população total da China de 2000-2019 (quantidade x 10.000 pessoas).....	114
Gráfico 4 –	Indicadores nacionais da população rural e urbana na China de 2000-2019 (quantidade x 10.000 pessoas).....	115
Gráfico 5 –	Evolução do número de máquinas agrícolas no Brasil de 1961-1988....	124
Gráfico 6 –	Evolução da população rural brasileira de 1960-1985 em %.....	129
Gráfico 7 –	Número de novos assentamentos rurais criados no Brasil entre 1985-2017.....	132
Figura 4 –	Zonas de expansão do agronegócio – fronteiras agrícolas.....	135
Gráfico 8 –	Área plantada de soja no Brasil vs. área total em mil hectares (safras 1976/77-2018/19).....	136
Figura 5 –	Mapa dos novos biomas atingidos pelo agronegócio e o recorte territorial MATOPIBA.....	140
Gráfico 9 –	Consumo de Agrotóxicos no Brasil 2000-2014.....	142
Figura 6 –	Mapa do uso de Agrotóxicos na Agricultura no Brasil por Estado 2012-2014.....	143
Gráfico 10 –	Número de assassinatos de camponeses no Brasil 2003-2017.....	144
Gráfico 11 –	Evolução da população rural brasileira de 1986-2018 em %.....	145
Gráfico 12 –	Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com pelo menos um morador desempregado no Brasil em 2022.....	154

Figura 7 –	Mapa dos investimentos chinês em outros países via Belt and Road Initiative-GRI e países que fazem parte da iniciativa (vermelho) em 2018.....	159
Gráfico 13 –	Importações de soja pela China.....	164
Gráfico 14 –	Diminuição da Pobreza no mundo (baseado na linha internacional da pobreza de 1,90 dólares por dia do Banco Mundial, PPP 2011).....	166
Gráfico 15 –	Produção agrícola no Brasil em mil toneladas – série histórica (safras 1976/77-2018-19).....	174
Gráfico 16 –	Importações, exportações e saldo da balança comercial do agronegócio brasileiro, de 1989 a 2017.....	175
Gráfico 17 –	Evolução do comércio exterior brasileiro do agronegócio, exportação, importação e saldo comercial, 2000 a 2022.....	176
Gráfico 18 –	Exportações do agronegócio brasileiro por grupos de produtos, Brasil, 2020.....	177
Gráfico 19 –	Exportações do agronegócio brasileiro por mercados, 2020.....	180
Gráfico 20 –	Exportações do agronegócio brasileiro para a China por grupos de produtos, 2020.....	180
Gráfico 21 –	Participação dos principais destinos de exportações do agronegócio brasileiro 2000-2022.....	181
Gráfico 22 –	Exportações brasileiras do agronegócio em US\$ bi para China vs. outros países – série histórica (1997-2019).....	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores básicos sobre o Brasil.....	35
Tabela 2 – Indicadores básicos sobre a China.....	76
Tabela 3 – Os 6 artigos principais da Lei de Reforma Agrária chinesa de 1950.....	86
Tabela 4 – Indicadores nacionais do crescimento da população total da China de 2000-2010-2019 (%)......	114
Tabela 5 – Estrutura fundiária brasileira (2018)......	138
Tabela 6 – Evolução do Conceito de Segurança Alimentar.....	147
Tabela 7 – Destino das exportações do agronegócio por grupo de produtos, Brasil, 2022.....	178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BM	Banco Mundial
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China, Sudáfrica
CAIs	Complexos Agroindustriais
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CIMI	Conselho Indígena Missionário
CLOC	Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNLCB	Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COFCO	China Oil and Foodstuffs Corporation
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EPL	Exército Popular de Libertação
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Fórum China-África de Cooperação
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IED	Investimento Extranheiro Direto
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
LVC	La Via Campesina
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul
MHD	Materialismo Histórico e Dialético
MIRAD	Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
OGMs	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPLCB	Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCCh	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
POSDR	Partido Operário Social-Democrata Russo
PPC	Paridade do Poder de Compra
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PROVALE	Programa Especial para o Vale do São Francisco
PT	Partido dos Trabalhadores

PTB	Partido Trabalhista do Brasil
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SSAN	Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional
SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária
TDR	Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização
TVE	Township and Village Enterprises
UDR	União Democrática Ruralista
UE	União Europeia
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	QUESTÃO AGRÁRIA, CAMPEsinATO E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: DEBATE INTRODUTÓRIO.....	35
2.1	Introdução ao debate sobre a Questão Agrária.....	36
2.2	A questão do campesinato: um debate inacabado.....	41
2.2.1	Introdução ao debate sobre o campesinato.....	41
2.2.2	PQA e PCA – sobre Campesinato e Agricultura Familiar.....	52
2.3	A questão da terra e a reprodução do latifúndio no Brasil.....	58
2.3.1	O campesinato e a Luta pela Terra no Brasil.....	64
2.3.1.1	As Ligas Camponesas.....	66
2.3.1.2	O MST.....	72
3	CHINA: QUESTÕES AGRÁRIAS E CAMPEsinATO – DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA A ABERTURA CONSERVADORA E A NOVA ERA XI JINPING.....	76
3.1	Mao Tsetung e a revolução camponesa.....	77
3.2	A RPC e a era Mao Tsetung.....	85
3.2.1	O 1º Plano Quinquenal (1955-1958).....	88
3.2.2	O Grande Salto Adiante (1958-1962).....	89
3.2.3	A Revolução Cultural (1966-1976).....	90
3.3	A Reforma e Abertura de Deng Xiaoping ou a "abertura conservadora"	95
3.4	A Era Xi Jinping: o pós Deng Xiaoping à nova Governança da China.....	106
3.4.1	"Revitalização e modernização" do campo com desenvolvimento rural sustentável na China da nova era.....	113
4	BRASIL: QUESTÕES AGRÁRIAS E CAMPEsinATO – DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA A SUPERESTRUTURA DO AGRONEGÓCIO.....	117
4.1	A "modernização do campo" e a expansão do agronegócio no Brasil.....	121
4.2	A superestrutura do agronegócio brasileiro, questões agrárias e ambientais e o campesinato	134

5	AS RELAÇÕES DE EXPORTAÇÃO BRASIL-CHINA: SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-SSAN E DEPENDÊNCIA.....	147
5.1	A Questão da Segurança Alimentar na China e as relações sino-brasileiras.....	154
5.2	A evolução do agronegócio brasileiro no contexto das exportações Brasil-China e a relação de dependência.....	171
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
	REFERÊNCIAS.....	196

1 INTRODUÇÃO

As relações sino-brasileiras são relações de dependência¹. O agronegócio² brasileiro, com suas cadeias industriais de produção de matérias primas e produtos manufaturados, é crucial para a demanda chinesa de importação de alimentos³. Basta observar o fluxo de exportações das principais *commodities* agropecuárias brasileiras, majoritariamente destinadas ao país asiático, como é o caso dos grãos e carnes – especialmente a soja e o milho, frango e porco. Ao passo em que o agronegócio se beneficia economicamente das importações chinesas, a China garante a grande parte da sua cadeia de suprimentos, fortalecendo sua indústria agrícola nacional.

No contexto das relações Brasil-China e das exportações de *commodities* brasileiras para o país, é central compreender questões agrárias e ambientais do lado brasileiro, bem como a questão alimentar. Alguns dos principais produtos das importações chinesas do Brasil são produzidos à base de um modelo de produção agrícola extremamente contraditório em diversos aspectos. O agronegócio brasileiro tem demonstrado ser destrutivo à natureza e prejudicial à saúde humana. Ademais, há um permanente conflito territorial no campo brasileiro, protagonizado por uma transformação na fronteira agrícola pela expansão do agronegócio sobre os territórios camponeses, indígenas, quilombolas e outros, com violência brutal contra as comunidades locais. Nesse sentido, o modelo de produção agroexportador do Brasil, possui dois elementos centrais nas relações com a China: a constante reprimarização do setor agrícola e a dependência das exportações.

É relativamente comum que teóricos críticos ao agronegócio, ao analisarem problemas relacionados a questões agrárias e ambientais no Brasil, atribuam à China e às importações chinesas os resultados destrutivos do modelo de produção do agronegócio, já que para alguns, é a China quem o sustenta. Na realidade, as consequências do modelo

¹ Aqui o termo "dependência" é usado não a partir do conceito político da teoria marxista da dependência, mas como termo técnico para caracterizar a relação de dependência ou dependência mútua entre os países. Ex.: a definição de prática co-dependente de Warde, 2015; Schubert, 2017 *apud* Niederle, P.; Wesz Junior, V. J. (2022): "co-dependente", ou seja, quando o desempenho de uma afeta diretamente a outra".

² Aqui, utilizamos "agronegócio" para nos referirmos apenas à produção agropecuária. Não inclui portanto o chamado agromineronegócio ou o setor energético. Mas, incluímos no conjunto do agronegócio a cadeia de produtos florestais.

³ Não tratamos da discussão sobre o que é ou não alimento, usando o termo de forma genérica, referindo-se então aos produtos agrícolas e pecuários em geral, ou *commodities* alimentares.

agrícola dominante no Brasil são resultado primeiro da sua política agrária e ambiental, determinada pela correlação de forças políticas e da própria perpetuação da burguesia agrária brasileira e reprodução do seu modelo fundiário, ora facilitada pelo impulso proporcionado pela participação chinesa nas exportações. Embora, essas são questões que têm a ver essencialmente com o Brasil e sua conjuntura agrária, é preciso considerar o impacto dessas relações de exportações nos conflitos sociais-agrírios brasileiros.

Assim, nesta dissertação analisamos dados e informações sobre a produção e exportação do agronegócio brasileiro para a China, no sentido de compreender a importância ou o impacto da participação chinesa no mercado de exportações brasileiro e as consequências para o território rural brasileiro, seus povos e o meio ambiente, trazendo ao debate a questão da soberania alimentar e os conflitos socioterritoriais. Não é portanto uma análise comparativa dos modelos brasileiro e chinês, mas uma discussão sobre temas relevantes no âmbito das relações sino-brasileiras de exportação do agronegócio.

O mais importante aqui é entender o significado quali e quantitativo das relações de exportação sino-brasileiras do agronegócio, por meio de uma análise histórico-materialista e dialética das mesmas. Este trabalho não é uma defesa estrita da China, ou da importância do seu mercado para o Brasil; tão pouco tem o interesse em responsabilizar o país pelos impactos e danos do modelo agrícola brasileiro fomentado por suas importações. Ademais, não queremos somente apontar os problemas do modelo de produção agrícola do agronegócio brasileiro, mas fazer uma crítica necessária, a partir dos dados, no sentido de apontar algumas contradições nas relações sino-brasileiras.

Ademais, esta dissertação trás antes de mais nada uma abordagem sócio histórica dos países os quais protagonizam as questões que estão sendo analisadas: Brasil para a China. A partir disso, fundamentamos a análise sobre as consequências desse processo, os seus impactos ou a importância para o campo brasileiro. Assim, esta introdução reflete a estrutura analítica do trabalho, mostrando um *insight* do que se encontra no corpo dos capítulos. Portanto, apresentamos a seguir uma síntese da nossa abordagem sobre o Brasil e sobre a China, respectivamente, no que se refere a sua formação sociológica e historiográfica, com ênfase nas suas questões agrárias, ambientais e alimentares.

O Brasil é o país do latifúndio. O processo histórico de formação social brasileiro é

marcado pela permanência de um modelo agrícola de produção fundamentado no modo de produção capitalista, principalmente no que se refere à tenência da terra. É importante compreender que aqui o modelo de exploração trazido junto com o processo colonizatório, não pode ser introduzido tal como existiu na Europa feudal pré-capitalista. O modelo implementado no Brasil foi o da *plantation*⁴ escravista. Dada a transição capitalista a partir da primeira revolução industrial na Europa e o processo de escravização dos povos africanos, a burguesia real portuguesa desenvolveu no Brasil um modelo de capitalismo subserviente basificado na exploração servil de trabalhadores escravizados em grandes fazendas especializadas em determinadas plantações.

O *status quo* da permanência do latifúndio no Brasil gerou historicamente os processos de lutas pelo acesso e democratização da terra e por Reforma Agrária com regularização fundiária através da emergência de movimentos e organizações camponesas, contribuiu para os processos políticos que levaram a golpes e ditaduras militares e gerou grandes debates em torno das políticas e planos de desenvolvimento agrário. Igualmente, a questão do latifúndio e da propriedade privada da terra e de outros meios de produção, esteve no bojo da formação das primeiras ideias socialistas no Brasil entre os anos 1920-1930. As primeiras organizações comunistas surgem também no enfrentamento à concentração da terra, exploração dos trabalhadores e por direitos no campo.

Após a Segunda Guerra Mundial, o novo período de desenvolvimento capitalista, com a implementação da revolução verde e a chamada modernização da agricultura brasileira, principalmente a partir do golpe militar de 1964, não mudou a estrutura agrária no que se refere ao uso, posse e propriedade da terra. Com o golpe, foi criado o Estatuto da Terra, pela instituição da Lei Agrária Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, quando pela primeira vez se estabeleceram os parâmetros para a Reforma Agrária no Brasil; diferentes, claro, daqueles propostos pelo governo João Goulart, que foi deposto. A partir de então, se iniciou um novo processo de "desenvolvimento"⁵ da agricultura brasileira, caracterizado por Delgado, G. (2012) como o período da "modernização conservadora".

⁴ *Plantation* eram as grandes fazendas de produção de matérias primas para o abastecimento do modelo agroexportador do período colonial brasileiro, a base da escravização dos povos africanos.

⁵ Não colocamos em discussão o conceito de "desenvolvimento". Assim, tratando-o apenas como "progresso técnico".

O novo modelo agrícola do agronegócio viria a ser o grande motor do desenvolvimento agrícola brasileiro, com uma perspectiva de crescimento econômico que levaria o Brasil a altos patamares de produção e produtividade. Embora a revolução verde⁶ e a modernização da agricultura de fato elevaram significativamente os níveis de produção e produtividade da agricultura brasileira, principalmente pela implementação de novas tecnologias, isso não significou necessariamente um processo real de desenvolvimento, ao menos para as populações rurais.

O agronegócio no Brasil não trouxe com ele o fim do latifúndio. Pelo contrário, foi montado nessa estrutura que o modelo se desenvolveu, mantendo-a como fonte primária do seu processo de acumulação. Com a manutenção do latifúndio a burguesia agrária não só lucra com o agronegócio, mas por "espoliação", como sugere Harvey (2011), através da reprodução do modelo expansionista, de alta concentração da terra, superexploração da força de trabalho e produção primária para exportação.

Com o fim da ditadura militar (1964-1985), novas organizações e movimentos de luta democrática foram surgindo ao longo dos anos 1980. Entre 1980 e 1984, surgiram o Partido dos Trabalhadores-PT, a Central Única dos Trabalhadores-CUT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST⁷. O último, visto como o mais expressivo movimento de luta pela terra até hoje no país. O MST reavivara experiências históricas das lutas protagonizadas pelas Ligas Camponesas e pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER)⁸ do Rio Grande do Sul/RS, entre outros, demonstrando que a luta pelo fim do latifúndio não havia acabado. Agora, não só mais o latifúndio da terra, mas da água, das sementes, do sol, dos ventos e do conhecimento, dada a hegemonização do agronegócio.

A Constituição Cidadã de 1988 havia atribuído novos ritos aos processos de reforma agrária no Brasil, a partir de um novo Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA e da reafirmação da necessidade de um processo de redistribuição de terras para os camponeses.

⁶ A revolução verde foi uma revolução tecnológica na agricultura, que originalmente deveria servir de amortecedor para os processos de fome e desnutrição no mundo, até que se estabelecem modelos agrícolas sustentáveis e definitivos. No entanto, sob as leis de produção capitalistas, o processo passou a se reproduzir indiscriminadamente para a exploração e acumulação capitalistas, o que levou ao estado de calamidade ambiental que enxergamos hoje. Ademais, não resolveu o problema da fome e ainda criou uma crise de alimentação no mundo, causada pela sobreprodução das, homogeneizadas, *commodities*.

⁷ O Movimento completa 40 anos de existência em 2024.

⁸ MORISSAWA, Mitsue (org.). **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

No entanto, o agronegócio, já estabelecido, manteve-se predominante, se opondo estruturalmente ao avanço da Reforma Agrária. Nos primeiros anos após a redemocratização do país, a política agrária almejada pelo campesinato não foi alcançada. No Brasil dos anos 1990 (dois governos FHC), apesar da regularização de uma gama de assentamentos represados desde a redemocratização, não só se assegurou o compromisso com o modelo do agronegócio como se ratificou a permanência do latifúndio, resultando, consequentemente, no aumento da desigualdade e da violência no campo.

Dessa forma, a luta pela Reforma Agrária também permaneceu no centro das disputas políticas, entre os que defendem um novo modelo agrícola para o Brasil, justo e democrático, com democratização da terra e dos meios de produção; e os ruralistas brasileiros, que sempre se beneficiaram do modelo de dominação e exploração sobre a terra e outros recursos naturais e dos trabalhadores, defendendo não só a permanência mas a reprodução e evolução do modelo dominante estabelecido.

A chegada do PT ao governo a partir de 2003 não garantiu a implementação de um projeto de Reforma Agrária como era esperado. Apesar de haver ocorrido um número significativo de desapropriações de terra, no período de 2003 à 2014 (governos Lula e Dilma) o agronegócio cresceu absurdamente. Cada vez mais tecnificado, mantendo o sistema agroexportador, e sustentado por políticas governamentais de crédito subsidiado, o agronegócio brasileiro expandiu ostensivamente a sua produção, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, com destaque para o estado do Mato Grosso-MT; e, posteriormente, avançou sob a fronteira agrícola, aumentando os níveis de concentração de terras e de exploração da força de trabalho, ameaçando as comunidades tradicionais e as florestas da Amazônia e do Cerrado pela formação do território do MATOPIBA⁹.

Ademais, a partir da década de 1990, viu-se desenvolver no Brasil uma "nova categoria política e social" no campo, denominada Agricultura Familiar¹⁰. O termo – importado do modelo de Reforma Agrária clássico-burguesa dos Estados Unidos da

⁹ MATOPIBA é o acrônimo formado pelas siglas dos estados do Maranhão-MA, Tocantins-TO, Piauí-PI e Bahia-BA, para onde se expandiu o agronegócio nos últimos anos, formando um imenso território de cana, milho, madeira e muita soja. O recorte territorial abarca principalmente os biomas amazônico e do Cerrado (bioma brasileiro localizado mais ao Centro do país, que tem sido basicamente destruído pelo agronegócio).

¹⁰NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura Familiar**. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 34-42.

América-EUA (*Family Farming*), assim como agronegócio (*agribusiness*) – foi e cunhado no Brasil principalmente a partir dos estudos de Ricardo Abramovay (1992), fruto também das elaborações de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1979) e vários outros autores que discutiram o tema. Na prática, a agricultura familiar é o próprio campesinato brasileiro, que historicamente existiu e resistiu no campo, reproduzindo-se com seu modo de vida e sendo sujeito da classe trabalhadora, criando e recriando seu modelo de produção em enfrentamento ao modelo dominante do latifúndio e do agronegócio.

Autores como José Eli Da Veiga (1992) e Ricardo Abramovay (1992), bem como José Graziano da Silva, foram alguns dos responsáveis pela elaboração do primeiro Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF (1996), lançado no início do governo Fernando Henrique Cardoso-FHC, numa tentativa de estabilizar os conflitos agrários no país, ao passo em que lançava mão da estratégia, aparentemente bem sucedida nos chamados países centrais (Europa) e nos Estados Unidos da América (EUA), de impulsionar o progresso técnico através da integração da agricultura camponesa aos processos capitalistas de produção na agricultura, o que levou – em regiões mais desenvolvidas, como no Sul do Brasil – à chamada subsunção do mesmo ao modelo de produção dominante.

Embora o PRONAF deva ser considerado uma experiência bem sucedida de maneira geral, na prática, não ocorreu no Brasil necessariamente aquilo que se preconizava. O desenvolvimento da agricultura familiar não integrou completamente o campesinato brasileiro ao modelo capitalista. Assim como não houve junto ao programa nenhum processo de transformação estrutural da política agrária brasileira. Ou seja, no Brasil, esses processos não representaram um projeto estrutural de Reforma Agrária convencional, como ocorreu na Europa e nos EUA. Entretanto, esse processo serviu para categorizar o sujeito político trabalhador rural brasileiro, estabelecendo assim o conceito "universal" de agricultor familiar¹¹, também como forma de suprimir o campesinato enquanto classe ou sujeito político e ideológico e, portanto, tentar suprimir as lutas de classes no campo.

O campesinato brasileiro, no entanto, continuou a organizar-se e a lutar pelo acesso à

¹¹De acordo com Carvalho e Costa (2012, p. 33), "em 24 de julho de 2006, foi sancionada pelo presidente da República a lei nº 11.326, que estabeleceu as Diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, oficializando a expressão agricultura familiar com concepção distinta daquela da empresa capitalista no campo."

terra, à renda e por direitos sociais no campo. Em 1993 foi criada a Via Campesina¹², movimento camponês internacional, expressando não só a existência, mas a organização daqueles sujeitos que representavam a conformação do modelo de produção e modo de vida camponês. No Brasil, embora o PRONAF tenha vindo a beneficiar as famílias assentadas da reforma agrária e tenha se estabelecido entre as políticas públicas para os projetos de assentamentos rurais; do ponto de vista da identidade política, as organizações camponesas mantiveram o conceito de Agricultura Camponesa¹³ para referir-se aos povos trabalhadores do campo que constroem um modelo diferente do agronegócio. A identidade política do campesinato brasileiro ainda é motivo de grandes discussões teóricas.

As políticas direcionadas para a agricultura familiar não resolveram, ou apenas minimizaram, as lutas e os conflitos no campo brasileiro. Embora esse "novo modelo" tenha se fortalecido, principalmente durante os anos de governo do PT, os conflitos vão sendo desencadeados à medida que o agronegócio avança sobre a fronteira agrícola sob a hegemonia do capital empresarial e financeiro. Dessa forma, o latifúndio (*latus sensus*), o modelo agrícola do agronegócio *versus* o campesinato e a luta pela terra, continuam no centro das questões agrárias no Brasil. Embora o processo de desenvolvimento rural brasileiro tenha angariado novas forças produtivas, as velhas relações de produção foram perpetuadas. Esse paradoxo regenera a lógica dos conflitos, que expressam a luta de classes no campo.

A China, diferentemente da maioria dos países ocidentais, passou por uma Revolução Agrária, fruto do processo de Revolução Socialista que culminou na tomada de poder pelo Partido Comunista-PCCh, sob a liderança de Mao Tsetung, em 1949, quando se estabeleceu a nova República Popular da China-RPC. Com uma civilização milenar, o povo chinês viveu diferentes regimes dinásticos, até a revolução republicana de 1911, realizada por uma frente ampla, liderada por Sun Yat Sé. Com golpe militar em 1912, encabeçado por Yuan Shikai, o país passou por um regime ditatorial até 1916, quando o regime se desmantelou na chamada "guerra dos senhores" e o surgimento de movimentos da classe trabalhadora (como o Movimento 4 de Maio, de 1919) que levaram à criação do PCCh em 1921. Após duas invasões japonesas e as guerras contra o Kuomintang de Chiang Kai Chek, a China

¹²La Via Campesina-LVC. (website: viacampesina.org).

¹³CARVALHO, Horácio; COSTA, Francisco de Assis. **Agricultura Camponesa**. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 28-34.

finalmente acaba com os chamados 100 anos de humilhação.

Entre grandes conquistas e crises, o regime maoista durou entre 1949-1976, com sua morte. Depois da transição de governo, deu-se início ao período de "Reforma e Abertura" a partir de 1978 com a chegada de Deng Xiaoping ao poder, quando foram também implementadas uma série de mudanças na lei de uso e posse da terra. No entanto, a Reforma Agrária implementada com a Revolução de 1949 não foi desfeita, ao menos não estruturalmente, sofrendo apenas reformas. A questão da terra nunca foi mexida, mantendo-se 100% da propriedade estatal. Após alterações conjunturais na política agrária nacional, hoje há formas de arrendamento e uso de áreas rurais por pequenas e médias empresas. Além das grandes áreas de produção administradas por grandes empresas estatais. Embora, os camponeses continuam sendo os principais responsáveis pelo trabalho na terra e pela produção de alimentos.

A nova política econômica, industrial e internacional, que se fortaleceram nos anos 1990 em meio à crise internacional do capital, levaram a China a um alto grau de desenvolvimento das suas forças produtivas, com vigoroso crescimento econômico e desenvolvimento humano, com resultados que surpreenderam o mundo. Segundo o professor Allison Graham da Harvard University, “em 1978, 90% da população chinesa vivia com apenas 2 dólares por dia, em média; já em 2018, 40 anos depois, menos de 1 em cada 100 pessoas vivia com o mesmo valor, com uma perspectiva de que logo essas dezenas de milhares que restam estejam acima desse limiar [...]”.

Ao longo de duas décadas a economia chinesa deu um salto exponencial e manteve na virada do século uma taxa média de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em cerca de 10% ao ano, variando para em média 6-8% nas últimas duas décadas. Em 2019, o país tornou-se a maior economia do mundo em Paridade do Poder de Compra-PPC segundo relatório do Fundo Monetário Internacional-FMI. Muitas são as discussões sobre o "salto" chinês, que elevou o país à condição de grande potência, com tamanho desenvolvimento científico-tecnológico e industrial. Estudiosos do campo da economia, no mundo inteiro, se esforçam para explicar os fatores que levaram a economia chinesa a crescer tanto em tão pouco tempo. No campo das ciências políticas o esforço é para compreender os elementos que compõem o "modelo chinês", apelidado no ocidente de "Capitalismo de Estado" ou

"Economia Capitalista de Estado".

A China tem seu próprio modelo econômico, político e social: um Estado Socialista em desenvolvimento, com governo centralizado por um partido líder, o PCCh¹⁴; e com economia planificada ou de "projeto" ¹⁵, como aparece da obra de Elias Jabbour em co-autoria com Alberto Gabriele: O Socialismo do Século XXI (Editora Boitempo, 2021). De qualquer forma, o que o governo Deng Xiaoping batizou de "Socialismo com Características Chinesas" e "Economia Socialista de Mercado", não se encaixa nos moldes ocidentais de estado e planejamento econômico, nem do ponto de vista da estratégia, nem do ponto de vista da condução e direção política do processo de desenvolvimento.

No que se refere à agricultura, há ainda maior desconhecimento sobre a realidade chinesa. A China possui uma política nacional que proíbe a produção e o consumo direto de produtos transgênicos, como a soja; e tem feito esforços para diminuir o uso de agroquímicos, através do uso de novas tecnologias, como drones e agricultura de precisão (*smart agriculture*) e por meio de decisões legislativas mesmo. Toda a soja e o milho, transgênicos, importados pela China, é destinada à indústria porcina e de aves. A soja consumida diretamente pela população vem da própria produção chinesa, não transgênica. Embora, nos últimos anos, o país tenha começado a flexibilizar sua legislação. Em termos estruturais, a realidade agrária na China é bastante diferente do Brasil.

Devemos salientar que a agricultura chinesa passou também por processo similar ao do Brasil, de revolução tecnológica na agricultura, como parte da revolução verde, que chegou em todo o mundo. Embora, flexionando-a aos interesses de sua autonomia no processo de desenvolvimento agrícola. Atualmente, o modelo agrícola chinês também contempla grande produção industrial de produtos agrícolas e pecuários, assim como é baseado em um processo de desenvolvimento científico-tecnológico e industrial bem estruturado, inclusive na indústria agroquímica. No caso da China não estamos falando de produção primária, mas de uma produção extremamente industrializada. Bem como não há

¹⁴Há um processo de participação amplo, envolvendo vários outros partidos e instituições que se engajam em toda a discussão para elaboração dos Planos Quinquenais e também dos planos de metas lançados pelo governo chinês a cada 5 anos.

¹⁵JABBOUR, Elias. **China Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2020. O autor tem elaborado com profundidade sobre as questões do modelo chinês e discutido as características da planificação e do "projeto".

um mercado hegemônico, exceto no setor de grãos industriais; mas um mercado descentralizado, ao menos do ponto de vista econômico (centralizado politicamente), e bastante diversificado.

Nos últimos 45 (quarenta e cinco) anos (1978-2023), após a abertura chinesa e principalmente nas duas décadas mais recentes (2003-2023), especialmente a partir da entrada da China na OMC em 2001 e da mudança de governo no Brasil em 2003, houve um maior alinhamento às rotas de comércio chinesas e as relações comerciais com a China se fortaleceram, resultando em uma parceria comercial estratégica em muito impulsionada pelo desenvolvimento econômico chinês. Essa parceria trouxe resultados financeiros extraordinários para a economia do setor agrícola do agronegócio no Brasil. No entanto, com fins bastante controversos.

A China tem-se utilizado das suas importações do agronegócio brasileiro para o abastecimento da sua indústria pecuária, em função da necessidade de suprir a sua demanda de consumo de carnes. Enquanto que as mesmas importações fortalecem a reprodução do modelo de produção agrícola brasileiro e resultam em maior lucratividade e acúmulo capitalista exorbitante pelos líderes do setor no Brasil. Assim, se caracteriza a relação de dependência nas relações sino-brasileiras do agronegócio, marcada pela necessidade chinesa de grãos e pela reprodução do capitalismo agrário brasileiro agroexportador. Entretanto, a extrema concentração de riqueza no campo brasileiro e suas consequências, não devem ser atribuídas à China de forma linear ou positivista e sim à própria lógica de desenvolvimento do modelo brasileiro em primeiro lugar.

De acordo com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA brasileiro (2020), a China é responsável por 37% das exportações agropecuárias brasileiras – 70% da soja. Segundo dados do IPEA (Instituto Brasileiro de Pesquisa Aplicada), 2021, "na média de 2016-2018, as importações do Brasil representaram cerca de 19% do total das importações chinesas. O Brasil, neste período, foi responsável por 58% do total das importações chinesas de soja, e mais de 20% em outras mercadorias, como polpa de madeira, carne de bovino, e mais de 10% em peixe. Em segundo lugar vem os EUA, com 16,3% e num distante terceiro lugar, o Canadá, com apenas 5,6%.". A integração ao mercado chinês trouxe benefícios econômicos gigantescos para setores como mineração e energia e em especial ao

agronegócio, que saltou de 5,02% das exportações destinadas à China em 1997 para 35,18% em 2019 (MAPA, 2020).

Assim, o Brasil basicamente obedece a lógica da demanda estabelecida, em que o agronegócio se beneficia das relações comerciais com a China, mas não tem uma estratégia de produção e abastecimento em função de um planejamento nacional estratégico, flexionando essas relações para o desenvolvimento da sua indústria alimentícia. O *modus operandi* do agronegócio brasileiro não reverte-se em benefício para a população via fortalecimento da política de desenvolvimento ou de políticas públicas para o país, servindo basicamente de pedestal para a acumulação de riqueza.

O modelo agrícola brasileiro e o modelo chinês são dialogicamente opostos, principalmente no que diz respeito às suas questões agrárias; e bem diferentes no que se refere a organização das populações camponesas e o trabalho no campo. No caso chinês os meios de produção estão majoritariamente sob controle do estado, em virtude das políticas de governo do Partido Comunista Chinês-PCCh, contando com 42,5% da população que ainda vive no campo (NBS, 2020).

O Brasil possui o 3º (terceiro) maior índice de concentração de terras do planeta e é também o maior consumidor mundial de agrotóxicos por pessoa/ano, atingindo uma média de 7,5L em 2016 segundo a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO (2017), o índice de GINI – que mede a concentração numa escala de 0 a 1 – para concentração de terras no Brasil é de 0,87, estando atrás apenas de Colômbia e Paraguai. Segundo dados do Banco Mundial (2020), apenas 13,1% da população é considerada rural.

A questão da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional-SSAN é central quando falamos de Brasil e China, já que o interesse chinês favorece um modelo conflitante com a soberania alimentar brasileira. Por um lado, o Brasil possui uma das maiores áreas de terra agricultável do planeta, água e clima favoráveis à produção agrícola e grande capacidade tecnológico-produtiva. A China, por outro lado, tem a maior população do planeta para alimentar, com uma área agricultável de apenas cerca de 12,5% do total do seu território, segundo Banco Mundial-BM. Embora, o alto nível de desenvolvimento científico e tecnológico do país tem qualificado a sua produção agrícola, atingindo recordes

extraordinários.

No entanto, grande parte do consumo chinês ainda depende de articulações com outros países. No caso do Brasil, há uma parceria estratégica, com alto grau de co-dependência entre os dois países. O Brasil é o principal parceiro comercial da China desde 2009, que representa a maior quantidade de importações de produtos agrícolas. Entretanto, é necessário discutir a problemática do agronegócio brasileiro principalmente com relação aos conflitos territoriais. Assim como há a necessidade de discutir a problemática do agronegócio no Brasil em vários aspectos e o próprio regime alimentar o qual está inserido.

Analisar o agronegócio e as relações de exportação sino-brasileiras, nos ajuda a compreender o nível das relações de dependência entre os dois países e traçar uma discussão sobre a questão da Segurança Alimentar chinesa e as implicações do modelo agrícola brasileiro para as populações camponesas e seu território e a Soberania Alimentar do Brasil. Aqui devemos cuidar para não fazermos uma interpretação idealista mas material desse processo, tomando como referência os elementos da realidade brasileira para entender as contradições e os problemas do Brasil, sendo a participação chinesa nas exportações um elemento central da análise. Também devemos observar o porquê da necessidade que gera a demanda chinesa e quais são os termos das relações comerciais com o Brasil.

A partir da compreensão da importância ou o impacto das relações de exportação e participação da China nas compras da produção agropecuária brasileira, assim como pela análise das transformações na fronteira agrícola brasileira pelo chamado desenvolvimento do agronegócio, se colocam as seguintes questões: 1) poderá a parceria comercial com a China colocar o Brasil em condições de desenvolver o campo brasileiro e melhorar estruturalmente as condições de vida da população? 2) É possível construir essas relações estabelecendo um modelo de agricultura menos agressivo ao ambiente? 3) Poderemos ter uma estrutura tecnológica produtiva com a participação autônoma dos povos do campo sem um regime de exploração, subsunção ou conflito, com apoio chinês ou transferência de tecnologia, cooperação e intercâmbio com a China?

Não temos a pretensão de necessariamente responder a essas questões com essa pesquisa, mas trazer ao debate as provocações necessárias para que se possa pensar sobre a participação chinesa no mercado brasileiro e sua atuação na sua economia como algo

estratégico. A pesquisa quali-quantitativa sobre a evolução das exportações de *commodities* agrícolas do agronegócio brasileiro para a China nos ajuda a dimensionar a importância dessas relações comerciais, ao passo em que discutimos o crescimento econômico e a expansão territorial, bem como analisamos as consequências do modelo destrutivo de desenvolvimento do agronegócio no Brasil, apontando possíveis alternativas, que passariam por um reordenamento territorial, por meio de uma política estrutural de reforma agrária e implementação de um modelo agroecológico de produção de alimentos envolvendo o campesinato e a produção familiar.

Analisamos a evolução das relações sino-brasileiras com base nas relações de exportação do agronegócio, tomando como referência as principais *commodities* agropecuárias¹⁶ produzidas no Brasil e exportadas para a China. A partir desse levantamento, analisamos a dependência¹⁷ nas relações comerciais sino-brasileiras e suas consequências no que se refere a questões agrárias e ambientais brasileiras e seus atores no campo. Assim, estruturamos a análise em 4 capítulos: 1ª) Questão Agrária, Campesinato e a Luta pela Terra no Brasil: debate introdutório; 2ª) China: Questões Agrárias e Campesinato – da revolução socialista à abertura conservadora; 3ª) Brasil: Questões Agrárias e Campesinato – da modernização conservadora à superestrutura do agronegócio e; 4ª) As Relações de Exportação Brasil-China: Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional-SSAN e dependência. Para chegar a estas análises, fizemos um estudo cronológico do desenvolvimento das relações sino-brasileiras e as principais transformações e questões relacionadas ao campo e a agricultura.

Destrinchamos então essas questões a partir da análise das relações de exportação e suas implicações em fatores como: reprodução do modelo tecnológico do agronegócio brasileiro; a questão agrária brasileira e os conflitos sociais e ambientais no campo; a SSAN e as relações de dependência. Esta dissertação pode ser compreendida em 2 (duas) partes: Parte 1 (capítulos 1 e 2) – é uma revisão bibliográfica e análise qualitativa das teorias que introduzem o debate às questões objetivas. Parte 2 (capítulos 3 e 4) – é um aprofundamento

¹⁶Usamos "*commodities* agropecuárias" com referência às mercadorias agrícolas e pecuária fruto da produção do agronegócio brasileiro. Não inclui produtos minerais, mas inclui madeira ou celulose.

¹⁷Não utilizamos o conceito de interdependência. Caracterizamos como dependência a relação entre a demanda chinesa pela compra de *commodities* agrícolas brasileiras e as exportações das mesmas para o mercado chinês pelo agronegócio brasileiro.

nos temas, com uma análise quali e quantitativa sobre questões agrárias e alimentar, com abordagem de temas de interesse da análise proposta no objetivo deste trabalho.

No primeiro capítulo desta dissertação fizemos uma revisão teórica e, ao mesmo tempo, um apanhado histórico do processo de desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil, abordando os temas da questão agrária e do campesinato. Trouxemos as referências do debate conceitual sobre as duas questões, como forma de introduzir o tema geral da nossa discussão. No Brasil, os estudos sobre a questão agrária se desenvolveram principalmente a partir dos anos 1960. Já a questão do Campesinato é um debate inacabado, que ganhou palco no debate acadêmico brasileiro nos anos 1990, a partir das elaborações de Abramovay e Fernandes sobre o "Paradigma do Capitalismo Agrário-PCA" e o "Paradigma da Questão Agrária-PQA", respectivamente. Relacionado a isto, falamos também da experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST no Brasil e das lutas agrárias que permeiam a história deste país.

No segundo capítulo fizemos uma revisão histórico-sociológica do processo chinês, também como forma de introduzir a China no nosso trabalho. Analisamos o movimento de transformação da política, economia e a questão agrária chinesa, desde a Revolução Socialista de 1949 até a "abertura conservadora" de Deng Xiaoping a partir do final dos anos 1970. Buscamos acesso à literatura, em vários idiomas, para sistematizar, na nossa análise, informações sobre a agricultura, as políticas agrárias e o campesinato na China. Após a "Reforma e Abertura", consolidada nas décadas de 1980 e 1990, a China embarcou nas "quatro modernizações": industrial, econômica, militar e agrícola. Com as reformas econômicas proporcionadas pelo novo governo, a China lançou-se à economia global e tornou-se em tempo recorde uma das maiores economias do mundo, com importante articulação com o Brasil e participação no setor agrícola de exportações.

No terceiro capítulo tomamos como referência principalmente a segunda metade do século 20 e as últimas duas décadas (século 21), para fazer o debate sobre a evolução do agronegócio brasileiro, a conformação de sua superestrutura, e quais as suas implicações para o campo brasileiro. A principal discussão é sobre o modelo agrícola e tecnológico brasileiro, trazendo questões sobre a produção e consumo de alimentos no Brasil e suas nuances: a contaminação ambiental e humana, a monopolização da produção agrícola, as lutas e os

conflitos por território e a exploração do trabalho. O modelo agrícola brasileiro tem provocado transformações na fronteira agrícola brasileira, por processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização-TDR¹⁸ nas disputas entre agronegócio e o campesinato, pelas lutas de classes no campo, em meio ao avanço tecnológico e substituição do trabalho humano pelas máquinas, processos de espoliação de terras, grilagem e subsunção das comunidades e produção camponesas.

No quarto capítulo fizemos uma análise dos dados de exportação de *commodities* agropecuárias do Brasil para a China, analisando o crescimento da produção agropecuária no Brasil e as transformações na fronteira agrícola. Neste mesmo capítulo também adentramos na questão da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional-SSAN, tema de extrema importância para o nosso debate. Ademais, a questão do modelo agrícola brasileiro e as relações de exportações com a China é central para a compreensão dos conflitos agrários no Brasil. Discutimos alguns dos principais elementos da complexidade do modelo brasileiro e como a China se apresenta nessa realidade. Também abordamos algumas questões do modelo chinês de produção e o consumo de alimentos. Por último, fizemos uma análise sobre a questão da co-relação de dependência entre Brasil e China.

Neste trabalho não fazemos o debate conceitual sobre dependência, da conhecida teoria marxista da dependência, que possui grandes autores de referência na América Latina, como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, entre outros. Tampouco usamos o conceito de interdependência, como alguns autores costumam usar para a análise de trocas como as que discutimos aqui entre Brasil e China. Chamamos a relação que estamos analisando de "co-relação" de dependência ou mesmo de relações de dependência. Quer dizer, há dependência, de um lado e do outro, pelas determinações da própria relação e nos marcos dos acordos sob os quais essa relação ocorre.

Também não incluímos nesta dissertação o debate sobre o agromineronegócio brasileiro que atende uma parte gigantesca da demanda chinesa por minérios, principalmente para a indústria da construção civil e tecnológica. Outro setor com grande participação do "agro" brasileiro é o de energia, o qual a China investe diretamente grandes quantidades de

¹⁸Esse processo é caracterizado pela realização das lutas de classes no campo e a correlação de forças entre os diferentes atores – as resistências camponesas e o agronegócio. No caso brasileiro, como é na maior parte do mundo Ocidental, há um progressivo processo de territorialização do agronegócio.

capital em megaprojetos no Brasil, como os de energias renováveis. Numa discussão mais ampla sobre as relações Brasil-China será preciso discutir esses três setores de maneira integrada, já que estruturalmente eles não estão separados. No entanto, para este trabalho mantivemos o foco na discussão sobre o agronegócio, principalmente no que se refere às *commodities* alimentares.

Este trabalho é fruto de pesquisas e análises de informações secundárias, presentes na bibliografia existente sobre o tema. Grande parte das fontes utilizadas foram trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações, teses, dossiês e livros) sobre as relações sino-brasileiras. Para os dados quantitativos tomamos como referência as plataformas nacionais oficiais, tanto brasileiras como chinesas (*e.g.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, National Bureau Statistics of China-NBS); plataformas internacionais oficiais (Banco Mundial – BM e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO); outras. Para temas específicos também foram usadas fontes como o Atlas da Questão Agrária Brasileira-DATALUTA e Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-CEDOC da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

O período de pesquisa se deu em duas etapas: 1) a primeira etapa foi no Brasil – da apresentação do novo projeto¹⁹ até a qualificação. Nesse período houveram duas fases: a) pesquisa qualitativa, com estudo sobre o tema abordado e; b) visitas à comunidades rurais em regiões do agronegócio para vivências. 2) a segunda fase foi na China, após a qualificação²⁰. Nesse período houveram 2 partes: a) pesquisa quantitativa, com compilação e análises de dados das plataformas e; b) visitas de campo em vilas de camponeses para vivências. Após essas duas fases ainda houve um período de aprofundamento dos estudos sobre o tema, processamento de dados, sistematização de informações e organização textual, que resultou nesta elaboração e estrutura dissertativa.

O trabalho teve como objetivo principal compreender a relação de dependência Brasil-China e a importância ou o impacto das relações de exportação sino-brasileiras para o processo de crescimento, desenvolvimento e expansão do agronegócio brasileiro nas últimas

¹⁹O relatório de bolsista apresentado à Unesp referia-se ao primeiro projeto, que precisou ser deixado para trás; quando então reiniciamos a pesquisa com este novo projeto, qualificado pela banca de dissertação.

²⁰Nos primeiros 6 meses após a qualificação o autor participou de intercâmbio nos Estados Unidos o que levou-o a solicitar uma suspensão de matrícula de 180 dias.

quatro décadas e meia; e as consequências para o campo brasileiro a partir das análises sobre o modelo de produção, questões agrária e alimentar. Neste sentido, buscamos identificar e discutir elementos da conflitualidade no campo brasileiro e as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato, trazendo à discussão as suas matrizes produtivas e as questões agrárias, ambientais, econômicas, políticas, sociais e da alimentação relacionadas, para compreender os impactos que o modelo do agronegócio como um todo tem provocado no Brasil, principalmente para as populações camponesas e na natureza.

2 QUESTÃO AGRÁRIA, CAMPESINATO E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: DEBATE INTRODUTÓRIO

Nós chamamos de Reforma Agrária, no mínimo, que acabe com o latifúndio – esse monopólio da terra nas mãos de uma minoria. (Luiz Carlos Prestes).

Tabela 1 – Indicadores básicos sobre o Brasil.

Área territorial	8.510.345,538 km ²
População	212.559.409 habitantes
Densidade demográfica	25,43 hab/km ²
Produto Interno Bruto-PIB	1.444.733 (US\$ × 1000000)
PIB per capita	6.797 (US\$)
Índice de Desenvolvimento Humano-IDH	0,765
Áreas Cultivadas	7,6 % da área total
População rural	12,9 %
Incidência de subnutrição	< 2,5 %

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE Países (2021).

Figura 1 – Mapa político do Brasil.



Fonte: Guia Geográfico.

Mapa: IBGE e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.1 Introdução ao debate sobre a Questão Agrária

Para entender a questão do latifúndio, o campesinato e o modelo agrícola predominante no Brasil, é preciso compreender a Questão Agrária brasileira e suas determinações, desde a origem da formação sociológica brasileira. Só assim será possível analisar de forma clara a realidade rural brasileira, os sujeitos e os seus territórios. Isso é necessário para analisar as forças produtivas e as relações de produção no campo e assim desvendar a forma e o conteúdo do modelo agroexportador e suas consequências para a sociedade brasileira (tanto do campo como para a cidade) nos diferentes aspectos da sua complexidade ou das suas múltiplas determinações.

O significado do conceito de 'Questão Agrária' como originalmente interpretado pelos clássicos evoluiu nas últimas décadas. [...] hoje há

um entendimento generalizado de que a 'Questão Agrária' é uma área do conhecimento científico que procura estudar, de forma genérica ou em casos específicos, como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, o uso, a posse e a propriedade da terra. Essas três condições possuem características diferentes, ainda que complementares. (Stédile, 2012, p. 644).

O conceito “Questão Agrária” pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. [...] Na Geografia, é comum a utilização da expressão “Questão Agrária” para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. (Stédile, 2011, p. 15).

O debate sobre a Questão Agrária teve centralidade na Europa no século 19, com o estabelecimento do capitalismo e as revoluções industriais; e na Rússia, com a Revolução Socialista Soviética no início do século 20. As primeiras elaborações aparecem em "O Capital: livro 3 – A Renda da Terra" de Karl Marx (1890), que desembocaram nos clássicos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura de Karl Kautsky (1899):²¹ A Questão Agrária; e de Vladimir Lenin (1899):²² O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Como explica Stédile (2012), Kautsky estudou o desenvolvimento capitalista no campo na Inglaterra, conhecido como “*via inglesa*”; Lenin realizou o mesmo estudo na Rússia (*via junker*)²³ e nos Estados Unidos (*via farmer*) e Giovanni Arrighi (1970) fez o mesmo em regiões de conflito na Europa (*via suíça*).

Há também diversos estudos clássicos que analisam o comportamento da Questão Agrária imposto pelo capitalismo nas colônias. Em todas as colônias do hemisfério sul houve basicamente duas formas de organização da questão agrária: a *plantation*, que associavam grandes extensões de terra, produção para exportação e trabalho escravo; e as *haciendas*, implantadas, sobretudo, pelo capitalismo espanhol nas suas colônias, e que combinaram trabalho servil, produção para a exportação e produção para o mercado interno. (Stédile, 2012, p. 644).

Desvendar a Questão Agrária é crucial para a compreensão do desenvolvimento do modo de produção capitalista na sociedade, especialmente no que se refere à disputa de projetos no campo e suas nuances. No Brasil, o tema foi amplamente abordado por vários

²¹KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1986.

²²LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985.

²³*Junker* é o nome que se dava aos grandes latifundiários russos.

autores, principalmente a partir da década de 1960, com narrativas que retomam a própria história da colonização brasileira. Esse processo é explicitado nos livros organizados por João Pedro Stédile²⁴ para sua coleção "A Questão Agrária no Brasil", onde o autor traz à tona o debate histórico sobre a Questão Agrária brasileira em 8 volumes, a partir da contribuição de vários autores. Segundo o autor,

A bibliografia brasileira sobre a Questão Agrária é muito recente. A rigor, o primeiro grande debate de ideias e teses que interpretavam, de maneira diferente, as origens e as características da *posse, da propriedade e do uso* da terra no país somente aconteceu na década de 1960. E aconteceu não pelo desenvolvimento da ciência nas universidades, nas academias – embora as universidades tenham também sido envolvidas por esse debate – mas, sim, pela necessidade política e sociológica dos partidos políticos. (Stédile, 2011, p. 16).

Para Stédile (2011, p. 16) "[...] a carência e ignorância sobre as questões agrárias em nosso país são frutos da submissão colonial, que impediu o desenvolvimento das ideias, das pesquisas e do pensamento nacional durante os 400 anos de colonialismo". No volume 1²⁵ da sua coleção, Stédile remonta o processo de formação social e econômica brasileira a partir das análises da Questão Agrária; e nos remete à compreensão do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, através dos seguintes autores: Alberto Passos Guimarães; Caio Prado Júnior Nelson Werneck Sodré e Moisés Vinhas [o debate no (Partido Comunista Brasileiro)]; Ignácio Rangel (o pensamento cepalino) e Paulo R. Schilling [o debate na esquerda do PTB (Partido Trabalhista do Brasil)]; entre outras contribuições.

No livro 2²⁶, Stédile atualiza o debate sobre a Questão Agrária no Brasil com "o debate na esquerda (1960-1980)", através das contribuições de André Gunder Frank; Ruy Mauro Marini; Paulo Wright; Octavio Ianni; Jacob Gorender; e Mário Maestri; e da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Os dois primeiros livros da coleção vão servir de base para a fundamentação teórica deste primeiro ponto do capítulo 1 desta dissertação, no

²⁴Intelectual orgânico, militante integrante da Coordenação Nacional do MST. Economista, teórico da Questão Agrária e organizador da coleção "A Questão Agrária no Brasil". O autor organizou 8 volumes (com assistência do historiador e também militante do MST Douglas Estevam) com os debates chave sobre a Questão Agrária no Brasil, a partir da contribuição de vários autores da economia, sociologia e história críticas brasileira, e de uma análise marxista das questões agrárias.

²⁵STÉDILE, João Pedro (org.); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **A Questão Agrária no Brasil (v. 1): O debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

²⁶STÉDILE, João Pedro (org.); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **A Questão Agrária no Brasil. v. 2: O debate na esquerda – 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

sentido de compreender as origens e o papel histórico das questões agrárias na formação do modelo agrícola brasileiro, que foi se metamorfoseando até formatar-se como o, hoje denominado "complexo industrial do agronegócio".

O historiador marxista brasileiro Jacob Gorender nos ajuda a entender o Brasil do período colonial, especialmente no que se refere ao modo de produção vigente. Segundo Stédile (2012), Gorender, em "O Escravismo Colonial" – obra magistral –, estabeleceu o que já vinha se constituindo como "consenso", sobre as características da Questão Agrária brasileira e do modo de produção predominante no período colonial. De acordo com Gorender (1988), no Brasil, não houve um modo de produção feudal como na Europa, nem haveria como. Segundo ele, "[...] o modo de produção escravista colonial é inexplicável como síntese de modos de produção preexistentes, no caso do Brasil. Seu surgimento não encontra explicação nas direções unilaterais do evolucionismo nem do difusionismo."

Nem ele [o modo de produção] constitui repetição ou retorno do escravismo antigo, colocando-se em sequência "regular" ao comunismo primitivo, nem resultou da conjugação sintética entre as tendências inerentes à formação social portuguesa do século XVI e às tribos indígenas. O estudo da estrutura e da dinâmica do modo de produção escravista colonial [...], demonstrará o que desde logo vem afirmando, ou seja, que se tratou de *um modo de produção historicamente novo*, pois a outra conclusão não cabe chegar se este estudo puser em relevo leis específicas distintas das leis de outros modos de produção. (Gorender, 1988, p. 55, grifo nosso).

As elaborações teóricas de Gorender (1988) tiveram, então, o papel de revisão das formulações feitas por Celso Furtado (1959)²⁷, Ignácio Rangel (1962)²⁸ e outros sobre o "dualismo" no modo de produção do período colonial brasileiro. Outros autores, como Octávio Ianni (1961)²⁹ Caio Prado Jr. (1943)³⁰, Nelson Werneck Sodré (1962), Alberto Passos Guimarães (1963)³¹, Moisés Vinas (1968)³² e Florestan Fernandes (1981)³³, também analisaram a Questão Agrária no Brasil com base na economia política e na sociologia crítica

²⁷FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

²⁸RANGEL, Ignácio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1992.

²⁹IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

³⁰PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1943.

³¹GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1963.

³²VINHAS, Moisés. **Problemas Agrário-Camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

³³FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

e foram responsáveis por algumas das principais obras que recontam a história do Brasil a partir de uma visão não convencional.

Gorender (1988) deixa claro que a formação do Brasil agrário, e o modelo de produção agrícola dominante, se estruturava dentro do modo de produção capitalista, não feudal. Nesse caso, formado a base de um sistema de superexploração, sustentado pelo regime de escravidão. É basicamente o que se pode constatar na sua formulação sobre o que o mesmo classificou como "plantação" ou "*plantation*", como é mais utilizado. Segundo Stédile (2012, p. 23) “o que caracteriza a plantation? É a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, praticando a monocultura, ou seja, especializando-se num único produto, destinando-o à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado etc e utilizando mão de obra escrava”.

De 1530 a 1888, a antiga formação social brasileira foi dominada pelo modo de produção escravista colonial, apoiado na exploração da mão de obra escravizada inicialmente americana, a seguir africana e afro-descendente. Durante esse longo período, a produção escravista subordinou, econômica, social e demograficamente, os diversos modos e as formas de produção com os quais conviveu. (Maestri, 2012, p. 237).

Autores da historiografia brasileira, majoritariamente escritores marxistas ou de esquerda, como Rui Facó e Manoel Correia de Andrade³⁴, registraram a história do latifúndio no Brasil, identificando os principais problemas da Questão Agrária brasileira. Na atualidade, o tema da Questão Agrária é abordado amplamente por vários outros autores, a exemplo de Ariovaldo U. de Oliveira, Bernardo M. Fernandes, Marta I. M. Marques, Eliane T. Paulino; professores e estudantes nas universidades; pesquisadores de núcleos, centros e institutos de pesquisa etc. Com base na construção teórica demonstrada pelos autores clássicos, estudos são cada vez mais aprofundados, por diversos autores contemporâneos, em busca de compreender os processos permanentes de transformação no campo, os modelos agrícolas em disputa, a questão fundiária e os conflitos agrários.

³⁴ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Ed. Atlas, 1986. (uma análise das questões agrárias nordestinas).

2.2 A questão do campesinato: um debate inacabado

2.2.1 Introdução ao debate sobre o campesinato

O debate sobre "o que é o campesinato"³⁵, sua identidade de classe, economia e modo de vida, já atravessa mais de um século e meio. Essa, que Theodor Shanin chamou de "classe incômoda". Incômoda porque, nas palavras de Shanin (1983) *apud* Santos (2016), "día a día, [...] hacen que los economistas se lamenten, que los políticos suden y que los estrategas maldigan, destruyendo sus planes y profecías en todo el mundo"³⁶. O que era profetizado pelas teorias clássicas sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura não se concretizou necessariamente como se pensava. A interpretação do campesinato por K. Marx e posteriormente por K. Kautsky e V. Lenin, não chegaram a capturar todo o movimento real da formação do mesmo. No, hoje chamado, Sul Global, há experiências de sobrevivência e reprodução dos povos do campo, que reavivam a análise sobre o campesinato a partir de novas interpretações dos elementos que o caracterizam.

Neste ponto buscamos sistematizar algumas referências do debate marxista sobre o campesinato, no sentido de introduzir algumas posições a respeito do tema, dada a relevância do mesmo para este trabalho. Compreender o que é o campesinato não é tarefa fácil, e, não temos a pretensão de apresentar respostas absolutas. Apenas, apontamos alguns elementos chave na análise da teoria clássica sobre a Questão Agrária e o campesinato, fizemos uma revisão do debate contemporâneo em torno do chamado PCA (Paradigma do Capitalismo Agrário) e do PQA (Paradigma da Questão Agrária) e apontamos algumas experiências concretas que nos ajudam a compreender o campesinato hoje. Não focamos no debate sobre conceitualização. Mas, discorremos sobre a identidade e o modo de vida desse que podemos chamar sujeito da classe trabalhadora.

Quanto ao "campesinato", não chegamos a uma definição consensual sobre ser ou não ser uma classe, em si e/ou para si. Este é um debate inacabado. Portanto, nos orientamos pelas elaborações e pela prática da Via Campesina internacional e do MST (Movimento dos

³⁵SHANIN, Theodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. O velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap. Petrópolis: Vozes, 1980.

³⁶As elaborações sobre o "ser camponês" também surgiram na China, a luz das discussões levantadas pelo sociólogo e antropólogo camponês Fei Xiaotong, autor de "Peasant Life in China: A Field Study of Country Life in the Yangtze Valley" (1939) e outras obras sobre o desenvolvimento da agricultura no país.

Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Brasil, e nas referências históricas de processos revolucionários camponeses na América Latina (*e.g.* Cuba, Nicarágua), posicionando o campesinato enquanto sujeito da classe trabalhadora, ou classe trabalhadora do campo, isto é, alvo da ação capitalista, integrante das lutas anticapitalistas. Ademais, utilizamos análises secundárias para refletir sobre as origens e a continuidade da discussão sobre o campesinato. Além de nos apoiar nas próprias elaborações de autores como T. Shanin e nas obras originais de K. Kautsky e A. Chayanov.

Santos (2016)³⁷ traz a referência às notas do próprio Marx sobre o campesinato contidas em *O Capital* (1867), no 18 Brumário (1852) e no Manifesto Comunista (1848) de Marx e Engels, para justificar sua concordância com a revisão crítica de Theodor Shanin – a partir de Chayanov – que indica o caráter de classe do campesinato. Além disso, o autor chama a atenção para as elaborações de E. P. Thompson (vários escritos) sobre a formação das classes e sua consciência, criticando a forma estruturalista e ortodoxa como os marxistas clássicos interpretaram o "problema camponês" na Europa Oriental e na Rússia Soviética. Por outro lado, o autor coloca a importância da teoria chayanoviana e dos chamados *narodniks* (populistas russos) (Souza, 2012), em contraposição ao chamado estruturalismo na teoria marxista. Embora, sem ser revisionista. Mas, fazendo uma releitura da teoria marxista e do próprio processo histórico, fundamentando-se no próprio Materialismo Histórico e Dialético-MHD de Marx.

Os populistas russos (*narodniks*) defendiam a possibilidade de que, com base na consistência do campesinato comunitário, seria possível saltar diretamente das bases camponesas (resquícios feudais) para o socialismo, sem que fosse necessário esperar o desenvolvimento material provido pelo capitalismo. Inicialmente, Lênin construiu suas propostas em contraposição a esta ideia, mas, após a Revolução Russa, mudou sua postura quanto ao papel dos camponeses, se rendendo a alguns pressupostos populistas. Para maior aprofundamento consultar Velho (1979) e Guzmán; Molina (2005). (Souza, 2012, p. 145).

Historicamente, o campesinato esteve para a teoria marxista como um elemento incompreensível ou discutível. Vários autores alegam a ausência de elementos suficientes nas elaborações de Marx para compreender qual seria o destino ou o papel do campesinato na

³⁷SANTOS, Thiago Araújo. **Marxismo e campesinato: abordagens teóricas sobre a “classe incômoda”**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 11, n. 24, p. 46-69, ago., 2016.

sociedade capitalista industrializada do século 19. Marx priorizou os seus estudos a desfraldar a sociedade capitalista da sua época em sua gênese, a partir das classes. Como sabemos, o ontológico filósofo alemão foi responsável por desvendar as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo e as classes sociais que protagonizaram as lutas de classes daquelas sociedades. O autor da *magnificum opus* "Das Kapital", identificara então o *Proletariat*, como o principal sujeito da classe trabalhadora inglesa e francesa da 1ª Revolução Industrial, uma classe em si e para si.

Em suas obras Marx dá pinceladas sobre o que viria a ser o campesinato daquele período, chamando atenção a famosa passagem em que faz uma analogia a um saco de batatas, levantando a tese de que os camponeses não se colocariam ao lado da classe trabalhadora por suas características originais, como a propriedade de meios de produção (*i.e.* terra) e a sua indisposição ao processo organizativo das lutas de classes em virtude das suas condições econômicas no modo de produção capitalista: a de "subsunção acomodada". Quer dizer, estar submetido ao processo de produção e reprodução capitalistas, mas sem a disposição para questioná-lo.

Para Marx (1997, p. 128) *apud* Santos (2016, p. 56), cada família camponesa é "quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade", não estando então, o campesinato, na composição de fato, da classe trabalhadora na França. Para Marx o campesinato seria uma espécie de pequena burguesia rural ou uma incógnita.

Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família" [...]. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas. (Marx, 1997, p. 128 *apud* Santos, 2016, p. 56).

No entanto, é preciso interpretar qual era o entendimento de Marx sobre o mundo rural europeu pós regime feudal. Marx via os camponeses como pequenos e médios proprietários de terra. Esses, incapazes de constituir uma consciência política capaz de romper com o modelo capitalista de produção, já que de alguma forma fazia parte dele. Secco (2013, p. 12-27) *apud* Santos (2016, p. 55) alerta que "Marx pretende fazer uma história das

lutas de classes e suas representações, enfocando um evento histórico específico, dedicando-se, por isto, à definição das classes que compõem o jogo da política: burguesia financeira, burguesia industrial, campesinato, pequena burguesia, proletariado e lumpemproletariado." Enquanto, Marx (1997, p. 29) *apud* Santos (2016, p. 55-56) "ênfatiza que Bonaparte encontrou o apoio inesperado da 'massa da nação: os camponeses e a pequena burguesia que se precipitaram de golpe sobre a cena política"; e que o mesmo "representou, pois, uma classe: 'é justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos camponeses' (Marx, 1997, p. 126-128 *apud* Santos, 2016, p. 56)."

As contribuições de Marx para a análise do campesinato são muito incipientes, ao passo em que foca profundamente em desvendar e compreender, à luz da experiência concreta em que vivera, o mundo capitalista e o papel do proletariado industrial. Em "O Manifesto Comunista", lançado em 1848 por Marx e Engels, em meio à convulsão revolucionária pela qual passava a Europa – com destaque para a Revolução Francesa (1848) –, não aparece qualquer referência ao campesinato como classe ou do papel do mesmo na organização política da classe trabalhadora, chamada mesmo de classe operária na teoria marxista, originalmente. Embora, de acordo com Santos (2016, p. 56), "no 18 Brumário Marx considera a possibilidade de atuação política dos camponeses."

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. (Marx, 1997, p. 128 *apud* Santos, 2016, p. 56).

Portanto, autores marxistas se dedicaram a entender os atores das lutas de classes revolucionárias na Europa Oriental do século 19 a partir das leituras de Marx sobre as sociedades capitalistas e sobre a classe operária, deixando assim o campesinato em segundo plano. Na Rússia um dos primeiros grandes revolucionários a teorizar sobre o papel do campesinato foi o filósofo Georgi V. Plekhanov³⁸ (1898), que inicialmente defendia uma tese mais crítica ao marxismo sobre o campesinato, mas que logo se alinhou às ideias de Kautsky

³⁸Ano da primeira publicação de sua obra magna "O Papel do Indivíduo na História".

e de Lenin, sobre a Questão Agrária. De acordo com Souza (2012, p.145) "Plekhanov foi integrante do grupo populista russo (narodniks) e do partido social revolucionário, mas, posteriormente, adotou uma postura mais centralizada, a exemplo de Kautsky, configurando-se como figura importante do partido social-democrata russo."

Karl Kautsky denunciava em sua obra algo ainda não resolvido perante a realidade: a supressão ou o fim do campesinato pela dominação do modelo industrial capitalista rural. O autor foi o grande precursor das teorias sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, a partir dos debates que se iniciaram na Alemanha pelo Partido da Social Democracia e se expandiu para a Inglaterra, onde realizou seus estudos. Como afirma Souza (2012, p. 144), em sua pesquisa, Kautsky "procurou mostrar a superioridade da grande produção capitalista sobre a pequena, considerando o campesinato como uma anomalia em vias de liquidação."

Para Souza (2012, p. 144), Kautsky "em sua análise, entendeu que a adaptação camponesa, ocorrida nos modos de produção precedentes, não surtiria efeito no contexto econômico avassalador do capitalismo" e que "a lógica industrial ligada ao capital seria expandida rapidamente ao campo, transformando as terras em meios de produção capitalista e os camponeses em força de trabalho para a atividade". Sendo assim, Kautsky, "previa o controle da produção nas mãos de alguns poucos capitalistas, reduzindo, assim, as possibilidades de evolução da agricultura à concentração da propriedade da terra" (Souza, 2012, p. 144).

A partir do processo de concentração da terra por produtores capitalistas é que, na concepção de Kautsky (1986), o modo de vida camponês (segundo o autor, um resquício indesejável do feudalismo) seria rapidamente transformado e, conseqüentemente, eliminado. Visualizou na estrutura camponesa de organização social e produtiva um entrave ao pleno desenvolvimento do capitalismo, o que ocasionaria também um obstáculo à criação de condições para a instalação do modo de produção socialista. Assim, para Kautsky (1986), a substituição do campesinato por grandes explorações mecanizadas, a exemplo da indústria, era não somente inevitável como também desejável para que o materialismo histórico se encarregasse de direcionar a conflagração do socialismo. (Souza, 2012, p. 144).

As ideias de Kautsky são completamente compreensíveis dentro da análise do desenvolvimento capitalista como um todo. Ao mesmo tempo, dado o processo de transição

de um modo de produção a outro (do feudalismo ao capitalismo europeu), as forças vivas daquelas sociedades passaram a se manifestar dentro daquela nova realidade. Na visão de Kautsky – a partir de Marx – o campesinato seria exatamente aquela parcela da sociedade que sofreria diretamente os impactos dessa transição, já que estamos falando justamente da transformação de sociedades camponesas em sociedades urbano industriais, na transição para um novo modo de produção, o modo de produção capitalista.

Inspirado nos preceitos de Kautsky e também nas análises de Plekhanov, na Rússia, Lenin seguiu o pensamento ortodoxo em relação ao determinismo da questão camponesa e se opôs aos *narodniks*, defendendo então a teoria de que o campesinato atrapalha o processo de desenvolvimento capitalista na agricultura; retardando, portanto, o avanço das forças produtivas que dariam as condições materiais para o estabelecimento da nova sociedade socialista. Por isso, segundo Amin e Vergopoulos (1977) *apud* Souza (2012, p. 145) "Lênin previa a rápida inserção da agricultura aos moldes capitalistas da indústria. Referindo-se à agricultura russa, ele procurou demonstrar que o capitalismo já estava, em fins do século XIX, trilhando um caminho sem volta, ao promover um intenso enquadramento das atividades agrícolas ao padrão industrial de produção." Segundo Lenin,

O capitalismo agrário sacudiu pela primeira vez a estagnação secular da nossa agricultura, deu um imenso impulso à transformação da sua técnica, ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Aqui, uns poucos decênios de “rompimento” capitalista fizeram mais do que séculos inteiros da história precedente. A uniformidade da economia natural rotineira foi substituída pela diversidade de formas da agricultura comercial; os instrumentos agrícolas primitivos começam a ceder lugar a instrumentos e máquinas aperfeiçoadas; o imobilismo dos antigos sistemas de cultura foi minado por procedimentos modernos. [...] o capitalismo destruiu o espírito estreito e provinciano; substituiu as pequenas divisões medievais dos agricultores por apenas uma grande divisão, que incide sobre o conjunto da nação. (Lenin, 1982, p. 204-205 *apud* Souza, 2012, p. 145).

Mas a experiência russa trouxe novos elementos para a análise da realidade, que precisavam ser interpretados. Ao ponto em que o próprio Lenin veio a reconhecer o papel político do campesinato, e foi acusado pelos teóricos da Social Democracia Russa de "apoiador do populismo agrário". Com a divisão do Partido Operário Social-Democrata

Russo-POSDR, Lenin tornou-se líder dos Bolcheviques, com uma proposta revolucionária de tomada de poder na Rússia para instauração do Socialismo, incluindo os camponeses. Segundo Araújo (2002) *apud* Souza (2012, p. 146), Lenin "reconheceu politicamente que o apoio dos camponeses havia sido fundamental para a vitória na Revolução Russa. Dizia, então, que as palavras de ordem paz, pão e terra não poderiam ser descartadas após a tomada do poder. E, de fato, após a conquista do poder, Lénin manteve temporariamente, ao lado da propriedade socialista da terra, a propriedade privada camponesa." Mas, a defesa do campesinato vinha sendo realmente feita pelos populistas russos, que conheciam a realidade das comunas camponesas e, segundo Souza (2012, p. 147-149) chegaram a enviar carta para Marx em 1881, no intuito de obter respostas sobre a teoria do fim do campesinato. A resposta de Marx teria sido genuína, ao dizer que a sua leitura era fruto da análise referente à Europa Ocidental e que na Rússia a realidade poderia ser diferente.

Entre aqueles que defendiam a capacidade revolucionária dos camponeses estavam também os precursores do "anarquismo agrário", representados pelos geógrafos Piotr Kropotkin e Élisée Reclus, os quais propunham pular a etapa capitalista no campo, elevando a experiência das comunas rurais ao modelo socialista diretamente – algo como o que ocorreu na China pós Revolução de 1949 sob a liderança de Mao Tsetung. Os autores foram responsáveis por descrever a capacidade de resistência dos camponeses, seja ao modelo capitalista ou o socialista; bem como do potencial organizativo das comunas, de perspectiva socialista e de apoio mútuo. Segundo Souza (2012, p. 150),

Reclus revela [...] o poder destrutivo do latifúndio e a capacidade de resistência do campesinato. Essa compreensão foi possível, como destacou Bombardi (2007), porque Reclus e Kropotkin captaram, no âmbito da geografia, a luta de classes, a ação política camponesa e o significado da apropriação privada da terra no período em que viveram. Nesse sentido, construíram uma proposta que situou o campesinato como grupo destacado no processo de mudança social, capaz de evoluir tanto social como tecnicamente. Elementos presentes nas teorias de Kropotkin e Reclus, como a ajuda mútua e o poder evolutivo cadenciado do camponês, podem ser identificados, de forma bastante atual, na prática cotidiana da agricultura camponesa brasileira. (Souza, 2012, p. 150).

Nas primeiras décadas do século 20 as teorias sobre o "problema camponês" foram ainda mais aprofundadas a partir dos estudos de Alexander V. Chayanov³⁹ sobre a unidade de produção e a economia camponesa⁴⁰. O economista agrário do Instituto de Pesquisa Científica em Economia Agrária e influenciador da Escola de Organização e Produção da Rússia, protagonizou debates estruturais na construção da política agrária da nova URSS e levantou as discussões sobre o caráter revolucionário dos camponeses russos, contrapondo a posição ortodoxa dos chefes soviéticos – como Stalin –, com mais propriedade que os seus antecessores. Sua obra principal: *A Organização da Unidade Econômica Camponesa* (1925), assim como o seu pensamento, lhe renderam críticas severas; sua atuação e os seus escritos lhe trouxeram perseguições que o levaram ao expurgo e à morte⁴¹.

Após Chayanov, as discussões sobre o campesinato e a Questão Agrária seguiram sendo pauta central nos processos de lutas e revoluções sociais, entre os partidos, movimentos e organizações de todo o mundo. As discussões se deram em torno da sobrevivência do campesinato dialeticamente sujeito ao desenvolvimento capitalista na agricultura. Para Souza (2012, p. 152), "parte do mérito de Chayanov foi o de garimpar na teoria marxiana, assim como fizeram nas últimas décadas do século XIX os narodniks (populistas russos), elementos que demonstrassem a sobrevivência e reprodução do camponês, ainda que subordinada ao capitalismo." É nessa perspectiva que o importante economista egípcio Samir Amin (1931-2018) e seu colega Kostas Vergopoulos (1942-2017) constroem a sua narrativa. De acordo com os autores (*apud* Souza, 2012, p. 151),

Chayanov parte da análise de um modo de produção camponês, não capitalista, cujas unidades elementares são constituídas por famílias de camponeses trabalhadores, proprietários do solo, e cujo produto é destinado, principalmente à auto-subsistência da família, estando comercializada apenas uma fração deste (para fazer face ao imposto e porque existe uma demanda urbana que, em contrapartida, pode oferecer bens manufaturados competitivos como os do artesanato rural). A unidade elementar é, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo, as trocas mercantis são apenas marginais: os ruralistas sabem perfeitamente que a vida camponesa não é apenas organizada

³⁹CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ed. Ediciones Nueva Visión, 1974.

⁴⁰CARVALHO, Horácio Martins de (org). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2014.

⁴¹Chayanov foi acusado de "agente do imperialismo" e relacionado a "desvio de direita" no PCUS, durante a Conferência dos Marxistas Agrários em 1929, ocasião na qual Stalin chamou suas teorias de "não científicas". Ele foi julgado em 1932 e condenado a 5 anos de serviços forçados na SSR do Cazaquistão. Em 1937 terminou seu julgamento na prisão com a sua morte aos 49 anos.

em torno da produção, como o é a empresa industrial; sabem que ela tanto é um modo de existência, de vida, quanto um modo de produzir. Nessas condições, Chayanov introduz a ideia de que a organização da produção (quantidades de diferentes produtos, métodos mais ou menos intensivos etc.) resultará do equilíbrio entre a satisfação das necessidades e as dificuldades do trabalho. (Amin; Vergopoulos, 1977, p. 27 *apud* Souza, 2012, P. 151).

Entre os mais importantes defensores de uma teoria do campesinato está o sociólogo russo-lituano Theodor Shanin (1930-2020), que foi um dos maiores precursores das teorias shayanovianas do século 20 e potencializou o Paradigma da Questão Agrária. Shanin manteve aceso o debate sobre o campesinato, qualificando a leitura e teorização de Chayanov a partir do próprio Marx, reafirmando portanto aquilo que os populistas russos previam. Mais, Shanin ajuda a elucidar as discussões sobre o capitalismo agrário nas interpretações de Kautsky e Lenin; e a importância de não naufragar no marxismo ortodoxo. Sim, embarcar no método de Marx, para fazer uma interpretação mais acertada sobre o campesinato e a sua existência dialética no mundo agrário capitalista. Não só os teóricos da Questão Agrária, que questionaram o caráter estruturalista das análises sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, estavam corretos em sua crítica, que, de *facto*, o campesinato tem sido historicamente resiliente ao sistema capitalista.

Shanin⁴² estudou o campesinato na Rússia, na Europa e em outras partes do mundo (como no continente africano e na América Latina), e se destacou a partir de suas elaborações a respeito do tema. O sociólogo acompanhou a trajetória de movimentos e organizações camponesas, reivindicando uma abordagem marxista e uma análise mais coerente das experiências históricas das lutas camponesas revolucionárias. Propulsor dos estudos e análises feitas por Alexander Chayanov sobre a economia camponesa na Rússia, o autor pesquisou e analisou outras experiências ao redor do mundo, sobre as quais reafirma a reprodução do campesinato, da sua economia e seu modo de vida, sendo este sujeito da classe trabalhadora e ocasionalmente a própria classe, uma classe em si.

Sobre o conceito de camponês, Shanin (1979) *apud* Paulino e Fabrini (2008, p. 50-51), revela que "o campesinato é ao mesmo tempo uma classe e um modo de vida e esta dualidade nos tem conduzido historicamente a dificuldades conceituais". Para o autor, "a

⁴²O escritor faleceu em Moscou, Rússia, aos 89 anos em abril de 2020, deixando grande contribuição ao debate sobre campesinato.

autosuficiência torna o controle político do campesinato uma necessidade para os governantes." Shanin afirma que "o campesinato não é uma realidade estática. Como toda entidade social, o campesinato existe como um processo, quer dizer, em sua mudança."; e diz que "o cerne ou raiz de suas características determinantes está na natureza e dinâmica da unidade de produção rural familiar".

Shanin elucida sua defesa do campesinato em "Definiendo al campesinado: conceptualizaciones y desconceptualizaciones – pasado y presente en un debate marxista" (1979), quando remonta a análise sociológica marxista do campesinato e delinea os elementos centrais para uma compreensão do processo camponês. O autor faz uma interpretação mais adequada do "saco de batata" de Marx, explicando a maneira universal como aquele se referia à unidade camponesa, delimitando que para Marx "el avance del desarrollo capitalista iba a reestructurar la sociedad en dos clases fundamentales, disolviendo las unidades de producción básicamente campesinas y, por tanto, al campesinado en el curso de dicho proceso (Shanin, 1979, p. 22)" ou, nas palavras de Marx (1979) *apud* Shanin (1979, p. 22), "la producción del capital y de los trabajadores asalariados es, por tanto, el producto básico y fundamental del proceso por el que el capital se convierte a sí mismo en valor". Para Shanin (1979, p. 22-23),

La corriente principal de la teoría social marxista, en consecuencia, ha enfocado el tema del campesinado contemporáneo a través de la problemática de su transformación capitalista y de los dos debates conceptuales básicos sobre diferenciación y modos de producción. El tema de la localización del campesino en la historia y la sociedad se sitúa dentro de este mismo enfoque. (Shanin, 1979, p. 22-23).

Shanin também reconhece a prevalência das teorias kautskyanas nos processos europeus e russo. Para o autor (1979, p. 24),

El éxito político de Lenin hizo que su contribución a este debate tuviera una influencia decisiva, por lo que se refiere a la siguiente generación de marxistas. En sus primeros libros, Lenin era todavía un "kautskiano", aunque discrepando en la importancia adscrita a algunos puntos. Para Lenin los factores que proporcionaban el tema central de la transformación capitalista eran la dinámica intercampesina de la intensificación de las relaciones de mercado, la división del trabajo y la diferenciación de clase. La importancia concedida a la producción se ha trasladado a las relaciones de mercado. La polémica estaba dirigida contra un ala del populismo ruso, que creía que la homogeneidad y estabilidad de la sociedad

campesina abortaría el desarrollo capitalista del país. (Shanin, 1979, p. 24).

No entanto, os processos históricos posteriores não só demonstraram a sobrevivência, como a resistência e resiliência do campesinato frente ao modelo agrícola dominante no modo de produção capitalista. Ademais, as lutas protagonizadas pelos camponeses ao redor do mundo resultaram em processos socialistas reais. Na América Latina, ainda no início do século 20, a Revolução Mexicana dos camponeses organizados sob o liderazgo de Pancho Villa e Emiliano Zapata demonstraram a capacidade revolucionária da classe camponesa naquele contexto. Além das lutas e revoluções que se deram em todo o continente, sob a liderança das guerrilhas camponesas, como na Nicarágua sandinista, Guatemala, El Salvador, Cuba, na Colômbia e também no Brasil.

Para Shanin (1979, p. 24), “la posición de Kautsky ha elaborado y seguido fielmente la presentación de Marx del ejemplo inglés/irlandés del Capital, convenientemente puesto al día y generalizado”. Portanto, há uma “generalização” na discussão sobre o campesinato dentro do Marxismo, que levou a uma construção estruturalista e ortodoxa da constituição teórica do mesmo nas sociedades capitalistas. O autor coloca em questão a teoria clássica da Questão Agrária e problematiza a “diferenciação” do campesinato e até mesmo o conceito de “modo de produção” de Marx. Shanin (1979, p. 31) reclama que “la autoridad de Marx es todavía decisiva a la hora de designar lo que se supone que sean los modos de producción. Con todo, Marx se dedicó muy raras veces a complacer corazones académicos, ofreciéndoles definiciones ordenadas que fueran fácilmente aprendidas o reproducidas”.

La diferenciación ha representado, sin duda, un papel importante en la transformación capitalista de la agricultura campesina representando, en muchas ocasiones, su cambio estructural más significativo. Las afirmaciones teóricas y fácticas en apoyo de aquella son, sin duda, válidas. Lo que no es válido es su interpretación sobre la pauta exclusiva axiomáticamente necesaria del desarrollo. (Shanin, 1979, p. 24).

As elaborações de Shanin ajudam a compreender o processo histórico de produção e reprodução do campesinato frente ao modelo agrícola do modo de produção capitalista. Seus estudos contribuem para a compreensão do movimento camponês, sua caracterização e conceitualização a partir da análise da economia e modo de vida do campesinato. Para Shanin, é fundamental não limitar o campesinato a uma única função, já que o mesmo estaria

presente nos diferentes modos de produção de alguma forma. O autor reivindica a "multilinearidade da transformação capitalista na agricultura", onde a diferenciação do campesinato pode se concretizar em conjuntos e unidades de determinada realidade complexa e contraditória. Para Shanin a tarefa de apreender e compreender a realidade camponesa, no movimento histórico e dialético das transformações sociais, não pode ser moda. Mas sim, uma necessidade prática dos que acreditam no campesinato, seja este uma classe, um modo de vida, ou um modelo de produção ou ambos.

2.2.2 PQA e PCA – sobre Campesinato e Agricultura Familiar

No Brasil, o debate sobre Questão Agrária e campesinato tem sido encarado com devida profundidade por organizações do campo, teóricos, universidades e outras instituições. O tema do "fim do campesinato" e da "recampesinização" reemergiu no país principalmente a partir dos anos 1990⁴³. Nesse período, tomam dimensões significativas pelo menos dois grandes eixos. Primeiro, o Movimento Sem Terra-MST encampou grandes lutas no campo, com as ocupações de terra, respaldado pela nova constituição de 1988, que garantia o direito ao acesso a terra, reivindicando sua identidade camponesa junto a outros movimentos sociais – como o MPA (Movimento dos Pequenos Camponeses), que formaram nesse mesmo período a Via Campesina. Segundo, o novo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso-FHC buscava dar uma nova roupagem ao que denominara-se "pequeno produtor", certificando o conceito de "agricultura familiar", que viria a servir de mote para a política de desenvolvimento agrário a partir de então.

O conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese e aceito sem maiores reflexões por muitos, seja na academia, na burocracia do Estado, ou também entre os próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais. Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. (Marques, 2008, p. 61).

A respeito dessa discussão, a professora Marta Inês Medeiros Marques⁴⁴ (Universidade de São Paulo-USP), da geografia agrária, nos ajuda a compreender o panorama

⁴³Em 1993 é criada a Via Campesina Internacional. Movimento que aglomera organizações e movimentos sociais do campo de todo o mundo, que reivindicam a existência do campesinato.

⁴⁴MARQUES, Marta Inês Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Presidente Prudente: Revista NERA, Ano 11, nº. 12, jan-jun, 2008, p. 57-67.

geral na atualidade. A autora é preconizadora e precursora do debate sobre o campesinato encampado pelos teóricos contemporâneos do Paradigma da Questão Agrária-PQA, como Ariovaldo U. de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes; e também faz contraponto à outra corrente teórica contemporânea, do Paradigma do Capitalismo Agrário-PCA, encampada por autores como a socióloga Maria de Nazareth Baudel Wanderley e Ricardo Abramovay. Os primeiros defendem a existência de um modo de vida camponês e economia camponesa, a resistência e permanência do campesinato dentro do modo de produção capitalista. Enquanto que os últimos apontam para um processo de "descampesinização" por subsunção, ou como anuncia David Harvey, a subsunção por espoliação, *i.e.* um tipo de integração forçada ao capitalismo agrário, "natural" ao processo de desenvolvimento e progresso técnico.

Marques (2008, p. 60) afirma que "o campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc." Segundo a autora (2008, p. 60), "a centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais." Marques (2008) analisa o que, para ela, "constituem referências teóricas fundamentais" do debate contemporâneo sobre o desenvolvimento da agricultura: "o livro de Abramovay publicado em 1992, intitulado 'Paradigmas do capitalismo agrário em questão'; e o trabalho coordenado por Lamarche e publicado em dois volumes denominados 'A agricultura familiar: uma realidade multiforme' e 'A agricultura familiar: do mito à realidade' em 1993 e 1998 respectivamente", para abordar o tema do campesinato na perspectiva do Paradigma da Questão Agrária.

Sobre a discussão em relação a conflitualidade do debate do campesinato a partir do PQA e PCA, uma abordagem completa foi sistematizada por FELÍCIO, Munir Jorge⁴⁵ e apresentada como tese para doutoramento ao Programa de Pós Graduação da Unesp em 2011, sob coordenação do professor Bernardo Mançano Fernandes, intitulada "Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário"⁴⁶. Segundo Fernandes (2011), "essa tese traz uma leitura do debate paradigmático demonstrando que há duas

⁴⁵Munir Jorge Felício foi diretor da Faculdade de Comunicação Social (Facopp) e defendeu sua tese pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp, Presidente Prudente, em 2011.

⁴⁶FELÍCIO, Jorge Munir. **Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

vertentes que tratam da questão agrária. Os paradigmas do Capitalismo Agrário e da Questão Agrária, onde são desenvolvidas ideias e políticas públicas distintas sobre o problema para conhecer essas diferenças [...]". Felício (2016) faz uma radiografia da discussão histórica e dialética do campesinato e da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário, trazendo abordagens centrais dos vários autores dos dois paradigmas.

Para essa discussão, pode-se tomar como referência dois autores que têm discutido as duas perspectivas e contribuído estruturalmente para o debate sobre o campesinato, que são os próprios articuladores das siglas PQA e PCA, os professores Bernardo M. Fernandes e Ricardo Abramovay⁴⁷, dos programas de Geografia Agrária da Unesp e USP respectivamente. Os autores foram responsáveis por aquecer o debate no Brasil a partir de suas teses de doutorado, publicadas como livros: “Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão” (Abramovay, 1992)⁴⁸ e “Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o pensamento geográfico⁴⁹” (Fernandes, 2013).

A teoria do desenvolvimento capitalista na agricultura no Brasil, é fortalecida com o marco do PCA de Abramovay (1992). Pensamento este elaborado anteriormente por Wanderley (1995)⁵⁰ e ratificado por este e outros autores, como Veiga (1992)⁵¹ e o teórico, político e diplomata brasileiro José Graziano da Silva⁵², que constituem o grupo de

⁴⁷Esses dois paradigmas estão presentes nas elaborações de ABRAMOVAY, Ricardo (2007) no seu livro "Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão" (3. ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2007); e, FERNANDES, Bernardo Mançano (2013) no livro "Construindo um Estilo de Pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o pensamento geográfico" (vol. 1 e 2. São Paulo: Ed. Unesp, 2013). O quadro foi publicado pela primeira vez no artigo "Sobre o Debate Paradigmático: Capitalismo Agrário e Questão Agrária em Questão" por ALMEIDA, Janailson Santos de (2019) em: Boletim DATALUTA n. 140 – Artigo do mês: agosto de 2019 e atualizado para esta dissertação.

⁴⁸O livro é fruto da tese para doutorado que recebeu o Prêmio “Melhor Tese de Doutorado” no VII Concurso ANPOCS de Teses Universitárias e Obras Científicas em 1991. Para este trabalho foi usada a leitura da 3a edição (2007), lançada pela Edusp.

⁴⁹Texto Crítico do Trabalho Acadêmico (Tese de Livre Docência). Elaboração do autor a partir de sua tese de doutoramento e artigos de sua produção acadêmica.

⁵⁰WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção.** v. 25, n. 2-3. Revista Reforma Agrária, mai-dez, 1995, p. 37-57.

⁵¹DA VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola – Uma Visão Histórica.** 2. ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2007.

⁵²José Graziano da Silva é Engenheiro Agrônomo (ESALQ/Universidade de São Paulo-USP), doutor em Economia pela UNICAMP (Universidade de Campinas, São Paulo) e professor titular aposentado do Instituto de Economia da mesma universidade. Possui um vasto currículo, reconhecido mundialmente e foi ministro extraordinário para a Segurança Alimentar durante os governos Lula, mentor do Programa "Fome Zero" e colaborador para a elaboração do programa "Bolsa Família" dos governos do PT. Em 2012 foi eleito diretor da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), onde atuou até 2015. Atualmente, segue sendo grande referência no debate contra a fome e pelo fim da pobreza no Brasil e no mundo.

pensadores que idealizaram o "agricultor familiar" em detrimento do campesinato. No caso dos estudiosos do PCA, há de fato um fenômeno o qual Shanin (1979) chamara a atenção em relação à Europa Oriental. Segundo Shanin,

[...] mientras que se daban discrepancias en los supuestos, cuestiones y conclusiones, la forma en que el concepto [del Campesinado] fue singularizado y asumido implica la existencia de campos ideológicos y escuelas de pensamiento comunes. [...] En el período que va desde 1968 hasta nuestros días ha surgido lo que podríamos llamar una industria académica importante, basada en las interpretaciones a veces contradictorias y a menudo situadas a gran distancia de su postulación original. Dentro de este tipo de debates es de donde ha surgido una llamada para desconceptualizar al campesinado, apoyándose para ello en la propia autoridad de Karl Marx [e de Karl Kautsky]. (Shanin, 1979, p. 21-22, grifo nosso).

Para além da discussão sobre o PQA e PCA, há algumas outras referências que nos ajudam a entender o posicionamento dos movimentos sociais camponeses a respeito do campesinato e a sua tendência ao PQA. Além de Fernandes, muitos outros autores têm se dedicado a estudar a Questão Agrária numa perspectiva de reconhecimento do campesinato enquanto classe social, como produtor de cultura, de uma economia, modo de vida e organização próprias. Na América Latina, há uma reflexão neste sentido nas elaborações do autor mexicano Armando Bartra. Ao fazer referência ao conceito de classe do historiador inglês Edward Thompson, Bartra (2010) defende que:

[...] las clases se conforman políticamente en largos procesos históricos y se aprehenden intelectualmente a través de abordajes historiográficos. Sin duda, las clases tienen efectos sociales, políticos, antropológicos, psicológicos y lingüísticos, entre otros, y dejan huellas rastreables por las disciplinas que de estos ámbitos se ocupan, pero la clave de su existencia no está en la reproducción *espacial* de tales o cuales estructuras, sino en el despliegue *temporal* de las subjetividades. No son las diferentes analíticas las que dan cuenta de los grandes actores sociales, sino la dialéctica entendida como la capacidad de nihilización ontocreativa que es nuestra seña de identidad en tanto que seres históricos. En breve: las clases son *hazaña de la libertad*, así ésta sea siempre una *libertad en la necesidad*, una libertad situada. (Bartra, 2010).

Em sua obra "Campesíndios – aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado" (2010), Bartra perpassa pela história e ontologia da formação sociocultural do campesinato na América Latina, especialmente dos países de colonização espanhola, onde

mais se preservou a cultura indígena e camponesa à raiz da sua existência enquanto persona originária, portadora de uma ideologia e de uma consciência única. Historicamente, o campesinato latino-americano segue existindo, resistindo e re-existindo, muito mais como uma classe social camponesa do que apenas como produtor de bens de consumo para a sociedade capitalista.

Bartra (2010) ratifica o pensamento do "campesinato como 'modo de vida'", referenciando-se nas elaborações de Theodor Shanin, as quais apresentamos anteriormente. Shanin, por sua vez, faz referência a quem considera "seu mestre", o antropólogo chinês Fei Xiaotong. De acordo com Shanin (2008) *apud* Bartra (2010),

[...] una de las características principales del campesinado es el hecho de que corresponde a un modo de vida, una combinación de varios elementos. Solamente si comprendemos que se trata de una combinación de elementos y no de algo sólido y absoluto, es que comenzaremos a entender realmente lo que es. Porque, si buscamos una realidad fija, no la vamos a encontrar en el campesinado. (Shanin, 2008 *apud* Bartra, 2010).

Na La Via Campesina-LVC internacional e na CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo) tem-se levado a cabo importantes debates sobre como se configura e como se caracteriza o campesinato e quais linhas políticas e ideológicas o orientam na luta contra o modelo predatório e dominante de agricultura. Junto aos movimentos e organizações sociais do campo, o campesinato é visto como sujeito de direito, produtor de uma cultura própria e portanto de sua própria existência; uma classe social com o seu modo de vida, o ser camponês. As organizações têm defendido a identidade camponesa e a dimensão epistêmica do campesinato, fundamentando-se na formação sócio-histórica dos povos do campo e sua cultura. Agregado a isto, estão a defesa da Agroecologia e da Soberania Alimentar como parte do movimento camponês.

Rosset e Barbosa (2017), intelectuais colaboradores da CLOC/Via Campesina, elaboradores e debatedores do tema "Educação do Campo e Agroecologia na América Latina", reconhecem no campesinato, em suas dimensões, o que denominam um "Paradigma Epistêmico do Campo",

[...] próprio, elaborado pelos sujeitos histórico-políticos que são mulheres, homens, jovens, crianças e anciãos partícipes de um projeto político e histórico de conhecimento desde/com/para os povos

do campo. Cada um deles, no plano coletivo e/ou individual, é sujeito fundamental para a transformação agroecológica e para a sua massificação. Por tal razão, as organizações da LVC/CLOC vinculam a agroecologia à formação educativa para solidificar o Paradigma Epistêmico do Campo no plano conceitual, epistêmico e empírico, conformando uma subjetividade camponesa para a consolidação de um projeto político para a emancipação dos povos do campo. (Barbosa; Rosset, 2017, p. 719).

Segundo Rosset e Barbosa (2017),

As epistemes das organizações da LVC/CLOC conduzem a concepções de agroecologia em um horizonte comum, no entendimento de que a sua natureza ontológica é a consolidação da soberania alimentar como princípio político para a emancipação humana dos sujeitos do campo. Assim, ao longo da trajetória política das organizações no enfrentamento do capital transnacional há um vínculo indissociável entre território-sujeitos-educação-agroecologia, fundamental no avanço da pauta de luta articulada na região, em diálogo com as organizações membros dos outros continentes. (Barbosa; Rosset, 2017, p. 710).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST do Brasil, no conjunto da sua organização, tem historicamente se identificado como um movimento camponês, posicionando-se claramente sobre a necessidade da Reforma Agrária e pelo Socialismo no Brasil, com regularização fundiária, democracia popular e justiça social no campo. O Movimento também defende e pratica a Agroecologia como "matriz tecnológica produtiva" para um novo modelo agrícola no campo – em detrimento do agronegócio, o modelo camponês, que também é o modelo da agricultura familiar. Essa é também, de maneira geral, a perspectiva adotada pelo conjunto das organizações e movimentos da LVC.

Ao assumir a agroecologia como princípio e projeto político, a LVC/CLOC parte do pressuposto de que a dialética da agroecologia prescinde a conformação do sujeito-histórico que se insere no campo de disputa política para defendê-la em perspectiva multidimensional: em sua base epistêmica, em seu fundamento teórico, nas metodologias implicadas, na formação dos sujeitos da *práxis* agroecológica e, por fim, em sua intencionalidade política, a saber, a soberania alimentar como emancipação humana. (Barbosa; Rosset, 2017, p. 710).

Quando se coloca a Agroecologia como matriz científica, tecnológica e produtiva, que deve servir de fundação para a construção do modelo agrícola camponês, não se refere somente a necessidade de se desenvolver um modelo agrícola menos agressivo para com a

natureza e o ser humano e que se paute na produção de alimentos saudáveis com proteção aos bens naturais e o ambiente; é também uma questão de soberania e de segurança alimentar para a população. A garantia da produção de alimentos em diversidade e quantidade necessária ao consumo humano e ao mesmo tempo para abastecer o consumo local, regional e nacional, passa necessariamente pelo fortalecimento da agricultura familiar camponesa e da agroecologia. Quer dizer, o fortalecimento de uma nova matriz produtiva para um novo modelo agrícola, mais viável e sustentável de modo geral.

2.3 A questão da terra e a reprodução do latifúndio no Brasil

A questão da terra tem sido historicamente uma das questões centrais nos processos de transformação das sociedades capitalistas. E foi sem dúvida a principal questão nos períodos de transição do modo de produção feudal para o capitalismo industrial. A criação da propriedade privada e a privatização dos meios de produção, foi o fator pré-determinante da formação capitalista. A terra foi, portanto, o primeiro e mais importante meio de produção a ser privatizado. No Brasil esse é um problema germinal, que foi se metamorfoseando ao longo de toda história.

No sentido de compreender esse processo, revisamos alguns elementos das formulações dos diferentes autores nos livros 1 e 2 de Stédile (2012), focando principalmente no último período assinalado pelo autor. Assim, partindo dos desdobramentos da Lei de Terras de 18 de setembro de 1850 e posterior Lei Áurea que determinou – ao menos oficialmente – o fim da escravidão no Brasil, buscamos entender como ocorreu essa transição, o modelo que foi estabelecido até a reindustrialização.

Em Stédile (2012) há uma síntese da questão agrária brasileira e dos seus desdobramentos apontando três grandes períodos em que o latifúndio foi se consolidando no Brasil. O primeiro vai de 1500 a 1850: da colonização e escravidão, introdução do sistema de capitanias hereditárias e sesmarias. O segundo é entre 1850 e 1930, quando há um redesenho do latifúndio em função da lei de terras, as lutas pelo fim da escravatura (que teria um marco em 1888), crise e reconfiguração do modelo agroexportador sob a formação e exploração do campesinato brasileiro (fruto do processo de abolição). E o terceiro período ocorre a partir da chamada Revolução de 1930 e vai até 1964. Nesse período houve um processo significativo

de industrialização do país, sob a ditadura de Getúlio Vargas e outros governos transitórios, quando ocorreram grandes processos migratórios campo-cidade.

As capitânias hereditárias (1534-1822) e o sistema de sesmarias⁵³ foram a representação da exploração do território brasileiro pelos portugueses na sua origem. Em 1850 a coroa portuguesa estabeleceu a primeira lei de terras, em função das lutas pelo fim da escravidão, que se daria em virtude da situação internacional, em que a Inglaterra começava a proibir o tráfico negreiro; e das rebeliões negras por liberdade. Ao estabelecer um regime de propriedade da terra, o império impedira que o povo negro, futuramente "liberto", se apropriasse das mesmas, como explica Stédile (2011).

De acordo com Stédile (2011, p. 283), a Lei de Terras foi "o marco jurídico-institucional que preparou a transição do modelo agroexportador, em crise, para um novo modelo econômico, que acabaria se consolidando apenas com a 'revolução' de 1930". Segundo o autor "[...] ela foi concebida no bojo da crise da escravidão e preparou a transição da produção com trabalho escravo – nas unidades de produção tipo *plantation*, utilizadas nos quatro séculos do colonialismo – para a produção com trabalho assalariado". O autor afirma que,

A Lei de Terras de 1850 entregou as terras como propriedade privada apenas para os fazendeiros, para os capitalistas. Nascia, assim, o latifúndio excludente e injusto socialmente. E os trabalhadores negros, impedidos de se transformarem em camponeses, foram para as cidades. Nascia também a favela [A lei de terras é também a 'mãe' das favelas nas cidades brasileiras (Stédile, 2012, p. 26)], pois, mesmo nas cidades, esses trabalhadores não dispunham de condições para comprar seus terrenos, normatizados pela mesma lei. Subiram morros, ocuparam manguezais e locais de difícil acesso, e construíram suas moradias, únicos espaços dos quais a sanha do capital não havia se apropriado. A Lei nº 601 de 1850, escravizou, portanto, a terra e transformou um bem da natureza, que deveria ser democrático, em um bem privado, acessível apenas aos ricos. (Stédile, 2011, p. 283).

[...] Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade

⁵³Sistema de territorialização do Brasil por meio de concessões (1822-1850) que deu origem ao grande latifúndio no Brasil.

privada da terra. (Stédile, 2012, p. 24).

Portanto, a Lei de Terras de 1850, não só estabeleceu a propriedade privada da terra, como, com isso, institucionalizou o latifúndio. A "nova regularização fundiária" criou as condições para que se formasse a nova geração de senhores que viriam a ser os fazendeiros. Nesse mesmo ensejo se constituiu também a grilagem de terras. Essa prática é utilizada até hoje, obviamente não mais com o grilo, mas novas formas de corrupção. De acordo com Stédile (2012, p. 23), “a Lei no 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil.”

O termo "grilagem" refere-se à forma como os futuros latifundiários, com a nova Lei de Terras de 1850, passam a se apropriar dos territórios falsificando documentos. Para isso se colocava um grilo dentro de uma gaveta com um documento novo (falso) que logo ficaria com aparência de velho (original). O grileiro é fruto da "[...] necessidade da documentação original de aquisição e utilização efetiva no interior do Brasil. [...]. [Esse] falsificava documentos e os registrava oficialmente, corrompendo os oficiais dos cartórios que, muitas vezes, fizeram parte do processo de falsificação de títulos de propriedades. A prática da grilagem continuou a falsificar documentos para a apropriação de terras que pertenceram aos estados. [...]. (Silva, 1996; Linhares & Silva, 1999 *apud* Welch, 2012, p. 147).

O modelo agroexportador – que se estabeleceu no Brasil durante todo o período colonial, abastecendo o mercado capitalista europeu – entra em crise com o fim da escravidão e processo de "libertação" dos povos escravizados. Segundo Silva *et al*, *apud* Welch (2012, p. 147), “o modelo plantation chega ao fim com a abolição do trabalho escravo. A última pá de cal sobre o modelo agroexportador foi a eclosão da I Guerra Mundial, de 1914-1918, que interrompeu o comércio entre as Américas e a Europa.” Dessa forma, se buscou a solução na importação de camponeses pobres da Europa para o Sudeste e Sul do Brasil, que aceitaram a proposta da coroa portuguesa de adquirir terras férteis e baratas, que trariam condições melhores que aquelas vividas na Europa. Segundo Stédile (2012, p. 27), "no período de 1875-1914, mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa." Encontra-se aí um dos embriões do campesinato brasileiro.

A crise segue até 1930 e a migração de camponeses europeus, interrompida na I Guerra Mundial (1914), quando também é interrompido o uso de navios para transporte dos migrantes. Nesse

período de crise, nasceu, então, no campo brasileiro, o campesinato. Até então, havia apenas trabalhadores escravizados, originários da África ou sequestrados das comunidades nativas, indígenas. (Stédile, 2012, p. 28).

A partir de então começa acontecer no campo brasileiro vários movimentos de reconfiguração territorial, de onde viria surgir o campesinato, tratado mais adiante a partir das análises sobre os conflitos no campo. Já no terceiro período (1930-1964), demarca-se o processo de industrialização brasileira (1930-1945)⁵⁴, que, segundo Stédile (2012, p. 30) "do ponto de vista da questão agrária, [...] se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria". Quando, de acordo com o autor,

[...] as oligarquias rurais continuam donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para a exportação, mas não detém mais o poder político. [...] Surge, então, um setor da indústria vinculado à agricultura, as indústrias produtoras de insumos para a agricultura, como ferramentas, máquinas, adubos químicos, venenos etc. E outro, da chamada agroindústria, que foi a implantação da indústria de beneficiamento de produtos agrícolas. Com esse modelo, começa a surgir também uma burguesia agrária, de grandes proprietários, que procura modernizar a sua exploração agrícola e destiná-la ao mercado interno [...]. (Stédile, p. 31).

Diante desse contexto, o campesinato foi submetido a um novo modelo de exploração que o levou a diversas situações, como a subordinação ao trabalho assalariado, a subsunção ao modelo de produção industrial, a migração forçada ou a tornar-se sem terra. Ao mesmo tempo, aqueles que eram capazes de produzir, passaram a ser responsáveis por abastecer as grandes cidades, além da produção para os mercados locais. Esses tiveram também que servir de balança, para o estabelecimento dos salários miseráveis oferecidos aos trabalhadores migrantes, em função do controle dos preços dos alimentos pela classe dominante, proprietária do latifúndio e da agroindústria e que ditara as leis do comércio. Daí surgiram os critérios para criação da cesta básica e do salário mínimo.

O latifúndio vai se perpetuando no Brasil, articulado ao modo e ao modelo de produção vigente. As grandes fazendas de produção agrícola e pecuária, acumularam cada vez mais a propriedade fundiária, e o monopólio da terra. À medida que aumenta a concentração de terras, a desigualdade é, conseqüentemente, cada vez mais acentuada. No

⁵⁴Primeiro governo Getúlio Vargas, conhecido também como "Era Vargas" e tratado por muitos como "Projeto Nacional de Desenvolvimento".

campo, as condições foram se tornando ainda mais insustentáveis para os camponeses. Assim, foi-se estabelecendo um novo regime de superexploração, agora sob o novo modelo de produção agrícola capitalista. Ademais, apesar do relativo desenvolvimento da indústria e da agricultura nacionais, a produção agropecuária mantinha-se em função da estrutura de mercado externo sob a forma imperialista de atuação do capital no campo brasileiro, por intermédio da burguesia agrária nacional.

[...], no Censo Agropecuário de 1950 revela-se que 51%, cerca da metade dos estabelecimentos ou proprietários, possui 3% da terra, enquanto a outra metade possui os 97% restantes e que, entre estes últimos, 1,6% do total possui 51% da terra. [...] Sendo que, os 62% que dependem da agricultura e cultivam a terra, mas que não a possuem: os trabalhadores rurais, não estão nessas cifras. [...] Os não possuidores e os aparentes possuidores constituem, juntos, 81% das famílias rurais e da força de trabalho do Brasil. [...] Dito de outra forma, de uma força de trabalho agrícola de quase 10 milhões, mais de 8 milhões (com seus 16 milhões de dependentes) tinham de viver do trabalho que lhes proporcionavam um milhão de latifundiários, dos quais 33.000 e seus familiares (cerca da metade do 1%) possuíam mais de 50% da terra. (Frank, 2011, p. 68-70).

O latifúndio da terra nunca deixou de existir, mas foi se reformulando ao longo da formação sócio-espacial do campo brasileiro, por dentro do modelo de produção agrícola, que também foi se metamorfoseando, sob o modo de produção capitalista, desde o regime escravocrata, à *plantation*, às cadeias industriais do agronegócio. Segundo Novaes (1997, p. 51) *apud* Medeiros (2012, p. 450), "[...] para além dos enfrentamentos teóricos sobre o significado do latifúndio como forma de caracterizar o momento vivido pela formação social brasileira, o que marcou o período [dos anos 1950 e 1960] foi a construção social da figura do latifúndio como 'emblema mítico' que 'sintetizava um conjunto de normas, atitudes e comportamentos atualizados pelo conjunto dos proprietários rurais, respaldados pelo poder local'".

No início dos anos 1980, "o latifúndio ainda se mantinha como um 'emblema mítico', mas já correspondia a um novo modelo de produção (Novaes, 1997, p. 51 *apud* Medeiros, p. 450)". Facó (1962) – em uma de suas reportagens para o jornal "Novos Rumos" do PCB – relata, em forma de denúncia e de maneira telegráfica, o que observara no Rio Grande do Sul a respeito de como "o cerco do latifúndio asfixia a pequena propriedade gaúcha". De acordo com o autor, "[...] a pequena propriedade, num país onde domina o latifúndio, em parte é

esmagada, em parte vive semiasfixiada e outra parte se liquida completamente".

[...] É o latifúndio que recebe a quase totalidade dos créditos bancários em condições vantajosas, é o latifúndio que mantém moratórias de dívidas, quase sempre não resgatadas ao Estado, é o latifúndio que tem em suas mãos as alavancas dos preços, aos quais o pequeno produtor se vê obrigado a submeter-se, é o latifúndio que dispõe de recursos e facilidades para a compra de máquinas e implementos agrícolas, que a pequena propriedade, no Brasil, só excepcionalmente pode comprar, e finalmente o latifúndio rico, nas mãos de famílias ricas, está garantido contra a subdivisão, enquanto a propriedade pobre ou apenas remediada, subdivide-se constantemente, criando-se o minifúndio, que é a sua negação, fruto inevitável do latifúndio onde quer que ele domine e prevaleça, com seu poderio econômico e político, com a sua opressão social. (Facó, 1962).

Tomando como referência os termos colocados acima por Facó (1962), poderíamos nos referir à forma como opera atualmente o agronegócio no campo brasileiro, assim como foi naquele período até a redemocratização e também após. Na verdade, apesar do processo avassalador de territorialização do modelo do agronegócio no Brasil, o velho modelo de latifúndio nunca foi superado, passando a coexistir concomitantemente com a evolução tecnológica da matriz produtiva do agronegócio. Sendo assim, consideramos na análise atual da questão agrária, a permanência do latifúndio; tal qual sobrevive o campesinato e o modo de produção camponês, com o surgimento de uma nova matriz tecnológica e produtiva, a da Agroecologia.

2.3.1 O campesinato e a luta pela terra no Brasil

Como hemos discutido anteriormente, sobre o latifúndio e a questão da terra, todo o período colonial brasileiro foi marcado por conflitos entre os povos escravizados e os senhores donos de terras. Após o fim do regime de escravidão a violência foi se mantendo como fator estrutural na sociedade brasileira. Formara-se então o campesinato, entre os camponeses colonos do Sul do país e os novos povos miscigenados, que foram surgindo durante o período colonial e também após a escravidão.

O surgimento do campesinato se deu em duas vertentes. A primeira, [...], trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa, para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, do Estado do Espírito Santo para o sul. A segunda vertente de formação do campesinato brasileiro teve origem nas populações mestiças que

foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes. Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. Impedida pela Lei de Terras de 1850 de se transformar em pequenos proprietários, essa população passou a migrar para o interior do país, pois, nas regiões litorâneas, as melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam à exportação. A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades. Produto do sertão, local ermo, despovoado, o camponês recebeu o apelido de “sertanejo” e ocupou todo o interior do território do Nordeste brasileiro e nos Estados de Minas Gerais e de Goiás. (Stédile, 2012, p. 28-29).

Demarcamos o início deste ponto com o longo parágrafo acima (Stédile, 2012) para nos localizar no tempo e no espaço. Buscamos trazer os principais elementos da análise sobre conflitos agrários e as questões relacionadas à luta pela terra para melhor compreendê-la. Os conflitos por terra no Brasil existem desde a invasão portuguesa ao território, fruto do processo colonizatório. Segundo o historiador brasileiro Darcy Ribeiro (1995, p. 329)⁵⁵, os povos originários somavam “[...] perto de 5 milhões [de pessoas] nos tempos das primeiras invasões europeias [...]” e “[...] cerca de 300 grupos tribais [...]” (Ribeiro, 1995 *apud* Stédile, 2011). Povos que foram sendo exterminados, sob conflitos. Assim como ocorreu gradualmente com as populações afrodescendentes escravizadas, e após o fim da escravatura com os camponeses, indígenas e quilombolas.

Sinteticamente, foram inúmeras as revoltas protagonizadas pelos povos escravizados trazidos para o Brasil. Desde a resistência do Quilombo de Palmares (1600s) – hoje estado de Alagoas – à Revolta dos Malês na Bahia, a Balaiada no Maranhão, a Cabanagem no Pará, a Sabinada na Bahia, a Revolução Farroupilha (Sul) e os Lanceiros Negros (1835-1840), as revoltas conhecidas como dos Maribondos e das Abelhas em Pernambuco, e a guerra de Canudos no Sertão baiano, durante os 4 séculos de colonização. Sem falar nas históricas lutas indígenas em defesa dos seus territórios: pataxós, caetés, potiguaras, guaranis, xavantes,

⁵⁵RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ianomâmis, guajajaras, tapuias, tupinambá, carijós e muitos outros povos originários brutalmente oprimidos no Brasil.

Sabemos do guerreiro Zumbi [e da guerreira Dandara] e da resistência do quilombo de Palmares durante o século XVII, da defesa dos guaranis, orientados por Sepé Tiaraju, contra a sua redução a escravos em meados do século XVIII, da rebelião dos camponeses do Nordeste contra os novos regulamentos de registro na oitava década do século XIX, da contribuição dos africanos escravizados ao fim da escravidão em 1888, da perseverança até a última gota de sangue dos flagelados de Canudos nos anos 1890, dos colonos grevistas de São Paulo que deram partida ao movimento sindical camponês no início do século XX, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que sustentou durante décadas o movimento, da insistência das Ligas Camponesas de Francisco Julião na Reforma Agrária radical como única solução para os graves problemas do país no começo dos anos 1960, da coragem dos fundadores, em 1963, da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, dos guerrilheiros do Araguaia, membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), único partido que tentou, durante anos, mobilizar os camponeses do sertão na guerra contra a ditadura que ameaçava destruir o seu modo de vida nos anos 1970. (Medeiros, 1989; Welch, 2006 *apud* Welch, 2012, p. 148, grifo nosso).

A expressão do campesinato como tal e da luta pela terra, aparecem pela primeira vez na primeira metade do século 20, quando grupos armados formaram trincheiras em defesa de seus territórios, ocupados após o fim da escravidão. De Norte a Sul do país houveram enfrentamentos ao latifúndio e à exploração dos trabalhadores no campo, que se deram de diversas formas em diferentes territórios, como foi a luta do Cangaço nordestino; a guerra do Contestado no Paraná (1912), das Ligas Camponesas no Nordeste e outras regiões; revoltas como a do Quebra Quilos na Paraíba; além da Guerrilha do Araguaia; e as associações de sem-terras no Rio Grande do Sul.

No período de 1948 a 1954 ocorreram levantes armados que simbolizaram as fortes lutas por Reforma Agrária e justiça social para os trabalhadores rurais. "Quatro importantes acontecimentos marcaram os movimentos camponeses dessa época: a guerrilha de Porecatu [pontal do paranapanema], a revolta de Dona Noca [Maranhão], o território livre de Formoso [Goiás] e o primeiro Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas (Moraes; Stédile, 2012, p. 25, grifo nosso)." Esses levantes endossaram o ressurgimento das Ligas Camponesas no Nordeste, a qual merece especial atenção pela grande experiência das lutas e organização.

As Ligas podem ser de fato consideradas o maior movimento camponês do século 20 no Brasil.

2.3.1.1 As Ligas Camponesas

As Ligas Camponesas se desenvolveram entre os anos de 1954 e 1964. Marcada por grandes conquistas, luta armada, conflitos internos, contradições, perseguições e repressão e um fim destroçado, a organização ganhou uma página histórica no contexto das lutas camponesas pela Reforma Agrária no Brasil. A história das Ligas Camponesas está detalhadamente contada, com propriedade, no 4º livro da Coleção "A Questão Agrária no Brasil" organizada por Stédile (2012)⁵⁶, ou no próprio livro do sociólogo e poeta Clodomir Santos de Moraes⁵⁷, sobre as Ligas, da qual foi militante.

Esse período do mundo rural brasileiro foi extremamente turbulento. As lutas protagonizadas pelas Ligas Camponesas agitaram a luta pela Reforma Agrária e redistribuição de terras para os camponeses. Se por um lado as Ligas reivindicavam a implementação de uma Reforma Agrária radical, que exterminasse o latifúndio da terra no Brasil, por outro; eclodiu e consolidou-se o sindicalismo rural, centralizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil-ULTAB, sob a tutela do PCB, que confiava ao Estado uma proposta de Reforma Agrária institucionalizada, que garantisse direitos para os trabalhadores assalariados rurais.

Num contexto em que se levanta o povo cubano em sua Revolução de 1959, com apoio da União Soviética, inúmeras batalhas foram travadas no Brasil, em diversas regiões e estados, protagonizadas por diversas forças. Uma das grandes experiências foram as lutas pela terra, e conquistas, no Rio Grande do Sul/RS pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra-MASTER, movimento liderado pelo próprio governador do estado Leonel Brizola pelo PTB. Tanto as Ligas, como a ULTAB elevaram sua organização e luta ao nível nacional, se espalhando por vários estados. O MASTER consolidava sua hegemonia no RS. De acordo com Moraes (2012, p. 49), “o Master [...] foi uma organização notoriamente oficialista, criada pelo governador Brizola para impedir que [...] os trabalhadores rurais se filiassem à Ultab ou

⁵⁶ STÉDILE, João Pedro (org.); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). A Questão Agrária no Brasil. v. 4: A história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. 2. ed.. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

⁵⁷ MORAIS, Clodomir Santos de. A história das Ligas Camponesas no Brasil. Brasília: Ed. Iattermund, 1997.

às Ligas. Esse movimento nasceu a partir das invasões de terras, patrocinado também pelo referido governador, com o objetivo político de projetar nacionalmente o seu nome."

A ULTAB convocou o 1º Congresso Camponês Nacional em 1961. A congregação contou com a participação de 1,4 mil delegados, onde 215 eram das Ligas Camponesas e 38 do MASTER, de acordo com Moraes (1997) e Stédile (2012, p. 49). Embora a tentativa fosse unificar forças em prol das massas camponesas de trabalhadores rurais do Brasil, haviam claramente duas grandes vertentes postas em discussão, e que não poderiam ser encaminhadas juntas numa mesma proposta: a vertente radical de Reforma Agrária das Ligas Camponesas; e a vertente institucionalista da ULTAB. O congresso terminou com as palavras de ordem "vivas à reforma agrária radical" e "morte aos latifundiários" ecoando mais forte (Moraes, 2012, p. 50).

Tendo sido fundada pelo militante comunista José Ayres dos Prazeres, as Ligas tiveram como principal liderança o advogado e político Francisco Julião, que se tornou a bandeira do movimento desde a desapropriação do Engenho Galiléia em Pernambuco/PE em 1959. Além deste, muitos outros líderes fizeram ebulir as lutas camponesas das Ligas em diversas partes do país, a exemplo do Padre Alípio de Freitas e o jornalista Porfírio de Sampaio, o próprio Clodomir de Moraes e tantos outros. Durante os anos de tentativa de organização da luta armada, houveram fervorosos conflitos internos que levaram as Ligas a se desmantelarem e se reestruturarem novamente em PE, principalmente depois do rompimento de Julião com a ULTAB/ PCB após o Congresso de 1991.

Em 1962 muitas ações sindicais e camponesas aconteceram em todo o país, com destaque para "A Grande Marcha dos Camponeses", em Brasília e os conflitos armados na região de Sapé na Paraíba. Um conclave entre as forças sindicais, fronteadas pela ULTAB, levaram à fundação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)⁵⁸, num evento que deixou as Ligas de fora daquele que, para Moraes (2012, p. 60), "[...] foi o acontecimento mais importante da história do campesinato brasileiro." Em 1993, "[...] as Ligas Camponesas já haviam se expandido por 13 dos 22 Estados brasileiros. Por sua vez, a Ultab, atuando em todos os estados brasileiros, havia formado centenas de uniões de

⁵⁸O Estatuto do Trabalhador Rural (Lei no 4.214) foi criado em 1993, com a formação da CONTAG.

trabalhadores agrícolas de caráter municipal, que se reuniam em federações estaduais (Morais, 2012, p. 54)".

"As mais poderosas Ligas situavam-se na Paraíba: Sapé, com 12 mil associados, e Mamanguape, com 10 mil [...] e do poderoso Sindicato dos Assalariados Agrícolas de Palmares (Pernambuco) [...], com 34 mil membros, onde parte dos dirigentes e associados recebiam orientações das Ligas e outra parte (seguramente maior) obedecia às orientações da Ultab (Morais, 2012, p. 66)." Nos primeiros meses de 1964 se conseguiu organizar a Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco, com um total de filiados que "somava em torno de 40 mil [...] (Morais, 2012, p. 66-67)." "Na Paraíba, Rio Grande do Norte, Acre e Distrito Federal, onde, no começo de 1964, ainda funcionavam as Ligas, o número de filiados chegava a 30 mil. Pode-se afirmar, portanto, que, nessa época, as Ligas Camponesas congregavam, nacionalmente, entre 70 e 80 mil pessoas (Morais, 2012, p. 67)".

Embora o campesinato buscava organizar-se por meio das Ligas Camponesas e lutasse heroicamente pela Reforma Agrária e por uma verdadeira revolução no Brasil, "nem as Ligas nem a Ultab tinham um programa agrário definido e não tinham ideias claras sobre a Reforma Agrária que reivindicavam para o Brasil. Nesse caso, as duas organizações não eram totalmente culpadas, pois, na verdade, até 1964, a realidade rural brasileira era pouco conhecida (Morais, 2012, p. 71)."

Os poucos livros que tratavam da questão agrária em esfera nacional, como 'População e propriedade da terra no Brasil', de Diégues Júnior; 'Arrendamento e parceria no Brasil', de Clóvis Caldeira, eram de reduzidíssima difusão. Os trabalhos 'Problemas agrário-camponeses do Brasil', de Moisés Vinhas; 'Posse e uso da terra e desenvolvimento socioeconômico do setor agrícola', do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Cida), e 'A Revolução Brasileira', de Caio Prado Júnior, que buscavam apresentar uma visão geral do campo brasileiro, são publicações posteriores à proscrição das Ligas e da Ultab. (Morais, 2012, p. 72).

Assim, enquanto a Ultab buscava conhecimentos da questão agrária brasileira nos artigos de Fragmon Borges, difundidos na publicação esquerdista Estudos Sociais, e nos artigos de Caio Prado difundidos pela Revista Brasiliense, as Ligas possuíam apenas um único manual, que era o livro "Que são as Ligas Camponesas?", preparado por Clodomir Moraes e Francisco Julião, publicado pela Civilização Brasileira. Assim, para as duas organizações de trabalhadores rurais do Brasil, Ligas e Ultab, a reforma agrária não passava de uma palavra de ordem e um ponto de referência para a mobilização das

massas rurais e urbanas. O modelo – supunha-se – haveria de emergir dos próprios camponeses, depois de destruída a estrutura de poder dos latifundiários com a "Revolução Popular". (Morais, 2012, p. 72).

Com um certo definhamento das Ligas Camponesas e da luta armada, principalmente após a invasão da Baía dos Porcos em Cuba pelos EUA em 1961 – numa tentativa de derrubada da Revolução Cubana de Fidel Castro e os guerrilheiros da Sierra Maestra – os planos de realização da Reforma Agrária radical foram caindo em descrença e o trabalhadores se dirigiam cada vez mais à ULTAB, na tentativa de garantir seus direitos básicos. Inevitavelmente as Ligas foram sendo desmobilizadas, em meio as cisões entre "julianistas", esquerdistas e comunistas.

"Para resolver essa crise, os 'julianistas' criaram um organismo político baseado nos princípios do centralismo democrático e na teoria marxista-leninista de organização – contrariamente ao empenho do PCB, que fundava sindicatos – o Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil (CNLCB) (Morais, 2012, p. 97)", que fundou a Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil (OPLCB), numa tentativa, sem sucesso, de evitar o esfacelamento. A Reforma Agrária ficaria nas mãos da ULTAB. “Às Ligas, como todo movimento de opinião pública ajustada à realidade histórica, tiveram um crescimento vertiginoso e 'não encontrou paralelo na história dos movimentos sociais no Brasil' [...]. No entanto, faltou-lhe uma estrutura orgânica compatível com a natureza e a magnitude do movimento (Morais, 2012, p. 75)”.

O golpe militar resultou no mais duro processo de repressão aos camponeses do século 20. Movimentos como as Ligas Camponesas e o MASTER, expressão maior das lutas camponesas dos anos 1950 e 1960, foram dizimados. Em contrapartida, foi criada a primeira lei de regularização fundiária (Lei 4.504), ainda em novembro de 1964, conhecida como o Estatuto da Terra⁵⁹. A lei foi criada no intuito de atender as reivindicações conclamadas por aqueles que faziam a luta camponesa, mas sob comando militar, instituindo um programa de Reforma Agrária, de conteúdo amplo e bastante conciso. Obviamente, aquilo que foi estabelecido no papel, político e juridicamente não foi executado.

⁵⁹MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Latifúndio**. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 447-253.

O Estatuto da Terra introduziu novos conceitos que indicavam diferentes tipos de propriedades da terra: o minifúndio, os latifúndios por extensão e por exploração e a empresa rural. Os critérios de desapropriação foram precisos, ou seja, seriam desapropriados minifúndios, e latifúndios que não cumprissem com a sua função social, sem direito à contestação judicial pelo proprietário, a não ser em termos de valores indenizatórios. A desapropriação foi prevista mediante pagamento da prévia e justa indenização em Títulos da Dívida Agrária (TDA), resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, e tendo em vista a função social da terra. (Oliveira, 2003, p. 50).

Conforme assinalado por Oliveira (2003, p. 51) *apud* Oliveira (2001, p. 186), "a ideia da chamada modernização da agricultura presente no Estatuto da Terra 'não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais urbanos – sobretudo no Centro-Sul do país – em proprietários de terras, em latifundiários". Segundo o autor, "[...] embora o Estatuto tenha sido um documento sério, tenha apresentado um caráter progressista e mostrado uma real preocupação com os interesses dos trabalhadores do campo, foi antes de mais nada a 'reforma agrária' dos militares (Oliveira, 2003, p. 53)".

Ainda no governo João Goulart, sob administração do ministro do Desenvolvimento Rural Celso Furtado, foi criada a Superintendência de Reforma Agrária-SUPRA como parte do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1962). Com a instauração do regime militar, vários órgãos foram criados com o intuito da realização de um processo de reforma agrária, a mais importante pauta social da época. Assim, se constituíram o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária-IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário-INDA, em substituição à SUPRA. Basicamente nada foi feito. O regime engavetou a proposta e reprimiu fatalmente qualquer tipo de reivindicação. Apenas em julho de 1970, a proposta foi reaberta, quando se criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA⁶⁰, pela fusão do IBRA com o INDA.

A partir de então foram lançados os programas de desenvolvimento regional, com a pretensão de promover o desenvolvimento ao interior do país. A partir da criação do

⁶⁰Em 1987 o Incra foi extinto e recriado em 1989 pelo Congresso Nacional, que rejeitou o decreto/lei que o extinguiu, mas o órgão permaneceu semiparalisado, por falta de verba e de apoio político. O órgão ficou vinculado diretamente à Presidência da República, com a criação, em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o Incra. Em 14 de janeiro de 2000, o decreto nº 3.338 criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Programa de Integração Nacional – PIN (1970), foram elaborados o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA (1971), Programa Especial para o Vale do São Francisco – PROVALE (1972), Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA (1974) e Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE (1974). No entanto, esses programas viriam a fortalecer ainda mais o poderio dos latifundiários e grileiros, fomentando o modelo agroexportador.

O desgaste político e institucional da ditadura, a manutenção do regime de superexploração e a negação da necessidade de uma política efetiva de inclusão dos trabalhadores rurais, levaram ao ressurgimento de novas forças organizadas na luta pela terra, sob o risco da brutal repressão proferida pelos militares. Dessa vez o campesinato se utilizaria da sua cultura cristã para criar a Comissão Pastoral da Terra-CPT (1975), que então iniciaria um valioso e necessário processo de investigação e denúncia dos crimes cometidos contra os trabalhadores do campo pelo regime ditatorial.

Abriram-se, então, frentes de apoio à luta dos camponeses. A entrada da Igreja Católica em defesa dos índios e posseiros, via Conselho Indígena Missionário (CIMI) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), e por intermédio de padres e agentes identificados com a Teologia da Libertação, deu maior visibilidade à questão agrária no conjunto da sociedade. Denúncias públicas, reuniões e leituras bíblicas fortalecendo o combate e a resistência foram ações que definiram uma nova dinâmica na política nos conflitos fundiários, a favor dos camponeses. (Oliveira, 2003, p. 54).

A CPT também foi responsável pelos primeiros focos de reorganização dos trabalhadores rurais nos últimos anos do período militar, com a criação das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs junto à Pastoral Social e a CNBB. Esse processo de "renascimento" foi também influenciado pela elucidação da Teologia da Libertação, da Igreja Católica, na América Latina, expressa nas obras do pensador e teórico latino americano Enrique Dussel⁶¹.

2.3.1.2 O MST

A reabertura política e a "redemocratização" trouxeram novas propostas para o desenvolvimento rural e a agricultura brasileira. O país passou a almejar novos processos de

⁶¹DUSSEL, Enrique. **Caminhos de libertação latino-americana**. Vol.4. Tradução: José Carlos Barcelos; Hugo Toschi. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

transformação que viriam a beneficiar as populações rurais. Logo no início do governo de transição de José Sarney (1985-1988), que assumiu a presidência após a morte de Tancredo Neves (primeiro presidente civil democraticamente eleito), se criou o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária-MIRAD⁶² e o novo Plano Nacional Reforma Agrária-PNRA a partir de uma reforma do antigo Estatuto da Terra. O Plano tinha o objetivo de assentar 1,4 milhão de famílias. Mas, este não foi devidamente implementado e apenas 6% desta meta foi cumprida, assentando apenas 90 mil famílias.

Nesse período já haviam surgido as novas forças populares em defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora, como a maior central sindical da história do país, a CUT (Central Única dos Trabalhadores); e o Partido dos Trabalhadores-PT, que viria a se tornar o maior partido organizado pelos trabalhadores do continente e assumir o governo federal em janeiro de 2003. No campo, surgiram novos movimentos de luta pela terra, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, o qual viria a tornar-se o maior movimento de massas da América Latina. O Movimento se apoiara na nova lei de reforma agrária para organizar o campesinato para lutar por terra, Reforma Agrária e transformação social. Também nasceram nessa época o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e o Conselho Nacional dos Seringueiros-SNS. “Esses movimentos levaram à tona a necessidade de uma discussão sobre a reforma agrária e o questionamento sobre o pacto político e econômico mantido entre o governo e a elite dos grandes proprietários de terra (Oliveira, 2003, p. 54)”.

A nova Constituição de 1988 estabelece, nos artigos 184 e 186, o direito à desapropriação de terras improdutivas para as populações rurais, em virtude do cumprimento da função social da terra. No entanto, a lei também deixara brechas para muitas interpretações, que faziam com que ela não se efetivasse ou fosse boicotada. Embora a nova constituição de 1988, fruto das lutas da classe trabalhadora, tenha redefinido teoricamente os rumos do país, na prática as estruturas de poder econômico, em todas as esferas, não foram de fato reestruturadas.

Art. 186 – A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento

⁶²O MIRAD foi extinto em 1989, passando a responsabilidade pela reforma agrária ao Ministério da Agricultura.

racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (Constituição Federal *apud* Movimento Sem Terra, 2022).

O MST viria a protagonizar um longo processo de luta pela terra em todo o Brasil, que permanece até hoje. Nascido oficialmente em 1984, em virtude do seu 1º Congresso Nacional em Cascavel (Paraná)⁶³, o Movimento surgiu a partir das primeiras ocupações de terra no Brasil – fazendas Macali e Brilhante (1979) e fazenda Annoni (1981)⁶⁴ – e se tornou símbolo de luta camponesa, trabalho e produção no campo. Segundo Paulino e Fabrini (2008, p. 251), "no I Congresso do MST, realizado em 1985, foi definida a seguinte palavra de ordem: sem reforma agrária não há democracia. A prioridade dos sem-terra era a sua organização interna e a realização de ocupações nos vários Estados do Brasil." De acordo com os autores, "nesta mesma época foi ocupada a fazenda Primavera, em Andradina/SP. No Mato Grosso do Sul/MS ocorreu, no início da década de 1980, a luta de resistência na terra pelos camponeses arrendatários que trabalhavam na derrubada das matas e formação de pastagens nas fazendas localizadas em Naviraí, Itaquiraí e Glória de Dourados. Além da ação dos brasiguaios, que retornavam para o Sul do MS, montando acampamentos em vários municípios (Paulino; Fabrini, 2008, p. 250)".

O Movimento tem inspiração nas lutas dos povos que o antecederam; bem como nas revoluções mexicana, nicaraguense e cubana do século 20; além de expressar a ressurreição das lutas e organização das Ligas Camponesas e do MASTER. O MST⁶⁵ surgiu também acompanhado da teologia da libertação e do trabalho da Pastoral Social, CPT e CEBs. "No mesmo período também ocorreram, no Paraná, a luta dos agricultores que perderam suas terras com a barragem de Itaipu, através do 'Movimento Justiça e Terra' que reivindicava a justa indenização das terras; e em Santa Catarina a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo-Erê (Paulino; Fabrini, 2008, p. 250)".

No contexto da redemocratização brasileira, da nova Constituição de 1988 até a

⁶³Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST (website: <https://mst.org.br/>).

⁶⁴Essa ocupação é um marco na história do MST, simbolizando a união dos trabalhadores colonos sem terra e do RS, em prol da conquista da terra e em detrimento do latifúndio improdutivo. A conquista foi celebrada em ato público com cerca de 15 mil pessoas na Encruzilhada Natalino, Ronda Alta (RS).

⁶⁵STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

década de 1990, os conflitos se acentuaram no campo. Os grandes latifundiários, que já haviam avançado sobre os territórios camponeses sob a tutela do regime militar, não admitiram a nova lei agrária, em razão da qual se defendia e se exigia a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas, a regularização fundiária com redistribuição de terras para os trabalhadores rurais; e legitimava a luta do MST pela reforma agrária.

No bojo dos debates entre as distintas forças políticas na construção da Assembleia Nacional Constituinte – que pariu a atual Constituição Federal do Brasil –, se posicionava contra os camponeses e em defesa do agronegócio e do latifúndio, a Frente Parlamentar da Agropecuária, que deu luz a UDR (União Democrática Ruralista), o grupo mais conservador do país. A UDR – casta que sobrevive até hoje⁶⁶, formada por grandes proprietários de terras ou latifundiários, como a sua principal liderança, fundador e presidente, Nabhan Garcia⁶⁷ – tornou-se o maior inimigo do campesinato. Nesse período o grupo pressionou o congresso e ameaçou as organizações e Movimentos de trabalhadores rurais contra a aprovação de leis relacionadas à desapropriação de terras.

Atualmente, organizado em 24 dos 27 estados brasileiros, o MST aglomera cerca de 350 mil famílias camponesas em assentamentos e acampamentos. Em 38 anos de luta (2022), este organiza cerca de 160 cooperativas, 120 agroindústrias e mais de 2600 associações de produtores e produtoras espalhados pelo país. Com alto nível de organização política, o Movimento impulsionou a criação da Via Campesina Internacional-LVC (1993) e influenciou a criação de outros Movimentos Sociais no Brasil, rurais e urbanos, como o MAM (Movimento Nacional de Luta pela Soberania Popular na Mineração), o Levante Popular da Juventude por exemplo. O Movimento Sem Terra pauta fortemente a questão agrária no país, disputando as trincheiras da fronteira agrícola, na luta pela construção de um novo modelo de agricultura, baseado na matriz tecnológica da Agroecologia, que, de acordo com o Movimento⁶⁸, só será possível com uma grande Reforma Agrária Popular⁶⁹.

⁶⁶Expressa no que se conhece atualmente como a Bancada Ruralista, majoritária do setor agrário e atuante no Congresso Nacional, formulando leis e tomando decisões políticas para a sustentação e beneficiamento direto do agronegócio.

⁶⁷Nabhan Garcia foi presidente do INCRA no governo Bolsonaro.

⁶⁸"Movimento", aqui, responde por: voz coletiva do MST, ou o pensamento político da organização, expresso em documentos, falas, notícias etc, vindas de seus líderes.

⁶⁹A Reforma Agrária Popular é o atual projeto político do MST definido a partir do 6º Congresso Nacional do Movimento em 2014 e estabelecido no seu Programa Agrário. O tema será tratado adiante com mais profundidade.

3 CHINA: QUESTÕES AGRÁRIAS E CAMPESINATO – DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA A ABERTURA CONSERVADORA E A NOVA ERA XI JINPING

Tudo aconteceu tão rápido que ainda não tivemos tempo de nos surpreender. (Vaclav Havel, ex-presidente da República Checa)

Tabela 2 – Indicadores básicos sobre a China.

Área territorial	9.596.960 km ²
População	1.439.323.774 habitantes
Densidade demográfica	153,31 hab/km ²
Produto Interno Bruto-PIB	14.722.801 (US\$ × 1000000)
PIB per capita	US\$ 10.229
Índice de Desenvolvimento Humano-IDH	0,761
Áreas Cultivadas	14,4 % da área total
População rural	38,6 %
Incidência de subnutrição	< 2,5 %

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE Países, 2021.

Figura 2 – Mapa político da China.

Fonte: Guia Geográfico

3.1 Mao Tsetung e a revolução camponesa

Diferentemente dos países ocidentais, que passaram por distintos modos de produção até chegar ao capitalismo em suas diferentes fases, a China passou por etapas de desenvolvimento com características bastante particulares, ou do "modo de produção asiático". Não houve, no país, uma revolução industrial ou qualquer processo de desenvolvimento capitalista, como os que ocorreram nos países centrais e nos EUA. Mas sim, um longo processo de revolução que culminou no regime socialista. Além disso, é importante considerar o caráter milenar da sociedade chinesa, que passou por várias dinastias até chegar a República em 1911 e a República Popular a partir de 1949.

A história chinesa é marcada por sucessivas dinastias e impérios e sucessivas guerras por disputa de poder e território, como as guerras imperiais entre o Império Mongol de Genghis Khan e a Dinastia Jin pela conquista do território da Manchúria, que hoje integra a China continental; as guerras entre as dinastias imperiais Jin, Song, Han, Qing; as duas grandes Guerras do Ópio e os 100 anos de humilhação, até o fim da última Dinastia Qing e fundação da República da China com a Revolução Xinhai/辛亥 de 1911, liderada pela Tong Menghui (Liga Unificada) de Sun Yat-sen⁷⁰.

A ideia de Dr. Sun Yat-sen era a reconstrução da nova China a partir da chamada "Regeneração da Sociedade Chinesa" (興中會), após 100 anos de imperialismo europeu e estadunidense, chamados 100 anos de humilhação, marcados por todos os tipos de concessões, abusos e atrocidades. No entanto, o processo se esfacelou em menos de um ano, quando o general Yuan Shikai – que havia servido à última família imperial⁷¹ – deu um golpe militar e assumiu o poder.

Esse movimento levou o país à "Guerra dos Senhores", enquanto o Dr. Sun reorganizava o front que viria a se consolidar como Kuomintang-KMT (Partido Nacionalista Chinês), baseado na filosofia dos "Três Princípios do Povo", idealizados por Sun: mín zú/民族主義 (nacionalismo), mín quán/民權主義 (democracia) e mín shēng/民生主義 (bem estar social). A primazia do KMT unificaria as forças nacionalistas, mas a política de conciliação da China com os imperialistas levaria os estudantes a se rebelarem no Movimento conhecido como "4 de Maio", em 1919, e à criação do Partido Comunista Chinês-PCCh em 1921⁷².

O modo de produção chinês passou a ser caracterizado por um sistema econômico parecido com o regime feudal na Europa. Quer dizer, a China era um país basicamente camponês, submetido a um regime de exploração pelos senhores de terras. Assim como no Brasil, na China, o latifúndio era uma espécie de autarquia, e foi também frente a esse modelo que os comunistas se levantaram. O KMT passou por vários conflitos internos até a morte de Sun Yat-sen em 1925⁷³, quando assumiu o comando do Partido o general Chiang

⁷⁰Sun Yat-sen foi o primeiro grande democrata chinês, considerado o "pai da república".

⁷¹Esta havia deixado como herdeiro, o imperador Puyi, com 6 anos de idade em 1912.

⁷²Em 2021 o Partido Comunista da China completou 100 anos, com festejos e celebrações por todo o país.

⁷³Em 1924 havia partido também o maior líder revolucionário do século 20, que liderou a Revolução Soviética de 1917, Vladimir Lenin.

Kai-shek, quem estabelecera uma nova ditadura nacionalista no país. O regime atacou fortemente os comunistas chineses. A ordem era o extermínio. Isso ficou explícito após a derrota dos comunistas para as forças de Chiang Kai-shek, no que ficou conhecido como Massacre de Xangai, em 1927, com o assassinato em massa dos integrantes da chamada Comuna de Xangai⁷⁴.

Com o, praticamente, extermínio da Comuna de Xangai, se cria uma crise de concepções no interior do Partido Comunista. O Partido então iniciara uma estratégia de reorganização das forças revolucionárias, incluindo a perspectiva de organização dos camponeses, a partir das ideias de Mao Tsetung. Após estudo realizado na província de Hunan, Mao esclarece a capacidade de luta e organização dos camponeses e debate a linha política de fortalecimento das lutas camponesas pelo Partido, criando assim uma ala vanguardista da revolução. Esse processo vai desembocar em uma guinada nos rumos da revolução socialista em curso.

O processo Chinês esgarçou, da forma mais emblemática possível, a "revolução camponesa"⁷⁵. A Revolução Socialista liderada por Mao Tsetung ao comando do Exército Popular de Libertação-EPL e do Partido Comunista da China-PCCh, produziram a maior guerrilha camponesa revolucionária da história. Assim como na Rússia, na China houveram discussões fervorosas dentro do Partido Comunista sobre o caráter revolucionário dos camponeses, com críticas severas à Mao Tsetung, que capturou inteligente e audaciosamente as características da sociedade chinesa da época, apontando o perfil semi-feudal dos camponeses e semi-colonial dos senhores de terras, caracterizando-os assim como classes antagônicas determinantes na lutas de classes na China.

A China era um país camponês – como o é em grande medida até hoje –, onde todavia não havia ocorrido mudança do modo de produção até o processo revolucionário, o que dava ao país características bastante distintas da Europa de Marx e da Rússia de Lenin. Portanto, o

⁷⁴O massacre de 12 de abril de 1927 foi chamado de "a purificação do Partido" (清党) pelo KMT, enquanto o PCCh refere-se ao fato como o "Massacre de Xangai de 1927", "golpe anti-revolucionário de 12 de abril" (四一二反革命政变) ou "Tragédia de 12 de abril" (四一二惨案). Comunistas foram presos ou executados por Chiang Kai-shek em uma tentativa de destruir a influência do PCCh. Ao longo de várias semanas após o massacre, ocorreram prisões e execuções em áreas da China controladas por Chiang e seus aliados, incluindo o co-fundador do Partido Comunista Chinês, Li Dazhao, em Pequim.

⁷⁵Antes do processo chinês já se havia conhecido a revolução camponesa no México, que teve semelhanças memoráveis com aquela na China.

campesinato compunha a imensa maioria de trabalhadores pobres do país. Segundo Mao (1926), "o proletariado industrial moderno conta, atualmente, com cerca de dois milhões de indivíduos. Esse número reduzido explica-se pelo atraso do nosso país no plano econômico (Tsetung, 1975, p. 9)." Em sua "Análise das Classes na Sociedade Chinesa" (1926), Mao já havia deixado claro o papel central do campesinato na Revolução Chinesa, incluindo-o no que chamou de "semi-proletariado".

A esmagadora maioria dos camponeses semi-proprietários e os camponeses pobres formam uma massa rural enorme. Aquilo que se designa por problema camponês é, no essencial, o problema relativo a essas categorias. As explorações dos camponeses semi-proprietários, dos camponeses pobres e dos pequenos artesãos são caracterizadas por uma produção ainda mais reduzida do que a dos camponeses proprietários e a dos proprietários de empresas de artesanato. Embora a maioria esmagadora dos camponeses semi-proprietários e os camponeses pobres constituam o semi-proletariado, essas duas categorias, tomadas em conjunto, dividem-se ainda, segundo a situação econômica, nas camadas superior, média e inferior. (Tsetung, 1975, p. 8).

Durante a primeira metade do século 20, a China possuía ao redor de 500 milhões de habitantes, dos quais cerca de 90% eram camponeses. Entretanto, o PCCh havia sido forjado entre os representantes da classe operária urbana. Após tentativas frustradas de transgressão da ordem dominante no seus primeiros anos e a constatação da ainda incipiente força revolucionária do operariado de Shangai, Pequim e Nanjing, houveram digressões internas que levaram à crises no interior do Partido, principalmente entre os que apoiavam as ideias de Li Lisan⁷⁶: a linha do operariado (deixa de lado as lutas camponesas para evitar outro enfrentamento direto com o KMT) e de Mao Tsetung⁷⁷: a organização das bases camponesas como vanguardas (mantendo o operariado como classe dirigente da revolução).

Mao Tsetung observara que a força viva revolucionária urbana, não seria suficiente para uma tomada de poder popular e muito menos para a instauração e manutenção de uma ditadura do proletariado, dada a sua ínfima proporção. Sua insurreição levaria a massacre atrás de massacre. Mao viria que o interior do país contava com uma massa muito maior,

⁷⁶A "linha" de Li Lisan era apoiada pelo então Secretário Geral do Comitê Central do Partido Chen Duxiu e era considerada "aventureirismo" por Mao Tsetung, que não via capacidade suficiente para enfrentamento às tropas de Chiang Kai Shek pelos operários naquele momento.

⁷⁷Li considerava a estratégia de Mao uma espécie de "peleguismo", mas esta era apoiada por Zhou Enlai no interior do Partido e foi aprovada também por Li Dazhao (considerado principal fundador do PCCh junto a Chen Duxiu e morto em 1927 pelas tropas do KMT).

numericamente, onde os revolucionários deveriam encontrar uma força vanguardista capaz de enfrentar a invasão imperialista e os nacionalistas conservadores do KMT.

Para provar a sua tese – após intensas discussões sobre qual seria o destino da revolução – Mao deixou Pequim⁷⁸ para fazer um estudo de campo na província de Hunan (onde se ouvia sobre os focos de levantes camponeses). Em sua investigação Mao fez uma radiografia do movimento camponês daquele território e performou uma análise minuciosa do campesinato, identificando nele um potencial revolucionário que até então não alcançara as vistas do Comitê Central do Partido.

O "Relatório Sobre Uma Investigação Feita em Hunan a Respeito do Movimento Camponês" (1927), foi apresentado ao Comitê Central do Partido e Mao deixou claro o que observara. "Em muito pouco tempo, nas províncias do Centro, Sul e Norte da China, várias centenas de milhões de camponeses hão de levantar-se como um poderoso furacão, uma tempestade, uma força tão vertiginosa e violenta que nenhum poder, por maior que seja, poderá deter (Tsetung, 1975, p. 14)." Mao percebeu o grande potencial das lutas insurgentes dos camponeses em Hunan e previu a expansão do movimento para outras regiões do país. Como resultado da sua práxis, Mao constatou a presença de associações camponesas em 37 dos 65 distritos da província (Hunan) de cerca de 20 milhões de camponeses, com mais ou menos metade desses (10 milhões) organizados nas associações, que contavam com aproximadamente 2 milhões de filiações. Ao final já eram em torno de 4.5 milhões de filiados.

Mao Tsetung se encarregou de uma pesquisa detalhada, prática que ele mesmo chamou de "método científico". Segundo Mao, "quem não investiga não tem direito a fala". Para ter propriedade para falar era preciso pesquisar, investigar. Para Mao, "a investigação pode ser comparada aos longos meses de gravidez e a solução de um problema até o dia do nascimento, investigar um problema é, na verdade, resolvê-lo (Ze, 1930)." Mao criticava veementemente a forma equivocada como alguns de seus camaradas desenhavam a estratégia

⁷⁸Mao Tsetung é originalmente de família camponesa de Hunan, conhecia bem o território e tinha enorme facilidade para lidar com os camponeses, inclusive falando vários dos seus dialetos locais. Mao havia trabalhado como assistente na biblioteca da Universidade de Pequim, quando fora fortemente influenciado por Li Dazhao (que dava aulas na universidade). Dazhao era ocasionalmente adepto de uma revolução chinesa autônoma, embora marxista-leninista; enquanto Chen Duxiu seguia estritamente os preceitos soviéticos, adotando uma linha marxista mais ortodoxa.

política do Partido, o que considerava fruto da falta de investigação e análise da realidade chinesa. Para Mao, seus camaradas reproduziam a lógica da experiência soviética, sem considerar as particularidades chinesas. Obedeciam uma lógica ortodoxa da análise marxista, não dialética, deixando escapar os verdadeiros elementos da luta de classes na China, o comportamento das classes, a correlação de forças, e o caráter revolucionário do campesinato.

Mao Tsetung (1927) observara que "as regiões rurais necessitam duma enorme onda revolucionária, já que só isso pode despertar o povo por milhões e convertê-lo numa força poderosa (Tsetung, 1975, p. 18)." Mao viu nos camponeses a vanguarda da revolução e descreveu "Quatorze Conquistas Importantes" das associações camponesas de Hunan, trazendo em seu relatório os resultados quali e quantitativos do campesinato e o seu potencial revolucionário, capacidade organizativa, de mobilização e poderio militar.

Mao desenvolve uma práxis objetiva e fundamental para o avanço do processo revolucionário. Enxerga no conjunto da classe trabalhadora operário-camponesa a possibilidade de "existir o poder vermelho na China". Em 1928 é levada a cabo a importante batalha nas montanhas de Tchincam, onde Mao (1928) elabora sobre a situação das bases revolucionárias, quando trata das questões militares, políticas e organizativas; e sobre "a questão da terra" naquele território: "dada a situação agrária, é possível conquistar o apoio da maioria da população para o confisco e a redistribuição de toda a terra." Mao tinha clareza do processo revolucionário o qual conduziria, bem como da capacidade de organização e luta camponesa. Embora, não fugia da linha política e da centralidade sino-soviética.

[...] Em termos gerais, a população no campo está dividida em três classes: a classe dos grandes e médios senhores de terras, a classe intermédia dos pequenos senhores de terras e camponeses ricos, e a classe dos camponeses médios e pobres. Os interesses dos camponeses ricos estão muitas vezes ligados aos dos pequenos senhores de terras. As terras dos camponeses ricos formam apenas uma pequena percentagem do total mas, se incluirmos as terras dos pequenos senhores de terras, o total é considerável. Provavelmente, esse é mais ou menos o caso em todo o país. A política agrária que se tem seguido nas regiões de fronteira é a do completo confisco e integral redistribuição das terras; assim é que, nas regiões vermelhas, tanto a classe dos déspotas e nobres, como a classe intermédia, encontram-se simultaneamente atacadas. Essa é a nossa política mas, na sua execução atual, temos encontrado sérios obstáculos, suscitados pela classe intermédia [...]. (Tsetung, 1975, p. 71).

Ao discorrer sobre o "caráter da revolução", Mao (1928) explicita a sua posição:

Nós estamos inteiramente de acordo com as decisões da Internacional Comunista sobre a China. Atualmente, a China ainda não está, de facto, senão na etapa da revolução democrática burguesa. O programa duma revolução democrática consequente na China compreende, em política exterior, a derrocada do imperialismo e a libertação nacional total, enquanto que, em política interior, compreende a liquidação do poderio e da influência da burguesia compradora nas cidades, a conclusão da revolução agrária, a abolição das relações feudais no campo e a derrocada do governo dos caudilhos militares. Só por meio dessa revolução democrática se poderá estabelecer uma base real para a passagem ao socialismo [...]. (Tsetung, 1975, p. 80).

Mao Tsetung (1929) se dedicou arduamente a combater as "concepções erradas no seio do Partido". Seus esforços estavam em identificar vícios e desvios esquerdistas entre os principais dirigentes e formar politicamente uma direção que pudesse ser responsável por dar centralidade e constituir a organização política do Partido na base. Mao fez um chamado à tarefa política de organizar o campesinato e concretizar o corpo político-organizativo e militar, para estruturação do Partido e do Exército Vermelho. Para isso era preciso fazer uma revisão do método de organização e formação político-ideológica dos quadros revolucionários para uma práxis marxista-leninista.

Em 1930, Mao Tsetung lidera o maior levante camponês já visto até aquele momento e chama a atenção para a análise das forças subjetivas da revolução. Mao (1930) critica o que chamou de "puxismo"⁷⁹ entre camaradas do Partido e apontou para o fato de que "embora as forças objetivas da revolução chinesa sejam [...] fracas, como as da contra-revolução também o são correspondentemente, o auge revolucionário verificar-se-á certamente mais cedo na China do que na Europa Ocidental (Tsetung, 1975, p. 100)". Ao se deparar com o vulcão em ebulição que ele mesmo incendiara, Mao invoca um velho provérbio chinês que deu nome ao seu informe ao Partido: "uma faísca pode incendiar toda a pradaria". Mao pontua os elementos centrais da sua análise e reafirma a importância da questão camponesa. "Os

⁷⁹Termo que ele mesmo classificou como "impetuosidade revolucionária" que "puxa" a revolução ao invés de impulsionar. Uma indisposição de membros do Partido, causada pela má análise das forças subjetivas da revolução.

levantamentos no campo se revestem de uma amplidão tal que se estendem hoje a todo o país (Tsetung, 1975, p. 99)." E conclui:

[...] compreender-se-á quão justa é a palavra de ordem do poder democrático operário e camponês. [...] compreender-se-á esse outro fenómeno estranho, ligado, aliás, à guerra intestina prolongada no seio das classes dominantes – e que constitui por si mesmo um fenómeno único que não existe em parte alguma, a não ser na China – a saber: a existência e o desenvolvimento do Exército Vermelho e dos destacamentos de guerrilhas e, paralelamente, a existência e o desenvolvimento de pequenas regiões vermelhas que crescem no meio do cerco do poder branco (em parte nenhuma, a não ser na China, se observa fenómeno tão estranho) [...]. (Tsetung, 1975, p. 99).

Em 1931 se concretiza o evento que demarca os rumos da Revolução Chinesa e da liderança de Mao Tsetung à frente do Partido Comunista e do Exército Vermelho, a Revolução Agrária da China, quando o poder popular camponês se estabelece em toda a região de Hunan, ratificando aquilo que Mao já houvera anunciado em 1927 quando do seu relatório de investigação sobre o movimento camponês. De acordo com Mao,

[...] uma revolução não é o convite para um jantar, a composição duma obra literária, a pintura dum quadro ou a confecção dum bordado; ela não pode ser assim tão refinada, calma e delicada, tão branda, tão afável e cortês, comedida e generosa. Uma revolução é uma insurreição, é um ato de violência pelo qual uma classe derruba outra. A revolução no campo é a revolução por meio da qual a classe camponesa derruba o poder da classe feudal dos senhores de terras [...]. (Tsetung, 1975, p. 18).

Mao Tsetung, o grande timoneiro, liderou a Revolução Agrária de Hunan. O feito rendeu ao comandante grande prestígio dentro do Partido. Sua liderança foi consolidada no movimento que ficou conhecido como "A Grande Marcha" (1934-1935), quando Mao liderou o Exército de Libertação Nacional-EPL no longo caminho de regresso aos interiores do país, que culminou na tomada de Yan'an em 1935, onde se estabeleceu a grande base do PCCh para as lutas que desembocaram na Revolução de 1949.

[...] Havia uma grande preocupação dos dirigentes e das massas revolucionárias porque o Partido Comunista Chinês havia sido forjado no meio rural e a Revolução, sendo de extração camponesa, deveria ser caracterizada como uma revolução camponesa, ao contrário da Revolução Soviética que contava com camadas urbanas representadas por operários e intelectuais. Na prática, o que ocorreu na China durante todo o período que vai da constituição da

República, fundada em 1912, até a Revolução Maoísta (1949) foi um movimento revolucionário vindo do campo que combinava a resistência à ocupação estrangeira com a organização dos camponeses em busca de direitos. Tendo como base esses movimentos, desde o início do período revolucionário, havia uma preocupação de parte de seus dirigentes em atuar diretamente nesse setor, mudando a face do campo com o objetivo de criar um socialismo com uma cara rural. (Belik, 2019, p. 39).

Em 10 de outubro de 1949 foi estabelecida a República Popular da China (RPC), depois de um longo processo revolucionário, onde os comunistas, liderados por Mao Tsetung, tiveram que fazer alianças táticas com o KMT de Chiang Kai-shek para enfrentar as duas invasões japonesas: a primeira em 1927 – marcada por um dos episódios mais repugnantes da história das guerras sino-japonesas, com a invasão e "estupro de Nanjing"⁸⁰ -; e a segunda que durou de 1937 até 1945 quando o império japonês foi derrotado e expulso do país; até a guerra civil contra o KMT e a vitória dos comunistas (1945-1949).

3.2 A RPC e a era Mao Tsetung

A partir de 1949, principalmente de 1950-1958, foi implementado na nova República Popular da China-RPC um programa de reforma agrária de cunho popular e integral, com um grande processo de redistribuição de terras para o campesinato. Uma espécie de experiência nacional daquilo que já havia sido estabelecido em Hunan em 1931. Ainda em 1947 o PCCh já havia criado o programa básico da Lei de Reforma Agrária chinesa. O processo de reforma agrária, assim como o processo chinês como um todo, foram destrinchados de forma quali quantitativa por Pomar, W. (2015) em "O Enigma Chinês". Segundo o autor,

O sistema de propriedade fundiária na China era extremamente desigual. Os latifundiários e os camponeses ricos, cerca de 10% da população rural, ocupavam mais de 70% das terras cultivadas. No outro polo, os camponeses médios e pobres e os assalariados, constituindo mais de 90% da população rural, ocupavam 30% das terras cultivadas e eram subordinados a formas de exploração que geravam consequências desastrosas para toda a sociedade. (Pomar, W., 2015, p. 96).

A medida em que o EPL ou Exército Vermelho, dos camponeses, avançava com o

⁸⁰Consideramos aqui uma importante revisão sobre o início da 2ª Guerra Mundial, que deveria ser considerada a partir do massacre de Nanjing, China, com a invasão Japonesa em 1927. O ataque, também conhecido como "o estupro de Nanjing" (Chang, 1997), resultou no assassinato de cerca de 300 mil chineses e estupros em massa de mulheres chinesas (CHINA).

processo revolucionário, já nos últimos anos da Guerra Civil contra o KMT, com sua derrocada, eram instituídas os novos marcos da lei de terras que viriam a se configurar institucionalmente como a nova Lei de Reforma Agrária promulgada posteriormente. Os principais artigos dessa lei instituíram o que vemos no quadro a seguir.

Tabela 3 – Os 6 artigos principais da Lei de Reforma Agrária chinesa de 1950.

Art. 1 – É abolido o sistema agrário de exploração feudal e semifeudal. Fica instituído o sistema agrário de terra para quem a trabalha. Art. 2 – São abolidos todos os direitos de propriedade territorial dos latifundiários. Art. 3 – São abolidos os direitos territoriais de todos os santuários, templos, monastérios, escolas, instituições e organizações ancestrais. Art. 4 – São cancelados todos os débitos contraídos na zona rural antes da reforma do sistema agrário. Art. 5 – Os órgãos executivos para a reforma do sistema agrário deverão ser: assembleias de camponeses de aldeia e comitês eleitos por eles; assembleias da Liga de Camponeses Pobres ou organizações de camponeses sem-terra ou com pouca terra nas aldeias e comitês eleitos por elas; congressos de camponeses de aldeia, distrito, província ou outro nível e comitês eleitos por eles. Art. 6 – Todas as terras latifundiárias e públicas das aldeias passam para a responsabilidade das associações camponesas que, juntamente com os demais habitantes da aldeia, sem distinção, devem unificá-las e redistribuídas igualitariamente.

Fonte: Elaboração própria, com base em POMAR, Wladimir (2015, p. 96)

Esse Projeto de Lei de Reforma Agrária, com um total de 16 artigos, conduziu a uma ampla e verdadeira insurreição camponesa, paralelamente ao avanço das tropas do exército popular. Conhecida [...] como *fanshen* – contar com as próprias forças – esse vigoroso levante, [...], foi muito além da redistribuição das terras e dos meios de produção dos latifundiários e dos camponeses ricos. Adotou uma série de práticas de igualdade entre os sexos, estudo de conhecimentos agrônômicos e alfabetização que representavam não só uma revolução na propriedade territorial, mas em muitos outros campos das relações camponesas. Assim, a 28 de junho de 1950 quando foi promulgada a Lei de Reforma Agrária, o *fanshen* já se havia implantado em muitas regiões. Isso incluiu, segundo historiadores ocidentais, a eliminação física de 800 mil a um milhão de latifundiários, cuja crueldade era bem conhecida. (Pomar, W., 2015, p. 96).

Até 1952 foram distribuídos 47 milhões de hectares, cerca de 50% das terras cultivadas, entre 300 milhões de camponeses. Para cada família coube aproximadamente 0,4 ha. Os camponeses médios continuaram, em geral, com suas parcelas e seus instrumentos de trabalho. Aos camponeses ricos, por sua vez, foi entregue uma parcela correspondente ao que efetivamente eles poderiam trabalhar com seu próprio esforço; o restante de sua terra e de seus meios de produção foi entregue aos camponeses que não os tinham. Os antigos latifundiários, não culpados de crimes, receberam, do que lhes foi confiscado, o necessário para trabalhar por sua conta. Desse modo, os camponeses pobres e médios passaram a ocupar 90% das terras e os

ricos somente 8%. (Pomar, W., 2015, p. 96).

A Revolução Chinesa foi um grande processo de transformação social protagonizado pelo campesinato, resultando (no que se refere a questão agrária) em completa coletivização de terras, com redemocratização e regularização fundiária; e no desenvolvimento agrícola do país a partir da implementação de uma série de políticas estruturais no campo, pelo governo maoísta após a revolução, fincadas na propriedade estatal e no trabalho coletivo, desenvolvendo um novo modelo agrícola. Com a ajuda externa da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)⁸¹, por meio do envio de máquinas e equipamentos; o uso dos meios expropriados pelos trabalhadores; a força de trabalho ou mão de obra camponesa e o próprio modelo organizativo, o país buscava criar as condições para a elevação dos níveis de produção industrial e crescimento econômico, que o colocaria em um novo patamar de desenvolvimento de suas forças produtivas.

Feita a reforma agrária e estabelecido o princípio "terra para quem nela trabalha"⁸², o campesinato era mais do que nunca a força motriz da revolução. No trabalho produtivo no campo contava-se com a participação equitativa de homens e mulheres trabalhadores (as)⁸³, que somaram forças para levar adiante a nova etapa da revolução comunista, sem exploração e espoliação por parte de outros países ou da burguesia nacional. Esse período foi o mais difícil da história recente da China. Mas, o campesinato, que já havia sido o grande protagonista do processo revolucionário, não só avançou como logrou elevar o socialismo a um novo estágio, com desenvolvimento industrial, econômico e tecnológico.

Inspirados pela experiência soviética, os chineses dão início a um período de planejamento econômico com planos quinquenais e metas visando, principalmente, ao aumento na oferta de alimentos. Como ponto de destaque, há um grande incentivo para a produção de grãos, especialmente o arroz, que é a base da alimentação chinesa. Para esse período vale destacar também a questão da infraestrutura, com a

⁸¹Frente aos limites das capacidades técnico científicas chinesas, a União Soviética, que a essa altura, sob o comando de Joseph Stálin, já detinha grande poderio industrial e tecnológico, serviu como braço estrutural para o desenvolvimento chinês.

⁸²Embora tenha tornado-se conhecido no Ocidente a partir da Revolução Mexicana de 1910, o slogan "terra para quem nela trabalha" ou "aquele que cultiva a terra deve possuí-la", já era parte também da filosofia de Sun Yat-sen na Revolução Xinhai de 1911 e se materializou com a revolução maoísta de 1949.

⁸³Das questões mais relevantes no processo revolucionário do campesinato chinês, está a criação de duas práticas orientadas por Mao Tsetung. O estabelecimento de: 1) espaços educativos para as crianças e 2) cozinhas coletivas com trabalho equitativo, em cada cooperativa e aldeia camponesa do país. Estas práticas estão hoje presentes nos espaços de organização e luta do MST no Brasil, como forma de garantir a participação das mulheres no trabalho intelectual e produtivo, não só doméstico.

abertura de estradas e o maior acesso dos camponeses a novas áreas de produção. Do ponto de vista da organização do sistema de produção, o grande desafio era a mudança colocada pela coletivização, que em um primeiro momento provocou uma enorme desestruturação da produção agrícola. (Belik, 2019, p. 39-40).

A China ancestral tinha uma tradição de terras que passavam de geração a geração de forma hereditária. Com a introdução da coletivização o sistema arcaico de incentivos e direitos de propriedade sobre a produção perdem substância e os pequenos lotes passam necessariamente a produzir de forma coletiva. Mas as mudanças não ocorrem somente na forma de produzir, mas também em relação aos mercados. Com a coletivização o Estado passa a controlar toda a oferta de alimentos e os canais de distribuição provocando um enorme desarranjo em relação à situação anterior, considerada arcaica e disfuncional. Ademais, em função desse novo quadro surgem também proibições de imigração, de mudança, de translação de populações, que agora passam a ser vitais para a permanência dos trabalhadores no campo e na produção. (Belik, 2019, p. 40).

O modelo de industrialização da agricultura somado aos processos coletivos de organização da produção e outras políticas relacionadas ao uso, posse e propriedade da terra fizeram com que a população rural tivesse papel central. No campo as comunidades organizavam o trabalho coletivo de maneira equitativa e as famílias dividiam igualmente a produção e a renda. Todas as pessoas tinham trabalho e assumiram, entre homens e mulheres, todos os postos e cargos do setor produtivo, desde o manejo das máquinas às tarefas administrativas. Durante todo período maoísta o país manteve seu foco no desenvolvimento industrial rural, onde se concentrava a maior força produtiva. Após o processo inicial de socialização dos meios de produção e coletivização da terra, a China passou por três importantes etapas até a morte de Mao Tsetung em 1976 – no esforço da construção da nova sociedade socialista: o 1º Plano Quinquenal, o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural.

3.2.1 O 1º Plano Quinquenal (1955-1958)

A primeira foi entre 1955-1958, quando começou-se a executar, tardiamente⁸⁴, o 1º Plano Quinquenal⁸⁵, que começou a ser elaborado desde o início, quando se estabeleceu o

⁸⁴Apesar das fortes tensões políticas nos primeiros anos pós revolução, ainda fruto da pós guerra de libertação e civil e da já iniciada Guerra Fria entre EUA e URSS, a China decidiu por intervir na guerra da Coreia (1950-1953) em sua primeira participação militar internacional após a revolução.

⁸⁵O Plano era inspirado no modelo soviético, onde se havia implementado algo similar a partir da Revolução de Outubro de 1917.

regime nacional de cooperativismo, com grandes cooperativas formadas por aldeias ou grupos de aldeias camponesas, no intuito de produzir alimento para suprir as necessidades da população e desenvolver a indústria agrícola. Esse primeiro período foi de grande sucesso para o novo regime. Os camponeses alcançaram altos índices de produtividade e melhoraram significativamente as suas condições de vida. O sistema de cooperativas, somado à enorme força de trabalho e implementação das primeiras formas de mecanização da agricultura, trouxeram ganhos extraordinários.

Nessa fase, há também o propósito de desenvolver uma agroindústria ou até, mais pra frente, uma indústria pesada com base nas vilas. Com isso, as pequenas aldeias poderiam produzir equipamentos, insumos e até alimentos processados, contribuindo para a sua autossuficiência. Essa é uma mudança de paradigma relevante porque, de fato, toda a história do desenvolvimento industrial que nós conhecemos é de concentração da produção nos espaços urbanos. É difícil imaginar uma sociedade que pretendia se industrializar de uma forma dispersa como aquela que estava sendo proposta. (Belik, 2019, p. 40).

3.2.2 O Grande Salto Adiante (1958-1962)

A segunda etapa ficou conhecida como o "Grande Salto Adiante"⁸⁶ (1958-1962), visando desenvolver a indústria nacional e elevar o modelo socialista à um estágio superior, onde se alcançaria alto nível de infraestrutura e crescimento econômico. O plano inicial era seguir o processo de desenvolvimento agrícola e criar as condições para o desenvolvimento industrial urbano. No intuito de levar a cabo a estratégia Mao Tsetung conclamou a população a um grande "processo de modernização", conduzindo grande parte da força de trabalho camponesa para as cidades.

As centenas de milhares de cooperativas se tornaram aos poucos, em milhares de grandes comunas populares. Mas, apesar dos sucessos pontuais, a tentativa fracassou estruturalmente e o país sofreu enormes perdas materiais e humanas, causando também um desgaste político do governo comunista. Não haviam forças produtivas suficientemente

⁸⁶O "grande salto adiante" foi uma tentativa do governo comunista, liderado por Mao Tsetung, de implementar um grande processo de desenvolvimento econômico e industrial, baseado na força de trabalho do campesinato e na produção agrícola e mineral. O projeto ocorreu entre 1958-1962, e teve resultado bastante negativo. Terminou ficando conhecido como o período da "grande fome", quando centenas de milhares de famílias camponesas vieram a falecer.

desenvolvidas⁸⁷ e as condições materiais limitaram aquilo que se pensava ser possível àquela altura do processo da revolução comunista.

[...] Em 1958, Mao Tsé-Tung rompe os laços que uniam a China à URSS e essa ruptura provoca uma crise muito grave do ponto de vista da cooperação. Parte importante do conhecimento científico e tecnológico chinês vinha desse intercâmbio sino-soviético que agora se rompe. Mais adiante, buscando acelerar a revolução chinesa promove-se o “grande salto para frente” com o estabelecimento de metas ambiciosas de produção agrícola e industrial (1958-60). Já no plano político e da organização do Estado, emerge a Revolução Cultural (1966-1976) com a radicalização do planejamento e a tentativa de recuperar a economia diante do fracasso constatado do “grande salto para frente”. (Belik, 2019, p. 40).

Após a morte de Stalin (1953) as relações com a URSS foram se deteriorando. Uma série de fatores – desde decisões de Mao Tsetung sobre as questões externas e as posições do governo soviético – fizeram as duas grandes potências comunistas romperem parte dos seus acordos de cooperação. Embora, com processo industrial e de desenvolvimento econômico avançado – providencial na Segunda Guerra e durante toda Guerra Fria contra os EUA – a URSS, a medida da renovação da produção industrial e o avanço tecnológico, continuava enviando muitos tratores e máquinas à China como suporte ao processo de industrialização do país, em troca de produtos agrícolas e matéria prima para a indústria alimentícia.

3.2.3 A Revolução Cultural (1966-1976)

A terceira etapa foi a da Revolução Cultural (1966-1976), quando, internamente, o chefe maior, Mao Tsetung, passou a desconfiar de alguns líderes e os impôs severos expurgos. Foi retomada uma política massiva de propaganda que reforçava os princípios do comunismo, e que reafirmaram Mao Tsetung como grande líder ideológico da revolução comunista, com grande influência no interior da sociedade em todo o país. Mas, o período também trouxe contradições importantes. Entre os principais líderes injustiçados, o mais emblemático talvez tenha sido o caso do grande líder revolucionário e intelectual Liu Shaoqi⁸⁸, que esteve também na direção política do país desde 1954 – sendo o terceiro chefe mais importante junto a Zhou Enlai e Mao – até 1962, quando fez críticas à Mao sobre os

⁸⁷Embora as relações de produção houvessem sido transformadas, faltavam ainda as condições materiais para desenvolver as forças produtivas no campo e a nova sociedade.

⁸⁸Em meio à convulsão política que se instaurou, Liu foi expurgado, preso em 1968 e morreu em 1969 após ser solto.

resultados da política do "grande salto".

O PCCh dirigiu o país sob a égide do socialismo e soberania durante toda a era Mao Tsetung, sob a sua liderança e seu pensamento. A era Mao Tsetung chegou ao fim com sua morte em 9 de setembro de 1976⁸⁹. Com a morte de Zhou Enlai e Mao Tsetung, se abria uma nova era do socialismo chinês, que viria a ser encabeçada por Deng Xiaoping (quem também foi expurgado durante a Revolução Cultural e levado a trabalhar nas fábricas de carvoaria e nos campos de produção nas áreas rurais⁹⁰).

Mao cumpriu seu papel na história da RPC, desde 1921 com a criação do Partido até a Revolução de 1949 e após, na condução do socialismo chinês, com resultados incomparáveis. No entanto, a transição ao comunismo não se daria como planejado. As condições materiais eram ainda pobres, embora muito melhores que em 1949. Em 1976 o grande líder da revolução comunista, bem como o líder militar Primeiro Ministro Zhou Enlai, e também o General Zhu De, vieram a falecer⁹¹. Mao havia escolhido o General Hua Guofeng⁹² como seu sucessor, mas após disputas internas – incluindo tentativa de golpe pelo "Grupo dos Quatro"⁹³, finalmente assumiu o comando central o General Deng Xiaoping, na 3ª Sessão do 11º Congresso do Comitê Central do PCCh em 1978.

De 1949 a 1976, sob a liderança de Mao, o governo chinês se concentrou em melhorar a qualidade de vida de sua população, que havia crescido de 542 para 937 milhões de pessoas. Nos primeiros anos desse período, a pobreza foi enfrentada por meio da passagem da propriedade privada dos meios de produção para o setor público, e da redistribuição da terra dos proprietários e senhores da guerra para os camponeses pobres. Afinal, a pobreza é uma questão de luta de classes. Em 1956, cerca de 90% dos camponeses do país tinham terra para cultivar, 100 milhões de camponeses foram organizados em cooperativas agrícolas e a indústria privada foi efetivamente abolida. As comunas populares organizaram a propriedade coletiva da terra e dos meios de produção e distribuíram a riqueza coletiva, permitindo

⁸⁹Em janeiro do mesmo ano também havia morto o histórico líder da revolução e diplomata chinês primeiro-ministro Zhou Enlai, sem nenhuma cerimônia oferecida por Mao e a liderança do PCCh naquele momento.

⁹⁰Processo similar também sofreu o pai do atual presidente Xi Jinping, Xi Zhongxun, e o próprio Xi, à época bem jovem.

⁹¹Os três estiveram juntos na condução do processo que culminou na Revolução de 1949.

⁹²Antes de Deng Xiaoping chegar ao poder, tentava-se uma sucessão do governo maoísta com o general Hua Guofeng, que fez um governo de transição de 1976-1978.

⁹³A "Camarilha dos Quatro" (四人幫), como ficou conhecido o grupo, foi responsável por implementar a política radical da Revolução Cultural de 1966-1976 e era composto por: Jiang Qing (esposa de Mao), Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyan, orientados pelo generalíssimo Lin Biao, responsável pelo comando geral das ações de repressão às forças críticas ao regime.

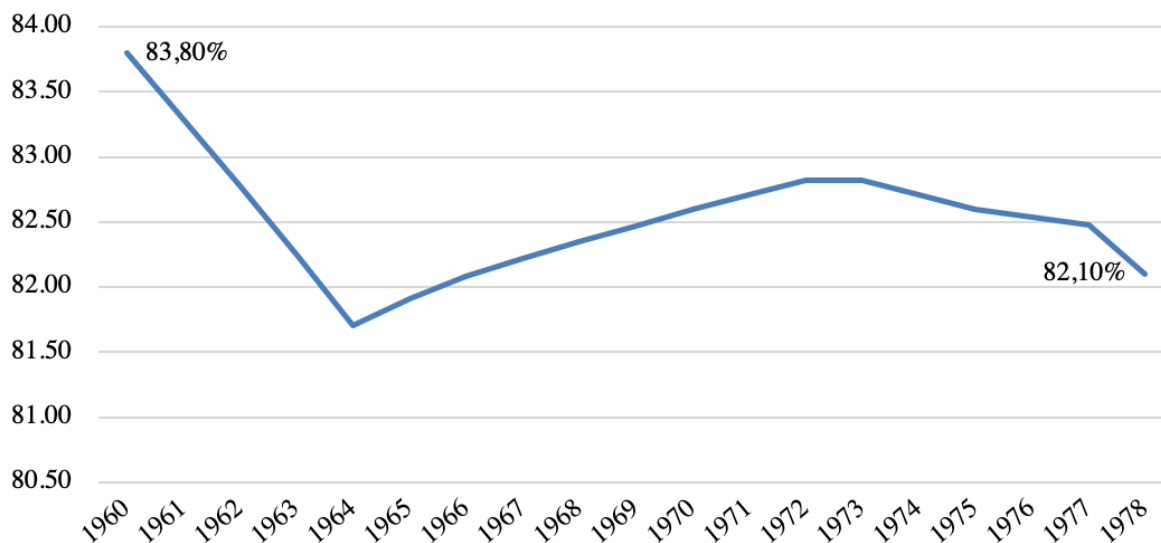
que o excedente agrícola fosse investido no desenvolvimento industrial e no bem-estar social. (Instituto Tricontinental, 2021, p. 10).

A questão estrutural, colocada como desafio para a sociedade chinesa, é a relação entre o tamanho da sua população e a pouca quantidade de terras agricultáveis. Não é por acaso que o país possui um histórico de crises de falta de alimentos que geraram, em diferentes ciclos, pobreza, miséria e fome. O maior desafio do período pós revolução até os anos 1976-1978 (transição), era justamente garantir comida para todo o povo, enquanto se avançava na produção e no desenvolvimento industrial, enquanto se tentava proporcionar crescimento econômico⁹⁴. Esse problema é intrínseco à realidade chinesa e tem sido historicamente um grande percalço e motivo de grandes perdas, como no período do "grande salto adiante".

Apesar de a Reforma Agrária integral ter resolvido o problema da concentração de terras e da desigualdade, ainda faltava muito para que a sociedade camponesa da China superasse o seu estado de pobreza. Para tanto, se estabeleceu também um tipo de "lei de partilha" para a produção de alimentos no pós revolução, onde cada família recebia pelo que necessitava⁹⁵, para que todos pudessem ter acesso à alimentação. Mesmo depois do grande crescimento econômico a partir da década de 1980, alimentar uma população crescente de mais de 1 bilhão de pessoas com apenas cerca de 12% da quantidade total de terras para produzir alimentos é ainda hoje um grande gargalo. “[...] É fato que a China tem um grande problema em relação à proporção de terras agricultáveis (Fairbank; Goldman, 2008, p. 22), uma vez que grande parte do território é constituído de montanhas e desertos. Portanto, historicamente, a agricultura desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento econômico e cultural chinês (Fung, 1976, p. 18 *apud* Lima; Oliveira, 2019, p. 29).”

⁹⁴ “[...] existe uma expressão muito comum na China em relação à alimentação. Os chineses se cumprimentam assim: (你吃过了吗?) Nǐ chīguòle ma? quer dizer: você já comeu? Ou seja, é a mesma coisa que quando um brasileiro pergunta a um outro: 'tudo bem?'. Os chineses perguntam 'você já comeu?' para mostrar a importância que a comida tem na sociedade [...] (Belik, 2019, p. 37).”

⁹⁵ Essa política foi de alguma forma uma tentativa de “comunismo dentro do processo socialista”, mas ainda sem condições materiais suficientes, pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, o que leva-a a tornar-se ainda mais desafiadora.

Gráfico 1 – Evolução da população rural na China de 1960-1978 em %.

Fonte: Criação nossa, com base em Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, 2020.

Durante toda a Era Mao a população chinesa seguiu sendo majoritariamente camponesa, mantendo-se acima dos 80%, como se pode ver no gráfico. Até 1978 a China tinha grande maioria da sua população no campo. Segundo dados do Banco Mundial, entre 1960-1978 o número de pessoas que viviam na zona rural diminuiu levemente de 83,80% para 82,10%. Nas décadas posteriores, após as reformas promovidas pelo governo Deng Xiaoping, continuadas pelos sucessores Jiang Zemin e Hu Jintao, até a Era Xi Jinping (atual), a população rural passou por intensos processos migratórios, em função do progressivo e extraordinário crescimento urbano.

Embora houvessem limites no processo de desenvolvimento de forças produtivas como um todo, a quantidade de mão de obra disponível e a própria disposição da sociedade chinesa de construir o socialismo, além das preciosas contribuições vindas inicialmente da União Soviética, a China da Era Mao elevou a sua capacidade produtiva e melhorou as condições de vida e de trabalho no campo em comparação com o que se tinha antes. Nas cidades a indústria também se desenvolvia, mas ainda era o campo a força motriz daquele processo de desenvolvimento. O processo de desenvolvimento industrial agrícola e a produção baseada no setor agrícola fez com que a agricultura fosse responsável, em grande parte, pela produção interna e pelo crescimento econômico da China durante todo esse

período.

No período da pré-reforma [...] (1949-1978), a expectativa de vida da China aumentou 32 anos. [...]. Em 1949, a população do país era 80% analfabeta, e em menos de três décadas o analfabetismo foi reduzido para 16,4% nas áreas urbanas e 34,7% nas áreas rurais; a matrícula de crianças em idade escolar aumentou de 20% para 90%; e o número de hospitais triplicou. [...]. Avanços significativos foram feitos na participação das mulheres na sociedade, desde a abolição dos costumes do casamento patriarcal até o aumento do acesso à educação, cuidados de saúde e creches. De 1952 a 1977, a taxa média de crescimento anual da produção industrial foi de 11,3%. Em termos de capacidade produtiva e desenvolvimento tecnológico, a China saiu da situação de não ser capaz de fabricar um carro internamente em 1949 para lançar seu primeiro satélite no espaço em 1970. [...]. Os ganhos industriais, econômicos e sociais na transição para o socialismo sob Mao formaram a base do período pós-1978. (Instituto Tricontinental, 2021, p. 11).

Após o que podemos chamar de primeiro estágio do socialismo chinês conduzido por Mao Tsé Tung à frente do Partido Comunista, que vai desde a revolução (1949) até os anos da transição (1976-1978); houve uma mudança estrutural, do ponto de vista da governabilidade, na condução do projeto socialista chinês. Essa mudança teve início a partir de 1978, quando Deng Xiaoping assumiu o cargo de Secretário Geral do Comitê Central do Partido, Chefe do Politburo e das Forças Armadas. Assim, se inicia uma série de reformas econômicas, políticas e sociais as quais redesenharam completamente os rumos do país.

Apesar dos dois expurgos sofridos durante a Revolução Cultural que trouxeram desdobramentos trágicos para sua família, forjados por lideranças que o criticavam por sua suposta relação com intelectuais revisionistas e antigos líderes do Kuomintang _ mas também porque viam nele uma liderança possível para uma sucessão, especialmente pela boa relação tanto com Mao quanto com Zhou Enlai – como Lin Biao (quem tinha interesse em suceder Mao), a trajetória de Deng Xiaoping é marcada por feitos históricos, que vão desde a sua atuação na Juventude Comunista Chinesa, já em 1921 (com o seu retorno à China após ter estudado em Paris e em Moscou); até o seu papel na Longa Marcha e nas guerras contra o exército de Chiang Kai Chek e sua liderança durante o período do Grande Salto Adiante.

Além disso, após a Revolução Cultural e a morte de Mao Tsetung, Deng apresentara a melhor proposta de reparação daquele período. Ademais, foi Deng quem apresentou a nova proposta da Economia Socialista de Mercado, além de uma série de propostas políticas e

econômicas, tanto para a produção agrícola como para a indústria, convencendo seus companheiros de que era necessário emplacar um conjunto de reformas que dessem conta de elevar o desenvolvimento das forças produtivas do país, abrindo a economia para o capital internacional e flexionando-o a um modelo de desenvolvimento econômico nacional, mantendo a política socialista, o que o próprio Deng viria chamar de socialismo com características chinesas.

A partir de então, o setor agrícola foi se moldando ao novo modelo de desenvolvimento. O impacto mais visível foi na realocação da força de trabalho. De forma progressiva e exponencial, trabalhadores rurais foram sendo redirecionados para a indústria da construção civil, para atender a demanda de construção das que vieram se tornar as grandes metrópoles do país. Dessa forma, a força de trabalho no campo foi se reconfigurando. Por outro lado, o setor do desenvolvimento científico e tecnológico e industrial dedicava boa parte das suas forças produtivas ao campo, criando novas máquinas, técnicas e tecnologias para facilitar a produção agrícola, aumentar a produtividade e o rendimento e incrementar novas tecnologias no processo de agroindustrialização.

3.3 A Reforma e Abertura de Deng Xiaoping ou a "abertura conservadora"

Há hoje no Brasil diversificada bibliografia sobre o período da "Reforma e Abertura de Deng Xiaoping" na China nos anos 1980-1990. Autores como Marcos Cordeiro Pires e Luís Antonio Paulino, têm estudado as relações Brasil-China e organizado textos e dossiês; bem como o professor Elias Jabbour⁹⁶, da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, que tem elaborado amplamente sobre a China, dentre tantos outros. Muitos materiais encontram-se disponíveis na internet, como por exemplo a Revista Monções⁹⁷, da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, organizada por Gracia Sang A. Yang Lee e Paulo Cesar dos Santos Martins.

Portanto, a nossa abordagem aqui é mais uma síntese, na perspectiva de introduzir questões de importância sobre esse período e de relevância para este trabalho. Entretanto,

⁹⁶JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo/SP-Rio de Janeiro/RJ: Boitempo, 2021.

⁹⁷BERNARDI, Bruno Boti Bernardi; HERNANDEZ, Matheus de Carvalho (ed.). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**. Dourados, v.5. n.9, jan./jun., 2016.

ressaltamos algumas questões: compreendemos o período como um grande passo adiante na continuidade do projeto socialista chinês e não como uma transgressão ao mesmo. Assim, para nós, a denominação dada por Deng Xiaoping e sua política e planejamento em torno do "Socialismo com Características Chinesas", não se trata de um "novo projeto", mas da continuidade ou o novo estágio do socialismo chinês, que se iniciara desde a Revolução de 1949 (compreendida como processo em curso). Neste sentido, podemos dizer que a "Reforma e Abertura" é uma política de mudança estrutural conservadora (ao Socialismo). Embora seja caracterizada como um grande processo de flexibilização da economia chinesa, ela é conservadora na política socialista do Estado chinês. Esse processo pode ser chamado, portanto, de "abertura conservadora".

O período ao qual nos referimos neste ponto é marcado pela conhecida política de reformas e abertura econômica da China e o estabelecimento do *Socialismo com Características Chinesas* pelo governo de Deng Xiaoping. Na década de 1970 já havia percepções na China de que a forma como o país se desenvolveu nas duas décadas anteriores não condizia com as novas etapas do modo de produção socialista. Era necessário criar outras condições para o crescimento econômico, que pudessem dar condições materiais para o desenvolvimento das forças produtivas do país e, então criar meios de produção suficientes, portanto a própria produção material de bens a ser socializada.

Com a morte de Mao Tse-Tung em 1976, a abertura do regime e a posse de Deng Xiaoping na chefia do Comitê Central do Partido Comunista Chinês em 1978, começam as reformas na economia. O campo era um dos principais focos das mudanças, onde se estabelece um giro completo na forma de organização dos camponeses. O fim da coletivização e a ruptura com a ideia de um socialismo completo se vêem contemplados com a implantação do Sistema de Responsabilidade Domiciliar (HRS-Household Responsibility System, em inglês) transferindo para os produtores individuais os benefícios decorrentes do alcance ou superação das metas colocadas pelo planejamento central. Em resumo, o sistema permitia remunerar os produtores rurais segundo aumentos de produtividade, o que era anteriormente considerado um desvio capitalista e impensável durante a Revolução Cultural. (Belik, 2019, p. 41).

Na década de 1970, ficou claro que a economia da China exigia uma infusão de tecnologia e capital, e que precisava romper seu isolamento do mercado mundial. Como o líder chinês Deng Xiaoping escreveu mais tarde, "Pauperismo não é socialismo, muito menos comunismo". O governo introduziu uma série de reformas, incluindo

a abertura da economia ao mercado mundial, mas – porque a China permaneceu um país socialista – o setor público permaneceu dominante e livre de controle estrangeiro. (Instituto Tricontinental, 2021, p. 11).

Sob o comando de Deng, as comunas – formadas pelos grandes conglomerados de aldeias – foram desfeitas e o modelo das cooperativas foi retomado. A China, que já havia iniciado um processo de abertura política, passa a estabelecer um processo estrutural de abertura econômica com o programa conhecido como "Reforma e Abertura". A ideia era reorientar a economia e o processo de desenvolvimento industrial. Para tanto, o governo criou as chamadas ZEEs (Zonas Econômicas Especiais), na costa Sul da China – obviamente pela possibilidade da circulação de mercadorias através dos portos –, determinadas a se transformar no grande motor do desenvolvimento industrial urbano. As primeiras ZEEs (1980-1984) foram Shantou, Shenzhen, e Zhuhai na província de Guangzhou; Xiamen, província de Xiamen; e a ilha de Hainan.

As reformas econômicas sob a liderança de Deng Xiaoping ao final dos anos 1970 foram responsáveis por acelerar o desenvolvimento econômico da China e conduzir o processo de modernização do país. Valendo-se do pragmatismo característico do Socialismo chinês, o estabelecimento de “Zonas Econômicas Especiais” (ZEEs) possibilitou uma abertura econômica parcial ao capital externo e investimentos de empresas multinacionais. (Shenkar, 2005 *apud* Moreira Jr, 2011, p. 143).

Figura 3 – Mapa das Zonas Econômicas Especiais-ZEEs.



Fonte: O Castendo (blog do "sapo"), 2015.

Ainda nos primeiros anos, a Reforma e Abertura trouxe ganhos significativos para a sociedade chinesa, melhorando exponencialmente as condições de vida da população e diminuindo gradativamente a pobreza. O processo mobilizou grande parte da força de trabalho, trazendo uma grande quantidade de trabalhadores rurais para as cidades, para trabalhar na construção civil, na indústria metalúrgica etc, gerando emprego e movimentando a economia. A produção industrial diversificada, a abertura ao mercado estrangeiro, o modelo de produção agrícola com direitos individuais e a incorporação de empresas privadas, marcam o início do novo ciclo.

[...] A “decolagem” chinesa, a partir de 1978, não surgiu do nada. Pelo contrário, durante o período da economia planificada, foram criadas as bases para a etapa subsequente na medida em que setores importantes da indústria pesada já estavam em estágio avançado de

desenvolvimento, como os setores siderúrgico, petroquímico, mecânico, energético, transporte, entre outros, que serviram de base para o aprofundamento da industrialização. Como em experiências similares entre os países socialistas, o processo de acumulação industrial ocorreu em detrimento do setor agrícola, que fornecia capitais e outros recursos para o “desenvolvimento das forças produtivas”. (Nove, 1988 *apud* Pires, 2011, p. 175).

As ZEEs se desenvolviam a passos largos. Com o deslocamento de grande parte do campesinato para as cidades onde se constituíam as zonas econômicas, este passava então a ser a vanguarda também do novo processo de desenvolvimento industrial, já que era a enorme força de trabalho disponível, e que necessitava sair das condições de miserabilidade em que se encontrava. Entre 1978-1988 a população rural na China caiu de 82,1% para 75%; a participação da agricultura no PIB foi em média 29,3% e o número de tratores e máquinas na agricultura subiu de 559.638 para 880.859 segundo o Banco Mundial (2020).

No campo, se estabeleceu o pacto de "Aceleração do Desenvolvimento Agrícola", com a criação do Conselho Nacional de Agricultura na sessão plenária de 1979. As comunas rurais passavam por sérias dificuldades, desde os desastres naturais causados pelos fatores ambientais, como secas ou inundações, à escassez na produção de alimentos. O governo passou então a implementar o "Sistema de Responsabilidade Domiciliar", oficializado em 1981, que transferia a responsabilidade coletiva da produção agrícola das cooperativas para cada família camponesa. O novo sistema elevou a produção agrícola a patamares superiores, e não afetou estruturalmente a coletivização da agricultura.

O fim da coletivização não representava o fim do planejamento e metas de produção e nem tampouco a eliminação do papel do Estado na comercialização de alimentos. Ocorre que, se os camponeses lograssem produzir acima do estabelecido este excedente poderia ser vendido no mercado a preço de mercado e esse era o incentivo capitalista a esses produtores para que se produzisse aumentando a oferta de alimentos nos mercados locais. Muito rapidamente a agricultura chinesa reage a esses estímulos e o aumento de produção é expressivo. Há também uma particularidade no HRS, que pode ser caracterizado como um sistema dual: as metas de produção são negociadas – ou mesmo impostas em nível de aldeia, que se responsabiliza por essa cota, mas o excedente de produção gera uma remuneração que se transfere de forma individual para cada produtor. Entretanto, na forma como estava estruturado, o HRS era um sistema complexo que dependia ainda dos chefes locais e da hierarquia do partido para definir para o seu funcionamento. (Belik, 2019, p. 42).

[...] Como uma das características do período de reformas no campo vale mencionar as mudanças no regime de uso e propriedade da terra. Na fase pós-revolucionária os antigos lotes dos camponeses passam a ter propriedade coletiva e o seu uso era concedido segundo o registro local. Com as mudanças introduzidas por Deng Xiaoping a propriedade permanece coletiva, mas o direito de uso é estendido para 15 anos. Essa nova institucionalidade permitiria aos camponeses investir nas terras e fazer planos de longo prazo. Considerando esse novo arranjo, a terra continuava sendo pertencente ao Estado, mas havia concessão de uso para os camponeses. A herança, que é um ponto delicado na cultura chinesa seria transmitida, portanto pelo “direito de contrato” e não de forma automática de pai para filho. Como havia uma concessão de 15 anos, com o desaparecimento da velha geração, a continuidade de uso estaria ainda pendente de indicações ou nomeações em vista do atendimento da nova geração. (Belik, 2019, p. 42-43).

Deng enfatizava o seu projeto de continuação da sociedade socialista chinesa com economia planificada, baseando-se nas chamadas "Quatro Modernizações": agricultura, indústria, defesa, ciência e tecnologia. Foi a partir de aí que se começou a construir a chamada "sociedade *xiaokang* | 小康社会⁹⁸", termo originário do confucionismo e traduzido como "Sociedade Moderadamente Próspera" (Moderately Prosperous Society, em inglês). Desde então passou-se a trabalhar na perspectiva de garantir as condições materiais para a melhoria da qualidade de vida de todo o povo, tendo como um dos principais objetivos a erradicação da pobreza.

Para tanto, havia também uma grande mobilização de forças na sociedade em prol do desenvolvimento rural (onde se concentrava a extrema pobreza), não só com as mudanças no sistema de responsabilidade mas também na estratégia de produção e industrialização. Embora o campesinato tenha diminuído, estamos ainda falando de muito mais da metade da sociedade chinesa. Ou seja, era, todavia, no campo, onde se concentrava a maior força de trabalho, embora o desenvolvimento de forças produtivas fosse menos acelerado. Era preciso desenvolver também o campo, ou a estratégia estaria realmente deixando de lado a verdadeira perspectiva de sociedade socialista.

Por orientação do Estado, baseado na linha política do novo desenvolvimento, começam a surgir as empresas rurais, com o intuito de impulsionar e fortalecer as economias

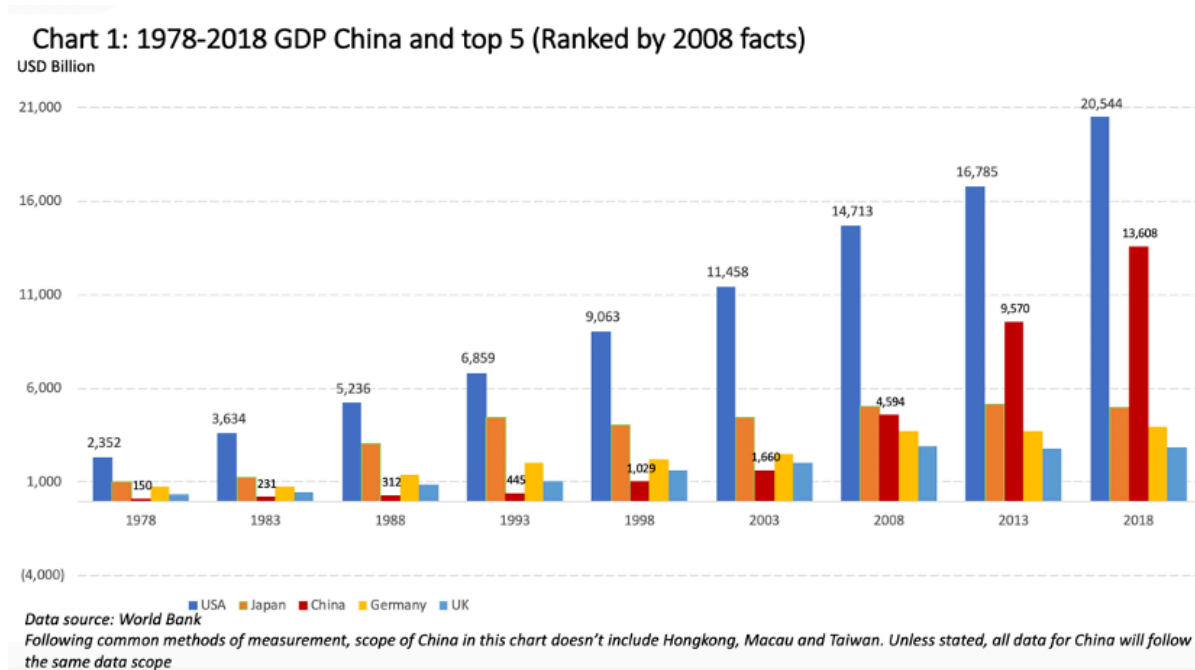
⁹⁸Deng Xiaoping usou o termo sociedade *Xiaokang* em 1979 referindo-se ao objetivo final da modernização chinesa. O conceito de uma sociedade *Xiaokang* reflete a ideia de que o crescimento econômico precisa estar equilibrado com metas de igualdade social e proteção ambiental.

locais das centenas de milhares de vilas espalhadas por todo país. Esse processo depois se transforma em política pública, fortemente consolidada, onde as províncias do oeste (mais desenvolvidas) passam a ter a obrigação de destinar anualmente parte da sua arrecadação às províncias do leste (menos desenvolvidas), distribuído proporcionalmente (em quantidades designadas) e inversional (as mais ricas ajudam as mais pobres). No período da abertura esse foi um eixo estrutural do desenvolvimento.

A segunda reforma importante desse período que vai de 1978 a 1990 é a instalação das empresas de propriedade das vilas e pequenas cidades, conhecida pela sigla TVE (Township and Village Enterprises, em inglês) buscando a industrialização pesada e a autossuficiência de determinadas regiões. A política oficial visava a concentrar investimentos de capital e para tanto concede incentivos e realiza obras de infraestrutura viabilizando a instalação de indústrias e geração de empregos em atividades urbanas, liberando a migração para determinadas áreas com conseqüente redução de pressão populacional. Nos anos 1980, a população e o padrão de vida chineses cresceram rapidamente e não haveria condições de acomodar todos nas vilas rurais. Ao liberar a emigração desses trabalhadores para áreas próximas em ocupações industriais reduzem-se as pressões nas áreas rurais, mas determinadas vilas, que eram pacatas áreas rurais, passam a ser metrópoles em cinco ou dez anos. (Belik, 2019, p. 42).

Com a expansão da economia e do desenvolvimento industrial, foram se criando mais zonas econômicas, também conhecidas como Zonas de Processamento de Exportação-ZPEs, em outras regiões do país. Apenas em 1984 a China abre 14 novas zonas para exploração, comércio e investimento estrangeiro: Dalian, Qinhuangdao, Tianjin, Yantai, Qingdao, Lianyungang, Nantong, Xangai, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guangzhou, Zhanjiang e Beihai. Entre 1985-1990 outras zonas foram se estabelecendo, como a Península de Liaodong na Província de Hebei, que fica nos arredores de Pequim e Tianjin; Península de Shandong; Delta do Rio Yangtze; Triângulo Xiamen-Hangzhou-Quanzhou ao sul da província de Fujian; Delta do Rio das Pérolas; e Guanxi.

Gráfico 2 – Indicadores de crescimento do PIB das 5 principais economias do mundo (1978-2018).



Fonte: Gao, 2018 (Indicadores do Banco Mundial).

Com a nova política econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) chinês passou a crescer gradativa e regularmente. Nas décadas de 1980 e 1990, apesar de uma baixa no crescimento ao final da década de 1980, em função da crise internacional, a China impulsionou seu crescimento, elevando o PIB a taxas médias de 9,75% ao ano (1979-1999), de acordo com o Banco Mundial. Os resultados são, um amplo desenvolvimento do setor industrial e da construção civil, com grande impacto no crescimento das cidades e da população urbana. Mais, e mais importante, de maneira geral, a população melhorou significativamente seu nível de vida. Uma análise completa do desenvolvimento econômico chinês está no livro "La Gran Ruta de China: lecciones para la teoría marxista y las prácticas socialistas"⁹⁹, do economista britânico John Ross.

A abertura econômica chinesa atraiu ostensivamente o mercado internacional. O país

⁹⁹ROSS, John. **La Gran Ruta de China: lecciones para la teoría marxista y las prácticas socialistas – Artículos 2010-2021**. Shanghai: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2021. Publicado originalmente em inglês (China's Great Road Lessons for Marxist Theory and Socialist Practices Articles 2010-2021) pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social em 2021 e traduzido para o espanhol.

mantinha a sua governança centralizada, ao passo em que projetava a sua economia com base na disposição de mercadorias à circulação no comércio global. A política econômica adotada pela China na década de 1990 divergia estruturalmente da política econômica dos EUA do Consenso de Washington, e foi chamada por economistas ocidentais de "Consenso de Pequim", embora não tenha havido qualquer pacto ou acordo com outros países para implementação da mesma política econômica.

Dentre as principais medidas [do Consenso de Washington] destacam-se a abertura comercial e financeira, manutenção de elevadas taxas de juros para a atração de capital estrangeiro, privatizações, sobrevalorização da moeda doméstica e a manutenção da estabilidade de preço a qualquer custo. Em contraposição a China optou pela não adesão aos princípios neoliberais, seguindo uma orientação de política econômica distinta: prioridade à inovação tecnológica, intervenção estatal (gasto público e reforma das empresas estatais), controle da conta capital e manutenção de uma taxa de câmbio competitiva, políticas estas designadas de Consenso de Pequim. (Pedrozo E Silva, 2011, p. 245, grifo nosso).

O governo chinês foi incisivo em praticar políticas de educação, políticas de absorção de tecnologia e técnicas de administração por meio dos mais variados mecanismos, incentivar concorrência interna antes de promover choques externos de competitividade, promover ciclos de crescimento econômico amparado no investimento das empresas estatais, manter políticas ativas de proteção à indústria nacional, entre as quais pode-se mencionar a forma como os líderes daquele país procederam em relação a absorção de investimentos, às privatizações, às aberturas de capitais de suas empresas em suas bolsas de valores, à formulação de políticas industriais, a desvalorização do câmbio. (Pedrozo E Silva, 2011, p. 241).

Com o desenvolvimento industrial urbano e o crescimento econômico baseado nos investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia – após a abertura na década de 1980 e a reestruturação do país com a nova política econômica, na década de 1990 a China passou a investir mais fortemente na indústria agrícola e pecuária. Nesse período se criaram as bases para o grande complexo industrial da agricultura chinesa – sob controle estatal, que foi se solidificando. Nesse período a economia chinesa começou realmente a decolar, chamando a atenção do mundo pela forma rápida e exponencial a qual se desenvolvia. A China ascendeu vigorosamente, com a implementação de uma política econômica própria e que se beneficiava do modelo ocidental proposto pelos Estados Unidos, tornando-se a segunda maior potência mundial, enquanto o receituário de Washington levou os países ocidentais a

amargarem crises cíclicas e estruturais.

Durante esse período, a economia da China cresceu em um ritmo sustentado nunca antes visto na história da humanidade. Entre 1978 e 2017, a economia chinesa se expandiu a uma taxa média de 9,5% ao ano, crescendo quase 35 vezes. O crescimento econômico, entretanto, não é um fim em si mesmo, mas um meio para melhorar a vida das pessoas. Entre 1978 e 2011, o número de pessoas vivendo na pobreza absoluta caiu de 770 milhões (80% da população) para 122 milhões (9,1%), medido pelo estabelecimento da linha de pobreza em 2.300 yuans por ano. (Instituto Tricontinental, 2021, p. 12).

Dentre as principais medidas destacam-se a abertura comercial e financeira, manutenção de elevadas taxas de juros para a atração de capital estrangeiro, privatizações, sobrevalorização da moeda doméstica e a manutenção da estabilidade de preço a qualquer custo. Em contraposição a China optou pela não adesão aos princípios neoliberais, seguindo uma orientação de política econômica distinta: prioridade à inovação tecnológica, intervenção estatal (gasto público e reforma das empresas estatais), controle da conta capital e manutenção de uma taxa de câmbio competitiva, políticas estas designadas de Consenso de Pequim. (Silva; Saliba, 2011, p. 245).

Assim, começou-se a discutir incansavelmente o modelo de economia sob o qual a China se desenvolvia. "A China saiu da 11ª nação mais pobre do mundo em 1949, para se tornar a maior economia do planeta, em Paridade de Poder de Compra-PPC, em 2014. Um feito histórico em menos de 70 anos (Instituto Tricontinental, 2020)¹⁰⁰". Muitos economistas e outros intelectuais ocidentais passaram a se referir à planificação chinesa e o papel do Estado na economia como uma "reprodução das ideias Keynesianas", ou chamando o modelo de "Capitalismo de Estado" ou "Economia Capitalista de Estado", num esforço de tentar enquadrar o modelo chinês em um modelo econômico de tipo capitalista.

Diferentemente do que pensava a opinião do ocidente, a planificação econômica chinesa manteve-se sob a égide do socialismo e do Partido Comunista chinês e da sua governança política. O "Socialismo com Características Chinesas" manteve-se como eixo condutor de todo o processo de desenvolvimento, calcificado na, propriamente chamada,

¹⁰⁰INSTITUTO TRICONTINENTAL. Estudos Sobre o Socialismo em Construção. **Servir ao povo: a erradicação da pobreza extrema na China**. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2021. Obs.: este estudo foi conduzido pela pesquisadora Tings Chak em 2021 após se mudar para a China, onde reside e trabalha atualmente. A autora, junto a outros colegas do Instituto, tem desenvolvido importante trabalho no que se refere ao conhecimento da cultura, política, economia, agricultura e sociedade chinesa, através do Dongcheng Collective. CHAK, Tings é diretora de arte e pesquisadora do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, editora do Dongsheng News e mora atualmente em Beijing.

"Economia Socialista de Mercado" ou, como se diz, o "Socialismo de Mercado". Assim, a realidade chinesa se manifesta diferentemente do que opinam os economistas liberais ocidentais. Mas, sim, pelas múltiplas determinações daquela sociedade. Como bem ressaltou Pires (2011, p. 165), “[...] quando se discute a questão de 'modelos' é preciso reconhecer que a realidade é mais rica do que as simplificações [...]”.

A estratégia chinesa de desenvolvimento, sobre a qual se debruçam governos de diversos países, inclusive do Brasil, pode ser compreendida de diferentes maneiras, ao gosto dos pressupostos teóricos dos analistas. Alguns enxergam a implementação do neoliberalismo sem disfarce, como David Harvey. Outros evocam a figura de Lênin para justificar uma estratégia similar à NEP¹⁰¹ da década de 1920. Joshua Ramo proclama as virtudes do "Consenso de Pequim", em oposição ao "Consenso de Washington". Zheng Yognian (2010) resalta que o modelo chinês é único, decorrente das escolhas políticas de seus dirigentes e de uma atitude pragmática quanto à sua estrutura econômica, mesclando uma forte participação estatal com diferentes formas de propriedade, inclusive privadas. Nesse caso, antes de o Estado sufocar as demais formas de propriedade, garante a existência delas. Os próprios dirigentes do Partido Comunista Chinês, a despeito de críticas, ressaltam o caráter socialista de sua economia. (Pires, 2011, p. 164).

A China passou a explorar as economias capitalistas para seguir na construção de uma economia planificada e um projeto nacional de desenvolvimento com características distintas às que conhecemos nos países ocidentais. Na atualidade, o professor e economista marxista brasileiro Elias Jabbour, da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, que tem estudado a China há mais de 20 anos, tem chamado esse modelo de "Nova Economia de Projetoamento¹⁰²", a partir da sua leitura sobre as teorias de Ignácio Rangel, que inaugurou a ideia de "Economia de Projetoamento" ainda nos anos 1960, em estudos sobre a China.

As reformas empreendidas pelo Partido Comunista Chinês (PCC), desde 1978, vêm trazendo resultados relativos, no que diz respeito à industrialização, comércio exterior e incremento do consumo da população. A China apresentou, em média, taxas de crescimento do PIB na ordem de 10% ao ano, durante os 30 anos. Os chineses vêm suplantando as posições de *traders* globais tradicionais como

¹⁰¹A NEP foi a "Nova Política Econômica" adotada pelo governo comunista soviético após a guerra civil nos anos 20 na URSS, no intuito de transformar estruturalmente a economia, com a coletivização e nacionalização dos meios de produção.

¹⁰²Em dezembro de 2021 o autor lançou o livro "China: o socialismo do século XXI", em co-autoria com Alberto Gabriele, também economista e professor do Instituto de Economia da Unicamp-SP (Universidade de Campinas-São Paulo). Em 2023 Jabbour se mudou para a China, onde agora faz parte da nova equipe de economistas do "Banco dos BRICS", sob a nova presidência de Dilma Rousseff.

Alemanha, Japão e França. Em relação à América Latina, ela já se coloca como um dos principais parceiros comerciais de diversos países. No caso de Brasil e Chile, por exemplo, a China já se tornou o principal destino das exportações. (Cepal, 2009 *apud* Pedrozo; Silva, 2011, p. 226).

É no encalço da nova política econômica chinesa que o Brasil reatou¹⁰³ os laços de cooperação com a China – ainda no governo militar – ao final dos anos 1970, no momento em que os EUA já se beneficiavam da abertura chinesa. A partir do rápido desenvolvimento industrial e econômico da década de 1980, a China passou a participar ativamente do crescimento econômico do agronegócio brasileiro, com virtuosas relações de exportação estabelecidas entre os dois países. Com a participação chinesa nas cadeias de mercado internacionais, o Brasil se tornou um dos seus principais parceiros comerciais. Na década de 1990 os negócios de exportação do agronegócio brasileiro com a China se intensificaram ainda mais. Em meio a crise neoliberal, o agronegócio brasileiro já se beneficiava diretamente da política econômica de importações chinesas.

Com o desenrolar da década de 1990, sua capacidade produtiva instalada somada à abertura de canais de comércio fizeram a China despontar como grande plataforma global de exportações. Desde então, passou a registrar constantemente balanças comerciais superavitárias e vigoroso desempenho econômico, e impulsionou o comércio global ampliando a sua demanda por produtos primários para seu enorme mercado de consumo interno. A China, com isso, tem substituído em muitos países africanos e latino-americanos seus principais e tradicionais parceiros comerciais, Estados Unidos e União Europeia (UE). (Moreira Jr., 2011, p. 144).

À medida em que aumentava as suas cadeias de produção, crescia economicamente e proporcionava novas condições de vida para a sociedade, a China se deparava cada vez mais com o estreitamento entre a oferta e a demanda, já que também aumentavam as cadeias de consumo. Sendo que, ao modo como se desenvolveu, se criou também um ciclo vicioso de consumo, requerendo uma oferta à altura daquele processo de desenvolvimento. Quanto maior a oferta maior a demanda, e vice-versa. No entanto, há de se calcular também a demanda em função da capacidade produtiva, a qual é um limite estrutural na China, não pela ausência de força de trabalho, mas sim do principal meio de produção natural, que é a terra.

¹⁰³Lembrando que em períodos anteriores da história, quando os dois países se caracterizavam como repúblicas, havia relações comerciais entre os dois países, que foram desmontadas justamente com a ruptura chinesa hacia a revolução socialista, em função da posição política tomada pelo Brasil.

Assim, é obrigatório recorrer a outras fontes.

3.4 A Era Xi Jinping: o pós Deng Xiaoping à nova governança da China

O legado de Deng Xiaoping deu à China uma nova perspectiva de sociedade. Sua política econômica serviu de base para a estruturação do país. O Socialismo com Características Chinesas e a Economia Socialista de Mercado enraizaram-se no projeto chinês. Deng foi capaz de dar centralidade ao processo de reforma e abertura junto ao Partido Comunista, garantindo a sustentação do processo socialista. Também, deixou lições fundamentais que serviram de ponta de lança para os seus sucessores. No entanto, o processo liderado por Deng também trouxe contradições, que precisaram ser administradas durante os períodos Jiang Zemin e Hu Jintao. Entre as questões mais contraditórias estão a criação de uma classe super rica e a corrupção dentro do próprio partido, além dos grandes danos ambientais causados pelo acelerado desenvolvimento industrial e urbano.

A busca por rápido crescimento econômico, entretanto, veio junto com grandes custos ambientais e sociais. A migração em massa para as cidades aumentou a disparidade rural-urbana, e o foco nas indústrias costeiras do leste deixou as regiões oeste e central fortemente subdesenvolvidas. De acordo com o Banco Mundial, o coeficiente de Gini da China (uma medida de desigualdade com base na renda) pulou de 29% em 1981 para 49% em 2007 e em 2012 arrefeceu para 47%¹⁰⁴. Socialmente, esse período produziu acesso desigual aos serviços públicos como aposentadoria, seguro social, educação e saúde. Ambientalmente, o rápido desenvolvimento afetou o ar, a água e a terra do país. (Instituto Tricontinental, 2021, p. 12).

Hu Jintao chegou a lidar de forma mais séria com a questão da corrupção, iniciando uma severa política anticorrupção durante o seu governo (2003-2012). Mas, a maioria dos grandes problemas ficaram para a gestão do atual presidente Xi Jinping, que assumiu o comando central a partir de 2013. O legado do presidente Xi vem sendo registrado em uma obra que já chega ao 4º volume: A Governança da China. Um compilado de textos que sintetizam o que se chama de "Pensamento de Xi Jinping". Dentre as principais questões abordadas pelo líder chinês e que se materializam na sua política de estado, estão o cuidado com o meio ambiente¹⁰⁴, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento científico e tecnológico, combate à corrupção e políticas sociais e culturais, além da forte política

¹⁰⁴Ver a íntegra em "A Governança da China 2".

econômica e externa. "Em seu discurso de posse como presidente da China, em 2012, Xi Jinping declarou que a corrupção era um fator que podia causar a derrota do Partido. Lançou então uma firme campanha para caçar ‘tigres’ (altos dirigentes), ‘raposas’ (dirigentes intermediários) e ‘moscas’ (dirigentes de base) acusados de corrupção no Partido e no Estado." (Opera Mundi, 2017).

Em agosto de 2005, quando inspecionava o distrito de Anji do município de Huzhou, Xi Jinping, então secretário do Comitê Provincial do PCCh em Zhejiang, formulou pela primeira vez a ideia científica de que as “águas limpas e montanhas verdes são montes de ouro e prata”. [...]. A ideia reflete o pensamento de ter os interesses do povo acima de tudo e o respeito à lei da coexistência harmoniosa entre o Homem e a Natureza, demonstrando de maneira vívida e concreta, a atitude inequívoca e a determinação firme do Partido e do governo da China para impulsionar o desenvolvimento da ecocivilização. [...]. A ideia exige uma profunda transformação no conceito e modelo de desenvolvimento, o respeito e adaptação à Natureza e a sua proteção nas atividades de produção e no cotidiano da vida, a aplicação das políticas fundamentais do país em relação à economia de recursos e à proteção do meio ambiente, assim como a inclusão dos esforços pela ecocivilização em todos os aspectos e todo o processo da construção econômica, política, cultural e social. (China, 2019).

O camarada Xi Jinping fez reflexão profunda e análise científica sobre uma série de importantes questões teóricas e práticas que dizem respeito ao progresso das causas do Partido e do Estado na nova era. Sendo o principal fundador do Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas na Nova Era, ele formulou com originalidade uma série de novos conceitos, novas ideias e novas estratégias de governança do país sobre as questões críticas do nosso tempo, como “que tipo de socialismo com características chinesas devemos defender e desenvolver na nova era e como fazemos?”, “que tipo de forte país socialista moderno vamos construir e como o construímos?” e “que tipo de partido marxista em governança a longo prazo vamos desenvolver e como o desenvolvemos?” O Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas na Nova Era é o marxismo na China contemporânea e no século 21, é a essência da época da nossa cultura e do nosso espírito, concretizando o novo salto da adaptação do marxismo à China. O Partido tem o camarada Xi Jinping como núcleo do Comitê Central do PCCh e de todo o Partido, e tem como ideologia-guia o Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas na Nova Era. Isso reflete a vontade comum de todo o Partido, todas as Forças Armadas e o povo de todos os grupos étnicos do país, tendo significado decisivo para o progresso das causas do Partido e do

Estado na nova era e para a aceleração do processo histórico da grande revitalização da nação chinesa. (Comitê Central do Partido Comunista da China, 2021).

O "Pensamento de Xi Jinping" tem sido o guia ideológico da nova "Governança da China". Desde que foi nomeado presidente da RPC no 18º Congresso Nacional do PCCh em 2012 e assumiu a governança do país em 2013, Xi tem levado a cabo o processo de modernização da China nos diversos aspectos do desenvolvimento integral. Em 2016, Xi Jinping foi reconhecido constitucionalmente como "líder central" do Partido Comunista (atribuído anteriormente apenas a Mao Tsetung, Deng Xiaoping e seu sucessor Jiang Zemin, mas não a Hu Jintao, antecessor de Xi); e no 19º Congresso Nacional do Partido em 2017 foi aprovada a inclusão do "Pensamento de Xi Jinping sobre o socialismo com características chinesas numa nova era" na constituição do Partido¹⁰⁵.

Mao Tsetung havia sido o único, em vida, a ter alcançado tal feito, quando "O Pensamento de Mao" foi reconhecido constitucionalmente. Deng Xiaoping também foi igualmente reconhecido após sua morte. Além disso, o mesmo congresso aprovou a possibilidade da 3ª eleição sucessiva de Xi Jinping para presidente¹⁰⁶. Já no 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da China em outubro de 2022, a continuidade da governança de Xi Jinping como presidente da China foi consolidada. De acordo com Kuhn (2022) (quem já foi homenageado pelo presidente Xi Jinping), em artigo para a Revista Money Times,

Enquanto o ano de 2035 foi apresentado no 19º Congresso Nacional do PCCh, Xi agora deixa explícito que o Partido está liderando a China em um processo de duas etapas para a modernização total e rejuvenescimento nacional. De acordo com a linguagem formal, o relatório fala em 'realizar basicamente a modernização socialista' até 2035 e construir um 'grande país socialista moderno' até meados do século. (Kuhn, 2022).

Os comunistas chineses, tendo o camarada Xi Jinping como representante principal, persistem em combinar estreitamente os princípios básicos marxistas com a realidade chinesa e com a excelente cultura tradicional chinesa, aderem ao pensamento de Mao Zedong, à teoria de Deng Xiaoping, ao importante pensamento da

¹⁰⁵ A China tem duas constituições. Uma da República Popular da China-RPC e uma do Partido Comunista Chines-PCCh.

¹⁰⁶ Após a era Deng Xiaoping, os mandatos na China passaram a ser de 5 anos (a cada 5 anos ocorrem os congressos nacionais do partido) com possibilidade de uma reeleição apenas, como ocorreu com Jiang Zemin e Hu Jintao. Agora, Xi Jinping governará por mais de 10 anos, como Deng (17 anos) e Mao (27 anos, até sua morte).

“tríplice representatividade” e ao conceito científico de desenvolvimento, e criaram o Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas na Nova Era com base no resumo profundo e no uso pleno das experiências históricas desde a fundação do Partido, partindo de novas realidades. Os comunistas chineses definiram que a característica essencial é a maior vantagem do sistema do socialismo com características chinesas são a liderança do PCC, sendo o Partido a suprema força de liderança política. Todo o Partido deve fortalecer as “quatro consciências”, consolidar as “quatro convicções” e implementar as “duas defesas”. Os comunistas chineses definiram que em busca da defesa e desenvolvimento do socialismo com características chinesas, a tarefa principal é realizar a modernização socialista e a grande revitalização da nação chinesa, e com base na conclusão da construção integral de uma sociedade moderadamente próspera, transformar em duas etapas a China em um forte país socialista moderno que é próspero, poderoso, democrático, culturalmente avançado, harmonioso e belo até meados deste século, e promover a grande revitalização da nação chinesa com modernização ao modo chinês.¹⁰⁷(Comitê Central do Partido Comunista da China, 2021).

Há quatro grandes eixos que representam o pensamento de Xi Jinping e o socialismo com características chinesas na nova era:

- a) Economia socialista de mercado – ou seja, a base do sistema político-econômico chinês, caracterizado por elementos que não alcançaremos aprofundar aqui, mas podemos apontar três dos mais centrais: a) estatização; controle majoritário das grandes empresas; e capital compartilhado, quer dizer, investimento privado em todos os setores da economia; b) a participação no mercado internacional, principalmente com a "nova rota da seda" ou "Iniciativa Cinturão e Rota" (Belt and Road Initiative-BRI, em inglês), que em 10 anos já mobilizou em torno de 4,6 trilhões de reais. “O ambicioso projeto chinês de ampliar sua rede de comércio, investimento e influência pela Ásia, Europa e África, [...], chegou este ano à cifra de US\$ 932 bilhões (cerca de R\$ 4,6 trilhões) (Geomercosul, 2022)¹⁰⁸”. c) inovação tecnológica, investimento em ciência e tecnologia. Isso também faz parte do modelo econômico chinês. A base do desenvolvimento industrial e econômico do país é a sua capacidade de desenvolver, produzir e fabricar novas tecnologias, que circulam em todo o mundo.

¹⁰⁷Ver texto na íntegra: Resolução do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre as Grandes Conquistas e Experiências Históricas na Luta Centenária do Partido (aprovado na 6ª sessão plenária do 19º Comitê Central do Partido Comunista da China em 11 de novembro de 2021).

¹⁰⁸Os dados são de um relatório publicado em 24 de julho, pelo think tank Green Finance & Development Center, da Universidade de Fudan, em Xangai.

Além disso, mais recentemente a China vem avançando na nova dinâmica de desenvolvimento econômico chamada "dupla circulação" (*dual circulation*), com intuito de maior fortalecimento do mercado interno.

- b) Civilização ecológica – quer dizer, a busca por um modelo de produção industrial sustentável e a construção de um ambiente próspero para as gerações futuras. É sabido que os custos ambientais do processo de industrialização na China nesses quarenta anos (1980-2020), são impactantes. Os índices de poluição do ar, em cidades como Pequim e Shanghai, entre outras, chegaram a níveis alarmantes. Em 2022, vários meios noticiaram um estudo do Instituto de Política de Energia da Universidade de Chicago (EPIC, na sigla em inglês), nos EUA, que realiza medições por satélite, que apontou uma redução de em média 40% na quantidade de partículas nocivas no ar entre 2013 e 2020 na China. Isso se deu em virtude das novas deliberações estabelecidas principalmente a partir do 13º Plano Quinquenal (2016-2020) e do 19º Congresso Nacional do PCCh (2017), quando começa-se atuar mais fortemente na mudança da matriz energética chinesa com: controle mais efetivo da indústria de carvão (passou de 67,4% da produção total em 2013 para 56,8% em 2020¹⁰⁹); atualização da indústria de automóveis (produção de ferro e aço do setor: apenas entre 2016 e 2017, diminuiu 115 milhões de toneladas e, no fim de 2017, suspendeu a produção de 553 modelos de veículos nacionais e estrangeiros que poluíam demais); e investimento em ciência e tecnologia para economia verde.
- c) Sociedade "moderadamente próspera" ou “小康 社会 – *xiaokang shihui*” – o termo em si tem origem na filosofia confuciana, do "sonho chinês – 中国梦". Na atualidade expressa mesmo a utopia chinesa, a ideia do renascimento (复兴). E que, vai se materializando nas políticas de combate a pobreza e as desigualdades em diversos âmbitos em todo país.

Durante esse período desolador, no final de fevereiro de 2021, o presidente da China, Xi Jinping, anunciou que – em oposição a essa crise global geral – que o país asiático erradicou a pobreza extrema. O que significa este anúncio? Como nossa equipe do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social relatou em uma recente publicação, isso significa que 850 milhões de pessoas saíram da pobreza absoluta

¹⁰⁹AMERISE, Atahualpa. Como a China conseguiu cortar pela metade a poluição do ar em 7 anos. Publicado originalmente pela BBC internacional e republicado pelo portal G1 da Rede Globo.

(o fim de um processo de sete décadas que começou com a Revolução Chinesa de 1949), que a renda per capita aumentou para 10 mil dólares (um aumento de dez vezes nos últimos vinte anos), e a expectativa de vida aumentou para 77,3 anos em média (em comparação com 35 anos em 1949). Tendo cumprido os ODS de redução da pobreza com dez anos de antecedência, a China contribuiu com mais de 70% da redução total da pobreza no mundo. Em março de 2021, o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, comemorou essa conquista como um “motivo de esperança e inspiração para toda a comunidade das nações”. (Prashad¹¹⁰, 2021).

Durante o 20º Congresso Nacional do PCCh em outubro de 2022, o Partido aprovou uma emenda para o seu Estatuto com uma nova Resolução¹¹¹ que deixa claro as metas do Partido para o país nos próximos períodos. De acordo com a nova resolução,

Para concluir a construção integral de um grande país socialista moderno, elabora-se um planejamento estratégico geral de duas etapas: de 2020 até 2035, a modernização socialista será basicamente realizada; e a partir de 2035 até os meados do presente século, a China se tornará um grande país socialista moderno que é próspero, poderoso, democrático, culturalmente avançado, harmonioso e belo. (Xinhua¹¹², 2022).

O Congresso considera que o Partido decidiu neste evento promover de forma integral a grande revitalização nacional por meio da modernização chinesa, e definiu isso como a tarefa central do Partido na nova era e na nova jornada. O sistema econômico básico, que inclui os seguintes elementos: a propriedade pública que desempenha o papel predominante enquanto se desenvolve junto com outras formas de propriedades; múltiplos modelos de distribuição com o modelo de "cada um conforme o seu trabalho" como o principal; e uma economia de mercado socialista, é um importante pilar do sistema socialista chinês. O Congresso consente em incluir o conteúdo acima referido no Estatuto, e também outros conteúdos como "realizar gradualmente a prosperidade comum de todo o povo", "apreender a nova fase do desenvolvimento, implementar o novo conceito de desenvolvimento inovador, coordenado, verde, aberto e

¹¹⁰PRASHAD, Vijay é historiador, editor e jornalista indiano. Ele é um escritor e correspondente-chefe da Globetrotter; editor da LeftWord Books e diretor do Tricontinental: Instituto de Pesquisa Social; membro sênior não residente do Instituto de Estudos Financeiros de Chongyang, Universidade Renmin da China. Escreveu mais de 20 livros, incluindo *The Darker Nations* e *The Poorer Nations*. Seus livros mais recentes são *Struggle Makes Us Human: Learning from Movements for Socialism* e (com Noam Chomsky) *The Retirada: Iraque, Líbia, Afeganistão e a Fragilidade do Poder dos EUA*. Escreveu o artigo "China erradica pobreza extrema enquanto bilionários dão voltinha no espaço", publicado no jornal Brasil de Fato-BdF em 2021.

¹¹¹CONGRESSO DO PCCh. Texto na íntegra da resolução sobre emenda do Estatuto do Partido. Xinhua, 2022.

¹¹²Xinhua é uma agência oficial de notícias do governo chinês.

compartilhado, acelerar a criação de um novo paradigma de desenvolvimento com 'dupla circulação' em que os mercados interno e externo se promovam entre si com o mercado interno sendo o pilar, bem como promover um desenvolvimento de alta qualidade", "fazer pleno uso do papel dos talentos como recursos de primeira importância" e "impulsionar um desenvolvimento da economia nacional mais qualitativo, eficiente, equitativo, sustentável e seguro". Essas modificações ajudam todo o Partido a alinhar o pensamento e a ação com a avaliação científica do Comitê Central do Partido quanto à situação doméstica e internacional e com as estratégias e planos sobre o trabalho do Partido e do Estado, implementar mais conscientemente as linhas básicas partidárias, e continuar a gloriar, com maiores façanhas, a grande história do desenvolvimento da China na nova era. (Xinhua, 2022).

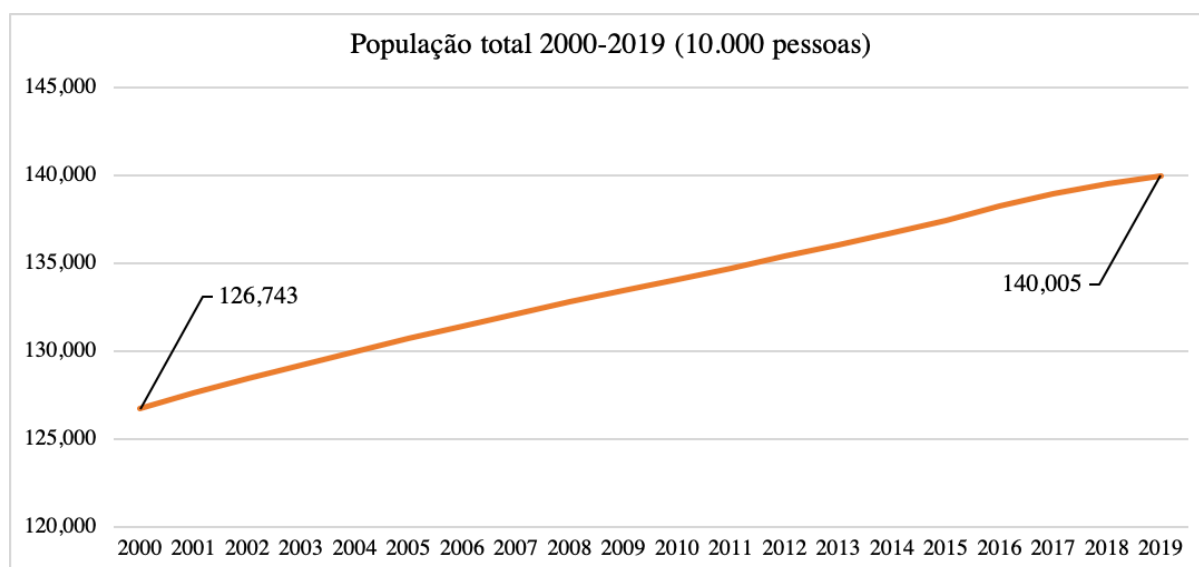
- d) Prosperidade comum e futuro compartilhado – sob a liderança de Xi Jinping a China tem apontado novos rumos para o futuro da humanidade. O presidente chinês tem sinalizado ao mundo e em especial aos Estados Unidos da América do Norte, que a humanidade já não suporta mais imperialismos hostis, e que o novo polo de poder político-econômico-militar que a China representa não só encerrara o ciclo de poder unipolar, como inaugura um novo ciclo, de um mundo multipolar, em detrimento também da bipolaridade China-EUA. Embora, de maneira geral, e em especial os países periféricos estejam resilientes a qualquer tipo de poder dominante e boa parte inclusive veja na China um "novo imperialismo". Com os desdobramentos dos projetos da BRI é possível compreender o papel da China principalmente para os países do Sul Global ou em desenvolvimento, em trocas comerciais, projetos de cooperação e intercâmbio tecnológico etc, que podem acelerar significativamente o desenvolvimento desses países ou recolocá-los em uma posição primário-exportadora, explorando seus recursos naturais, a depender dos posicionamento dos mesmos, fruto das suas próprias contradições e correlações de forças internas.

3.4.1 "Revitalização e modernização" do campo com desenvolvimento rural sustentável na China da nova era

A produção industrial acelerada e o rápido crescimento urbano produziram a necessidade cada vez maior de processos migratórios campo-cidade para atender a demanda de trabalho na construção civil. A população urbana ultrapassou a população rural no ano de 2010, e a China chegou em 2019 com um total de 1,4 bilhões de pessoas. Para lidar com a

questão migratória, o governo se utiliza do sistema *hukou* de controle migratório – que existe desde 1949 (tendo sofrido alterações) –, administrando a relação entre a mão de obra necessária e a força de trabalho disponível. Nos últimos anos, tem sido implementado um amplo programa de desenvolvimento rural, no intuito de garantir infraestrutura e vida digna para as populações rurais e a sua permanência no campo, com fortalecimento da economia rural e acesso à tecnologia e meios de produção adaptados.

Gráfico 3 – Indicadores nacionais do crescimento da população total da China de 2000-2019 (quantidade x 10.000 pessoas).



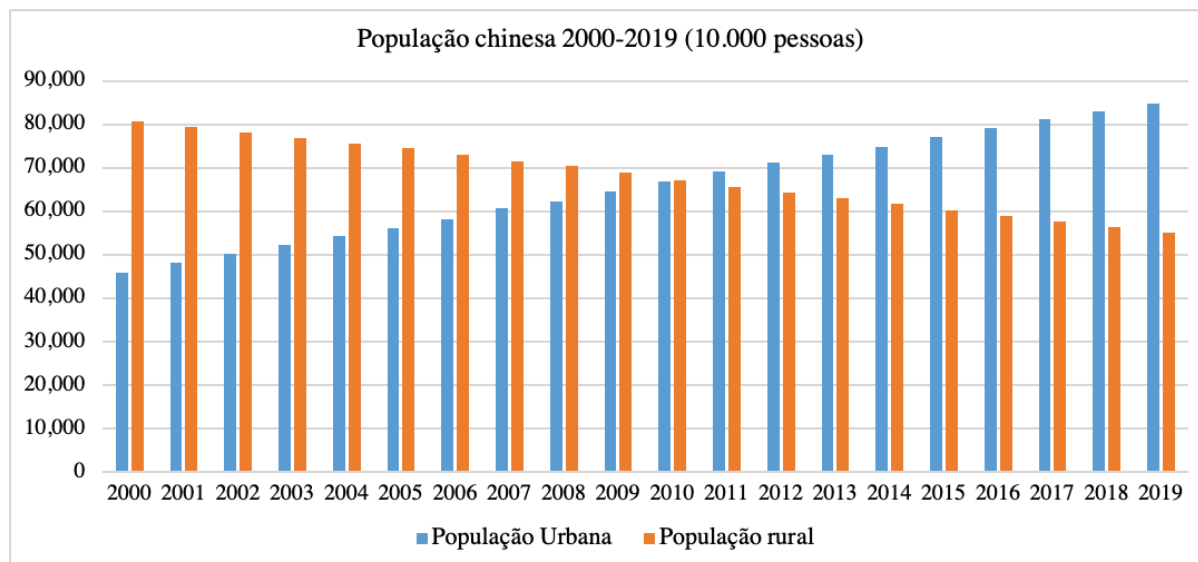
Fonte: Criação nossa, com base em National Bureau of Statistics of China/Departamento Nacional de Estatísticas da China, 2020.

Tabela 4 – Indicadores nacionais do crescimento da população total da China de 2000-2010-2019 (%).

Indicadores	2000	2010	2018
População Urbana (%)	36%	50%	60%
População rural (%)	64%	50%	40%

Fonte: Criação nossa, com base em National Bureau of Statistics of China/Departamento Nacional de Estatísticas da China, 2020.

Gráfico 4 – Indicadores nacionais da população rural e urbana na China de 2000-2019
(quantidade x 10.000 pessoas).



*Nota: Os dados populacionais de 1981 e anteriores são de registros domésticos; para o ano de 1982, 1990, 2000 e 2010 são as estimativas do ano do censo; o restante dos dados cobertos por esses gráficos e tabelas foram estimados com base nas pesquisas nacionais anuais por amostragem.

Fonte: Criação nossa, com base em National Bureau of Statistics of China/Departamento Nacional de Estatísticas da China, 2020.

A nova política de desenvolvimento rural é parte da estratégia de desenvolvimento do país, com erradicação da pobreza e modernização do campo; e qualificação da mão de obra urbana, com regulamentação do crescimento urbano e diminuição do êxodo. De acordo com o NBS (2021), atualmente, cerca de 60% da população vive na zona urbana e cerca de 40% vivem na zona rural, segundo dados oficiais. O campo, que sempre foi provedor de força de trabalho e ao mesmo tempo garantia da produção de alimento, vem sendo palco do novo desenvolvimento, para a nova "civilização ecológica"¹¹³, com políticas de proteção e preservação ambiental e cada vez mais projetos de "agricultura ecológica"¹¹⁴.

O avanço tecnológico e o desenvolvimento técnico-científico têm sido primordial para

¹¹³O termo "civilização ecológica" também surge, ainda no início da Reforma e Abertura com Deng Xiaoping, e faz parte da planificação de longo prazo sobre o desenvolvimento rural sustentável do país. Atualmente, são inúmeros projetos de agricultura ecológica, além das metas de carbono zero, e todas as políticas ambientais e agrícolas que remetem a linha política da civilização ecológica.

¹¹⁴Na China, basicamente ainda não se conhece e portanto não se utiliza o conceito de Agroecologia. No entanto, os planos de Agricultura Ecológica e os projetos de agricultura sustentável estão mais próximos, ao meu ver, das propostas de Agroecologia no Brasil.

o avanço da agricultura na China. O modelo que conjuga a produção da pequena propriedade; áreas de grande produção coordenadas por grandes empresas estatais e; produção de média escala associando capital público e privado, tem atingido metas de produtividade cada vez maiores. Embora o êxodo rural tenha sido impactante, principalmente nos últimos 30 anos, ainda é o campesinato o responsável pela grande diversidade da produção agrícola no país. Especialmente na última década, o progresso técnico e tecnológico foi sendo introduzido nas comunidades rurais através do governo, que passou a garantir infraestrutura, acesso à informação e comunicação, saneamento básico, saúde e educação, técnicas e tecnologias agrícolas para a agricultura camponesa. Assim, o campo vem se tornando cada vez mais um lugar desenvolvido e com qualidade de vida para as populações.

O processo de revitalização e modernização do campo com desenvolvimento rural sustentável representa uma nova revolução agrária na China. Essa nova etapa do desenvolvimento agrário conta com estratégias que envolvem principalmente o uso de novas tecnologias eletrônicas e inteligentes; energias renováveis; projetos de agricultura ecológica; reordenamento territorial e realocação de comunidades longínquas com o programa de erradicação da pobreza; tecnificação e mecanização da agricultura camponesa de forma adaptada e contextualizada; agroindustrialização; turismo rural etc. Algumas experiências significativas para esse processo são conhecidas. Muitas informações sobre isso se encontram sessão "Agricultura e Meio ambiente"¹¹⁵ do boletim de semanal "Notícias da China-NdC" do Coletivo Dongsheng¹¹⁶.

¹¹⁵Essa sessão teve colaboração do educando responsável por esta dissertação, enquanto viveu na China por 2 anos (2020-2021), em período de pesquisa e também colaborou com o Coletivo Dongsheng. Uma lista com 70 artigos, dividida em 5 sessões, com a "Retrospectiva 2020" dos melhores artigos selecionados sobre o tema, pode ser acessada no Drive com autorização do autor.

¹¹⁶O "Notícias da China" (News on China, em inglês) é o principal trabalho produzido pelo Coletivo Dongsheng desde a China e é publicado semanalmente em 6 idiomas. O coletivo também organiza o "Vozes Chinesas".

4 **BRASIL: QUESTÕES AGRÁRIAS E CAMPESinATO – DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA A SUPERESTRUTURA DO AGRONEGÓCIO**

Se a natureza fosse um banco, já teria sido salva. (Eduardo Galeano)

O capital é autodestrutivo por sua própria "ação metabólica", como aponta o István Mészáros¹¹⁷ em sua obra. Além da exploração sobre os trabalhadores, o capital avança sobre a natureza em busca de renda extraordinária para atender a sua lógica acumulativa. Nas crises metabólicas, estruturais ou cíclicas do capitalismo, acontecem dois movimentos de recriação e ampliação da fronteira do sistema: um asfixiamento ainda maior da classe trabalhadora (superexploração) e um processo de espacialização sobre a natureza e exploração da mesma, transformando cada vez mais as riquezas naturais em mercadoria para o lucro capitalista. No campo, isso se materializa pelo avanço do agronegócio sobre fronteira agrícola e o estabelecimento de novas dinâmicas nas relações de trabalho e para com a natureza, com o trabalho análogo ao escravo e destruição das florestas.

Quando trata da teoria da "renda da terra" em Marx, Stédile (2012) diz que:

Há um limitante na produção capitalista de bens agrícolas, que é a existência da terra, o espaço físico necessário. Afinal, só é possível produzir mercadorias agrícolas sobre a terra. Mesmo quando se aplicam técnicas específicas de produção em estufas ou hidropônica, que usa alto componente de água e fertilizantes líquidos, essas instalações necessitam de um espaço e clima determinado. E a terra é um bem da natureza, limitado no espaço. (Stédile, 2012).

Não é isso o que acontece na indústria. A instalação de uma ou de várias fábricas não é determinada pelo fator terra ou pela limitação de espaço. Como a produção industrial se concentra em pequenos espaços, é possível instalar um número indefinido de novas fábricas, em muitos lugares, sem estar limitado pela inexistência de terra. Nesse caso, o espaço físico não é limitante. E, teoricamente, a expansão de novas fábricas para produzir a mesma mercadoria não estaria limitada pela necessidade de mais terrenos para sua instalação, pois o espaço físico ocupado por uma fábrica é reduzido e tanto o planeta quanto o território de um país permitiriam sua expansão quase infinita. (Stédile, 2012).

¹¹⁷Filósofo marxista húngaro (1930-2017), autor da grande obra "Para além do capital": São Paulo: Boitempo, 2006; e "O Século XXI: socialismo ou barbárie?". São Paulo: Boitempo, 2003. (Tradução: Paulo Cesar Castanheira).

Dados os limites do crescimento econômico capitalista, as forças produtivas capitalistas forçam um processo de territorialização no sentido da ocupação dos últimos espaços onde ainda há formas para instalação o seu modo de exploração, como a terra, o ar, água, os minérios e a força de trabalho antes não utilizada para o capitalismo, como os povos indígenas e outros povos tradicionais. De acordo com Lowy (2019), a passagem de "O Capital", a seguir, "esclarece a visão dialética de Marx das contradições do 'progresso' e suas consequências destrutivas para a natureza sob condições capitalistas." Segundo o autor, "Marx desenha um insight mais amplo que a produção capitalista engloba uma tendência de solapar as 'condições naturais eternas'". Lowy afirma que "de uma perspectiva semelhante, Marx reitera seu argumento mais familiar que a mesma lógica predatória do capitalismo explora e degrada os trabalhadores."

A produção capitalista [...] perturba a interação metabólica entre o homem e a terra, isto é, impede o retorno ao solo de seus elementos constituintes consumidos pelo homem na forma de alimento e vestuário; daí impede o funcionamento das condições naturais eternas para a fertilidade duradoura do solo [...]. Todo progresso na agricultura capitalista é progresso na arte, não apenas de roubar o trabalhador, mas de roubar o solo [...]. Quanto mais um país [...] se desenvolve com base na grande indústria, mais esse processo de destruição ocorre rapidamente. A produção capitalista [...] apenas desenvolve [...] ao minar simultaneamente as fontes originais de toda riqueza – o solo e o trabalhador.¹¹⁸ (Marx, 1867;1981 *apud* Lowy, 2019).

O projeto do agronegócio leva à destruição de grande parte do patrimônio biológico natural, da fauna e da flora e também à destruição das pessoas, sejam consumidoras sob o "regime alimentar corporativo" e globalizado, sejam pelos conflitos com as próprias comunidades camponesas que resistem em seus territórios. Vemos nesse tempo histórico um avanço ainda maior da tecnologia do agronegócio; a exploração e a eliminação de biomas; mortes por câncer, por consumir alimentos envenenados; e também pela fome, por falta de acesso aos alimentos. A era do desperdício de alimentos é também a era do aumento da fome no mundo. O capitalismo segue realizando a sua lei geral, como alertou Marx: “quanto maior a riqueza, maior a pobreza”.

¹¹⁸MARX, Karl. **Das Kapital (1. vol)**. Marx-Engels-Werke series, 23. vol. 1867. Berlin: Dietz Verlag Berlin, 1981, p. 528-530.

O agronegócio brasileiro caracteriza-se por um conjunto de cadeias semi-industriais de produção de *commodities* agrícolas, pecuárias e florestais, alimentares e não alimentares, majoritariamente para exportação. Esse sistema controla estruturalmente toda a produção agrícola de grande escala. O modelo de produção do agronegócio, se enraizou, cresceu e homogeneizou-se como o principal modelo de produção agrícola do modo de produção capitalista, não só no Brasil mas em quase todo o mundo. A exceção de poucos países, o modelo do agronegócio e a matriz tecnológica da revolução verde são extremamente dominantes no mundo globalizado.

O termo *agronegócio*, de uso relativamente recente em nosso país, guarda correspondência com a noção de *agribusiness*, cunhada pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950, no âmbito da área de administração e *marketing* (Davis e Goldberg, 1957). O termo foi criado para expressar as relações econômicas [...] entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial [...], comercial e de serviços [...]. No Brasil, o vocábulo *agribusiness* foi traduzido inicialmente pelas expressões *agroindústria* e *complexo agroindustrial*, que buscavam ressaltar a novidade do processo de modernização e industrialização da agricultura, que se intensificou nos anos 1970 [...]. Desde os anos 1990, o termo *agribusiness* começou a ganhar espaço, mas, já no início dos anos 2000, a palavra agronegócio foi se generalizando [...], para referir-se ao conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários. (Leite; Medeiros, 2012, p. 81-82).

A agricultura se articulou aos Complexos Agroindustriais (CAIs) e tornou-se parte de um complexo sistema hoje denominado de agronegócio, o qual, para se reproduzir, necessita de grande disponibilidade de terras, quer pela exigência de escala produtiva imposta pelo patamar tecnológico, quer para que sirvam de estoque, às vezes por longos períodos, à espera do momento propício para serem colocadas em produção. (Medeiros, 2012, p. 452).

No entanto, os custos ambientais e humanos para sustentar esse modelo são inversamente extremos. Esses custos estão diretamente atrelados a alguns fatores: primeiro, a questão agrária, no que diz respeito à propriedade da terra. O controle da questão fundiária e a manutenção do latifúndio pelas classes dominantes; segundo a reprodução da revolução tecnológica na agricultura baseada nos preceitos da revolução verde. A criação da engenharia genética, os pacotes tecnológicos e o monopólio da ciência e tecnologia agrícolas por empresas multinacionais; e terceiro o poder político. O papel do estado na estruturação da economia do agronegócio brasileiro. A sustentação econômica, a garantia da concentração

fundiária, a exploração da força de trabalho e a intensificação dos conflitos e violência no campo pela expansão do agronegócio, tem total avaliza do estado brasileiro.

[...] há os que concebem a Revolução Verde como um problema sob os aspectos social, econômico, político, cultural, agrônômico e ecológico, e, portanto, avaliam que a Revolução Verde causou grandes mudanças estruturais, não cabendo analisá-la da visão de uma neutralidade científica. [...] foi veículo de desigualdade social, bem como obstáculo ao desenvolvimento dos camponeses, visto que eles se tornaram dependentes de empresas globais fabricantes dos pacotes tecnológicos. Além disso, as políticas de desenvolvimento que privilegiaram o viés técnico acabaram por deixar de lado mudanças sociais e estruturais, tais como a Reforma Agrária. (Pereira; Caldart *et al*, 2012, p. 687).

O Brasil é um dos maiores produtores de mercadorias agrícolas do mundo, junto aos EUA, Austrália e outros países da América Latina; e, é o país com o maior potencial de produção agrícola, apelidado voluntariamente de "celeiro do mundo". Semi-industrializado e subdesenvolvido, o Brasil chegou a ser a sexta economia do planeta, superando a Grã-Bretanha e poderia ter ultrapassado também a França – não fosse o desfecho político dos últimos 6 anos –, tornando-se a quinta maior economia do mundo depois de EUA, China, Japão e Alemanha. Quem assumiu o posto foram o Reino Unido e a Índia. A França caiu para a 7ª posição e o Brasil despencou para a 12ª em 2021. O país segue sendo grande abastecedor do sistema alimentar global, com grande produção de *commodities* agropecuárias, principalmente grãos e carnes; e, ao mesmo tempo, atrasado econômica e industrialmente se comparado a outros países em desenvolvimento.

A agricultura brasileira é amplamente controlada por grandes empresas capitalistas, nacionais e internacionais, que atuam na economia brasileira desde a aquisição de terras, comércio de fertilizantes e agrotóxicos, controle de sementes, indústria e comércio, além do setor financeiro e o *lobby* de campanhas eleitorais. As 57 maiores empresas do agronegócio, das quais 37 são de capital brasileiro, 7 são estadunidenses, 3 chinesas, 3 francesas, 2 holandesas, 1 russa, 1 norueguesa, 1 alemã, 1 suíça e 1 italiana, controlam basicamente toda a agricultura empresarial brasileira. Assim, o Brasil está completamente inserido nas dinâmicas do comércio global de *commodities* e portanto do Sistema Alimentar Global. De fato, como uma grande fazenda do mundo.

Qualquer tentativa de promoção de um programa estrutural de Reforma Agrária tem

sido refutado e combatido por grupos conservadores, ou combatido diretamente de diversas maneiras, incluindo ataques extremamente violentos no campo. Assim, mantém-se a propriedade da terra sob controle de grandes latifundiários e empresários do setor agrícola que representam uma parte ínfima da sociedade, mas que comandam as cadeias industriais do agronegócio e portanto controlam quase toda a economia agrícola do país, ou seja, grande fatia da economia total do país.

As empresas controlam as sementes, a terra, os meios de produção, provocando um avanço cada vez maior sobre os territórios camponeses, seja com megaprojetos dos diversos tipos, expulsando os camponeses das suas terras, quer dizer, por espoliação; seja obrigando-os à uma integração forçada ao modelo dominante por meio de subsunção, assalariado os trabalhadores ou impondo-lhes os seus mecanismos de comércio; ou pela contaminação ambiental e a ameaça à biodiversidade e às vidas humanas, causando assim a migração forçada de comunidades camponesas. Assim, vai ocorrendo uma expansão da fronteira agrícola pelo agronegócio e a dominação das áreas rurais, para exploração mineral, parques eólicos, instauração de barragens hidrelétricas, agropecuária, exploração madeireira e produção agrícola, em todo o país.

A concentração de terras, o uso indiscriminado de agroquímicos e as agressões ao meio ambiente, e a violência no campo, têm sido o resultado do processo histórico de desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Os grandes monocultivos de grãos, a indústria madeireira e os imensos desertos verdes de pinus e eucalipto, cana ou soja; as grandes fazendas de pecuária extensiva, as granjas porcinas e avícolas, as áreas de café, algodão, tabaco etc, formam os complexos agroindustriais e econômico-empresariais que controlam a agricultura e o território rural brasileiro, sendo estes então responsáveis por toda degradação ambiental e violência estrutural contra os povos do campo.

4.1 A "modernização do campo" e a expansão do agronegócio no Brasil

Na segunda metade do século 20, a agricultura brasileira passou por um processo conhecido como "modernização conservadora"¹¹⁹, quando a revolução verde e o agronegócio

¹¹⁹Esse período de transformações na agricultura brasileira é analisado por DELGADO, Guilherme Costa (2012), que faz um passo a passo do processo de desenvolvimento da agricultura desde a chamada "modernização conservadora" do período militar até a "reestruturação da economia do agronegócio" a partir de 1989 e nos anos 2000 (Delgado, G., 2012). Delgado, G. também descreve como o Brasil dirigiu a política

se estabeleceram estruturalmente no país. Esse processo abriu caminho para novas formas, mais sofisticadas e mais predatórias, de exploração da terra e dos (as) trabalhadores (as) pela classe capitalista no campo. Além da exploração indiscriminada de recursos naturais e destruição mesmo da natureza. Embora, posteriormente, houveram avanços na política agrária brasileira, com benefícios para pequenos e médios produtores, como o acesso à terra e crédito, os elementos centrais do modo de produção e do modelo de exploração agrícola no Brasil permaneceram ao longo da história até os dias de hoje.

A partir dos anos 1950-1960, o mundo dá uma verdadeira guinada em direção ao processo de desenvolvimento industrial e tecnológico na agricultura. Com o fim da 2ª Guerra Mundial (1929-1945) se constituíram várias organizações internacionais e instituições multilaterais a partir da criação da Organização das Nações Unidas-ONU, no intuito de reconstrução do novo mundo em cima daquele então devastado pela guerra. Em grande medida esse processo foi frontado pelos Estados Unidos, que entre as grandes potências talvez tenha sido a menos impactada e até se beneficiado da guerra. No sentido de discutir propostas para resolver o problema da fome no mundo, foi criada a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) ainda em 1945.

Entre o fim da 1ª e o início da 2ª Revolução Industrial, novas tecnologias foram criadas e velhas tecnologias foram adaptadas a outros setores e usos, como é o caso da agricultura. Nos Estados Unidos-EUA e na Europa a agricultura passou a se desenvolver amplamente, a partir de um novo modelo agrícola e de uma nova matriz tecnológica, estes seriam o agronegócio e a revolução verde, respectivamente. O modelo foi desenvolvido a partir das ideias de John Davis e Ray Goldberg – nos EUA nos 1950 – que criaram as primeiras noções de "*agrobusiness*". Logo chegou ao Brasil, acompanhado da nova matriz tecnológica também impulsionada nos EUA mais ou menos no mesmo período e implementada na agricultura do país.

Os EUA buscavam promover – por meio das instituições internacionais, como o Banco Mundial-BM e Fundo Monetário Internacional-FMI; ou acordos comerciais, como o

nacional de créditos para atender o processo de modernização na agricultura, mantendo as bases da exploração capitalista no campo e estabelecendo o sistema de substituição de importações. O autor ainda analisa o período de 1965-1985, detalhando os aspectos da política nacional de crédito e proteção à propriedade agrícola, e como o capital financeiro foi entrando no mercado agrícola desde 1989 e dos anos 2000 até 2012.

Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), criadas após a 2ª guerra – a reestruturação das economias capitalistas¹²⁰. Parte da estratégia incluiu os programas de desenvolvimento industrial para a agricultura dos países em desenvolvimento. Por um lado as potências industrializadas forneciam recursos, incluindo investimento direto. Por outro, se beneficiavam das grandes quantidades de bens primários e mercadorias manufaturadas para suas indústrias.

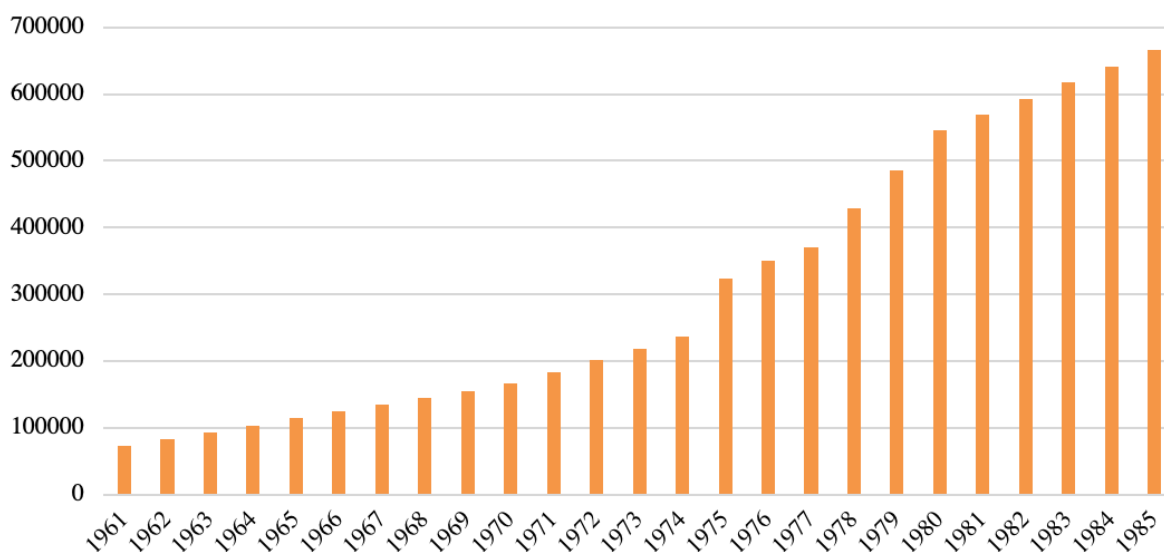
Para que os interesses dos EUA, de explorar ao máximo o potencial de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, se concretizasse, o país lançou uma mega operação sobre a América Latina, conhecido como "Plano Condor" que apoiou a instalação de ditaduras militares por todo o continente, controladas por uma burguesia subserviente aos seus interesses imperialistas, justificando-se pela ideologia de "combate ao comunismo". O resultado é conhecido. O processo bloqueou as perspectivas de desenvolvimento nacional dos países e deixou rastro de sangue com feridas incuráveis. Economicamente os países continuaram pobres ou subdesenvolvidos.

A revolução verde criou os chamados pacotes tecnológicos, que deveriam ser replicados em outros países, como foi o caso do Brasil. Estes incluíam novos fertilizantes químicos para a agricultura, agrotóxicos específicos para determinados tipos de lavouras e sementes geneticamente modificadas. Também foram incrementados fatores de produção como a mecanização agrícola, a irrigação e as cadeias industriais de produção, transporte e processamento das, agora denominadas *commodities* agrícolas; impulsionando o modelo, que então ratifica o latifúndio como parte da sua estrutura. A implementação dos pacotes tecnológicos da revolução verde também serviram como medida para destinar a velha produção industrial, mecânica e biológica da indústria bélica, utilizada pelas grandes potências durante a 2ª Guerra Mundial¹²¹, dando destino as velhas máquinas, e produtos utilizados como "agente laranja"¹²², que viriam tornar-se obsoletos.

¹²⁰Segundo o chefe da Comissão de Relações Exteriores do PC da China e ex-chanceler Wang Yi “Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos lideraram os esforços para estabelecer o Sistema Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que, juntamente com o Plano Marshall, formaram o sistema monetário internacional centrado no dólar norte-americano (Yi, 2023).”

¹²¹Com o fim da 2ª grande guerra em 1945, os países desenvolvidos trocaram a velha maquinaria agrícola existente, por novas máquinas, e criaram os chamados pacotes tecnológicos para desenvolver a agricultura dos países subdesenvolvidos.

¹²²Após a 2ª Guerra Mundial, durante a Guerra Fria, o herbicida glifosato ou *round up*, como é conhecido, foi utilizado como instrumento de destruição em massa pelos EUA e Europa, tanto de florestas – para facilitar a

Gráfico 5 – Evolução do número de máquinas agrícolas no Brasil de 1961-1988.

Fonte: Criação nossa, com base em Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, 2020.

Como pode-se observar no gráfico acima, segundo o Banco Mundial (2020), entre os anos de 1961-1985 houve um significativo aumento do uso de máquinas agrícolas na agricultura brasileira, representando o progresso técnico daquele período. Havia menos de 100 mil unidades (máquinas e tratores) em 1961. Em 1988, o número chegou a 666.309 mil. O processo de modernização trouxe relativos avanços para o campo, mas de forma desigual e combinada. O modelo beneficiou principalmente os grandes latifundiários¹²³. A implementação das máquinas e o avanço sobre a fronteira agrícola levaram o campesinato empobrecido a uma condição ainda mais subalterna.

Embora possa-se encontrar aspectos positivos nesse processo, especialmente olhando do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, as populações rurais – que já eram afetadas pelo processo industrial, principalmente com as migrações forçadas ou êxodo rural, causadas pela falta condições de sobrevivência no campo – apenas serviram de exército de reserva para a produção capitalista. Com esse modelo de desenvolvimento, populações rurais foram sendo cada vez mais excluídas e a migração campo-cidade seguiu aumentando durante o período militar. Continuavam crescendo os grandes centros urbanos,

localização das bases inimigas ou acampamentos de guerrilhas – como de pessoas. Esse tipo de ataque biológico com armas químicas foi utilizado de maneira brutal pelos EUA na guerra contra o Vietnã (1955-1975).

¹²³Há uma camada de agricultores de porte médio, que foram incorporados ao sistema produtivo do agronegócio e que melhoraram suas condições de vida, especialmente parte daqueles integrados às agroindústrias; e os médios produtores que tiveram acesso a máquinas agrícolas e ao crédito subsidiado.

cheios de trabalhadores empobrecidos, a maioria vindos do campo em busca de emprego na cidade. Esses trabalhadores formaram a força de trabalho que ergueram metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília¹²⁴.

A revolução verde serviu para reestruturar o modelo agroexportador e fortalecer o sistema de latifúndio com exploração exaustiva da terra e da força de trabalho no campo. O modelo agrícola do agronegócio e a sua matriz tecnológica prevalecem dominantes no Brasil até hoje e até mais fortalecidos. Em um mundo devastado pela guerra, somado a crise do modo de produção capitalista que se arrastava desde 1929 e durante os primeiros anos do pós-guerra, as grandes potências capitalistas buscavam reerguer a economia capitalista, sob o pretexto de acabar com a fome, a pobreza e a miserabilidade que assolavam a população mundial naquele momento, principalmente as populações periféricas, e de maneira ainda mais forte as populações rurais. A revolução verde daria abertura então a uma nova fase da acumulação capitalista, galgada no processo de inovação técnico-científica e da chamada modernização agrícola.

Perseguiu-se na política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e de preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da "Revolução Verde", então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediante a adoção desses pacotes com mecanismos de seguro de preço e seguro do crédito à produção. (Delgado, G., 2012, p.13).

Essas transformações resultaram em êxodo rural, dependência da agricultura em relação à indústria e às corporações, dependência do agricultor da ciência e da indústria, desterritorialização dos camponeses, invasão cultural e contaminação do ser humano e do ambiente como um todo. A Revolução Verde contribuiu para marginalizar grande parte da população rural. (Pereira; Caldart *et al*, 2012, p. 688).

A principal intenção desse processo era realmente restaurar a economia capitalista esgotada pela guerra, recriar as forças produtivas capitalistas com uma nova revolução industrial e reestruturar o sistema de abastecimento com a reintegração do mercado mundial.

¹²⁴A capital foi construída entre 1956 e 1960 sob o governo de Juscelino Kubitschek, por uma grande massa de trabalhadores migrantes, majoritariamente vindos do Norte e Nordeste do país. Até hoje, as populações nordestinas e nortistas nessas capitais são significativamente altas.

O Brasil viria novamente servir de motor para a reoxigenação do sistema capitalista pelo seu grande potencial de produção agrícola e sua capacidade de exportação de matérias primas. O processo de modernização da agricultura brasileira se concentrou no Sul e Sudeste do país, mais tarde no Centro Oeste, e obrigou as populações rurais dessas regiões à relações de produção predatórias, com a manutenção dos latifúndios; o controle dos meios de produção pela classe proprietária, formada por grupos econômicos que atuam sobre as cadeias industriais de produção agrícola; e de políticas econômicas completamente direcionadas à grande produção para exportação.

[...] deixou-se em grande parte para trás a agricultura do Nordeste, assim como a coleta e extração vegetal da Amazônia, que participaram desse processo de "modernização" cumprindo papéis distintos, ora como reservatórios contínuos de mão de obra migrante para o setor urbano (no caso do Nordeste), ora como provedoras de novas zonas de exploração de florestas nativas (Floresta Equatorial Amazônica e Cerrados). (Delgado, G., 2012, p. 17-18).

A concentração da produção, segundo grupos econômicos, é relativamente mais alta nos setores florestal, sucroalcooleiro e avícola, cujos cinco maiores grupos econômicos controlam a produção de respectivamente 56,4%, 37% e 13,1% em 1980. Por seu turno, a produção nacional de trigo, de soja e de cacau comercializada pelas cooperativas é relativamente alta, situando-se respectivamente nos níveis de 84,3%, 52,8% e 31,3% do total dos valores desses produtos constantes do censo agropecuário. [...] 1,72% dos estabelecimentos respondiam por 43% do valor da produção rural total. (Delgado, G., 2012, p. 17-18).

A manutenção da estrutura fundiária é parte estruturante da matriz capitalista do Brasil. A burguesia capitalista brasileira nasceu nos berços do modo de produção escravista e do modelo de produção agroexportador, que deu luz à nova burguesia agrária. A burguesia industrial é, de certa forma, o reflexo da própria burguesia agrária. Ela mantém, historicamente, o alto nível de concentração da terra e a exploração dos trabalhadores do campo, para produção de bens primários para exportação. Diferentemente do que ocorreu com o capitalismo agrário em outros países – como nos países europeus e também nos Estados Unidos – no Brasil, o processo de desenvolvimento¹²⁵ não contou com uma Reforma Agrária, nem mesmo de tipo clássica ou burguesa.

¹²⁵Aqui não colocamos em discussão o conceito de "desenvolvimento". Assim, tratando-o apenas como progresso técnico e não como projeto político nacional.

Assim são considerados aqueles programas de governo para desapropriá-lo e distribuição massiva de terras que ocorreram durante o processo tido como "clássico" de industrialização. Esse tipo de reforma agrária foi o primeiro realizado pelo Estado burguês. Sua característica principal é o fato dessas reformas terem sido feitas com legislação aplicada por governos da burguesia industrial. O objetivo primário desses governos consistia em aplicar o direito republicano e democrático de garantir a todos os cidadãos o acesso à terra e também desenvolver o mercado interno para a indústria, com a distribuição de terra e renda aos camponeses até então desprovidos de bens. (Stédile, 2020, p. 21).

A burguesia brasileira aceitou um papel menor na divisão internacional do trabalho, mantendo portanto a sua estrutura agrária, impedindo um real processo de desenvolvimento econômico do país, no sentido de desenvolvimento nacional. No Brasil, a burguesia capitalista nunca aceitou abrir mão de seus privilégios para construir um projeto estrutural de desenvolvimento nacional. Desde a crise dos anos 1915, o relativo processo de desenvolvimento industrial dos governos Getúlio Vargas a partir dos anos 1930 aos anos 1950 e o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e também a falta de oportunidades no campo, fizeram com que grande parte do campesinato migrasse para as grandes cidades, que começavam a se configurar como polos industriais. Em torno de meio século o país passou de majoritariamente rural (cerca de 80% da população em 1930) para uma população urbana de cerca de 70% em 1985.

Como consequência do processo de industrialização e modernização da agricultura no Brasil a partir da década de 1960, a população brasileira deixou de ser predominantemente rural no período 1960-1970. [...] Enquanto a população total e a população urbana do Brasil apresentaram evolução positiva constante, a população rural do país apresentou evolução negativa a partir do período 1960-1970. Foi neste período que o êxodo rural se intensificou e a linha da população rural cruzou a linha da população urbana, indicando a inversão de uma população majoritariamente rural para uma população predominantemente urbana. (Atlas Da Questão Agrária Brasileira, 2020¹²⁶).

Antes do golpe cívico militar de 1964 o país ensaiava implementar um importante processo de transformação no campo, com a proposta de Reforma Agrária do governo

¹²⁶O Atlas da Questão Agrária Brasileira é organizado por Eduardo Paulon Girardi para a Unesp (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"), via NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária) e com apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

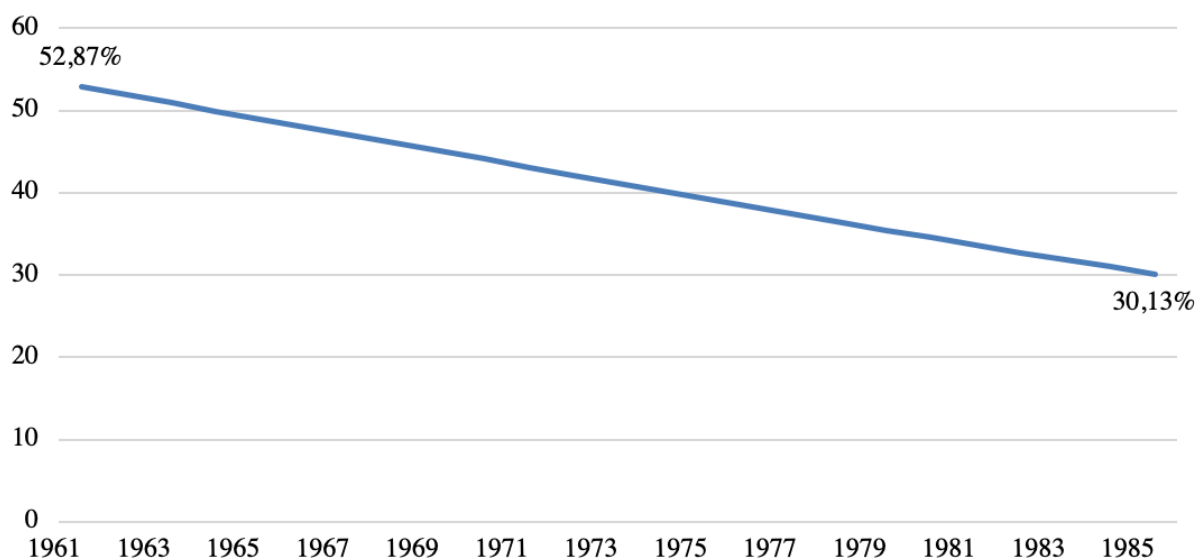
desenvolvimentista do presidente João Goulart¹²⁷, que fazia parte de um conjunto de políticas públicas que o governo buscava executar, chamadas "reformas de base". No entanto, este foi destituído, e o capitalismo agrário brasileiro reafirmou seu papel submisso, e obrigou o Brasil à continuidade do seu projeto conservador de desenvolvimento agrícola, mantendo-se como provedor de matéria prima barata para o abastecimento da indústria alimentícia de países capitalistas industrializados, principalmente os Estados Unidos.

Com a degradação das condições de vida no campo, a população rural migrou para as cidades em busca de emprego e renda, na tentativa de melhorar suas condições de vida. Para as mulheres a situação era ainda pior¹²⁸. Os tratores substituíram o trabalho assalariado rural, antes ocupado por trabalhadores sem terra. A grande produção era para exportação e para abastecer os centros urbanos. O período de "modernização do campo" foi também de grande miséria para o campesinato. No gráfico a seguir pode-se observar o declínio da população rural brasileira entre 1961 (quando mais da metade da população vivia no campo) e 1985 (quando essa porcentagem baixou para 30%) (Banco Mundial, 2020).

Gráfico 6 – Evolução da população rural brasileira de 1960-1985 em %.

¹²⁷Uma das principais razões para o golpe militar de 1964 foi o anúncio da implementação de um programa nacional de Reforma Agrária. O projeto de redemocratização da terra foi criado pelo então Ministro do Desenvolvimento Celso Furtado, incluído no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social de 1962.

¹²⁸Em geral, os homens migravam para trabalhar na construção civil e as mulheres ficavam para cuidar das crianças e das plantações ou roçados.



Fonte: Criação nossa, com base em Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, 2020.

Se por um lado o modelo dos grandes monocultivos de produtos primários demonstrava grande eficiência na sua produção, gerando grandes excedentes para o comércio exterior; por outro, gerava fome e desemprego no campo, exploração do trabalho, pobreza e desigualdade. De qualquer forma, o modelo não só se consolidou como permaneceu sendo a matriz estruturadora da produção agrícola brasileira de grande escala, sem mudar a lógica do modelo produtivo agroexportador. Pelo contrário, mesmo na crise estrutural do capitalismo neoliberal dos anos 1990, o agronegócio continuou produzindo *commodities* para exportação, gradativa e exponencialmente.

Ao longo da década de 1990, frente a nova crise estrutural do modo de produção capitalista que se instaurou em todo o mundo, o Brasil adotou a política econômica orientada pelos Estados Unidos a partir do denominado Consenso de Washington¹²⁹. A política caracterizava-se por uma série de reformas econômicas que resolveria os problemas da crise capitalista mundial, que teve início na década de 1970 e que se apresentaria de forma cíclica nos anos 1990, provocando sérios problemas sociais principalmente nas economias periféricas, como foi o caso do Brasil. No campo, a crise se mostrava ainda mais violenta, com populações inteiras em situação de desamparo, fome e miséria.

[...] Essas reformas implicaram num voraz processo de liberalização comercial e financeira, de privatização e de desregulamentação

¹²⁹O consenso era basicamente um receituário com um conjunto de 10 reformas econômicas para os países subdesenvolvidos devastados pelo ciclo de crise capitalista daquele período.

econômica pró capital estrangeiro. A perda de soberania na condução de políticas estratégicas pelos países que adotaram tais reformas proporcionou um desempenho econômico ruim: crises financeiras, baixo crescimento econômico e regresso na esfera social [...]. (Pedrozo; Silva, 2011, p. 241).

O Brasil, que já tinha adotado o modelo econômico neoliberal, aderiu às propostas de abertura comercial e alinhamento às grandes instituições financeiras coordenadas pelos EUA, submetendo-se às políticas financeiras impostas pelo Banco Mundial, OMC (Organização Mundial do Comércio) e FMI (Fundo Monetário Internacional). Essas políticas salvaram os grandes capitalistas da crise, incluindo o empresariado do agronegócio, que alavancou ainda mais o seu processo de desenvolvimento. A crise não atinge diretamente o setor, que é protegido pelo estado e as contradições observadas nas análises sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira no período anterior, vão se perpetuar com a evolução do modelo agrícola após a redemocratização.

Nesse novo contexto, há uma reestruturação da economia do agronegócio, com a reformulação das políticas capitalistas neoliberais dos anos 1990. É nesse período que a China começa a desempenhar um papel determinante no crescimento econômico do agronegócio brasileiro. O território rural começa a protagonizar grandes transformações da fronteira agrícola, por fatores como: as lutas dos movimentos camponeses e a conflitualidade; subsunção das comunidades rurais e trabalhadores (as) rurais; ou pela própria expansão territorial do agronegócio através dos processos de espoliação de terras.

No Brasil, os movimentos camponeses ocupavam os espaços de participação política e social da classe trabalhadora, no intuito de debater com a sociedade a importância da reforma agrária. Na década de 1990, principalmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso, foram discutidas propostas e projetos para fortalecer a agricultura familiar e a produção camponesa. Foi ainda no final do segundo governo FHC¹³⁰ que se criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF. O programa é um esforço de inclusão do campesinato no sistema de desenvolvimento do agronegócio e progresso técnico na agricultura, que ocorreu em parte e do ponto de vista político-econômico. Em parte, do ponto de vista sociocultural, o campesinato continua se reproduzindo como tal, até por uma

¹³⁰ Abreviatura do nome do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

questão de incompatibilidade com o próprio modelo do agronegócio.

A partir da denominada Revolução Verde na agricultura, iniciada em meados da década de 1950 e revivificada a partir dos anos 1980, com a expansão mundial da concepção de artificialização da agricultura e a ampliação dos contratos de produção entre as empresas capitalistas e as famílias camponesas, introduziu-se a expressão agricultura familiar, outrora de uso consuetudinário aqui e acolá, mas acentuado desde a década de 1990, e consagrada em lei (Brasil, 2006) como expressão formal, porque utilizada por programas e políticas públicas governamentais. (Carvalho; Costa; Caldart *et al*, 2012, p. 33).

A implementação de uma política de crédito subsidiado para o fomento da agricultura familiar, com o PRONAF, tinha bases ideológicas cunhadas no debate da questão agrária e no debate de integração do campesinato ao processo de modernização da agricultura. Embora o programa tenha vindo a beneficiar centenas de milhares de famílias rurais, nunca teve um caráter de transformação estrutural da realidade agrária. O programa serviu como apoio, assim como outros, para a melhoria das condições de vida do povo no campo. No entanto, a estrutura fundiária continuava praticamente a mesma, com alguma alteração pela implementação dos projetos de assentamentos do governo federal através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

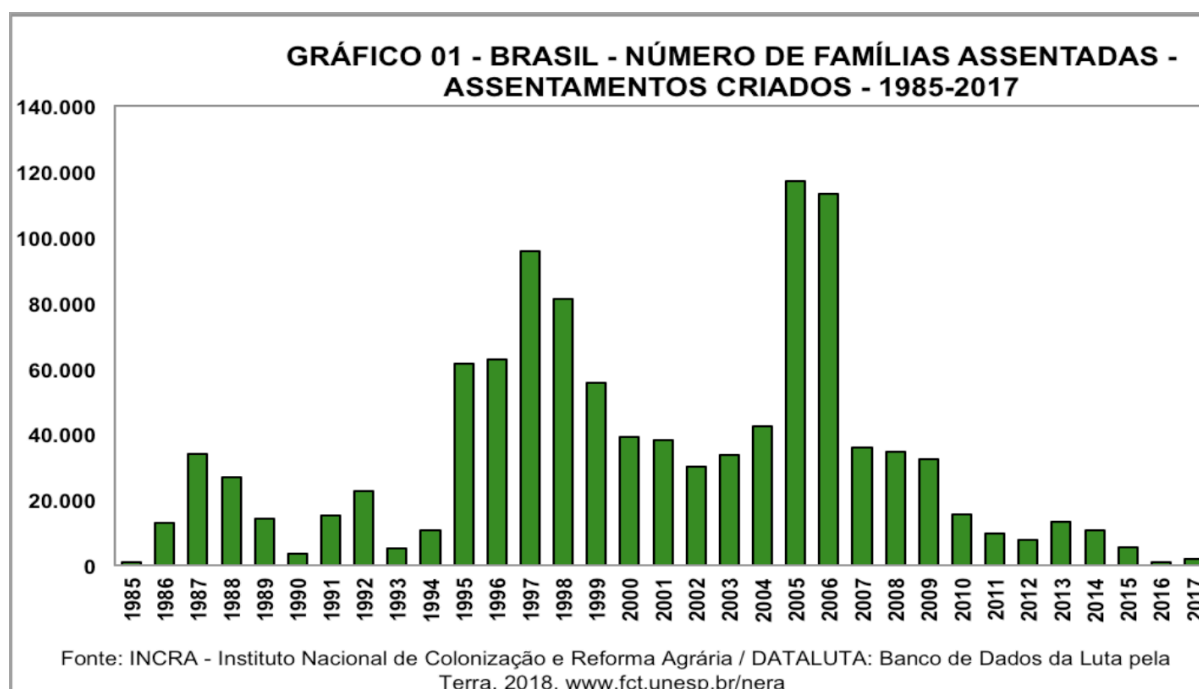
Na década de 1990, a população rural diminuiu mais ainda, de 26,86% em 1989 para 18,01% em 2000 (Banco Mundial, 2020). O primeiro governo FHC foi também de grande repressão ao campesinato, tanto politicamente como pela própria violência no campo. O governo criou o Banco da Terra nesse período, em detrimento das desapropriações de terras a partir das ocupações dos latifúndios pelo MST. A ideia era fazer assentamentos em áreas determinadas, por meio de empréstimos. O governo acabou com os subsídios e assistência técnica para a reforma agrária aprovadas no governo Sarney, e foi responsável pelos maiores massacres no campo da segunda metade do século 20 – Corumbiara, Rondônia (1995)¹³¹ e Eldorado dos Carajás, Pará (1996)¹³².

¹³¹Massacre resultou em 2 policiais e 9 Sem Terra mortos, entre eles uma criança de 7 anos, a menina Vanessa dos Santos Silva.

¹³²O massacre deixou 21 camponeses mortos na curva do S, na rodovia que liga os municípios de Eldorado dos Carajás e Marabá, no Pará, incluindo o jovem Oziel Alves Pereira, de 19 anos. No ano seguinte (1997), o dia do massacre, 17 de abril, foi instituído como Dia Internacional da Luta pela Terra pelo governo federal e instituições internacionais.

Já no seu segundo mandato, com a falência do projeto de desapropriação pelo Banco da Terra, o governo FHC promoveu diversas desapropriações pela via estatal. Como podemos observar no gráfico, nesse período o Brasil teve significativo crescimento no número de desapropriações de latifúndios improdutivos e redemocratização das terras para os (as) trabalhadores (as) rurais sem terra. Obviamente, essas desapropriações foram frutos de grandes pressões e lutas no campo, protagonizadas principalmente pelo MST. No entanto, esses números são relativamente insignificantes se comparados com a política agrária em benefício do agronegócio. A falta de políticas estruturais de apoio à produção familiar manteve o campo em situação ainda desoladora. Os camponeses sofreram uma de suas piores fases, ao passo em que o agronegócio se beneficiava ainda mais do modelo de exploração cunhado nas políticas neoliberais.

Gráfico 7 – Número de novos assentamentos rurais criados no Brasil entre 1985-2017.



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA / Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, 2019.

Assim chegamos aos anos 2000, quando mudanças importantes no modelo de governabilidade brasileiro tomaram conta da cena política do país. Mas, nada aconteceu exatamente como esperado. Quando Lula assumiu o governo em 2003, após sua histórica eleição para presidente em 2002 em sua quarta tentativa, se esperava um pouco mais do grande líder metalúrgico, já considerado um dos maiores líderes da classe trabalhadora do

país. Após eleição, Lula e o PT lançam a famosa "Carta ao Povo Brasileiro"¹³³, onde elencam suas prioridades para governar o país em favor dos trabalhadores e trabalhadoras. Em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2003, Lula anuncia que "com aquela caneta", faria a Reforma Agrária. No entanto, como conhecemos, a história não foi bem assim. Ou, como sabemos, na prática a teoria é diferente.

Não resta dúvidas sobre o quanto os governos Lula e Dilma foram importantes para a classe trabalhadora. Não é atoa que ao deixar o governo em 2010, após dois mandatos, o presidente Lula saiu com uma popularidade de 87% para bom e ótimo, segundo os institutos de pesquisa; deixando um legado incomparável, principalmente do ponto de vista do investimento em políticas públicas que vieram a beneficiar toda a classe trabalhadora dos diversos setores da sociedade. No campo, o fortalecimento do Pronaf e a criação de programas como o PAA e PNAE foram cruciais para o desenvolvimento da agricultura familiar. Sem falar nas políticas estruturais que tiraram o Brasil do mapa da fome, com a erradicação da extrema pobreza, como o programa Fome Zero, Bolsa Família, Luz Para Todos, cisternas (P1MC e P1+2¹³⁴), apenas para citar alguns.

Entretanto, o governo do Partido dos Trabalhadores não só ajudou a classe trabalhadora a ascender social e economicamente, criando grande "classe média" que temos hoje no país. Para garantir governabilidade foi feito um grande pacto conciliatório com a burguesia empresarial brasileira – representada no congresso pelo famoso Centrão¹³⁵, bloco formado desde a redemocratização para defender os interesses empresariais –, que não só não foi enfrentada do ponto de vista dos seus privilégios como recebeu regalias que levaram os setores do capital financeiro, empresarial e agrário a obter lucros extraordinários. Durante os 14 anos de governos do PT, o agronegócio se desenvolveu de forma substancial, com grande avanço sobre a fronteira agrícola e um crescimento econômico jamais visto.

¹³³O mesmo ocorreu recentemente quando empossado pela 3ª vez em 1º de janeiro de 2023, após derrotar o governo Bolsonaro nas urnas em 2022, quando Lula lança novamente uma carta aos brasileiros.

¹³⁴Acrônimos para "Programa Um Milhão de Cisternas" e Programa Uma Terra e Duas Águas, respectivamente.

¹³⁵O "Centrão" é um conhecido grupo político do Brasil, que diz-se não se identificar politicamente nem com a direita nem com a esquerda, embora esteja repleto de políticos de direita. Esse grupo tem dominado a política institucional do país, controlando as decisões do congresso nacional, desde a redemocratização, incluindo a própria assembleia constituinte do novo estado de direitos em 1988.

4.2 A superestrutura do agronegócio brasileiro, questões agrárias e ambientais e o campesinato

O continente latino americano tem sido historicamente, um território de interesse da exploração capitalista global. Atualmente é ainda mais visível o avanço no controle sobre esse território e a exploração ainda maior dos recursos disponíveis. No contexto mundial, com a economia estadunidense em crise e a China se projetando como maior potência mundial já na próxima década, haverá uma arremetida ainda mais feroz sobre esse território. No Brasil tem se dado um processo de estrangeirização de terras, que afeta principalmente as áreas de preservação ambiental na região amazônica, bem como se intensificaram os conflitos com as comunidades rurais que vivem nesses territórios. Há uma crescente produção de pinus e eucalipto para extração de celulose e uma produção intensa de outras *commodities* agrícolas, como a própria soja.

O campo é um grande território o qual o capital pretende se apropriar para continuar acumulando riquezas e elevando cada vez mais as suas taxas de lucro. Isso ocorre, entre outras questões, pelo avanço do agronegócio e as transformações na fronteira agrícola e pela própria acumulação de terras. Em meio à crise, o capital também avança sob a própria exploração da renda capitalizada da terra por meio do processo de especulação financeira, *modus operandi* do capitalismo atual. Sem dúvida, vivemos um momento de grande aprofundamento das contradições do sistema capitalista, tanto no que se refere à relação capital-trabalho no campo, como na relação entre agricultura e meio ambiente.

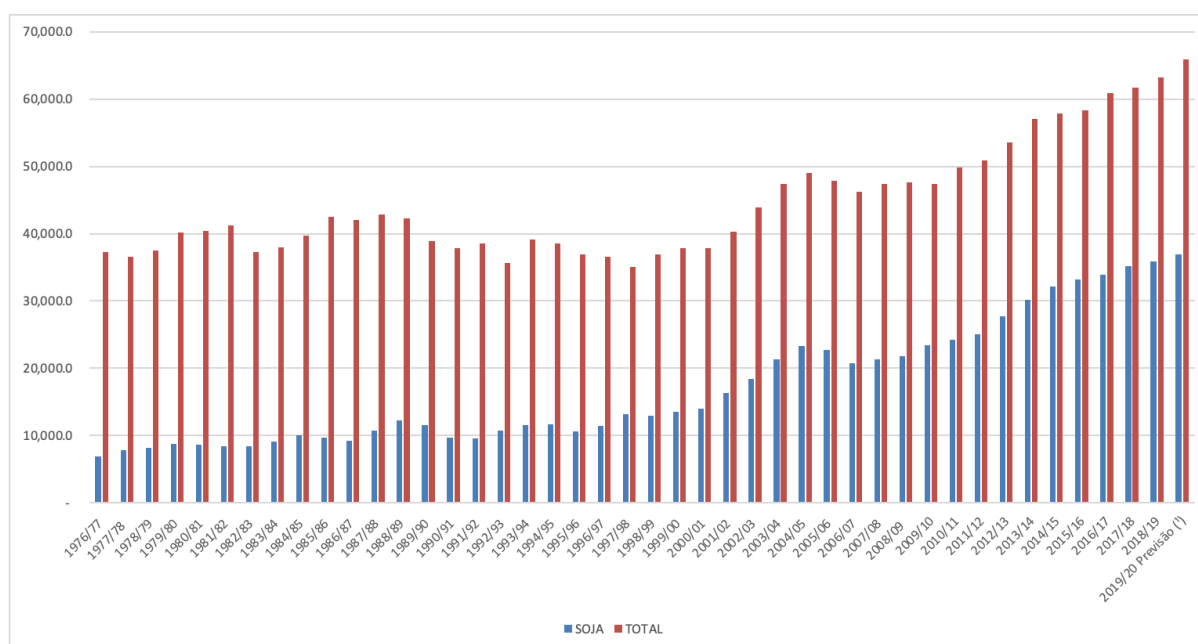
Figura 4 – Zonas de expansão do agronegócio – fronteiras agrícolas.



Fonte: Grain, 2020.

A região do Cone Sul¹³⁶, formada por Uruguai, Argentina, parte do Chile e Sul do Brasil, se tornou a "república da soja". No caso do Brasil, majoritariamente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o agronegócio tem estabelecido não só grandes cultivos de soja, mas de outras commodities agrícolas, principalmente grãos (milho, feijão, arroz, trigo, cevada, café), cana de açúcar etc.; e espécies florestais, como é o caso do pinus e do eucalipto; tabaco; e produção pecuária para produção de carne e leite. Especialmente na última década, o modelo tem avançado sobre o Cerrado e a região Amazônica, criando o território conhecido como MATOPIBA¹³⁷ – território que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Na região Centro os estados do Mato Grosso e Goiás são os principais produtores de commodities agropecuárias.

Gráfico 8 – Área plantada de soja no Brasil vs. área total em mil hectares (safras 1976/77-2018/19).



Fonte: Criação nossa, com base em CONAB, 2020.

Entre 2001 e 2018 a área de soja no Brasil mais que dobrou, saindo de 13,97 milhões de hectares para 35,87 milhões. No mesmo período a produção aumentou de 38,43 milhões de toneladas para 115,03 milhões, chegando a 119,28 milhões de toneladas na safra 2017/18. A produtividade foi de 2.751 kg/ha na safra 2000/01 para 3.206 kg/ha em 2018/19, com

¹³⁶Território geográfico localizado ao Sul da Cordilheira dos Andes até a Patagônia, formando um "cone" entre Uruguai, Chile, Argentina e Brasil.

¹³⁷Conjunto de estados brasileiros caracterizado pela atual expansão da produção de commodities agropecuárias de maneira indiscriminada, atingindo comunidades camponesas, indígenas e o meio ambiente.

3.394 em 2017/18, segundo os dados da Conab (2020). As questões a serem postas têm a ver com o que isso significa do ponto de vista da materialidade, desse aumento na quantidade de área para produção de soja, e quais as consequências desse avanço sobre a fronteira agrícola, para os povos do campo e para o meio ambiente, já que grande parte dessas novas áreas antes não eram ocupadas com a produção do agronegócio.

Uma questão a ser analisada é que a soja, comparada a outros grãos, como milho e arroz, têm produtividade relativamente baixa¹³⁸, portanto necessita grandes quantidades de terras para ser produzida em grande escala. A soja é a principal matéria prima para a produção de óleo e insumos usados na alimentação animal, representando então uma demanda maior que outros grãos. O milho, também usado como matéria prima na produção de insumos para alimentação animal, cobre grande parte dessa necessidade. A alta demanda relacionada à relativa baixa produtividade cria a necessidade de mais terras para maior produção, em função do consumo, impulsionado em grande medida pelo consumo de carne. É basicamente por essa razão que a China não pode direcionar sua política agrícola para a produção de maiores quantidades de soja, já que possui limitações com respeito à disponibilidade de terras para a agricultura.

Segundo o Censo Agro (2017) do IBGE, o Brasil conta com uma área de 351 milhões de hectares para todos os estabelecimentos agropecuários. Houve um aumento de cerca de 5% em relação ao último censo (2006). Em relação à condição legal das terras, 85% ou 298 milhões de hectares são terras próprias. Referente a utilização da terra, as lavouras permanentes caíram 2,2% e as temporárias cresceram 15,9% em relação a 2006; pastagens naturais diminuíram em 13,5%, enquanto que as pastagens plantadas aumentaram 31,9%; as áreas de matas naturais chegaram a 30,3% a mais e matas plantadas 2,5% (IBGE, 2017). Ainda de acordo com o Censo Agro (2017), cerca de 70% dos estabelecimentos no Brasil possuem área de 1 a 50 hectares. O número de pessoas ocupadas no estabelecimento agropecuário diminuiu 8,8% em relação ao último censo (2006), para 15,1 milhões.

¹³⁸A soja, como a maioria dos grãos apresentados na tabela são *commodities*, padronizadas inclusive do ponto de vista dos cultivos, portanto com pouca diferenciação em produtividade entre os principais países produtores. Ou seja, em geral, a relação apresentada na tabela não é muito diferente de outros países.

Tabela 5 – Estrutura fundiária brasileira (2018).

Classes de Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	%
Menos de 1	165,410	81,807	0.01%
1 a menos de 2	203,699	279,811	0.03%
2 a menos de 5	973,066	3,270,369	0.37%
5 a menos de 10	1,019,526	7,365,188	0.83%
10 a menos de 25	1,624,744	26,314,281	2.95%
25 a menos de 50	998,562	35,170,112	3.95%
50 a menos de 100	719,393	49,983,165	5.61%
100 a menos de 250	505,871	77,107,153	8.65%
250 a menos de 500	190,564	67,218,293	7.54%
500 a menos de 1.000	102,532	71,419,120	8.01%
1.000 a menos de 2.000	52,095	71,646,028	8.04%
2.000 a menos de 5.000	36,298	108,652,849	12.19%
5.000 a menos de 10.000	7,592	54,399,720	6.10%
10.000 a menos de 20.000	2,265	30,778,781	3.45%
20.000 a menos de 50.000	1,047	30,588,758	3.43%
50.000 a menos de 100.000	211	14,493,506	1.63%
100.000 a mais	240	242,399,978	27.20%
TOTAL	6,603,115	891,168,919	
ÍNDICE DE GINI		0,873	

*Dados dos imóveis de propriedade particular e posse. As terras públicas foram excluídas.

*Porcentagem calculada e acrescentada pelo autor.

Fonte: Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA / Cálculo do Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2019.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, calculados pelo Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA (2019), o Brasil possui um coeficiente de GINI, para a concentração de terra, de 0,87¹³⁹. Baseado nos dados da tabela, 91,87% da área de terra pertence a imóveis acima de 50 hectares; grandes propriedades de 100 mil hectares ou mais, somam sozinhas 27,20% das áreas dos imóveis; e se juntamos esta última classe com as áreas médias de 2 mil a 5 mil hectares, as duas somam 39,39% do total das áreas dos imóveis. Ou seja, o Brasil possui uma grande quantidade de pequenos produtores rurais que detêm 8,13% da área total de terras registradas do país (72,5 milhões de hectares); enquanto que uma pequena parcela de grandes proprietários de terra detêm a outra parte (818,6 milhões), caracterizando a extrema desigualdade do acesso à terra.

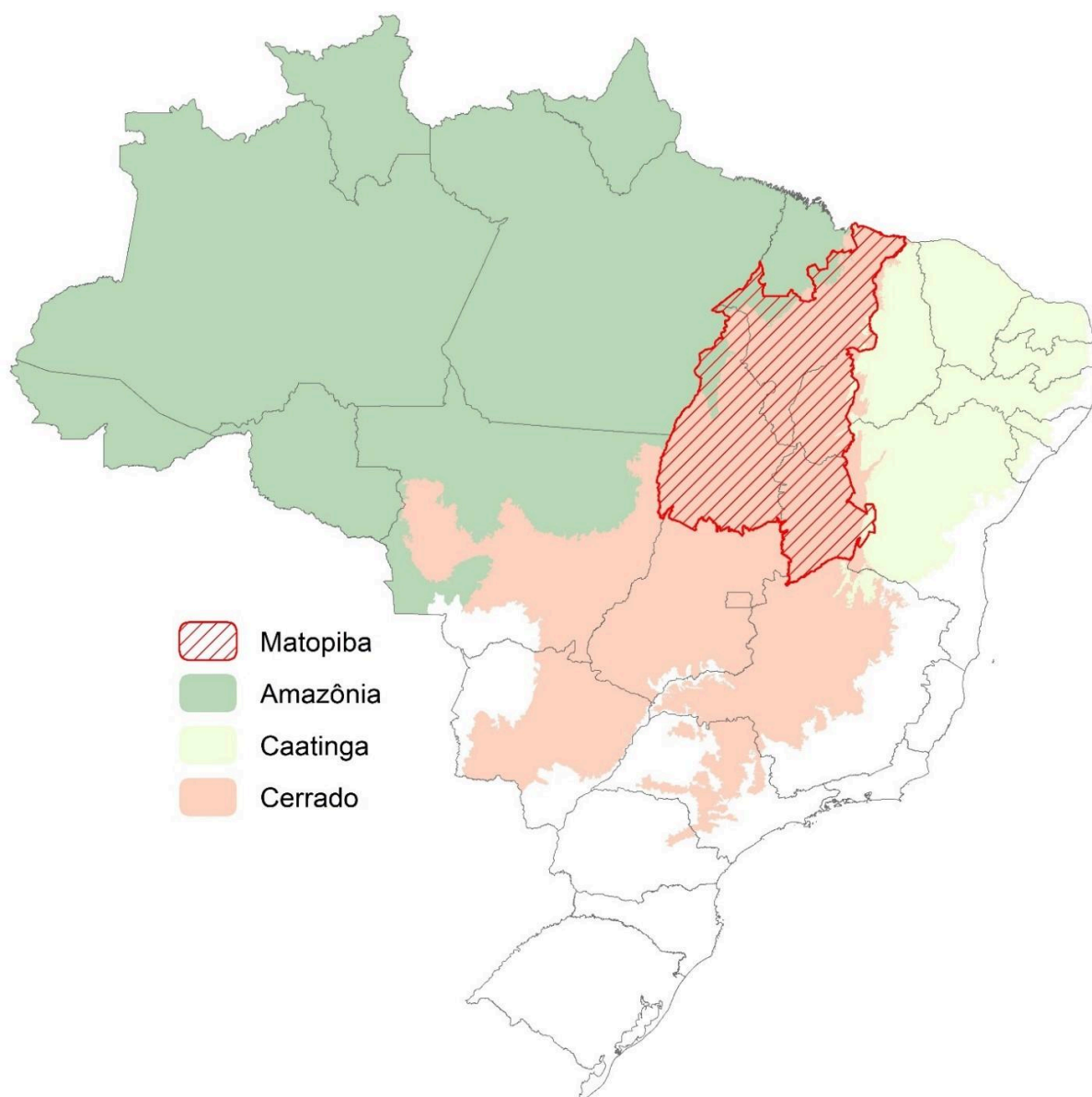
Para Sassen (2014, p. 81) *apud* Lima e Oliveira (2019, p. 24) "[...] é necessário

¹³⁹O Índice de Gini, neste caso, foi utilizado para medir a concentração de terras no Brasil. O coeficiente varia de 0 a 1 e classifica a disparidade entre os ricos proprietários de terra e os pobres que não a possuem. Quanto mais próximo de 0, mais igualdade há na democratização da terra e quanto mais próximo de 1, mais desigualdade.

destacar que a interconexão do mercado financeiro com produção global de alimentos aumentou o impacto na distribuição dos grãos e outros gêneros essenciais. Em face dos riscos apresentados pela volatilidade do mercado de derivativos, a compra de terras pode representar uma garantia real para os investimentos em caso de uma nova bolha financeira estourar, visto que a terra apresenta um caráter de materialidade." Segundo os autores, "[...] especialmente a partir de 2007 a terra passou a ser alvo de especulação e corre o risco de se tornar mais uma *commodity* a ser transformada em ativo financeiro (Lima; Oliveira, 2019, p. 24)".

No caso das compras de terras no Brasil, o acontecimento que chama mais atenção está na região do MATOPIBA (PITTA; BOECHAT; MENDONÇA, 2017), um acrônimo dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, na região dos Cerrados, onde a grilagem de terras e a especulação têm avançado. Tais investidores têm como parceiro a Cosan, empresa brasileira que lida, sobretudo, com cana-de-açúcar, e uma de suas subsidiárias, a Radar Propriedades Agrícolas, que está voltada para o mercado imobiliário rural, sendo seu objetivo adquirir imóveis potencialmente valorizáveis. Eles compram terras e, posteriormente, arrendam ou utilizam para própria produção, operando, dessa forma, grande especulação e aumento no preço da propriedade. Controlam grandes áreas agricultáveis, haja vista seu modelo de produção. Além da cana-de-açúcar, controlam propriedades destinadas ao cultivo de soja, milho e eucalipto. (Lima; Oliveira, 2019, p. 32).

Figura 5 – Mapa dos novos biomas atingidos pelo agronegócio e o recorte territorial MATOPIBA.



Fonte: Chamaeleon Geotecnologias, 2022.

De acordo com o Observatório MATOPIBA, a nova fronteira agrícola já é a maior do mundo, ocupando uma área territorial de 73 milhões de hectares, envolvendo 337 municípios, com 324 mil estabelecimentos agrícolas, naturalmente nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. As consequências desse avanço extraordinário tem sido devastadoras para as populações que originalmente ocupam ou habitam aquele território e ao redor. Desde a migração forçada de comunidades inteiras, causadas pelo processo de expansão; a desertificação e extinção de fauna e flora pelos grandes monocultivos (nesse caso há um

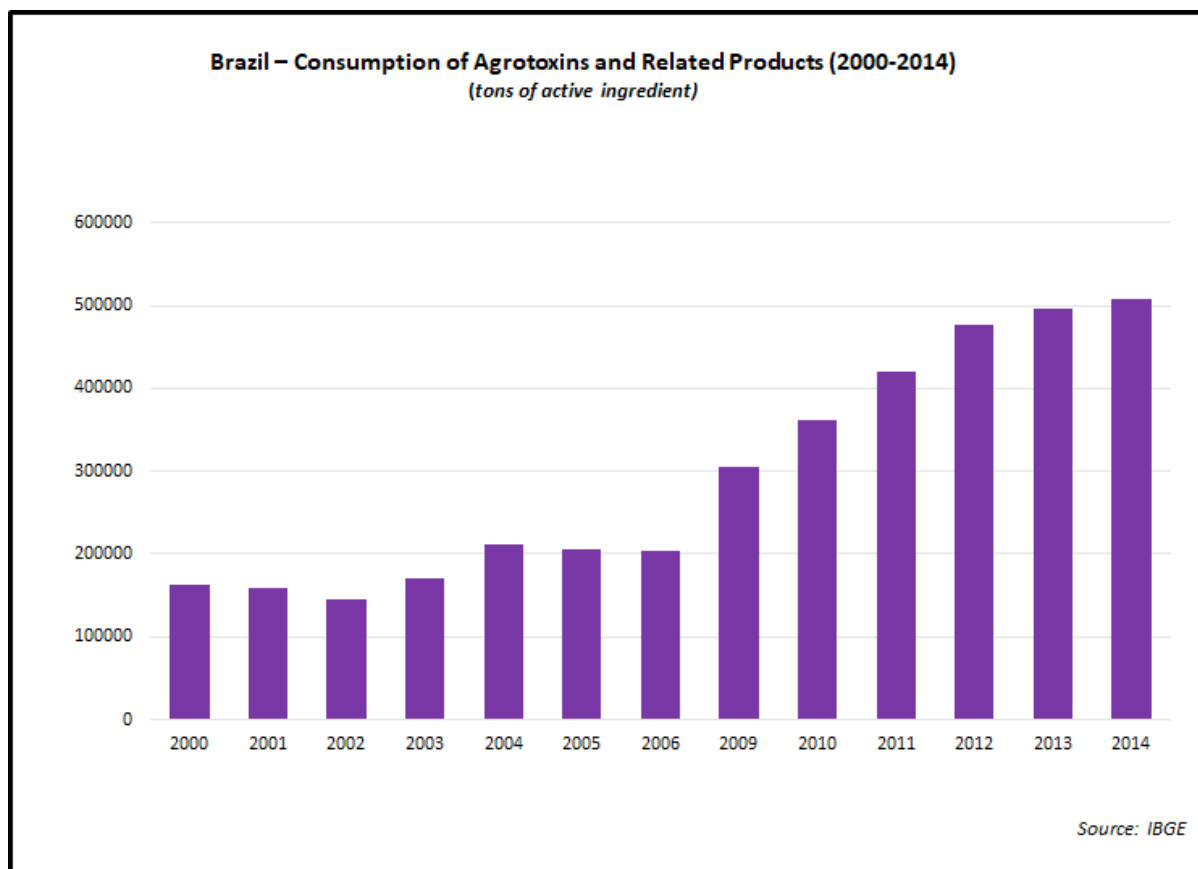
efeito trágico com relação a poluição e contaminação ambiental e mudanças climáticas); além da questão dos transgênicos e agrotóxicos (o pacote agroquímico), que vem junto com o processo e afeta diretamente o solo, as águas e o ar, atingindo diretamente a saúde das pessoas.

A produção e consumo de agrotóxicos e transgênicos vem crescendo exponencialmente em todo o mundo nas últimas décadas. Como se sabe, o Brasil é o primeiro no *ranking* mundial do consumo de agrotóxicos. Os dados sobre essa questão estão muito bem sistematizados no trabalho feito por Bombardi (2019), intitulado "*A Geography of Agrotoxins use in Brazil and its Relations to the European Union*¹⁴⁰ⁿ", que inclui um "Atlas do Uso de Agrotóxicos no Brasil". A autora traz um panorama completo sobre a questão dos agrotóxicos no Brasil, com um valoroso banco de dados. Sobre este tema também é importante conhecer o trabalho da "Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida", um grupo de trabalho intersetorial formado por diversas organizações, que reúne todo um banco de dados, dossiês e informações em geral sobre tudo que está relacionado ao uso de agrotóxicos no Brasil.

Nos últimos anos, temos visto uma grande expansão dos cultivos transgênicos. Atualmente, no Brasil, 96,5% da produção de soja é transgênica, correspondendo a uma área de 32,7 milhões de hectares plantados com transgênicos; 88,4% da produção de milho é transgênica, o que corresponde a 15,7 milhões de hectares; 78,4% da produção de algodão é também de sementes transgênicas, correspondendo a 789 mil hectares cultivados desta forma. Parte significativa destes cultivos transgênicos provém de sementes tolerantes ao herbicida glifosato, o principal agrotóxico comercializado no Brasil. (Bombardi, 2019, p. 30, tradução nossa com auxílio de DeepL).

Vale ressaltar que a soja, que ocupa atualmente mais de 30 milhões de hectares do solo brasileiro, é o único destino de mais da metade do volume de agrotóxicos comercializados no país. E para a soja, o milho e a cana-de-açúcar – as três principais culturas – convergem 72% de todos os agrotóxicos comercializados no Brasil. Isto significa que mais de dois terços de todos os agrotóxicos são destinados a estes três principais cultivos da agricultura capitalista brasileira. Além disso, estes cultivos estão classificados entre os 12 primeiros do total das exportações. (Bombardi, p. 29 *apud* Sindveg, 2017, tradução nossa com auxílio de DeepL).

¹⁴⁰ⁿUma Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e suas Relações com a União Europeia". (Tradução nossa).

Gráfico 9 – Consumo de Agrotóxicos no Brasil 2000-2014.

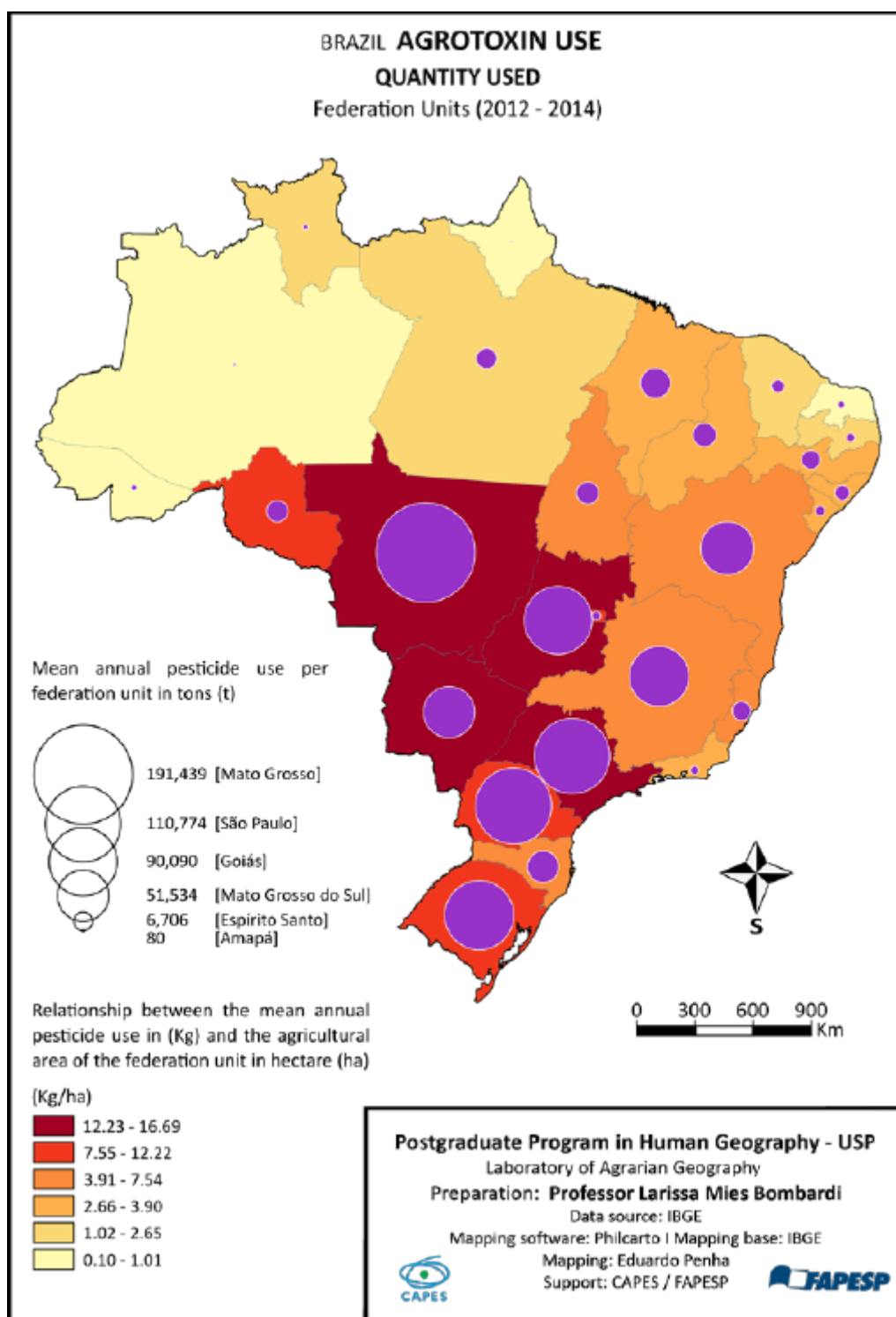
Fonte: IBGE/Bombardi, 2019.

De acordo com a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida (2022), dados do Ibama revelam que 720 mil toneladas de ingredientes ativos de agrotóxicos foram comercializados em 2021 no Brasil. Onde, segundo o Sindveg 14,254 bilhões de dólares foram faturados pelas empresas de agrotóxicos. Dados da Campanha Contra os Agrotóxicos e DOU/EU Pesticide Database apontaram 2.007 novos agrotóxicos registrados durante o governo Bolsonaro até 20/11/2022, dos quais 30% são proibidos na União Europeia e 20% destes são considerados extremamente tóxicos, altamente tóxicos ou medianamente tóxicos para a saúde humana. Sinan/DataSUS registraram 8.412 intoxicações por agrotóxicos em 2019. Aumento de 109% de aumento nos registros de intoxicação por agrotóxicos entre 2010 e 2019. Sendo 9.806 registros de intoxicação de crianças de 0 a 14 anos entre 2010 e 2021. Destas, 91 morreram intoxicadas.

Como se pode verificar pelos dados do Ministério do Meio Ambiente, o Brasil é o maior consumidor de produtos agrotóxicos no

mundo. Em dez anos, de 2002 até 2012 houve um aumento quase o triplo de quantidade, concomitantemente com o aumento do uso de OGMs (IBAMA, 2019). Houve um aumento de 162,32% entre 2000 a 2012. Segundo o Dossiê ABRASCO (CARNEIRO et.al, 2015) o consumo de agrotóxicos em 2011 chegou a 850 milhões de litros, e 6,5 milhões de toneladas de fertilizantes. Desse volume, somente a soja utiliza 40% do volume total, seguida pelo milho com 10%. (Scholz, 2020, p. 89).

Figura 6 – Mapa do uso de Agrotóxicos na Agricultura no Brasil por Estado 2012-2014.

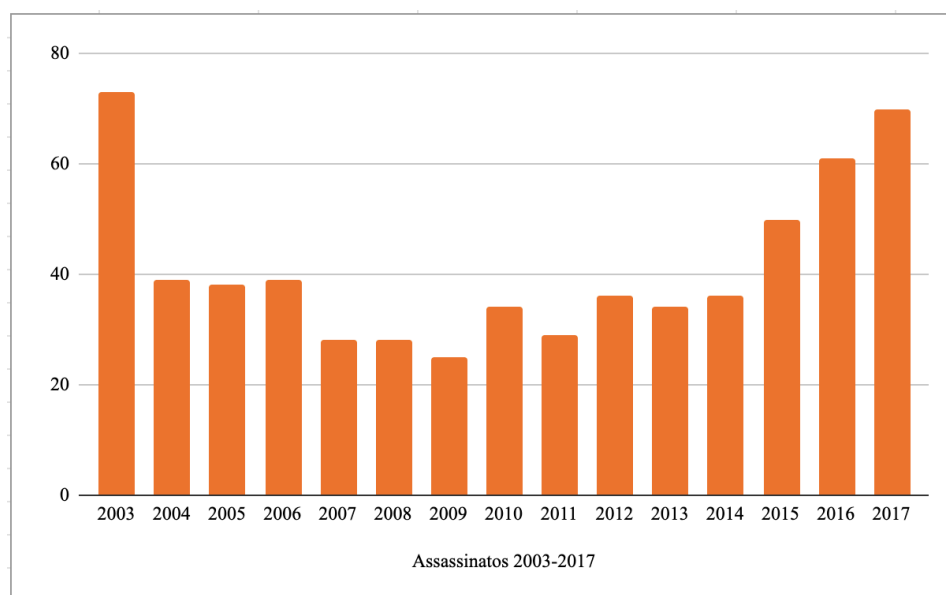


Fonte: IBGE/Bombardi, 2019.

Ao passo em que se fortalece o modelo do agronegócio, as contradições intrínsecas às próprias dinâmicas da sua produção são cada vez maiores. Outra questão relacionada diretamente à reprodução e expansão da fronteira agrícola do agronegócio no Brasil é a

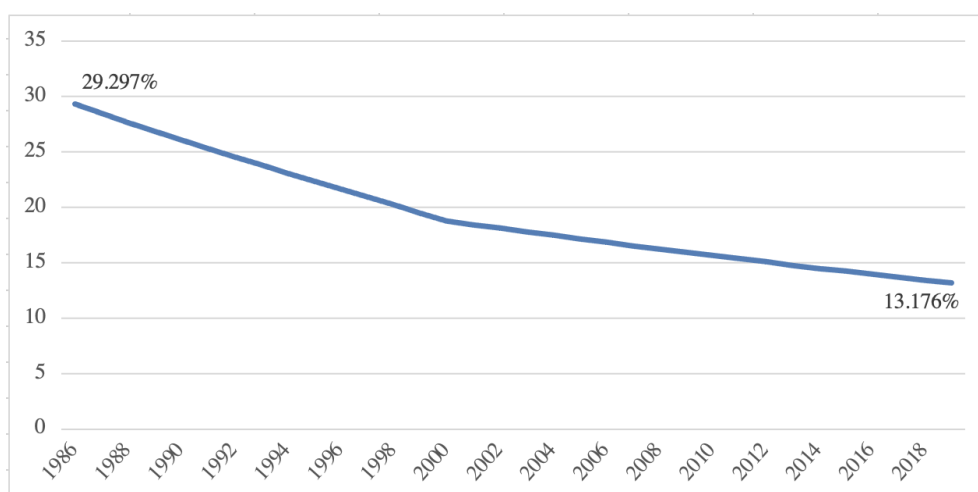
intensificação dos conflitos e da violência no campo. Sobre este assunto pode-se acessar os dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-CEDOC, criado pela Comissão Pastoral da Terra em 1985, que reúne dados de massacres e da violência no campo registrados a partir de 1975, ainda durante a ditadura militar, quando foi criada a CPT. De acordo com relatório do Cedoc (2017), foram 70 assassinatos no campo, em função de conflitos por terra, só em 2017. Maior índice desde 2003.

Gráfico 10 – Número de assassinatos de camponeses no Brasil 2003-2017.



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-CPT.

Gráfico 11 – Percentual da população rural brasileira em relação ao total de 1986 a 2018.



Fonte: Criação nossa, com base em Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, 2020.

O resultado do processo de expansão do agronegócio, com avanço sobre uma larga fronteira agrícola, pode ser visto expressamente na diminuição da população rural no Brasil, com grande processo de esvaziamento do campo, ou descampesinização ou desterritorialização do campesinato pelo agronegócio. Em 2015 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, indicou 84,72% da população brasileira vivendo em áreas urbanas e 15,28% em áreas rurais. Os dados por grande região revelam que a maior população urbana é a do Sudeste, com 93,14%. A Região Nordeste é a que conta com o maior percentual de habitantes vivendo em áreas rurais, 26,88%. Embora a urbanização seja também resultado, obviamente do desenvolvimento industrial, onde mais o agronegócio se desenvolveu, menor é a população vivendo na zona rural.

Além dos processos de subsunção ou migração causada pela territorialização do agronegócio sobre as áreas camponesas, indígenas e ribeirinhas, há também um grande processo de apropriação cultural e também de alienação das populações originárias por meio da indústria cultural (como na música de massas que chega nas comunidades). Tal processo é muito bem relatado por CHÃ, Ana Manuela de Jesus (2016) na sua dissertação para este mesmo programa de mestrado (TerritoriAL), que resultou no livro "Agronegócio e Indústria Cultural: a estratégia das empresas para construção da hegemonia"¹⁴¹, publicado pela Editora Expressão Popular. Ademais, é visível as campanhas de publicidade realizadas pelo agronegócio nos últimos anos, como a que passa diariamente na Rede Globo de televisão: agro é pop, agro é tec, agro é tudo.

¹⁴¹CHÃ, Ana Manuela de Jesus. **Agronegócio e Indústria Cultural: a estratégia das empresas para construção da hegemonia**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

5 AS RELAÇÕES DE EXPORTAÇÃO BRASIL-CHINA: SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-SAN E DEPENDÊNCIA

O maior absurdo de nossa sociedade é termos deixado morrer centenas de milhões de indivíduos de fome num mundo com capacidade quase infinita de aumento de sua produção e que dispõe de recursos técnicos adequados à realização deste aumento. (Josué de Castro).

Após a segunda guerra mundial, 1945, uma crise mundial de abastecimento de alimentos que se instaurou pelo mundo, se tornou pauta central na então formada Organização das Nações Unidas-ONU, levando à criação da Organização da ONU para Agricultura e Alimentação, a FAO. É nesse contexto que se constitui a revolução verde, um modelo que combinava novos insumos químicos para a agricultura, fruto do desenvolvimento científico e tecnológico que crescia nos EUA desde os anos 1920, maquinaria e crédito, em busca da elevação da produção de alimentos. O modelo viria a se tornar o agronegócio. Esta seria a solução para a segurança alimentar no mundo, germinando o conceito de Segurança Alimentar, que depois se desdobra em Segurança Alimentar e Nutricional-SAN¹⁴², utilizados até hoje como referência pelas organizações internacionais.

Tabela 6 – Evolução do conceito de Segurança Alimentar.

Dec 1940	Tema da fome ganha destaque no período pós 2ª Guerra Mundial	Foco na oferta de alimentos. Mundo se divide em dois blocos de poder que disputam posição e influência nos demais países
1945	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO	FAO é criada para debater a fome no mundo
1946 – 1951	Josué de Castro – Geografia da Fome	A fome como consequência de políticas governamentais e dinâmicas econômicas produtoras de desigualdades e injustiças sociais
1948	Declaração Universal do Direitos Humanos	Marco Legal – artigo 25 – direito à alimentação (apenas cita em 1 artigo)
Dec 1960 – 1970	Crise de alimentação no mundo no contexto da Guerra Fria	Foco na oferta de alimentos. Desenvolvimento tecnológico para a agricultura e implementação dos pacotes tecnológicos da revolução verde

¹⁴²Para maior aprofundamento do tema, ver MORAIS, Daiane de Castro; SPERANDIO, Naiara; PRIORE, Silvia Eloiza (orgs.). Atualizações e Debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional. Viçosa, MG: UFV, 2020.

1996	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC	Direito à alimentação – mais específico – recomenda medidas para garantir o direito (inclui os aspectos nutricionais);
1972-1974	Crise na produção de alimentos	Com os estoques mundiais de alimentos escassos, a solução que se buscava era o aumento da produção agrícola e a manutenção dos estoques reguladores
1994	1ª Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas	Visão produtivista e neomalthusiana. Defesa da tese da necessidade de modernização agrícola (revolução verde)
Dec 1970 (final)	Contradição entre a produção de alimentos e a crise de alimentação no mundo	A produção de alimentos começa a se recuperar mas a fome continua. Se atenua o debate sobre a capacidade de acesso ao alimento
Dec 1980	Crise global de acesso à alimentação	Foco no acesso ao alimento. Aumento da produção de alimentos e queda dos preços globais. Continua a fome e desnutrição. Debate sobre acesso ao alimento ganha força
1983	Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial	Nova definição da FAO – a Segurança alimentar deve ter três propósitos: produção alimentar adequada; estabilidade no fluxo de alimentos; e acesso aos alimentos
1986	Relatório do Banco Mundial "Poverty and Hunger"	É incorporada a ideia de insegurança alimentar crônica decorrente de condições estruturais de pobreza e de baixa renda
1989	Livro "Hunger and Public Action"	Garantia do acesso à alimentação. "A fome não é um problema de produtividade e de disponibilidade e, sim de acesso – uma questão ética que deve ser resolvida politicamente"
1990	Conferência Internacional sobre Nutrição (1992) – FAO e OMS	Foco na qualidade do alimento. Direito à alimentação no contexto de direito à vida e à satisfação de outras necessidades básicas
1992	Conferência Internacional sobre Nutrição – FAO e OMS	O direito à alimentação com relação ao direito à vida e à satisfação de necessidades básicas
1993	Conferência Mundial de Direitos Humanos	Se estabelece o princípio da universalidade e indivisibilidade. O Estado como provedor do bem estar nutricional
1996	Cúpula Mundial de Alimentação	DHAA; acesso, qualidade e sustentabilidade; forte crítica pelos movimentos sociais no Fórum Paralelo SAN-mercado
1999	Comitê DESC (comentário geral n. 12)	Direito de estar livre da fome; direito à alimentação adequada
Dec 2000	As metas não foram cumpridas	Foco na mensuração da insegurança alimentar
2001	Relatório Anual da FAO – "The State of food Insecurity"	Garantia do acesso social
2002	Cúpula Mundial da Alimentação + 5	Meta de reduzir à metade o número de pessoas famintas até 2015 (CMA 1996) não cumprida — "falta de vontade política e alocação insuficiente de recursos"; relação com os ODMs; poder do setor privado – OGMs
2002-2005	Atuação da FAO	Eventos sobre avaliação e mensuração da InSan
2014	Abertura de um novo debate mundial	Agricultura Familiar-AF e Agroecologia

Fonte: Elaboração própria, com base em diversos documentos disponíveis em google.com.

Já o debate sobre a Soberania Alimentar, ganhou força no mundo, principalmente no "mundo ocidental", em contraponto à lógica da Segurança Alimentar da ONU e apareceu pela primeira vez no cenário internacional em 1996, na Conferência Mundial da Alimentação da FAO, como enfrentamento às políticas neoliberais que impulsionam o modelo do agronegócio. Desde então, tem-se aprofundado estudos sobre o chamados sistemas alimentares¹⁴³, apontando a Soberania Alimentar como alternativa real ao problema da fome no mundo. O conceito de Soberania Alimentar foi construído criticamente em relação à noção de Segurança Alimentar, a partir das lutas sociais dos movimentos camponeses em conjunto com outras forças sociais progressistas. Com a Soberania alimentar busca-se afirmar que alimento não é mercadoria, sendo esse um direito humano. Ou seja, todos os seres humanos têm direito à alimentação e portanto, não se pode submeter esse componente aos ditames dos mercados, do lucro capitalista.

[...] Conforme argumenta Jean Ziegler (2008, p. 13), relator dos direitos à alimentação da ONU entre 2000 e 2008, e uma destacada atuação no Conselho de Direitos Humanos da mesma instituição, em um planeta abundante de riquezas, em 2007 morriam 6 milhões de crianças e um total 854 milhões de seres humanos estavam gravemente subalimentados, e mutilados permanentemente pela fome. (Fao, 2006 *apud* Lima; Oliveira, 2019, p. 15).

O médico brasileiro Josué Apolônio de Castro, o Josué de Castro, ativista mundial contra a fome – que foi presidente da FAO (1952) e pesquisador profícuo da questão da fome, da desnutrição e da alimentação, autor da obra magna "Geografia da Fome" (1946)¹⁴⁴–, foi pioneiro na luta contra a fome e a pobreza no mundo, apontando as razões pelas quais sofrem as regiões mais pobres e a necessidade de enfrentar estruturalmente o problema, a partir de uma política séria de planejamento da produção e consumo de alimentos. Josué de Castro foi combativo em discutir não só o alimento mas o tipo e a qualidade do mesmo, e em especial como alimentar as populações pobres e miseráveis do planeta, no sentido de resolver realmente o problema da fome.

¹⁴³MCMICHAEL, Philip. **Regimes Alimentares e Questões Agrárias. Série: Estudos Camponeses e Mudança Agrária.** Editoras Unesp e UFRGS, São Paulo/Porto Alegre, 2016. Traduzido do original "Food regimes and Agrarian Questions". Agrarian Change and Peasant Studies. Ed. Fernwood Publishing, Canada, 2013.

¹⁴⁴Traduzido para 26 idiomas, incluindo mandarim.

No "Caderno 'Segurança Alimentar'" (2001), do professor MALUF, Renato S. (CPDA/UFRRJ, Brasil); Francisco Menezes (IBASE, Brasil); com a colaboração de MARQUES, Susana Bleil (Partes 12-13) encontra-se uma definição de Segurança Alimentar e Nutricional-SAN:

Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo. (Maluf *et al*, 2001).

O conceito de Soberania Alimentar, trazido no mesmo caderno, é o da definição proposta na Declaração de Yaoundé (1996), segundo o autor, em que:

[...] a soberania alimentar dos povos se exprime na capacidade dos Estados e das pessoas de: produzir os alimentos necessários à população em todas as regiões do mundo, de modo a reduzir a dependência ligada à ajuda alimentar; controlar, conservar e utilizar seus recursos genéticos e seus conhecimentos próprios; garantir a disponibilidade e o acesso de todos a uma alimentação sadia, diversificada e que respeite a diversidade das culturas e hábitos alimentares; tomar decisões de modo autônomo concernentes a suas políticas agroalimentares. (Maluf *et al*, 2001).

O conceito de Soberania Alimentar não se confunde com a questão da autossuficiência na produção de alimentos ou com a capacidade no abastecimento alimentar de um país. No caso brasileiro há diferenças também em relação ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. Apesar das complexidades desse tema, recomenda-se o trabalho de Costa (2021): Soberania alimentar: dimensões material, prático-político e utópica, que traz uma análise material histórica, abordando as determinações do processo de transformação do sistema de produção de alimentos, as questões em torno da construção da Soberania Alimentar, da Agroecologia e da Reforma Agrária Popular. Para o autor, a Soberania Alimentar "torna-se uma questão de soberania dos povos, dever dos Estados e direito das pessoas (Costa, 2021)."

Segue um parágrafo completo de um importante texto, elaborado por dois intelectuais militantes (João Pedro Stédile e Horácio Martins de Carvalho), sobre o tema: "Soberanía Alimentaria: una necesidad de los pueblos", onde se encontra também o conceito de Soberania Alimentar e a reflexão central sobre a sua importância:

La utopía de la soberanía alimentaria, concepto fundamental para fortalecer la visión de mundo favorable a la democratización de la económica, social, cultural, social, étnica, de género contra-hegemónica al neoliberalismo, tuvo un complemento esencial en la conferencia mundial de soberanía alimentaria realizada en Mali (2007) en la declaración de Nyéléni¹⁴⁵ cuando se afirmó que: **"la soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos a alimentos nutritivos y culturalmente adecuados, accesibles, producidos de forma sustentable y ecológica, es su derecho a decidir su propio sistema alimentario y productivo. Eso coloca a aquellos que producen, distribuyen y consumen alimentos en el corazón de los sistemas y políticas alimentarias, por encima de las exigencias de las empresas y los mercados."** Defiende los intereses e incluye a las generaciones futuras. Nos ofrece una estrategia para resistir y dismantlar el comercio libre o corporativo; el régimen alimenticio actual y para que los sistemas alimentarios, agrícolas, pecuarios, y de pesca sean gerenciados por los productores y productoras locales. La soberanía alimentaria da prioridad a las economías locales y los mercados locales y nacionales y otorga el poder a los campesinos y la agricultura familiar, la pesca artesanal y el pastoreo tradicional. Coloca la producción de alimentos, su distribución y el consumo sobre la base de sustentabilidad ambiental, social y económica. (Stédile; Carvalho, 2017).

De acordo com o Artigo N°25 da Declaração Internacional dos Direitos Humanos "el derecho a la alimentación es un derecho humano básico, incluido en la declaración universal de los derechos humanos de las Naciones Unidas en 1944, [...] todas las personas tienen derecho a una buena nutrición como condición sine qua non para un desarrollo pleno, físico y mental." Para La Via Campesina-LVC, maior articulação camponesa internacional – presente em 81 países, com a participação de 182 organizações e mais de 200 milhões de camponeses – voz do campesinato mundial, a Soberania Alimentar é um "conceito em ação" e compreende-se da seguinte forma: "La soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos a producir sus propios alimentos, nutritivos y culturalmente adecuados, accesibles, producidos

¹⁴⁵Declaración de Nyéléni. Foro mundial por la soberanía alimentaria. NYÉLÉNI, Selingue, Mali. 28 de febrero del 2007.

de forma sostenible y ecológica, también abarca el derecho a decidir su propio sistema alimentario y productivo (La Vía Campesina-LVC)."

Em 2017, quando inaugurou a sua Feira Nacional da Reforma Agrária no Parque da Água Branca em São Paulo – no avanço do seu programa de Reforma Agrária Popular, lança como linha política no seu 6º Congresso em 2014 –, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST do Brasil (membro fundador da LVC), lançou uma campanha para a sociedade: "Comer é um ato político." Este *slogan* vem sendo utilizado como palavra de ordem nas mobilizações e lutas dos movimentos e organizações sociais da Via e outras no Brasil e no mundo. O alimento é um dos pilares das lutas travadas pela LVC, em busca de garantir o direito ao alimento como direito à vida. Não só o direito ao alimento, mas o direito a uma alimentação saudável.

Um outro conceito importante para se compreender, quando nos referimos ao campesinato mundial, é o da Agroecologia, geralmente abordada conjuntamente ao de Soberania Alimentar. Para o MST,

A agroecologia é um conceito político-econômico e cultural, para forjar novas relações sociais: o trabalho associado; utilização adequada dos agroecossistemas; a reconstrução da agricultura via Reforma Agrária Popular, com gestão democrática e participativa nos sistemas cooperativados e agroecológicos de produção; a questão de gênero; da desmercantilização e formação educacional para a agroecologia. (MST, 2020).

Nesse sentido podemos definir a Agroecologia como: um conjunto de práticas e técnicas agrícolas que respeitam a relação humano-humano e humano-natureza holisticamente, no sentido de preservar os recursos naturais e promover o trabalho equitativo. A Agroecologia é a Matriz Tecnológica e Produtiva do MST, em defesa do modo de vida camponês e a garantia da Soberania Alimentar. O MST constroi um programa de Reforma Agrária Popular para o Brasil, envolvendo não só o público que luta pela terra, mas também os demais setores da sociedade brasileira. Contrário ao modelo agrícola do agronegócio, o Movimento propõe um novo modelo agrícola para o meio rural brasileiro, baseado na produção agroecológica de alimentos para toda sociedade.

Como já discutido anteriormente, a revolução verde e o agronegócio não só não resolveram o problema da insegurança alimentar no mundo, como a população faminta

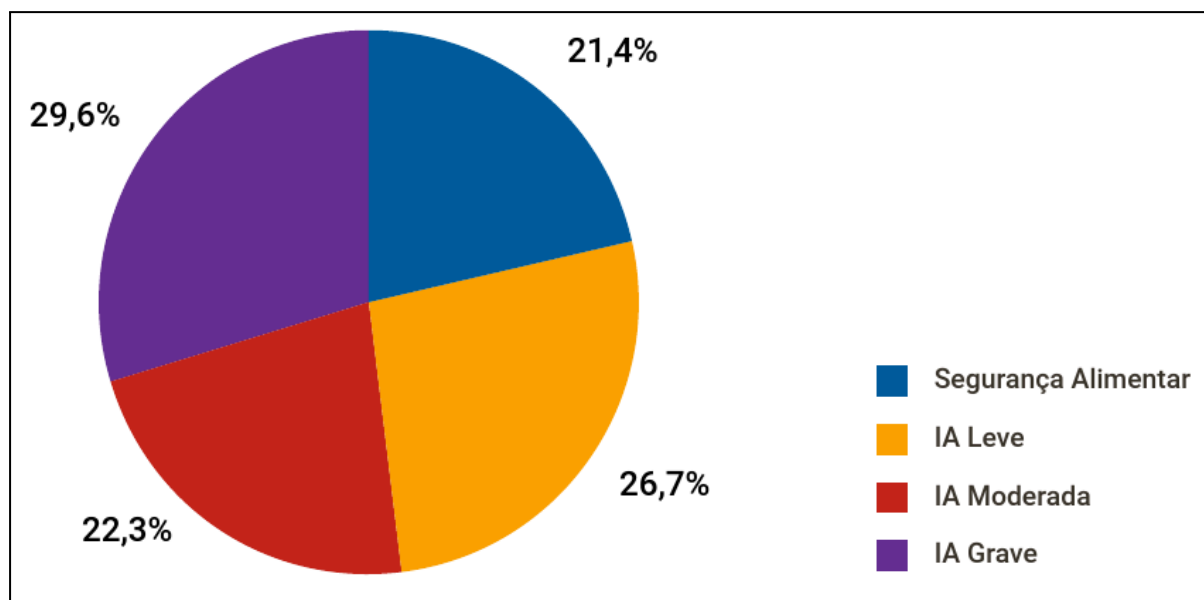
creceu significativa e gradativamente. Segundo dados da ONU (2022), o número de pessoas em situação de fome no mundo em 2021 é de 828 milhões ou 9,8% da população. O relatório sobre o "Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2022", realizado em parceria com a FAO, Fida (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Programa Mundial de Alimentos-PMA e Organização Mundial da Saúde-OMS, aponta que, além dessas, "outras cerca de 2,3 bilhões de pessoas no mundo, ou 29,3% da população global, estavam em insegurança alimentar moderada ou grave e quase 924 milhões de pessoas, ou 11,7% da população global, enfrentam insegurança alimentar em níveis graves. Nos últimos anos, houve um agravamento da situação com a pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia. De maneira geral, a situação é ainda pior para as mulheres e as populações negras e pobres, em comparação.

A “revolução verde” na agricultura era suposto resolver de uma vez por todas o problema da fome e da má nutrição. Em vez disso, criou corporações monstruosas como a Monsanto, incrementando o seu poder por todo o mundo de tal modo que pesticidas mais poderosos se tornam necessários para a erradicar. Ainda assim, a ideologia do remédio estritamente tecnológico continua a ser propagandeada. Recentemente, alguns governos, incluindo o inglês, começaram a falar sobre a vindoura “revolução industrial verde”, o que quer que isso possa significar. O que é claro, todavia, é que esta nova defesa da panaceia tecnológica é planeada, novamente, como uma fuga às inerradicáveis dimensões sociais e políticas dos cada vez mais intensos perigos ambientais. (Mészáros, 2001).

O Brasil, que havia saído do mapa da fome em 2014, após anos de políticas de combate à fome e à desnutrição, voltou em 2018. Nos últimos 4 anos a situação se agravou drasticamente. Dados de 2022 indicam que 33,1 milhões de brasileiros passam fome e mais da metade da população vive em algum grau de insegurança alimentar. A situação é ainda mais grave naquelas famílias em que algum membro da família está desempregado. Segundo a Oxfam (2022)¹⁴⁶, com dados de relatório da Rede PENSSAN, "são 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome em pouco mais de um ano. A edição recente da pesquisa mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990."

¹⁴⁶OXFAM. **Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas**. Oxfam, 2022. Os dados são do "2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil".

Gráfico 12 – Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com pelo menos um morador desempregado no Brasil em 2022.



Fonte: Rede PENSSAN, 2022.

5.1 A Questão da Segurança Alimentar na China e as relações sino-brasileiras

A China possui um território agrícola majoritariamente coberto por montanhas e florestas, vales e pradarias, desertos e savanas. O país tem grandes limitações em disponibilidade de terra arável, condicionando-o a dificuldades de segurança alimentar intrínsecas à sua própria condição natural. Esse fato cria um paradoxo para a agricultura chinesa entre a capacidade produtiva e a demanda de consumo. Esse paradoxo é relativo ao tempo histórico e às condições materiais do país. Não é por acaso que a história chinesa é marcada por ciclos de fome, crises de abastecimento etc. Obviamente, não só por essa razão intrínseca, mas principalmente por isso. Atualmente, o país se distancia cada vez mais desse paradoxo, principalmente por dois fatores: o alto desenvolvimento tecnológico na agricultura e a articulação internacional para o seu abastecimento. Além do controle populacional.

Historicamente, a questão alimentar tem sido uma questão central para o país e vem sendo alavancada atualmente como uma questão de soberania e segurança nacional. Em tempos em que os EUA, trava guerras comerciais, bloqueios econômicos, boicotes e guerras

híbridas, como os que vivemos, em que se pensa inclusive em uma possível "*food war*" ou "guerra da comida" contra a China. Segundo Lima e Oliveira (2019, p. 31) “economistas chineses afirmaram que caso os Estados Unidos resolvam utilizar a “comida como arma”, as aquisições de terra no exterior poderiam ser utilizadas para garantir a segurança alimentar [...]”. Abastecer uma população de 1,4 bilhões de pessoas, sem área/território suficiente disponível para a produção (12,3% de terra arável segundo Banco Mundial, 2017 – maior disparidade entre a porcentagem de terra agricultável e não agricultável do mundo), se torna uma tarefa ainda mais difícil quando o país se projeta como novo polo de contrapoder frente à hegemonia norte americana.

De acordo com a FGV (2017, p.39), “com 135 milhões de hectares de terras aráveis, 9% do total do planeta, a China alimenta 21% da população mundial. Ainda assim, o setor é dominado por milhões de agricultores com pequena parcela de terra, com uma média de apenas 0,6 hectare por unidade produtiva rural.” Embora apanhada por este limitante de natureza histórico-geoespacial, a China traçou seu caminho revolucionário em um sentido muito claro, o de transformar condições de vida do seu povo. E o primeiro passo para melhorar as condições de vida do povo é garantir acesso à comida. Assim, foi-se estabelecendo um processo de desenvolvimento rural, baseado no desenvolvimento industrial, científico e tecnológico para a agricultura, preservação dos recursos naturais e, revitalização e modernização do campo.

Com pouca quantidade de terra agricultável e uma população numericamente grande, 42,5% segundo o Banco Mundial (2020), a China encara dois grandes desafios no seu processo de desenvolvimento agrícola e abastecimento: 1) na agricultura é necessário torná-la, ao máximo possível e cada vez mais produtiva e rentável; 2) é preciso administrar as fontes externas de abastecimento. Nesse sentido, é importante considerar dois movimentos no interior da sociedade chinesa. Se por um lado há um aumento exponencial da demanda por diversidade de alimentos e em especial a demanda pelo consumo de carne, ainda maior com relação à carne bovina; por outro, há um nível estratosférico de desenvolvimento tecnológico científico, e portanto uma expectativa de que as cadeias industriais da agricultura possam alcançar níveis de produtividades e rendimentos extraordinários.

[...] Nas últimas três décadas, a China obteve avanços consideráveis na autonomia para produção de alimentos. Por exemplo, o país é

capaz de produzir quase a totalidade dos grãos que são consumidos internamente (ZHOU, 2010, p. 267) devido ao rápido progresso em termos de produtividade. A partir dos anos 1970, começou a revolução tecnológica na área rural da China, até então apenas as técnicas tradicionais eram utilizadas. A revolução verde teve como base os mesmos três elementos que também eram alvo de melhoramentos na agricultura tradicional chinesa: as sementes, os fertilizantes e a irrigação. (Naughton, 2007, p. 252 *apud* Lima; Oliveira, 2019, p. 15).

Dada a particularidade chinesa, colocada aqui como um paradoxo, o país precisou, ao longo dos últimos quarenta anos, em que traçava uma nova rota para o futuro, construir uma grande rede de relações internacionais que viria a contribuir diretamente para o desenvolvimento das suas forças produtivas e também garantir a sua segurança alimentar. Realmente, desde a visita do presidente norte americano Richard Nixon à China em 21 de fevereiro de 1972¹⁴⁷ – articulada pelo Secretário de estado Henry Kissinger e o chefe da diplomacia chinesa Ministro Zhou Enlai –, com improvável aperto de mão entre Mao e Nixon e a retomada das relações diplomáticas com os Estados Unidos, a China vem fortalecendo as suas relações com o ocidente. Obviamente, com a "Reforma e Abertura" promovida por Deng a partir do final dos anos 70 e mais recentemente a "Nova Rota da Seda" do presidente Xi, os resultados já são maiores do que se imaginava.

Nessas quatro décadas, a China conseguiu se conectar com basicamente todo o mundo, desde relações com países estratégicos como com blocos continentais. A história da diplomacia chinesa remete à própria história do país e suas relações internacionais. Após a abertura liderada pelo governo Deng, nos anos 1980 e 1990, a China consolidou relações comerciais com parceiros estratégicos ao desenvolvimento de forças produtivas no país, como Estados Unidos, União Europeia e até o Japão (com quem compartilha desavenças ontológicas), pautadas basicamente por acordos de cooperação para transferência de tecnologia. Algo que já ocorria na Era Mao. No entanto, com países alinhados, como a União Soviética. Deng conseguiu angariar articulações que resultaram em uma apropriação das bases tecnológicas pela indústria chinesa e desenvolvimento das mesmas. Simplesmente, a China oferecia o seu gigantesco mercado consumidor, em troca das bases tecnológicas de

¹⁴⁷A visita ocorreu ainda em meio à Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. O objetivo era resolver a questão de Taiwan, e os EUA reconheceram uma só China. Já as relações sino-soviéticas degradingaram de vez. A URSS declarou a China uma inimiga.

produção de seja qual for o produto.

A dinâmica funciona como um "cavalo de troia" invertido. Não faltaram produtores de tecnologia moderna, à época, ou de produtos ocidentais ainda desconhecidos na China, interessados naquela massa de pessoas famintas por consumir o novo. Mas não é só no ocidente que "tudo tem um preço". Em troca do acesso a um número de consumidores que chegaria a dobrar, na maioria das situações, o público consumidor, empresas ocidentais precisariam fornecer suas bases tecnológicas produtivas, e o fizeram, obviamente. Como bons capitalistas, a prioridade é lucro acima de tudo. A partir das bases tecnológicas adquiridas, a China estabeleceu sua própria matriz tecnológica e produtiva e alavancou sua monstruosa indústria nacional.

Não é difícil encontrar registros da população chinesa consumindo coca cola e McDonald's já nos anos 1990. Logo starbucks e outras empresas, de diversos setores, como o de automóveis (Volkswagen, Fiat, Toyota etc) também chegaram. Nos anos 2000 mais e mais empresas estrangeiras foram adentrando o mercado chinês, como a norte-americana Tesla, do empresário Elon Musk. O fetiche, já imbricado na mente consumista do mundo capitalista, também tomou conta do ambiente comercial chinês. A chegada da Apple no país e o acesso ao Iphone causou euforia entre as classes ascendentes.

Para além do também alienado e desenfreado mercado consumidor chinês, chama atenção a forma como o governo foi capaz de utilizar-se desse processo para estabelecer o sistema industrial do país, que viria a tornar-se a "fábrica do mundo". Hoje, não mais com produtos de baixa qualidade. Mas, elevando o seu próprio nível de desenvolvimento científico e tecnológico e produzindo seus próprios veículos, smartphones, eletroeletrônicos, cada vez melhores e mais sofisticados, superando inclusive aqueles estrangeiros dos quais foi extraída a base tecnológica.

Em 2000, a China reuniu-se com países africanos em Lusaka, capital da Zâmbia, para fundar o Fórum China-África de Cooperação-FOCAC, para a construção de projetos de cooperação Sul-Sul. Em 2020 o Fórum completou 20 anos de parcerias estratégicas em comércio, projetos de infraestrutura e relações políticas. Segundo Chinafrica by NdC n. 33 (2020), "o estoque de investimentos chineses em infraestrutura totalizam R\$ 622 bilhões e ajudam a impulsionar industrialização no continente africano (16 mil km de estradas e

ferrovias, 20 portos, 80 usinas elétricas etc.); comércio bilateral chegou a R\$ 1,1 trilhão ano passado." Em 2006 foi criado na 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas um novo bloco de países emergentes, formado por Brasil, Rússia, Índia e China, o BRIC. Em 2014 se soma ao bloco também a África do Sul, formando os países BRICS.

Atualmente o bloco "equivale a cerca de 1/3 do PIB mundial e detêm mais de 40% da população do planeta e soma cerca de 18% do comércio mundial (InfoMoney, 2023)." O BRICS criou o seu próprio banco, em alternativa ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, durante a 6ª Cúpula dos países que ocorreu em Fortaleza, Brasil, em 2014, o Novo Banco de Desenvolvimento-NDB (New Development Bank-NDB, em inglês), que passou a funcionar a partir de 2015¹⁴⁸, quando a presidenta Dilma Rousseff ainda estava no governo brasileiro.

O "Banco BRICS" "tem foco nas necessidades dos países-membros do agrupamento, com cerca de uma centena de projetos e mais de US\$ 32 bilhões em recursos administrados em segmentos como os de energia limpa, transporte, irrigação, saneamento, desenvolvimento urbano, entre outros (InfoMoney, 2023)." Em junho de 2022, a 14ª Cúpula do BRICS ocorreu em Beijing, na China e foi presidida pelo presidente Xi Jinping, onde se discutiu a construção de alternativas financeiras ao dólar, como um mecanismo internacional baseado em uma cesta de moedas. Uma outra notícia da cúpula foi a candidatura oficial do Irã e da Argentina para se unirem ao bloco¹⁴⁹.

Em 2013, início da nova governança da China pelo presidente Xi, a China lança o mais ambicioso projeto de articulação comercial, com uma proposta de reconstruir as antigas rotas de comércio milenares dos impérios. Inicialmente o projeto foi apelidado inclusive de "nova rota da seda". Entretanto, o país não só restabeleceu as velhas rotas comerciais como construiu uma rede de conexões internacionais que favorecem em especial o Sul Global, com intercâmbio comercial, projetos de infraestrutura e investimentos diretos em vários países. De acordo com os dados do relatório "China's Investments in the Belt and Road Initiative (BRI) in 2020" (Beijing, 2021) *by* Green Finance (2023), de 2013 a dezembro de 2022, a participação da China em projetos envolvendo países da BRI através de contratos de

¹⁴⁸Depois de sofrer um golpe de estado em 2016 e o presidente Lula voltar a governar o Brasil a partir de 2023, Dilma tomou posse como nova presidenta do NDB, em Xangai, em março deste ano.

¹⁴⁹DONGSHENG NEWS. Retrospectiva 2022. Notícias da China, 2022.

Desenvolvimento Global na Assembleia Geral da ONU, conclamando a comunidade internacional a fortalecer a cooperação em 8 áreas principais, a saber, redução da pobreza, segurança alimentar, resposta à covid-19 e vacinas, financiamento do desenvolvimento, mudança climática e desenvolvimento verde, industrialização, economia digital e conectividade, e acelerar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. É mais um importante bem público global fornecido pela China depois da iniciativa Cinturão e Rota. (Yang, W., 2023).

Recentemente, o presidente Xi discursou por videoconferência para a 7ª Cúpula da CELAC, que ocorreu em Buenos Aires, Argentina, em Janeiro de 2023, a convite do presidente argentino Alberto Fernandez (atualmente presidente do grupo). De acordo com a agência de notícias Xinhua (2023)¹⁵¹, em seu discurso o presidente ressaltou a importância das relações com a CELAC e reforçou a necessidade da "solidariedade entre os países em desenvolvimento e promover a cooperação Sul-Sul." O presidente falou sobre o trabalho de construção de alianças com países da América Latina e Caribe-ALC e do fortalecimento do Fórum China-CELAC, no sentido de "levar o relacionamento China-LAC a uma nova era caracterizada pela igualdade, benefício mútuo, inovação, abertura e benefícios para o povo (Xinhua, 2023)."

Segundo a Xinhua (2023), o presidente Xi ainda manifestou sua preocupação com a turbulência pela qual o mundo passa e os desafios que temos pela frente, e disse que "a China está pronta para continuar trabalhando com os países da ALC para ajudar uns aos outros e fazer progressos conjuntos e defender 'a paz, o desenvolvimento, a equidade, a justiça, a democracia e a liberdade' – os valores comuns da humanidade."

Nos últimos quinze anos, as relações da China com a América Latina se ampliaram enormemente. Em novembro de 2008, o governo chinês publicou um Livro Branco sobre a América Latina e Caribe, que é o primeiro documento político da China para a região e destaca a importância que o país atribui à América Latina e Caribe. Nos quinze anos anteriores, a China já havia estabelecido formalmente relações de parceria estratégica com o Brasil (1993), Venezuela (2001), México (2003), Argentina (2004) e Chile (2012). O comércio entre a China e a região passou de 14,9 bilhões de dólares em 2001 para 261,288 bilhões de dólares em 2012, convertendo a China no segundo maior parceiro comercial da América Latina e Caribe. Até o final de 2012, o estoque de investimentos diretos da China na região foi de 68,2 bilhões de dólares, segundo estatísticas da República Popular da China. Além disso, a China assinou três Tratados de Livre

¹⁵¹XINHUA. Presidente Xi Jinping faz discurso por vídeo na 7ª Cúpula da CELAC. Xinhua, 2023.

Comércio (TLC): com Chile (2005), Peru (2009) e Costa Rica (2010). (Instituto Tricontinental, 2022).

A China já tem grande influência na indústria de exploração do lítio na Bolívia (necessária para a produção de baterias de longa duração, utilizadas principalmente na fabricação de carros elétricos)¹⁵². O país também é responsável pela implementação da maior usina fotovoltaica do continente, na Argentina¹⁵³; e há diálogos para acordos bilaterais para investimento direto em moeda local, sem câmbio dolarizado, no país sul-americano. Recentemente Honduras encerrou suas relações diplomáticas com Taiwan¹⁵⁴ para estabelecer relações apenas com a RPC. Dos 33 países da ALC, 21 já fazem parte da BRI¹⁵⁵. O professor Enrique Dussel, coordenador do Centro de Estudos China-México da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e da Rede Acadêmica da América Latina e do Caribe sobre a China (Rede ALC-China) têm publicado estudos sobre a questão da participação chinesa no México e na América Latina.

Na China, há um crescimento vigoroso da classe média e diminuição significativa da desigualdade entre os ricos e pobres. Segunda agência de consultoria Alaby (2020),

60% da população da China já vive nas cidades, e os consumidores chineses estão enriquecendo gradualmente. Até 2030, 58% dos lares chineses estarão na categoria de afluentes de massa, com famílias com renda mensal média de aproximadamente US\$.2.600,00, sendo que, apesar de sua posição no comércio internacional, o consumo interno chinês contribui com mais de 75% do impressionante PIB da China [...]. A China também é um país conectado. Cerca de 800 milhões de chineses acessam a internet regularmente, mas o mais impressionante é que 40% da população urbana tem renda anual entre US\$.10.600,00 a US\$.13.000,00, o que significa que a classe média chinesa é de 400 milhões de pessoas, quase duas vezes o total da população do Brasil. E há previsões de que até 2025, 75% da população da China se converta em classe média. (Alaby, 2020).

Em 2000, a participação da China no comércio mundial de bens era de 1,9%. Passadas duas décadas, em 2019, cresceu quase oito vezes, chegando a espetaculares 15%. Em uma análise do fluxo comercial de 186 países, a China é o principal destino das exportações de 35 deles e a maior fonte de importações de 65 países, respectivamente.

¹⁵²Com o processo de transferência de tecnologia chinesa, a Bolívia pode se tornar pioneira na fabricação de carros elétricos na região.

¹⁵³KOOP, Fermín; PIKE Lili. **China compra a maior usina solar da América Latina**. Diálogo Chino, 2019.

¹⁵⁴O país foi um dos últimos na América Latina a manter relações com Taipei (Ilha de Formosa ou Taiwan). Agora apenas algumas poucas ilhas no caribe e o Paraguai, na América do Sul mantêm relações diplomáticas com Taiwan. Em todo mundo agora são somente cerca de 10 países.

¹⁵⁵MU, Cui. **A crescente influência da China na América Latina**. DW, 2023.

[...] A China saiu de um investimento anual em pesquisa e desenvolvimento de US\$ 9 bilhões anuais, 7,43% do PIB nominal, o que já era impressionante, para US\$ 321 bilhões em 2019 (22,7% do Produto Interno Bruto nominal). É o segundo maior investimento em P&D do mundo, aproximando-se dos EUA. [...] Há previsão de a China investir US\$. 1,4 trilhão até 2025, sendo as empresas do país ainda mais presentes em rankings como o Global Fortune -500, que lista as 500 maiores empresas do mundo, que trouxe em 2019 mais de 120 empresas da China e de Hong Kong. (Alaby, 2020).

Como já foi dito anteriormente, a "China é a maior produtora de praticamente tudo, respondendo por uma fatia muito considerável da produção industrial global, entre 40% e 60% do total, em várias categorias de produtos importantes, de bens de consumo a bens de capital (Alaby, 2020)." Da mesma forma também já discutimos o potencial das relações Brasil-China, principalmente no que diz respeito ao mercado de exportações de *commodities* agrícolas importadas pela China. "China e Brasil têm economias complementares, com o Brasil podendo oferecer a segurança alimentar que a China precisa. As exportações brasileiras do agronegócio para a China alcançaram até maio de 2020, o volume de US\$.16,51 bilhões, equivalentes à soma das vendas externas do setor para a Europa, América do Norte, América do Sul e Oriente Médio (Alaby, 2020)."

Embora ainda haja uma disparidade considerável entre ricos e pobres na China, o governo não trabalha com os conceitos de classe, tal qual se faz no Ocidente, tendo em vista a matriz teórico-política e filosófica do Partido, do Marxismo-leninismo, o que geraria uma espécie de contradição. Portanto, se diz que não há uma ideia de burguesia, já que de fato, é a classe trabalhadora, majoritária, representada pelo Partido Comunista, que governa o país, não havendo assim lutas de classes. Com a Revolução Socialista em curso, desde 1949, as lutas de classes deixam de existir para dar lugar à "ditadura do proletariado". No entanto, para o governo, as diferentes categorias sociais, tratam-se de segmentos da classe trabalhadora e um segmento da classe capitalista, fruto das contradições do processo de construção do Socialismo com características chinesas.

Um importante estudo, publicado pela China Power (2020) (Como a China está alimentando a sua população de 1.4 bilhões?, tradução nossa) revela um compilado de dados sobre o crescimento chinês, baseado no relatório "China's Food Trade, 2003-2017" (Comércio de alimentos da China), com dados do "Observatory of Economic Complexity". O

estudo trata de como a China vem garantindo a sua segurança alimentar, a relação com as outras grandes economias e a importância do Brasil para o país.

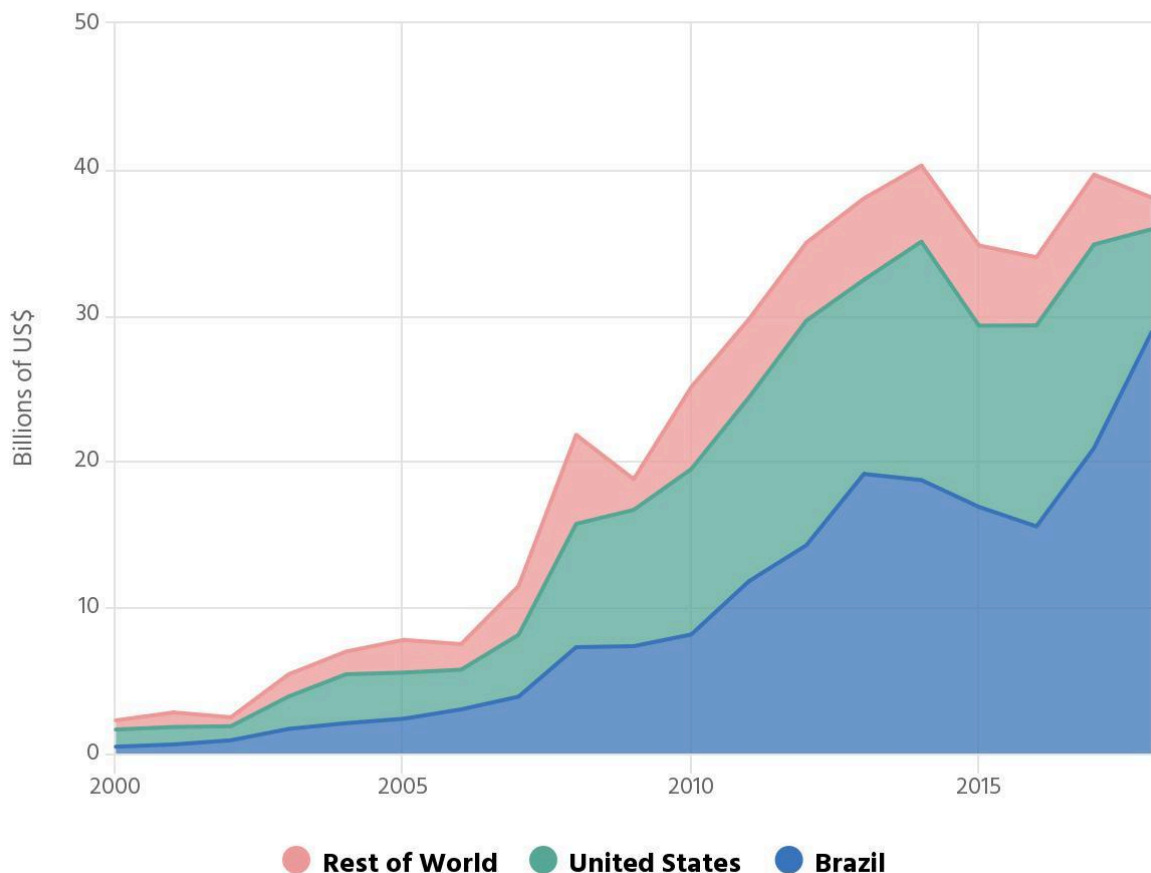
De acordo com China Power (2020) (Dados: Observatory of Economic Complexity), em 2017 a China importou 22.7 bilhões de dólares em alimentos do Brasil, de um total de 104,58 bilhões (USD) das suas importações desses produtos. "A taxa de população subnutrida da China caiu de 16,2% em 2000 para 8,6% em 2017. [...] O consumo de grãos da China mais do que triplicou, passando de 125 milhões de toneladas métricas (t) em 1975 para 420 milhões de toneladas em 2018 (China Power, 2020, tradução nossa)."

Um dos mais importantes critérios para compreender a ascensão econômica, no caso da China, é o consumo de carne. Segundo China Power (2020, tradução nossa com auxílio de DeepL),

Em 1975, a China consumiu apenas 7 milhões de toneladas de carne. Esse número cresceu para 86,5 milhões de toneladas em 2018, tornando-a o maior consumidor de carne do mundo. Com 55,2 milhões de toneladas consumidas, a carne suína foi a principal fonte de carne da China em 2018 por uma ampla margem. Em uma base per capita, a China consumiu 48,9 quilos (kg) de carne por pessoa em 2018 – aproximadamente a metade do que os EUA (99 kg per capita) e a Austrália (93 kg), mas um pouco mais do que o Japão (43 kg). (China Power, 2020, tradução nossa com auxílio de DeepL).

Apesar dos avanços estratosféricos que o desenvolvimento econômico chinês representa, o país ainda precisa se preocupar com sua segurança alimentar.

[...] A China também depende muito da importação de alimentos de outros países. A demanda da China por soja disparou nos últimos anos, em grande parte porque a cultura é uma importante fonte de ração animal para o gado. De 2000 a 2018, as importações chinesas de soja cresceram de US\$ 2,3 bilhões para quase US\$ 38,1 bilhões, deixando a China como o maior importador mundial da leguminosa, por uma ampla margem. (China Power, 2020, tradução nossa com auxílio de DeepL).

Gráfico 13 – Importações de soja pela China.

Fonte: CSIS China Power Project, 2020.

Dados: UN Comtrade, 2017.

Legenda: Resto do Mundo (rosado); EUA (verde); Brasil (azul).

Em um *ranking* de Sustentabilidade Agrícola (Agricultural Sustainability, em inglês) para países selecionados (2018), do Food Sustainability Index (FSI), ou Índice de Sustentabilidade Alimentar, do Banco Mundial, entre 67 países a China aparece na posição 57, com uma área per capita de terra arável de 0.08 hectares por pessoa em 2016.

O governo central chinês fez grandes revisões na Lei de Segurança Alimentar nacional em 2015 para tornar mais rígidas as regulamentações de segurança alimentar e fortalecer a fiscalização, mas os desafios persistem. O Índice Global de Segurança Alimentar de 2019 classificou a China em 38º lugar entre 113 países em termos de qualidade e segurança alimentar. A China não apenas ficou atrás dos países ricos da Europa e da América do Norte (que ocupam os 10 primeiros lugares), mas também ficou em sexto lugar entre os países de renda média, depois do Brasil, Belarus, Argentina, Costa Rica e México. (China Power, 2020, tradução nossa com auxílio de DeepL).

O "Documento Nº.1¹⁵⁶" do Comitê Central do PCCh em 2023 demonstra uma clara intencionalidade do governo chinês em garantir a segurança alimentar do país. De acordo com a Xinhuanet (2023), este ano, de acordo com o documento, o governo deve focar em "resolver o problema de alimentar mais de 1,4 bilhão de pessoas". Segundo a agência, a primeira tarefa estabelecida no Documento Central Nº.1 de 2023, "é prestar muita atenção para garantir a produção e o fornecimento estáveis de grãos e produtos agrícolas importantes (Xinhuanet, 2023, tradução automática Google Tradutor)¹⁵⁷." Segundo artigo da Equipe Mais Soja (2023)¹⁵⁸, baseado em informações do People.cn (2023) e no "China Agricultural Outlook 2022-2031", de acordo com o Documento Central Nº.1, "é extremamente importante manter os alicerces da 'agricultura, áreas rurais e agricultores' de forma sólida e saudável, pois não há espaço para erros".

A China, que possui uma população de 1,42 bilhões de pessoas e uma porcentagem de terra arável de menos de 13% do seu território, segundo o Banco Mundial, foi responsável por retirar 850 milhões de pessoas da pobreza (cerca de 4 vezes a população brasileira) em 40 anos, significando 70% da redução total da pobreza no mundo, de acordo com estudo já apresentado anteriormente, feito pelo Instituto Tricontinental, "Servir ao povo: a erradicação da pobreza extrema na China", de 2021.

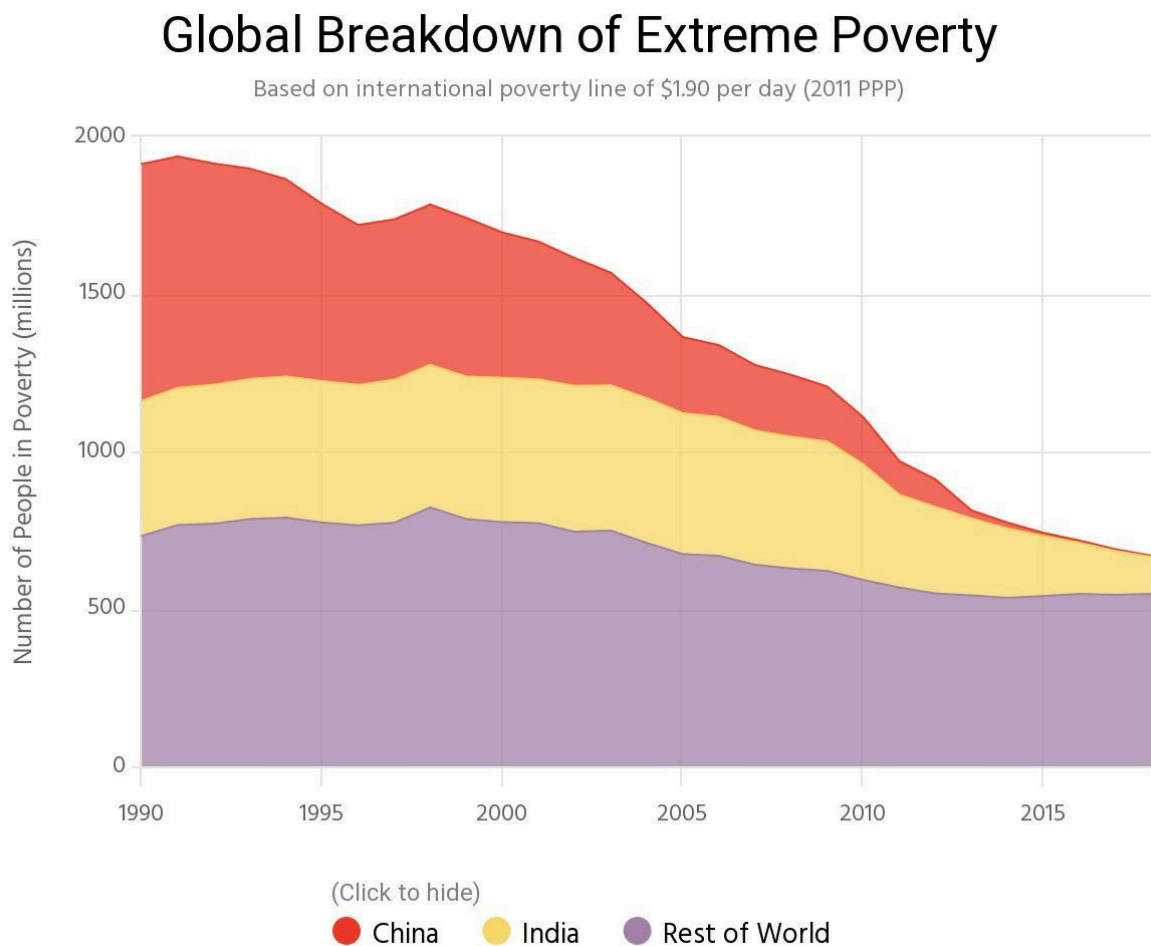
Embora a China tenha lutado contra a pobreza, o resto do mundo, especialmente o Sul Global, experimentou uma piora. As agências das Nações Unidas relatam uma grande reversão na eliminação da pobreza fora da China: em 2020, mais de 71 milhões de pessoas – a maioria das quais estão na África Subsaariana e no sul da Ásia – tiveram piora em suas condições de vida, marcando o primeiro aumento global da pobreza desde 1998. Estima-se que a crise econômica acelerada pela pandemia levará um total de 251 milhões de pessoas à pobreza extrema até 2030, elevando o número total para mais de um bilhão [...]. (Instituto Tricontinental, 2021).

¹⁵⁶O Documento Central Nº 1 é o primeiro documento político lançado pelo PCCh a cada ano, indicando as linhas políticas de ações prioritárias do governo para aquele ano. Por quase 20 anos consecutivos (desde 2004), a agricultura está no topo do *ranking* de prioridades do documento.

¹⁵⁷XINHUA NEWS AGENCY. Estabilidade dos grãos e segurança mundial: A China consolida a base da segurança alimentar de forma abrangente. Xinhuanet, 2023.

¹⁵⁸EQUIPE MAIS SOJA. China "documento central nº 1": a 20 anos consecutivos agricultura e as áreas rurais estão no topo da agenda política. +Soja, 2023.

Gráfico 14 – Diminuição da Pobreza no mundo (baseado na linha internacional da pobreza de 1,90 dólares por dia do Banco Mundial, PPP 2011).



CSIS China Power Project | Source: World Bank (PovcalNet)

Fonte: CSIS China Power Project, 2020.

Dados: Banco Mundial, 2017.

Legenda: China (vermelho); Índia (amarelo); Resto do Mundo (roxo).

Usando a linha de pobreza extrema de US\$ 1,90 por dia, a taxa de pobreza global diminuiu significativamente desde 1990, quando era de 36,2% da população global (1,9 bilhão de pessoas), para cerca de 8,7% (aproximadamente 668,7 milhões de pessoas) em 2018. A China foi responsável por pouco mais de 60% dessa redução. Décadas de rápido crescimento econômico na China ajudaram a tirar 748,5 milhões de pessoas da pobreza extrema, reduzindo a taxa de pobreza do país de 66,3% para apenas 0,3%. (CHINA POWER, 2021, tradução nossa com auxílio de DeepL).

A China vem combinando uma série de ações para melhorar o processo de produção de alimentos, com iniciativas de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e em defesa do meio ambiente. O país tem sido capaz de propor projetos concretos de combate ao

desperdício de alimentos e de produção de alimentos saudáveis, que são duas questões estruturais no planeta hoje. Segundo artigo do China Dialogue (2023), "de acordo com um estudo publicado na Nature Food, mais de um terço das emissões mundiais de gases de efeito estufa causadas pelo homem provém do sistema alimentar [...]. No entanto, a maioria dos governos está ignorando as possíveis economias de emissões que poderiam ser obtidas com a transformação desse sistema."

Ademais, "um relatório de 2021 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estimou que cerca de 17% da produção global de alimentos pode ser desperdiçada [...] (China Dialogue, 2023, tradução nossa)". Segundo China Dialogue (2023, tradução nossa com auxílio de DeepL), "na China, mais de 35 milhões de toneladas de alimentos são perdidas durante o armazenamento, transporte e processamento a cada ano, de acordo com estatísticas citadas pelo China Youth Daily. Nos restaurantes, 11,7% dos alimentos são desperdiçados pelos clientes, com uma média de 93 gramas por pessoa e por refeição, informa o jornal."

A China abriga o maior sistema alimentar do mundo, que foi responsável por cerca de 13,5% de suas emissões de gases de efeito estufa em 2019. A prioridade atual, no entanto, é garantir a segurança alimentar: em seu primeiro documento divulgado em 2023, o governo central pediu "esforços maiores para estabilizar a produção e garantir o fornecimento de grãos e outros produtos agrícolas importantes". Enquanto isso, o presidente Xi Jinping enfatizou a importância da segurança alimentar e do aumento da autossuficiência – "segurando a tigela com segurança em suas próprias mãos" – e, ao mesmo tempo, "desenvolvendo uma agricultura ecológica e de baixo carbono". (China Dialogue, 2023, tradução nossa com auxílio de DeepL).

A busca pela segurança alimentar na China, passa por uma série de estratégias, muitas delas especialmente voltadas para o não desperdício e a alimentação saudável. Desde inúmeros projetos de agricultura sustentável, a outras iniciativas para o combate às mudanças climáticas no país, colocando-o na linha de frente também nessa questão, como a criação "Good Food Fund" pela "Fundação de Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Verde da China" que fomenta os projetos da Good Food Academy, responsável pela "Good Food Initiative" entre outras. Como política estrutural para o país, em 2021 o governo criou uma lei contra o desperdício de alimentos.

Mais recentemente, o governo criou as "diretrizes dietéticas publicadas em 2022 pela Sociedade Chinesa de Nutrição, uma organização nacional sem fins lucrativos, sob a orientação da Comissão Nacional de Saúde (China Dialogue, 2023, tradução nossa)". Segundo China Dialogue (2023, tradução nossa com auxílio de DeepL) "em abril do ano passado, o país atualizou suas diretrizes dietéticas, mencionadas acima, que incentivam os cidadãos a consumir 'muitos vegetais, frutas, laticínios, grãos integrais e soja', a comer 'quantidades adequadas de peixe, aves, ovos e carne magra' e a 'limitar a ingestão de sal, óleo, açúcar e álcool'."

De acordo com dados do Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais [da China], a população chinesa de mais de 1,4 bilhão de pessoas consome 700.000 toneladas de grãos, 98.000 toneladas de óleo, 1,92 milhão de toneladas de vegetais e 230.000 toneladas de carne todos os dias. Para atender a essa enorme demanda de consumo, a área anual semeada de grãos, algodão, óleo, açúcar e vegetais é estável em cerca de 2,3 a 2,4 bilhões de mu [158 milhões de ha]. Se o índice de multicultura de 1,3 for calculado ao contrário, a terra cultivada deve permanecer em 1,8 bilhão de mu [119 milhões de ha]. Esse é o resultado final que não pode ser reduzido. (China Dialogue, 2023, tradução nossa com auxílio de DeepL, grifo nosso).

[...] em virtude do avanço das cidades para áreas tradicionalmente rurais e, conseqüentemente, o deslocamento de milhões de fazendeiros, a quantidade de terras agricultáveis vem diminuindo ainda mais. Por isso, o país está perto de atravessar a linha vermelha estabelecida pelo próprio governo em termos de terras necessárias para garantir a segurança alimentar, que é 120 milhões de hectares. (Brautigam; Xiaoyang, 2009, p. 687 *apud* Lima; Oliveira, 2019, p. 15).

“Nos próximos dez anos, o fornecimento de grãos e outros produtos agrícolas estratégicos será garantido e contará com o suporte contínuo em políticas de incentivo e manutenção da área cultivada, superior a 1,75 bilhão de mu (116,67 milhões de hectares), proporcionando melhoras na qualidade e competitividade da agricultura chinesa (CNA, 2023).” O tamanho da população chinesa e a sua demanda por consumo de alimentos, além do seu intenso desenvolvimento industrial, foram despertando interesses sob medida, especialmente a países como o Brasil, que possui singular potencial para a produção agrícola, além dos diversos outros setores. De acordo com Moreira Jr (2011, p. 144) "[...] a presença de mais um forte consumidor de matérias primas e grande produtor de bens de capital no mundo, a China, tende a gerar importantes impactos na ordem global [...]”.

Na nova coordenação da política externa inicia-se um movimento de reorientação da agenda brasileira em direção a uma política internacional proativa. (MOREIRA JR., 2011, p. 149). [...] a autonomia [...] não significa mais “distância” dos temas polêmicos para resguardar o país de alinhamentos indesejáveis [...]. A autonomia se traduz em participação. (Fonseca Jr., 1998 *apud* Moreira Jr., 2011, p. 149).

O que a China tem feito, para além do seu planejamento doméstico, é administrar as suas fontes de suprimento para abastecer a sua demanda. O país possui uma necessidade absolutamente alta de alimentos para o consumo da população. Além da produção interna, o país é o maior importador mundial da maioria das *commodities* agrícolas, assim como grande exportador das mesmas. A produção e consumo de porco na China por exemplo é altíssima, assim como é o consumo de óleo na culinária. Por isso é tão importante a importação de soja, especialmente para suprir essas duas grandes necessidades. Assim, o agronegócio brasileiro tem sido estratégico para manutenção dessa cadeia de suprimentos, em especial pela forma primarizada como é exportada, não só suprimindo a necessidade de consumo como servindo de base para o desenvolvimento da indústria nacional chinesa.

Mesmo com pouca quantidade de terras aráveis disponíveis, a China é um grande produtor de soja, milho, sorgo e algodão em modelo convencional, com grandes extensões de áreas de monocultivos em províncias como Heilongjiang e Xinjiang, como capital e empresas mistas ou estatais. Embora haja no país também um complexo industrial produtivo, relativo ao agronegócio no ocidente, há também um política nacional de desenvolvimento tecnológico para a agricultura com base em outra matriz, como o melhoramento genético por meio da reprodução molecular.

Os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) ou transgênicos são proibidos na China, de maneira geral. Portanto, o leite de soja, por exemplo ou os inúmeros tipos de comida que se faz a partir da soja, são fruto do processamento de soja não transgênica, das variedades nacionais. De acordo com Caixin Global (2021, tradução nossa com auxílio de DeepL), "uma pesquisa com cerca de 2.000 consumidores chineses publicada em 2018 pela revista Nature [...], constatou que 46,7% dos entrevistados tinham uma visão negativa dos OGMs, em comparação com apenas 11,9% que tinham uma visão positiva."

Obviamente, a soja importada, que se transforma em ração e óleo, é absolutamente

transgênica, já que os grandes produtores e exportadores (*i.e.* Brasil, Argentina, Estados Unidos) têm praticamente toda sua produção de soja baseada nos pacotes tecnológicos das empresas multinacionais do Setor Agropecuário (*e.g.* Monsanto/Bayer, Dupont, Cargill etc.), que controlam a semente e produzem os chamados defensivos agrícolas ou agrotóxicos. Entretanto, o óleo utilizado no dia a dia da população vem, majoritariamente de outras fontes, como sorgo, algodão, milho e colza (canola).

Ultimamente, a China tem flexibilizado a sua legislação sobre a produção de produtos transgênicos dentro do país, autorizando duas variedades externas de milho e uma de soja transgênica. Embora, assim como se faz com a soja importada, essa produção também deve ser destinada apenas para a indústria e não para o consumo direto. É importante lembrar, que a China, também bebeu da fonte da revolução verde, e utilizou-se daquela matriz tecnológica para impulsionar o seu próprio processo de desenvolvimento científico e tecnológico para agricultura, estabelecendo um modelo agrícola com características chinesas. Dessa forma, ao mesmo tempo em que fortalece a lógica do agronegócio, desenvolve uma política de controle e regulamentação nacional e também intensifica a criação de uma matriz ecológica para um modelo mais sustentável de produção agrícola, expressando uma das contradições intrínsecas ao processo e o modelo chinês.

Embora o Brasil seja o maior consumidor mundial de agrotóxicos, em termos absolutos a China também é grande consumidor desses produtos. Além de ser um dos maiores produtores e exportadores. A empresa chinesa SinoChem, finalizou em 2020 o processo de aquisição da empresa suíça Syngenta e trouxe junto a israelense Adama, formando o mais novo grupo estatal chinês, a ChemChina, tornando-se a maior empresa de proteção de cultivos do mundo, responsável pela produção de agroquímicos consumidos no Brasil e no mundo¹⁵⁹. Assim, o sistema agroexportador brasileiro é retroalimentado pela China, a medida em que o país também é responsável por parte da tecnologia agroquímica utilizada pelo agronegócio brasileiro.

A China tem se esforçado para diminuir progressivamente o uso de agrotóxicos e outros produtos químicos na agricultura, como parte da sua política ambiental e de produção

¹⁵⁹A ideia foi apropriar-se do desenvolvimento técnico-científico e tecnológico que Syngenta e Adama desenvolveram até então, cortando a dependência do país de tais tecnologias.

agrícola sustentável. Embora ainda haja um alto nível de contaminação por agrotóxicos no país, vão se desenvolvendo formas de ir mitigando esses danos (*e.g.* com o uso de drones para pulverização, evitando o contato e contágio por trabalhadores), ao passo em que se diminui o uso, a partir do desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias agrícolas extremamente tecnificadas e pela invenção de novas máquinas, científica e tecnologicamente avançadas e muito eficientes, adaptadas às novas formas de produção na agricultura; ou mesmo com os novos organismos melhorados geneticamente.

5.2 A evolução do agronegócio brasileiro no contexto das exportações Brasil-China e a relação de dependência

O Brasil é caracterizado por suas condições naturais de solo e clima, geográficas e ambientais favoráveis ao desenvolvimento da produção agrícola, com grande disponibilidade de terra e água, além da mão de obra suficiente, que lhe favorece uma grande capacidade na produção e abastecimento de alimentos. Uma das grandes diferenças entre o Brasil e a China é justamente essa: a disponibilidade de terras agricultáveis. A China, em seu planejamento, evita a produção extensiva de gado ou os grandes monocultivos. No entanto, preza pela produção intensiva, especialmente de culturas que possam adaptar-se aos pequenos lotes de terras nos quais trabalham o campesinato chinês, como horticultura, fruticultura, ervas, arroz e tubérculos; bem como a aquicultura e piscicultura. O país busca elevar exponencialmente o nível de desenvolvimento tecnológico para aumentar a produtividade agrícola; enquanto mantém um grande canal de comércio agrícola com grandes produtores como o Brasil.

Como se pode constatar, a China é um país de grande extensão. Em termos territoriais a sua área se compara ao Brasil, mas a sua população é sete vezes maior que a brasileira, representando 19% da população mundial ou 1 bilhão e 400 milhões de habitantes. No entanto, em termos de disponibilidade de terras a situação chinesa é delicada, a sua área agricultável é muito pequena. A China é limitada a Oeste pela Cordilheira do Himalaia, que é uma área gelada com relevo muito complicado para produzir. No centro do país estão os desertos e somente na faixa leste da China há uma área mais fértil e que poderia ser aproveitável para a agricultura. Ou seja, apenas 50% da área territorial chinesa é aproveitável para agricultura. Observa-se, portanto, que há um problema sério para se alimentar a população, enfocando o tema da Segurança Alimentar e Nutricional pela dimensão da disponibilidade. (Lima; Oliveira, 2019, p. 38-39).

Após as políticas de reforma e abertura encabeçadas por Deng Xiaoping a partir de 1978, a China foi restabelecendo as suas conexões com todo o mundo. O Brasil foi um dos primeiros países do continente latino americano a restabelecer relações com o país asiático. A China havia reatado laços políticos para relações econômicas com os EUA. Dado o alinhamento do Brasil com as políticas estadunidenses, já em 1976 o Brasil retoma as relações comerciais com a China Continental¹⁶⁰. Desde então o Brasil passou a prover matérias primas e produtos manufaturados também para a China, especialmente *commodities* agropecuárias. Em 2009, a China veio a se tornar o principal parceiro comercial do Brasil, com especial atenção para o agronegócio¹⁶¹. O Brasil manteve o mesmo sistema de substituição de importações, em um nível mais sofisticado.

No caso brasileiro as políticas de liberalização comercial e financeira, o processo de privatização, como medida de ajuste fiscal e desoneração do Estado brasileiro, e a ausência de uma política industrial de caráter amplo capaz de promover condições para o fortalecimento da competitividade nacional no setor, serviram apenas para desnacionalizar setores já instalados no parque industrial brasileiro, abrir mão de setores estratégicos, contribuir para o aumento da taxa de desemprego e acentuar a vulnerabilidade externa. A pauta de exportações brasileiras caminha no sentido da especialização no Agronegócio. A própria ascensão chinesa e a sua voraz necessidade de matérias-primas para suprir suas exportações e, mais recentemente seu crescente mercado interno, é um fator de contribuição para isso. PREBISCH (1949) *apud* PEDROZO; SILVA (2011, p. 241) já nos mostrou os inconvenientes da especialização em produtos agrícolas: a deterioração nos termos de troca. Embora possamos constatar constantes importações de bens de produção, que indicam um esforço de industrialização, isso não é tudo. A pauta de exportações brasileira ainda é, de certo modo, dependente. Se a China, por exemplo, diminuir significativamente suas demandas por matérias-primas exportadas pelo Brasil, haverá grandes dificuldades para manter-se o equilíbrio das divisas, e consequentemente a manutenção dessas importações. (Pedrozo; Silva, 2011, p. 241).

As importações de *commodities* agropecuárias produzidas no Brasil são fundamentais para o suprimento das cadeias de alimentos, principalmente através do abastecimento do sistema agroindustrial da China; ao passo em que elas são a representação da fatia maior das

¹⁶⁰Após a Revolução Chinesa o Brasil, seguindo os Estados Unidos, havia reconhecido politicamente apenas a ilha de Formosa (Taiwan) como República Chinesa, com quem mantinha relações.

¹⁶¹"Desde 2009, o gigante asiático é o principal parceiro comercial do Brasil e o mais importante destino das exportações de 19 dos 27 estados brasileiros (InfoMoney, 2023)". Há também grande articulação com os setores de energia e mineração e, obviamente, há uma grande parceria comercial para importações de produtos industrializados da China, principalmente eletroeletrônicos e eletrônicos e brinquedos em geral.

exportações brasileiras, fomentando o grande complexo industrial para produção e exportação de bens primários, manufaturados e semi-industrializados do Brasil, o agronegócio. Nesse sentido, o modelo de produção agroexportador tem dois elementos de grande importância que estão correlacionados: a reprodução da primarização de bens e mercadorias e a dependência em relação ao mercado externo, no caso chinês caracterizado por uma relação de dependência entre os dois países.

Existe uma relação de continuidade no bojo do desenvolvimento do agronegócio que remonta às características da economia colonial, dado a produção de commodities e seu papel fundante no envio de matérias primas para o mercado externo, reproduzindo os mecanismos a partir dos quais se perpetua a dependência, cujo papel das elites agrárias enquanto fração de classe da burguesia brasileira, subordina os interesses nacionais à lógica do capital estrangeiro. (Santos; Mazin *et al*, p. 43, 2019).

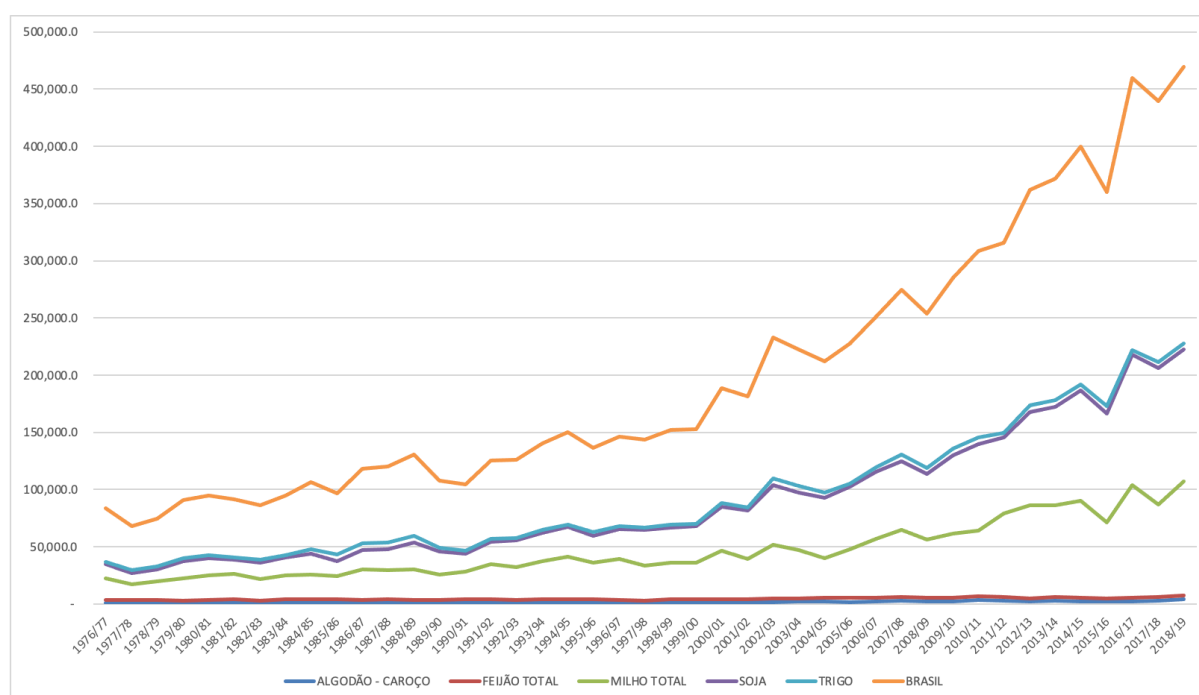
No Brasil, a vasta produção e exportação de *commodities* não tem centralidade em uma política estatal estratégica para o desenvolvimento do país. Ao contrário, o agronegócio é um setor integralmente dominado pelo capital privado e estruturalmente controlado pelas multinacionais e transnacionais. Portanto, o modelo do agronegócio, mesmo com sua volumosa produção, não se propõe a um projeto nacional de desenvolvimento ou de autonomia e soberania. Os latifúndios, os monocultivos, o uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos, são diretamente proporcionais aos conflitos no campo, a destruição de territórios e comunidades e a contaminação ambiental. Assim como vão em contra de uma proposta de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional-SSAN para o país.

[...] Nos anos 1950, [...] o termo latifúndio consolidou o sentido que ganhara anteriormente como sinônimo de monopólio da terra, atraso tecnológico e relações de trabalho marcadas pela dependência pessoal e pela exploração. Tornou-se o símbolo de um atraso que deveria ser superado, quer fosse lido como expressão do capitalismo (Caio Prado Jr.) ou da presença de restos feudais (Alberto Passos Guimarães), como mostra Moacir Palmeira (1984). (Leite; Medeiros; Caldart *et al*, 2012, p. 452).

Por sua particular capacidade de produção agrícola, mineral e elétrica, o Brasil uma pressão internacional por compartilhar esse potencial com as outras nações, assim como a Venezuela com o petróleo, o Chile com cobre, o Peru com o gás, a Bolívia com o lítio etc; além de vários outros exemplos no mundo globalizado. No caso específico do setor

agropecuário essa capacidade é visível e a demanda é latente. As grandes expansões de terras e as boas qualidades de solo e clima, fazem do Brasil um paraíso agrícola, capaz de produzir alimento em grandes quantidades para não só abastecer-se mas participar estruturalmente do mercado de exportações, como ocorre. O gráfico a seguir demonstra o crescimento da produção do agronegócio no Brasil, representada pelo total (em cor laranja) e algumas das principais *commodities*.

Gráfico 15 – Produção agrícola no Brasil em mil toneladas – série histórica (safras 1976/77-2018-19).

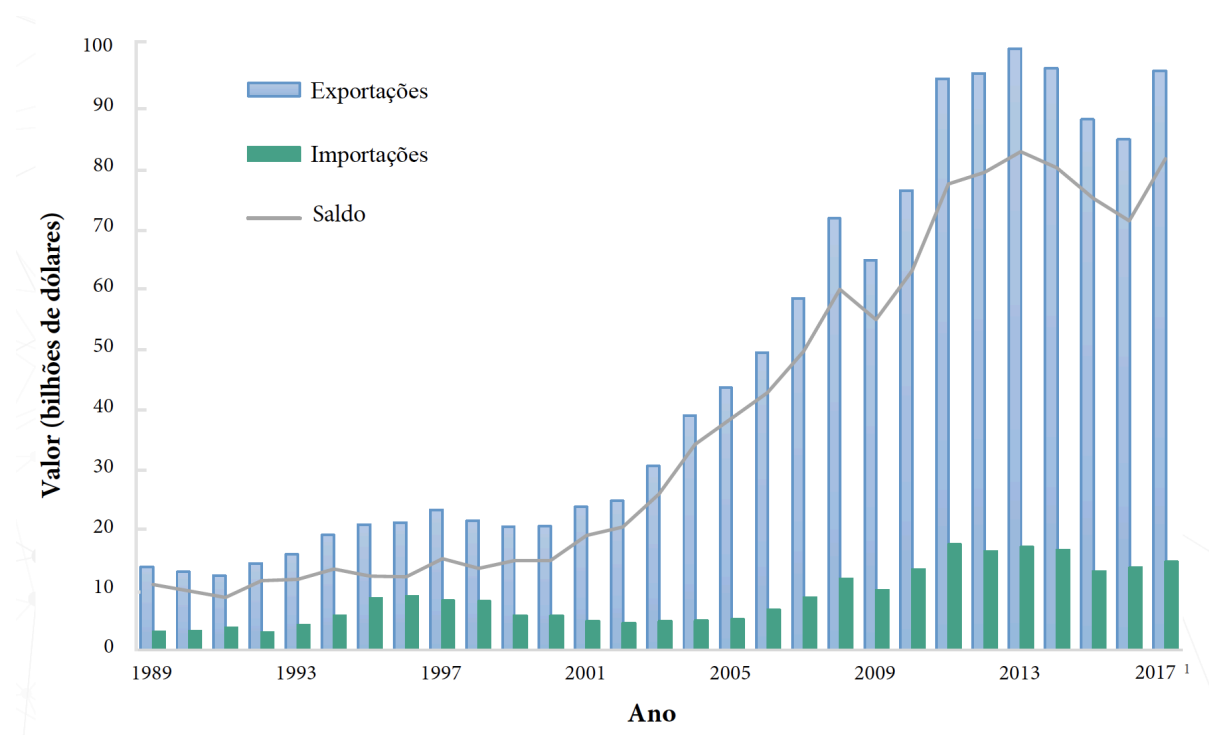


Fonte: Criação nossa, com base nos indicadores da CONAB, 2020.

Os anos 2000 se tornaram a nova época de ouro do agronegócio brasileiro, especialmente pelas relações com a China. Com uma matriz produtiva cada vez mais tecnológica, o modelo deu saltos de produtividade, batendo recordes de produção e de exportação de *commodities*. Foi desde que a China entrou na OMC em 2001 que o Brasil foi progressivamente se tornando grande parceiro comercial do país, até ultrapassar os Estados Unidos. A parceria rendeu acúmulos econômicos inestimáveis para o agronegócio brasileiro. Para a China, a parceria comercial com o Brasil é de suma importância à manutenção das fontes de suprimento de proteína animal – de baixo valor agregado – produzidas no Brasil, para sustentação da sua indústria suína e aviária, principais carnes consumidas no país.

Após grande crescimento nas últimas duas décadas, o impacto das importações chinesas na economia do agronegócio brasileiro se tornou ainda mais evidente ultimamente, gerando discussões sobre a dependência. O saldo da balança comercial do agronegócio brasileiro na relação com a China é cada vez mais crescente. No gráfico a seguir é possível perceber a diferença entre a década de 1990, quando o saldo balança comercial do agronegócio brasileiro se mantém basicamente estável (cerca de 10 bilhões de dólares, com baixo crescimento) e as duas décadas posteriores, em que, segundo a Embrapa (2022), "houve um crescimento das exportações até 2013 (99,9 bilhões de dólares), e, a partir daquele ano, certa estabilidade."

Gráfico 16 – Importações, exportações e saldo da balança comercial do agronegócio brasileiro, de 1989 a 2017.



Nota: ¹estimativa.

Fonte: Embrapa, 2018 (Dados: Agrostat, 2017).

Gráfico 17 – Evolução do comércio exterior brasileiro do agronegócio, exportação, importação e saldo comercial, 2000 a 2022.

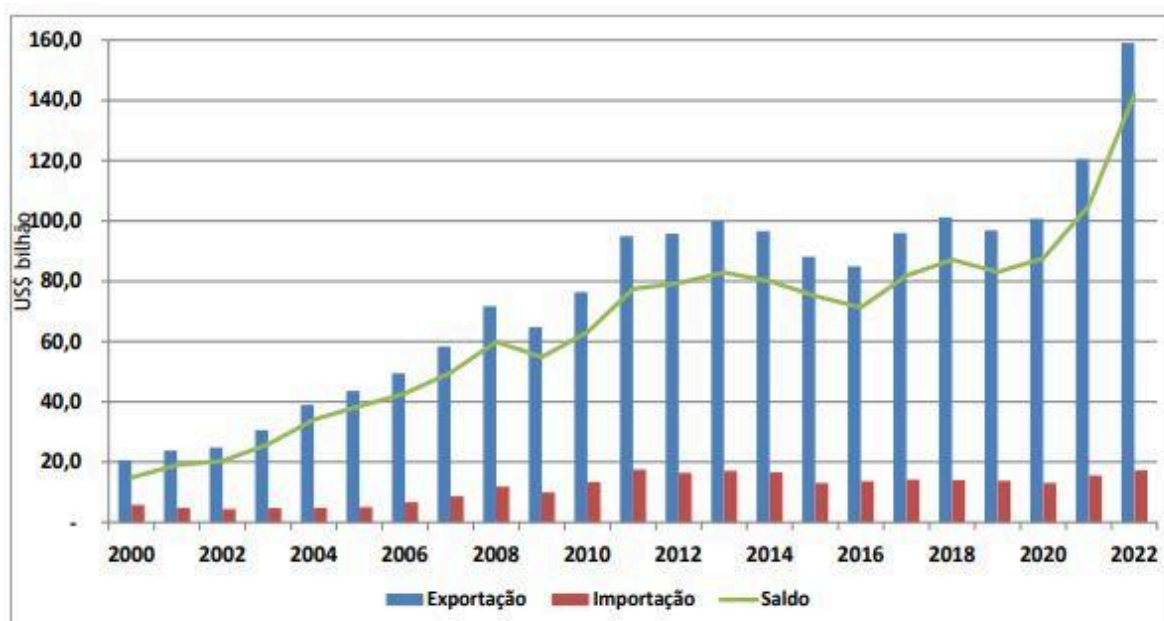


Figura 5 - Evolução do comércio exterior brasileiro do agronegócio, exportação, importação e saldo comercial, 2000 a 2022. Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Secretaria de Comércio Exterior. **Sistema ComexStat**. Brasília: ME: SECEX, 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>. Acesso em: jan. 2023; organizado conforme a classificação dos grupos de produtos dos agronegócios do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agrostat**. Brasília: MAPA, 2023. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>. Acesso em: jan. 2023.

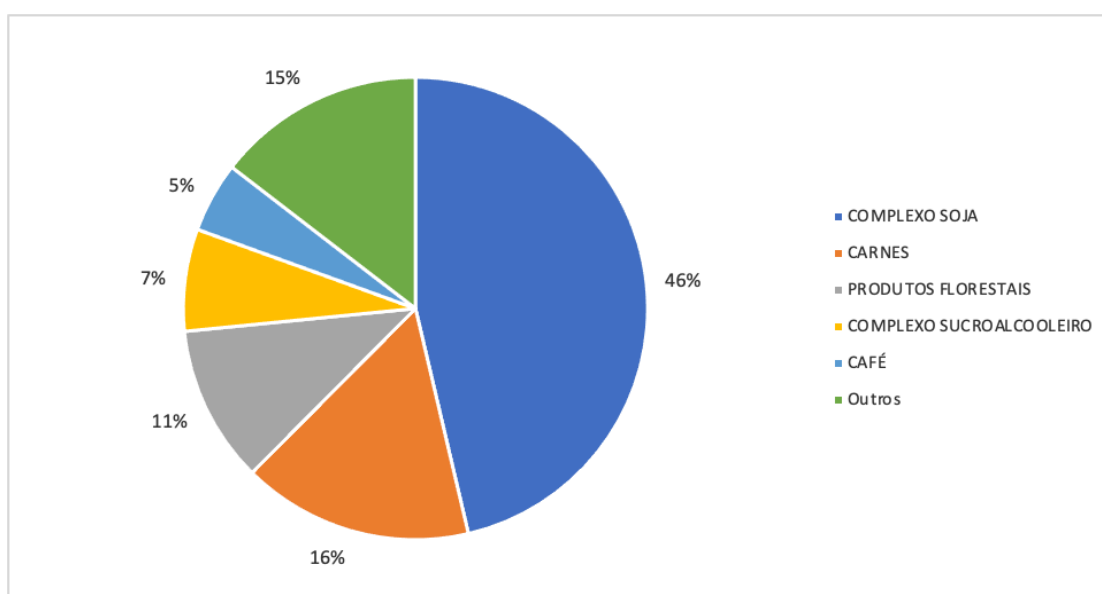
Fonte: IEA, 2023.

No gráfico acima pode-se observar com clareza o que significou, em termos de crescimento econômico, o desenvolvimento do agronegócio brasileiro nas últimas duas décadas, com significativo crescimento nos últimos dois anos. Em basicamente 20 anos o setor cresceu 6 vezes a sua balança comercial, com o valor das exportações saindo de 20 bilhões para 160 bilhões de dólares. Segundo o Instituto de Economia Agrícola – IEA do estado de São Paulo (2023),

Os seis principais grupos nas exportações do agronegócio brasileiro em 2022 foram: complexo soja (US\$60,95 bilhões, dos quais 76,6% de participação da soja em grão e 17,0% de farelo), o grupo de carnes (US\$25,67 bilhões, com as carnes de bovina, de frango e suína representando desse total, respectivamente, 50,5%, 37,1% e 9,9%), produtos florestais (US\$16,49 bilhões, com participações de 50,9% de celulose e 32,7% de madeira), cereais, farinhas e preparações (US\$14,46 bilhões, puxado pelo milho em grão com 84,1% de participação), complexo sucroalcooleiro (US\$12,79 bilhões, dos quais 86,0% de açúcar) e grupo de café (US\$9,24 bilhões, sendo 92,1% de café verde). Esses seis grupos agregados representaram 87,7% das vendas externas setoriais brasileiras. (IEA, 2023).

A principal demanda chinesa para o agronegócio brasileiro tem sido, em escala crescente, a produção e exportação de grãos, especialmente a soja. O agronegócio brasileiro foi se especializando principalmente na cadeia industrial de grãos e pecuária, entre outras *commodities* alimentares; além da madeira para celulose, café e o setor sucroalcooleiro para o mercado de exportações. À medida em que a China foi aumentando a sua demanda, pelo seu processo de desenvolvimento, o Brasil foi se tornando o maior fornecedor de mercadorias agrícolas para o país. Progressivamente, a China vem administrando as suas fontes de abastecimento no Brasil e garantindo o suprimento necessário para sua indústria agropecuária, ao passo em que o agronegócio brasileiro se beneficia diretamente e exponencialmente dessa relação. No gráfico a seguir vemos os principais produtos de exportação do agronegócio brasileiro.

Gráfico 18 – Exportações do agronegócio brasileiro por grupos de produtos, 2020.



Fonte: MAPA, 2021 (Dados: Agrostat, 2020)¹⁶².

¹⁶² Analisando os últimos 3 anos (2020-2023), os valores se mantêm mais ou menos na mesma média.

Tabela 7 – Destino das exportações do agronegócio por grupo de produtos, 2022.

Posição	Destinos	US\$ milhão	Part. %	Var. % ano 2022/21	Representatividade dos grupos de produtos no destino (%)							
					Comp. soja	Carnes	Prod. florestais	Cereais	Sucroalcooleiro	Café	Demais grupos	Soma % grupos
1	China	50.787,37	31,9	23,8	63,2	20,5	7,1	0,6	3,3	0,2	5,1	100
2	Un. Europeia	25.574,75	16,1	42,2	34,5	5,3	12,8	9,2	4,3	17,5	16,5	100
3	Est. Unidos	10.502,98	6,6	15,8	0,1	9,1	38,6	1,0	4,7	17,8	28,8	100
4	Irã	4.296,07	2,7	121,7	44,0	0,6	0,0	46,8	8,6	0,0	0,0	100
5	Japão	4.219,64	2,7	66,3	16,4	25,9	8,5	32,2	1,5	10,1	5,4	100
6	Tailândia	3.217,90	2,0	27,9	93,4	2,3	0,9	0,0	0,0	0,0	3,4	100
7	Coreia do Sul	3.189,22	2,0	38,6	30,2	13,9	6,2	20,5	17,1	6,8	5,4	100
8	Vietnã	3.172,66	2,0	27,6	44,8	5,6	3,2	19,9	0,0	0,2	26,3	100
9	Índia	2.968,49	1,9	128,3	80,0	0,0	1,9	0,0	8,2	0,0	9,8	100
10	Indonésia	2.947,55	1,9	54,3	53,7	3,7	1,0	7,8	16,8	2,1	14,8	100
11	Arábia Saudita	2.719,37	1,7	49,9	17,8	38,0	4,5	21,0	15,3	1,5	1,9	100
12	Turquia	2.420,45	1,5	13,1	46,5	3,9	7,8	1,8	1,9	10,6	27,5	100
13	Egito	2.272,73	1,4	47,1	6,0	20,3	2,2	48,0	18,2	0,8	4,6	100
14	Emir. Árabes	2.272,41	1,4	43,5	2,6	55,1	13,5	0,4	19,8	2,6	6,0	100
15	Bangladesh	2.254,85	1,4	30,8	51,7	0,0	0,1	4,9	20,1	0,0	23,1	100
16	México	2.249,53	1,4	43,6	19,5	17,7	21,4	29,1	0,0	0,8	11,6	100
17	Reino Unido	1.907,51	1,2	34,3	19,7	21,9	18,5	2,4	10,1	10,4	17,1	100
18	Argentina	1.863,23	1,2	33,1	9,7	6,7	36,3	1,1	0,2	9,1	37,0	100
19	Rússia	1.828,51	1,1	43,7	48,6	16,8	0,1	0,0	15,6	8,3	10,5	100
20	Argélia	1.775,55	1,1	30,2	38,7	0,0	0,2	12,9	43,5	0,3	4,5	100
Subtotal		132.440,77	83,2	33,9	44,1	14,1	10,5	7,9	6,1	6,1	11,3	100
Demais destinos		26.650,63	16,8	23,2	9,6	26,1	9,9	15,1	17,9	4,4	17,1	100
Total		159.091,40	100	32,0	38,3	16,1	10,4	9,1	8,0	5,8	12,3	100

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Secretaria de Comércio Exterior. **Sistema ComexStat**. Brasília: ME: SECEX, 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>. Acesso em: jan. 2023; organizado conforme a classificação dos grupos de produtos dos agronegócios do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agrostat**. Brasília: MAPA, 2023. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>. Acesso em: jan. 2023.

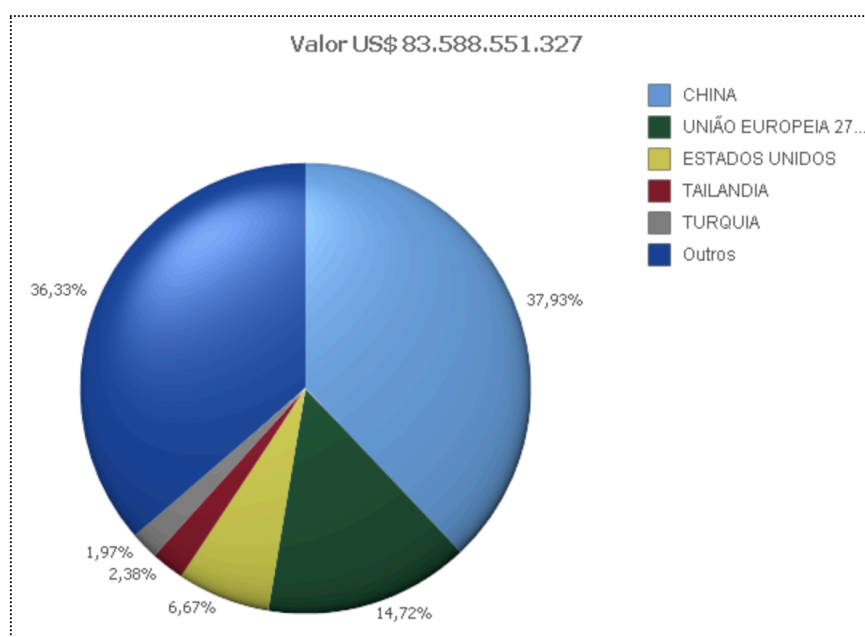
Fonte: IEA (2023).

Segundo o FMI (2007) e outros autores, "[...] em 2002, a China importou o correspondente a 20% das importações mundiais de soja. Neste ano as importações chinesas cresceram 21% e 44% no ano seguinte [...]. As exportações chinesas cresceram 22% em 2002 e 35% em 2003 [...] embora o fluxo comercial da China fosse muito maior com a própria Ásia, Europa e EUA." Com o novo ciclo da produção capitalista mundial e a nova crise estrutural iniciada na primeira década dos anos 2000, atenuada em 2008, e a sua continuidade, a China manteve um padrão de crescimento muito acima do que se viu nas economias desenvolvidas, como a dos EUA (Estados Unidos da América) que vive desde então uma permanente diminuição do seu crescimento.

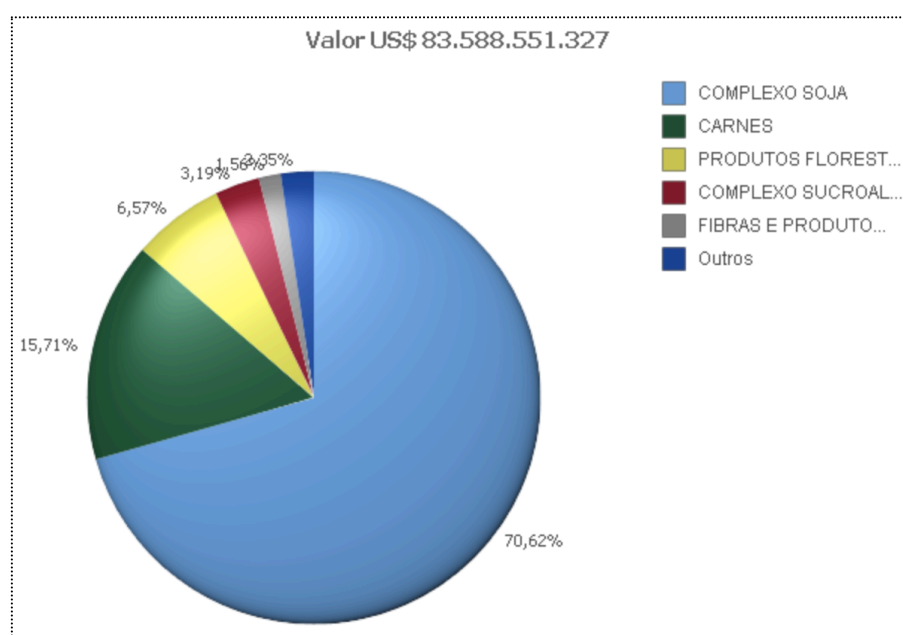
Em relação aos destinos das exportações do agronegócio brasileiro em 2022, a China (US\$50,79 bilhões, 31,9% de participação e variação positiva de 23,8% em relação a 2021) é o principal destino das exportações do Brasil, seguida da União Europeia (US\$25,57, bilhões, 16,1% de participação e crescimento de 42,2%) e dos Estados Unidos (US\$10,50 bilhões, participação de 6,6% e variação positiva de 15,8%). A tabela [acima] apresenta os 20 principais destinos das exportações brasileiras em 2022, que somados representam 83,2% do total, e as respectivas pautas (em %) por grupos de produtos. (IEA, 2023, grifo nosso).

Paulino e Pires (2011, p. 33) ressaltam ainda o aumento da presença chinesa do fluxo comercial brasileiro: entre 2000 e 2009 "[...] a participação chinesa cresceu 570%, colocando a China em posição de destaque entre os maiores parceiros comerciais do Brasil. Em 2009, após décadas de hegemonia, os Estados Unidos foram suplantados pela China como maior parceiro comercial do Brasil." Podemos considerar que, na crise mundial do modelo capitalista, que estourou em 2008-2009 com um colapso da bolha imobiliária e especulativa, o alinhamento do Brasil com a China teve um papel determinante na forma relativamente fácil como o Brasil lidou com a crise econômica, chamada inclusive de "marolinha" pelo então presidente Lula da Silva.

Entre 2000 e 2009, o intercâmbio aumentou 1.562%, acumulando no Brasil um superávit de cerca de US \$6 bilhões. Tal situação é o reflexo do ingresso da China na OMC, das novas cadeias produtivas globais, em que a China tem papel fundamental, e também da retomada do crescimento da economia brasileira depois de duas décadas de estagnação. [...] Apesar da crise financeira, o pacote de estímulo do governo chinês ativou a economia doméstica e contribuiu para a forte aquisição de matérias-primas e alimentos, [...]. (Paulino; Pires, 2011, p. 32 *apud* Pires, 2010).

Gráfico 19 – Exportações do agronegócio brasileiro por mercados, 2020.

Fonte: MAPA, 2021 (Dados: Agrostat, 2020).

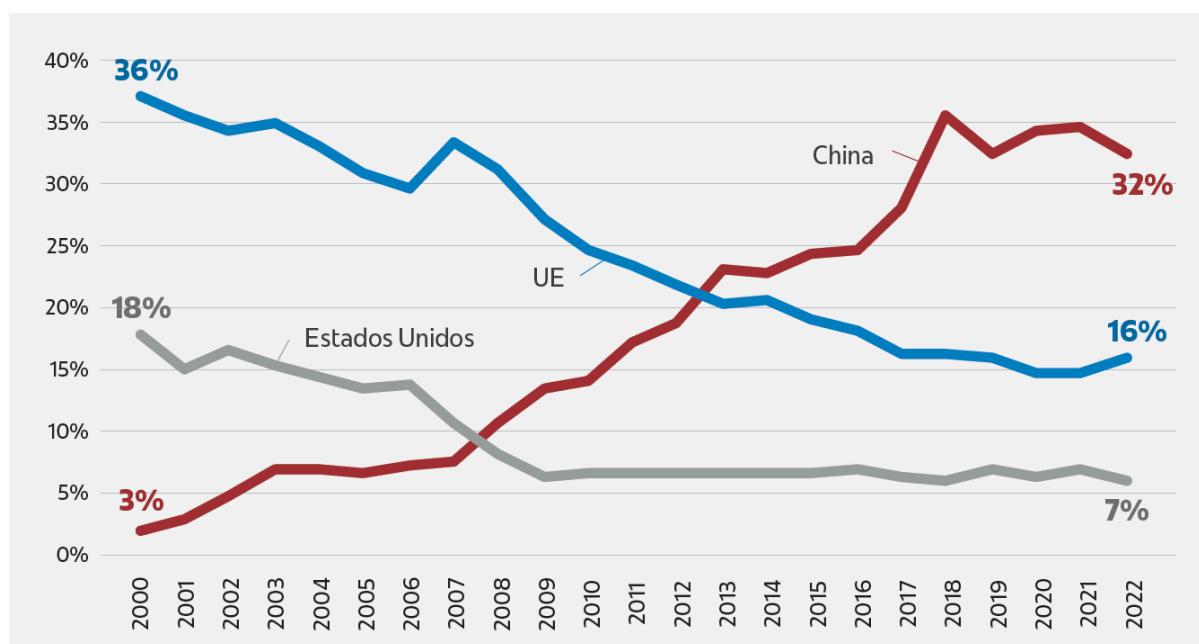
Gráfico 20 – Exportações do agronegócio brasileiro para a China por grupos de produtos, 2020.

Fonte: MAPA, 2021 (Dados: Agrostat, 2020).

De acordo com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil-MAPA (2020), a China é responsável por 37% do total das exportações agropecuárias brasileiras – chegando a 70% no caso da soja, que também é o principal item de nossa pauta

de exportações primárias. Segundo o CEBC (2023), "em 2000, a China era responsável por apenas 3% das exportações do agro brasileiro. Em 2022, a fatia foi de 32%. Na direção contrária, a participação dos Estados Unidos caiu de 18% para 7%, no mesmo período. No gráfico seguinte observa-se claramente a evolução das exportações brasileiras do agronegócio, entre os principais países importadores.

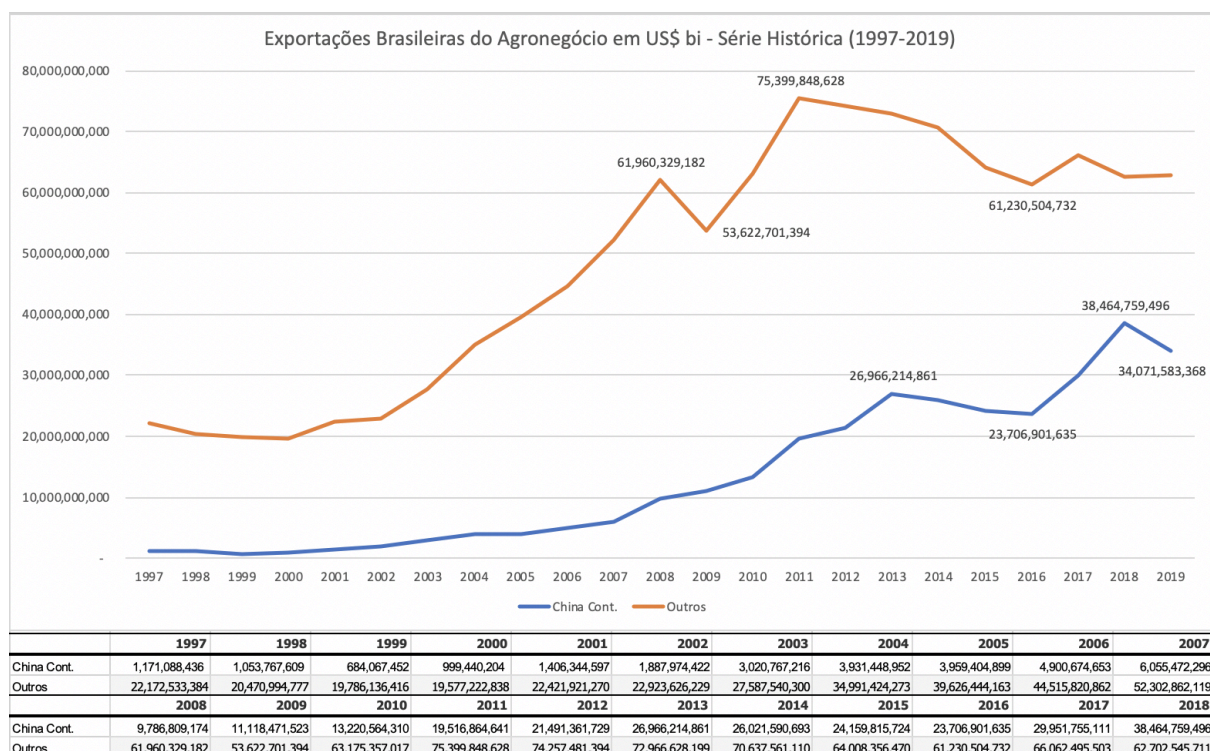
Gráfico 21 – Participação (%) dos principais destinos de exportação (Mil Ton) do agronegócio brasileiro 2000-2022.



Fonte: Conselho Empresarial Brasil China-CEBC, abril de 2023 (Dados: Agrostat/MAPA, 2022).

Na série histórica (gráfico 25), vemos a comparação entre as exportações do agronegócio brasileiro para a China vs. resto do mundo, demonstrando claramente uma diminuição – nas últimas duas décadas principalmente – das exportações para outros países do mundo, ao passo em que aumentam as exportações para a China. Em 2018 as exportações para a China atingiram cerca de 40 bilhões de dólares, enquanto para o resto do mundo caiu para cerca de 60 bilhões.

Gráfico 22 – Exportações brasileiras do agronegócio em US\$ bi para China vs. outros países
– série histórica (1997-2019).



Tecnicamente, quando falamos das exportações, são todas as cadeias agrícolas e pecuárias, aquícolas e também florestais ou madeireiras, de acordo com a determinação do MAPA. Pode contar ou não o acordo agrícola da OMC, que inclui os crustáceos.

Fonte: Criação nossa, com base em Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, 2020.

Mesmo em meio à crise, a China continuou comprando matéria-prima brasileira e produtos manufaturados do agronegócio, mantendo o abastecimento estratégico ao seu processo de desenvolvimento agrícola e industrial. Ao mesmo tempo, a China também fornecia bens de consumo e produtos industrializados a baixo custo, não só para o Brasil mas muitos outros países. Já a partir de 2013, quando assume o novo governo chinês do atual presidente Xi Jinping, é lançada a mega plataforma de cooperação e intercâmbio comercial “Um Cinturão, Uma Rota” (One Belt, one Road em inglês, ou the “Belt and Road Initiative-BRI”, mais correto), a qual passamos a chamar de “a nova rota da seda”, já que de fato o projeto é inspirado nas antigas rotas comerciais da China.

Embora o Brasil ainda não participe diretamente da iniciativa, o país é parte do bloco de países em desenvolvimento também liderado pela China e criado no mesmo período, envolvendo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, os BRICS¹⁶³. Com essa articulação,

¹⁶³ Acrônimo referente à letra inicial do nome dos países.

as relações Brasil-China se tornaram ainda mais fortes. Os países, que já eram grandes parceiros comerciais, aumentaram ainda mais a parceria. Como resultado, um crescimento exponencial do Investimento Extrangeiro Direto-IED chinês no Brasil, da participação no setor de energia, na mineração e na importação de produtos do agronegócio, além da presença cada vez maior de empresas chinesas atuando no Brasil, como é o caso da COFCO¹⁶⁴ International (中糧|China Oil and Foodstuffs Corporation-COFCO), gigante do setor alimentício chinês que entre 2016 a 2020 saiu das últimas posições do *ranking* para uma das 10 maiores empresas do agronegócio no Brasil e uma das 23 maiores empresas do país no *ranking* geral.

Dessa forma, a relação entre os dois países e o intercâmbio comercial de mercadorias agropecuárias, caracteriza um dos maiores circuitos do Sistema Alimentar Global. Historicamente, os sistemas alimentares tem se centralizado pela economia estadunidense e europeia, por meio de empresas e corporações (*e.g.* Wal-Mart, Carrefour, Coca Cola, Cargill) que foram externalizando seu capital e controlando globalmente o setor alimentício, desde a produção, a indústria de processamento e a comercialização, constituindo-se assim em um sistema alimentar global e corporativo.

Entre as dez sociedades que controlam um terço do mercado de sementes estão a Aventis, a Monsanto, a Pioneer e a Syngenta, setores que movimentam aproximadamente 23 bilhões de dólares por ano e 80% do mercado mundial de pesticidas, gerando um volume estimado em 28 bilhões de dólares. A Cargill está entre as dez sociedades que controlam o mercado varejista em todo o mundo, 57% das vendas e 37% das receitas das cem maiores sociedades fabricantes de produtos alimentícios e de bebidas. Somente seis empresas detêm 77% do mercado de adubos: Bayer, Syngenta, Basf, Cargill, DuPont e Monsanto. (Lima; Oliveira, 2019, p. 26).

Com a projeção chinesa ao mercado global, temos agora ao que se apresenta um novo circuito dentro do regime alimentar global, ou seja, o sistema de empresas que controlam as principais cadeias produtivas, industriais e de comércio da produção agrícola mundial, além de Europa e EUA. Agora, a China, e Ásia, estabelecem também um sistema de empresas multisetoriais que conformam seu próprio sistema agroalimentar e que atuam por dentro do

¹⁶⁴COFCO é uma *holding* estatal chinesa de processamento de alimentos. O Grupo COFCO é o maior processador, fabricante e comerciante de alimentos da China. É também um dos principais grupos de agronegócios da Ásia ao lado da Wilmar International. Sua sede está localizada na COFCO Fortune Plaza (中糧福临门大厦) no distrito de Chaoyang, Beijing.

sistema alimentar globalizado. Em estudos recentes, o professor Philip D. McMichael¹⁶⁵ da Sociologia Rural, Diretor do Programa de Economia Política Internacional da Universidade de Cornell, estudioso de regimes alimentares, aponta para questões das mais relevantes em relação a forma como a produção de alimentos no mundo, sob o sistema capitalista, vem se mostrando insustentável a médio e longo prazo, e alerta para questões urgentes que precisam ser não só discutidas mais colocadas em prática, para que as próximas gerações possam garantir sua segurança alimentar.

A forma como o regime alimentar corporativo e global tem atuado, no controle do sistema de alimentos, é extremamente predatória em dois grandes aspectos principais: a) o sistema industrial de alimentos ultraprocessados, provocando enormes danos à saúde humana e; b) o sistema de distribuição de alimentos, onde o acesso a alimentação é estruturalmente desigual e injusto. Nesse regime, temos por um lado uma grande parte da população mundial obesa e adoecida pelo consumo exagerado de ultraprocessados e por outro uma grande parte de famintos ou pessoas que passam fome pela falta de alimentos; ao mesmo tempo em que se desperdiçam grandes quantidades de comida. Não há falta de boa comida no mundo, há desregulamentação da produção e do consumo de alimentos, em função do controle das empresas sobre todo o sistema alimentar.

Segundo Philip McMichael¹⁶⁶, sob o atual arranjo político mundial, alimentar o mundo é um sonho. Embora haja comida produzida o suficiente e capaz de alimentar a população mundial, sua distribuição é imensamente desigual. Ele lista três razões que ajudam a explicar o problema: 1. A agricultura industrial baseada em bioengenharia substituirá sistematicamente o agricultor que fornece alimentos para os pobres; 2. Os mercados respondem às pessoas que têm rendas, e não pessoas comuns; 3. O sistema agroexportador, que é um imperativo estrutural do sistema estatal, exacerba essas tendências. Ironicamente, embora a tecnologia, o mercado e o comércio tenham sido reconhecidos como condições essenciais de desenvolvimento e prosperidade; as forças políticas se combinaram, sob a bandeira do desenvolvimento, para criar a fome em meio a abundância. A ironia se dá pela maneira como a tecnologia, os mercados e o comércio comprometem as condições ecológicas para a futura produção de alimentos. (Lima; Oliveira, 2019, p. 15).

¹⁶⁵As elaborações sobre os Regimes Alimentares se encontram em MCMICHAEL, Philip. Regimes Alimentares e Questões Agrárias. Série: Estudos Camponeses e Mudança Agrária, Editoras Unesp e UFRGS, São Paulo/Porto Alegre, 2016; onde o autor explica como o Regime Alimentar foi se transformando ao longo das últimas décadas, se cooperativizando, se globalizando.

¹⁶⁶MCMICHAEL, Philip D. **Feeding the world: agriculture, development and ecology**. 43 ed. Socialist Register, 2006, p. 170-194.

Não há dúvidas sobre a importância das relações de importações Brasil-China para a economia brasileira, por meio do agronegócio, bem como sobre a importância do setor agrário brasileiro para a indústria pecuária chinesa em especial. O que devemos colocar em questão não é o fato de que exista o intercâmbio comercial em si, mas a forma como se realizam essas operações e como se dão as relações quais as consequências materiais concretas nos territórios onde ocorre a produção. Quais são os termos que estabelecem as leis dessas relações comerciais? Isso é determinado pela própria correlação de forças interna dos países, sua política externa e o seu próprio modelo de desenvolvimento. Obviamente, a depender do parceiro comercial, esses fatores podem sofrer interferência externa, direta e indireta, e sofrem.

No entanto, falando em termos de parceria comercial com a China, nem o Brasil ou qualquer outra nação poderá apontar algum tipo de interferência política advinda do país. Diferentemente do que ocorreu na história do colonialismo ocidental – com as colonizações europeia e estadunidense, que perduram até hoje – a obedece uma outra lógica em suas relações internacionais, estabelecendo um critério de respeito inexorável às legislações locais dos países sobre os quais possui relações comerciais, e às leis internacionais, estabelecidas pelas instituições responsáveis (ONU, OMT, FAO, BM, FMI etc).

Quando se olha para a expansão do mercado chinês, com atuação em todo mundo, não se pode dizer que isso tenha se dado fora dos limites dos termos estabelecidos para cada relação político-econômica entre os representantes de cada país com os chineses. De forma geral, o que há é uma intensa participação da economia chinesa no mercado global. Mas, não há um imperialismo, ou ação imperialista chinesa em qualquer sentido, como ocorre frequentemente ao nos referirmos aos países centrais e como é comum no caso dos EUA.

O primeiro livro branco chinês para a América Latina foi lançado em novembro de 2008. Ele aponta cinco princípios (respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, pacto de não agressão, respeito às decisões internas de cada país, uma relação econômica equilibrada e a coexistência pacífica) para se alcançar o desenvolvimento pacífico, os quais devem nortear uma abertura gradual e equilibrada entre os países, preservação da amizade e do respeito mútuo. (Montibeler, 2011, p. 282 *apud* Vázquez, 2011).

Por outro lado, não há como negar que, à medida em que a China constitui relações

comerciais de grande envergadura, isso interfere nas forças produtivas e nas relações de produção no interior das sociedades dos diferentes países, para bem ou para mal, a depender do comportamento político dos seus próprios governantes. É preciso partir do princípio de que as nações sob o capitalismo no ocidente, são caracterizadas por sociedades de classe, como os países do Sul Global. Significa dizer que as forças de dominação capitalistas se fortalecem à medida que o mercado cresce ao seu favor em função das relações com a China, por exemplo. Isso provoca um tensionamento ainda maior nos territórios impactados por essas novas relações comerciais, resultando em conflitos que automaticamente recaem sobre determinados atores ou países que constituem essas relações.

Dessa forma, é preciso estudar e analisar o caso chinês no Brasil, para conhecer em que medida a participação chinesa nos sistemas de capitais e de produção brasileiros, se dá da mesma forma que os outros países. Nesse sentido, coloca-se em discussão a posição do Brasil nas relações com a China. No que se refere ao agronegócio, o papel do Brasil tem sido praticamente exportar *commodities* agrícolas, em câmbio há importações de agroquímicos e tecnologia de automação. O maior ganho em crescimento econômico se dá pela compra abundante de produtos agrícolas e pecuários, principalmente a soja, pela China. No entanto, a avaliação que deve ser feita é sobre o papel do Brasil nesse grão-negócio e de que forma isso se reflete na política e governabilidade brasileiras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da discussão sobre as relações comerciais do agronegócio brasileiro com a China, é preciso desnudar a discussão sobre o agronegócio brasileiro. Há um problema na forma mesma como é tratada a questão. Somente as exportações de *commodities* agropecuárias para a China não devem ser consideradas causas dos prejuízos sociais e ambientais que temos no campo brasileiro. Isso seria olhar para a questão de forma preguiçosa. Os motivos pelos quais temos conflitos socioambientais, os mais violentos, em regiões de produção de soja, gado e madeira, por exemplo, estão diretamente relacionados à política agrária brasileira e à própria questão agrária do país.

Sem dúvida a grande fortaleza do agronegócio brasileiro nos últimos quarenta anos se deve também ou em grande medida às exportações do setor para a China. Mas, isso, por si só, não explica a realidade agrária brasileira. Nos resta saber sob quais condições isso se deu; quais as implicações dessa relação comercial de exportação do ponto de vista material; quais são os resultados concretos dessa política após quatro décadas; e quais as perspectivas atuais sobre as relações futuras entre os dois países no que se refere à forma, os meios pelos quais essas relações comerciais se dão. É preciso olhar para os pontos positivos e negativos e propor acordos mais favoráveis para o Brasil, incluindo a discussão sobre a matriz produtiva, o modelo agrícola e a questão agrária brasileira.

A origem dos problemas agrários do Brasil estão na formação socio-territorial do Brasil, no que se refere a forma desigual e violenta como se constituíram os territórios como conhecemos hoje. Na história do Brasil não houve política de desenvolvimento agrário no sentido de democratizar a terra e outros meios de produção e a própria produção. O processo de industrialização foi quebrado e subjugado a um modelo de exploração capitalista pelas economias dominantes do Norte. Atualmente, há ainda um processo de reprimarização permanente da economia e da agricultura. Por mais desenvolvidas que estejam as cadeias de produção do agronegócio, elas estão submetidas a uma lógica de servidão à indústria dominante dos países desenvolvidos, primarizadas, sem industrialização do país.

À medida em que o Brasil conduz o seu processo de industrialização para uma estagnação, ganha cada vez mais força o capital financeiro, empresarial e especulativo (os bancos e empresas, como os fundos de pensão). A desaceleração do setor produtivo, com

desindustrialização e reprimarização da economia, tem efeitos extremamente negativos para a classe trabalhadora. No campo, os trabalhadores sofrem mais diretamente os impactos das desigualdades geradas por esse sistema de dominação sob o modo capitalista de produção e do modelo de produção agrícola do agronegócio.

O processo de hegemonização das novas e ainda mais violentas formas de dominação capitalistas se intensificam e se mostram ainda mais visíveis na última década. No Brasil, o ciclo de governo Bolsonaro – de extrema direita (politicamente), radicalmente liberal na economia, claramente expresso em mudanças degradantes e retardatárias para o país, ocorridas principalmente após golpe de estado em abril de 2016 contra a então presidenta Dilma Rousseff – representou um período de acentuação da superexploração do trabalho, de um modelo econômico completamente subordinado ao modelo internacional, predador da natureza e entreguista da soberania nacional.

Com a necessidade de produção e reprodução capitalistas, os ditos países centrais (União Europeia e Estados Unidos) têm explorado ainda mais as chamadas economias periféricas, como é o caso do Brasil. Isso tem gerado uma profunda crise econômica, política e social, com efeitos dramáticos para a classe trabalhadora. Com o desenvolvimento científico e tecnológico para a agricultura, o Brasil segue estimulando o setor agrícola, como setor estratégico para a economia do país. Dessa forma, o agronegócio segue crescendo economicamente, se expandindo e provocando transformações na fronteira agrícola, com danos irreversíveis no curto e médio prazos e gerando conflitos cada vez mais violentos no campo.

Ao relacionar diretamente o aumento da produção e lucratividade do agronegócio brasileiro, com as importações de produtos do mesmo pela China, transfere-se a responsabilidade dos problemas causados pela política brasileira em benefício do agronegócio. Entretanto, os problemas relacionados à questão agrária brasileira, sofridos pelas populações rurais mais pobres nos interiores do país, estão diretamente relacionados à forma como o país trata a sua política agrária. Ou seja, os problemas causados pelo agronegócio brasileiro e a sua territorialização é um problema do Brasil, enfrentado pelo povo brasileiro e que deve ser resolvido pelo governo brasileiro. Isso só será possível com a soma dos esforços para a implementação de um plano de desenvolvimento rural inclusivo e

que passe necessariamente por uma Reforma Agrária, com ampla regularização fundiária e ordenamento do território rural brasileiro.

Em primeira instância, o agronegócio brasileiro não avançou sobre o Cerrado e parte do território amazônico porque um país consumidor A ou B aumentou a demanda e o obrigou a produzir mais para exportação. O fez porque a legislação brasileira e os poderes executivo e judiciário o autorizou, além do arcabouço midiático e as diversas formas – em grande medida fruto do *lobby* e do domínio político dos ruralistas, com a bancada agropecuária no legislativo. Esse não é um problema conjuntural do período recente onde se tem representações do agronegócio nos diversos organismos de poder no Brasil, mas um problema histórico e estrutural da sociedade brasileira. As razões pela qual o complexo do agronegócio brasileiro avança sobre áreas e territórios protegidos e que não devem ser destinados para a agricultura é o fato de não haver nenhum tipo de regulamentação a respeito da política de controle fundiário; de que não há planejamento para o ordenamento territorial; e demarcação de áreas quilombolas e indígenas ou áreas florestais. Não há plano para a produção de alimentos. Essa é forma a qual essa análise deve ser colocada.

Duas questões são importantes para se repensar as relações sino-brasileiras, numa perspectiva de desenvolvimento incluyente, popular e soberano para o Brasil: 1) o Brasil olhar para o seu projeto nacional de desenvolvimento e pensar uma política agrária coerente, tanto com relação à produção e industrialização quanto da matriz produtiva e a relação com a natureza; e a relação com a própria sociedade, no que diz respeito a preservação dos territórios e dos povos do campo e também da demanda consumidora e do próprio mercado nacional. 2) pensar as relações de exportações numa estratégia para o desenvolvimento industrial, científico e tecnológico brasileiro, assegurando a soberania e segurança alimentar do país. Na relação de dependência, o Brasil negociar transferência de tecnologia, fomento à estruturação/financiamento da cooperação agrícola e agroindustrial voltadas para a agricultura familiar, e estabelecer critérios tanto econômicos como ambientais e sociais sobre as exportações, *e.g.* não importar de áreas de grilagem de terras e de desmatamento, ou com restrições à contaminação por agrotóxicos.

Neste trabalho, fizemos um esforço de romper com a visão simplista de causa-consequência quando nos referimos às relações de dependência sino-brasileiras.

Observamos uma dicotomia na forma como boa parte da comunidade acadêmica brasileira que estuda o tema, enxerga o que, superficialmente, se coloca como uma contradição. Na nossa opinião, não é correto colocar na "demanda chinesa" a responsabilidade direta pela expansão do agronegócio brasileiro. A causa objetiva disso está na questão agrária brasileira – nas políticas de uso, posse e propriedade da terra – e como o governo conduz a sua política de desenvolvimento agrário, fruto das determinações da realidade agrária brasileira, histórica e dialeticamente. Embora, a participação chinesa nas relações comerciais do agronegócio brasileiro tem efeito impulsionador da produção do agronegócio.

Principalmente após o Brasil tornar-se oficialmente o principal parceiro comercial da China a partir de 2009, é muito comum entre os meios de divulgação brasileiros, referir-se ao desenvolvimento acelerado do setor agropecuário ou do agronegócio brasileiro como um processo estreitamente relacionado às exportações de *commodities* agropecuárias para a China. Tal afirmação não é equivocada. No entanto, o que nos falta ainda é fazer uma análise qualitativa, considerando o todo das relações sino-brasileiras e principalmente as forças produtivas e as relações de produção no Brasil e a questão agrária brasileira. Para tanto, ainda falta muito estudo e muita pesquisa por ser feita. Neste trabalho, vimos analisando a questão agrária brasileira no sentido de discutir as problemáticas dessa questão buscando desnudar as relações Brasil-China.

Nesse sentido, o que se diz ser uma dependência chinesa do agronegócio brasileiro, ou vice-versa, é na verdade uma relação de dependência mútua, caracterizada pela necessidade do agronegócio brasileiro de exportar a sua produção; e da China por abastecer a sua indústria agropecuária e o mercado de consumo de carnes. Não se pode, em qualquer circunstância, dizer que "sem a China o agronegócio brasileiro não teria se desenvolvido tal qual". A própria ideia de "fator China" é questionável do ponto de vista da análise da materialidade. O que é preciso entender, no sentido de analisar o desenvolvimento agrário e suas questões na relação com a China, são os elementos determinantes dessa relação e quais são as consequências, os impactos ou qual a importância desta para a questão agrária brasileira, o campesinato e para a questão alimentar. Embora, utilizando a metodologia do próprio Mao Tsetung, diríamos que essa não é a contradição central.

O que buscamos identificar então são determinações da realidade do Regime

Alimentar atual, a partir da análise da sua espinha dorsal, que é o agronegócio e como as relações comerciais Brasil-China ganham importância nesse contexto, apontando os impactos desse modelo dominante para o campesinato brasileiro e para o campo em sua totalidade. Consideramos o "efeito China" um elemento a ser analisado no processo de territorialização do agronegócio brasileiro. Embora, fundamentalmente, esse processo é resultado da manutenção de um modelo de exploração baseado na propriedade privada da terra, dos meios de produção e do *lobby* político – o controle do Estado e da legislação agrária pelo capitalismo agrário. Este é o principal motivo da expansão do agronegócio e portanto da conflitualidade no campo.

No Brasil, a vasta produção e exportação de *commodities* não se articula com uma política estatal estratégica para o desenvolvimento sustentável e socialmente incluyente do país. Ao contrário, o agronegócio é um setor integralmente dominado pelo capital privado e estruturalmente controlado por empresas transnacionais (Bunge, Nestlé, Cargill, Dupont e outras), cada vez mais subordinado ao capital financeiro, seja em padrões de lucratividade ou em sua dinâmica estatal-bancária de financiamento, como coloca Delgado, G. (2012), *e.g.* na constituição recente de instrumentos tipicamente vinculados ao mercado privado de capitais (Letras de Crédito do Agronegócio-LCA, expansão das fazendas corporativas). Portanto, o modelo do agronegócio, mesmo com o seu volumoso potencial produtivo, não contribui com um plano de desenvolvimento nacional ou um projeto de sociedade, mesmo nos estreitos limites da democracia liberal burguesa brasileira.

Diferentemente da China, que administra suas cadeias de suprimento externas de acordo com o planejamento da sua indústria e em função do desenvolvimento da sua sociedade, o Brasil basicamente obedece à demanda externa e ao objetivo de máxima lucratividade. Assim, o agronegócio brasileiro se beneficia diretamente das relações comerciais com a China, mas não em uma estratégia de produção e abastecimento nacional, nem mesmo uma estratégia sólida de relações internacionais no âmbito da cooperação científica e transferência de tecnologia, e desenvolvimento industrial. Ao passo em que abastece indiscriminadamente o mercado chinês, o agronegócio brasileiro se expande sobre a fronteira agrícola, com uma superestrutura que tem gerado grandes contradições, tanto na relação com a natureza quanto com as comunidades rurais.

Para entender o processo de desenvolvimento do agronegócio brasileiro na atualidade, é necessário compreender as bases materiais, histórico-sociológicas, desse modelo de produção e sua matriz tecnológica, diante do modo de produção capitalista. A questão central do processo de acumulação capitalista pelo agronegócio no Brasil, está na apropriação da terra como meio de produção ou a transformação da mesma em mercadoria, para exploração da sua renda diferencial. A terra é um meio de produção natural, o qual não se compra ou se produz. Ou seja, não necessita de trabalho aplicado para existir, por isso ela possui renda diferencial e portanto gera lucro extraordinário. O mesmo processo já ocorre com a água, o ar, e deve ser cada vez mais comum com relação ao vento e ao sol, pelas novas tecnologias de energias renováveis. O Nordeste do Brasil tende a se tornar a nova fronteira agrícola do capital energético, como ocorreu com o MATOPIBA pelo capitalismo agrário.

Além da renda diferencial extraordinária de meios de produção pré-existentes na natureza, o capital se utiliza da exploração do trabalho humano para gerar ainda maior lucro. Ademais, sendo super-explorada a mão de obra, os capitalistas vão ter dois lucros extraordinários: um da exploração da natureza e outro do trabalho semi-escravo ou análogo a escravidão. Daí o sucesso de fazendas do agronegócio em algumas regiões do Brasil. É por isso que há também, combinado ao processo de espoliação terras, um processo de superexploração do trabalho humano.

No processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, nos períodos de crise ou de acumulação, os capitalistas voltam a explorar de forma mais acentuada a força de trabalho, para poder gerar um novo ciclo da produção capitalista, que leva consequentemente a uma nova crise ou nova acumulação. Da mesma forma, os capitalistas avançam no sentido de controlar os meios de produção e os bens da natureza, que geram lucro extraordinário. Nesse sentido, o desenvolvimento tecnológico é parte do desenvolvimento capitalista, não de maneira linear, natural ou positivista, mas de forma dialética e intencionalizada. À medida em que há uma supressão do trabalho humano; há dialética e contraditoriamente, cada vez maior exploração da força de trabalho, no capitalismo.

Diante dessa análise, buscamos apontar algumas perspectivas do que vemos como possível alternativa às contradições do modelo de produção hegemônico de produção agrícola no Brasil e a sua relação com a China:

- a) O primeira observação é pensar que um novo governo progressista, deveria aproveitar das sinergias com a enorme demanda chinesa de alimentos, para, ao nosso entender, buscar direcionar uma política de cooperação internacional com a China, para que parte significativa dessa oferta pudesse ser realizada no âmbito de uma renovada relação, com um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável, com instrumentos de política agrícola, da legislação e da capacidade de compra do Estado, para apoiar a estruturação de cadeias produtivas agroindustriais não só da grande agricultura, mas da agricultura familiar e camponesa.
- b) O Estado brasileiro, sob um governo mais democrático e popular, poderia fomentar ainda a pesquisa, a extensão, a formação de quadros camponeses para a implantação de agroindústrias, articular demanda institucional e do mercado internacional, com o apoio à mecanização para produção em pequena e média escalas, a viabilização organizacional de sistemas produtivos agroecológicos e/ou de transição agroecológica, numa perspectiva de, ao mesmo tempo que se enfrenta a questão da demanda internacional, se avance na geração de empregos qualificados, na estruturação de parque industrial voltado ao segmento da agricultura familiar (assim como se fez na Europa e na China) e na implantação de agroindústrias sob controle das organizações cooperativas camponesas.

Nesse sentido há que se pensar para além do agronegócio e seus interesses, na relação com a China; intercâmbios entre camponeses, a possibilidade da socialização da tecnologia agrícola desenvolvida na China para a agricultura familiar, etc. Há espaço para estabelecer diversos tipos de cooperação de interesse popular, das cooperativas de camponeses e outros, seja para o intercâmbio de experiências, transferência de tecnologia ou cooperação técnico-científica. Os outros países do Sul Global não conhecem a China e vice-versa, por todos os motivos já conhecidos. Promover intercâmbios é sempre o primeiro passo para estabelecer cooperação. A China se desenvolveu o suficiente para poder compartilhar sua experiência com outros países, assim como também há muito nos outros países a ser compartilhado com a China. Mas ainda falta conhecer melhor uns aos outros.

- c) O novo governo, deveria, via instituições públicas e por meio da articulação internacional, angariar projetos de cooperação camponesa com a China, que poderia envolver não só o Brasil mas outros países da América Latina, para construção de parcerias sólidas em vários temas no âmbito da cooperação Sul-Sul, especialmente pensando no desenvolvimento tecnológico para o campesinato, fomentando e subsidiando processos de agroindustrialização, fortalecendo a transição agroecológica nos territórios camponeses e impulsionando o processo de estruturação do modelo de agricultura familiar camponesa para alimentar o povo, garantindo Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional-SSAN. É preciso criar mecanismo para o aproveitamento das relações com a China, em prol da absorção de máquinas de todo tipo, que podem ser adaptadas ao contexto da agricultura familiar camponesa brasileira; e do próprio modelo tecnológico e indústria chinesa.
- d) Ainda há um dilema em como pautar a questão da super produção do agronegócio no Sul Global em detrimento da autonomia dos territórios camponeses e da própria SSAN nos países da região, no âmbito do intercâmbio comercial do agronegócio, como parte das dinâmicas capitalistas das suas economias. Há um desafio de enfrentar esta grande contradição. Sabemos que a China consome grande parte das *commodities* produzidas no Brasil, e Argentina por exemplo, mas é preciso reconhecer que o custo ambiental e social disso é muito grande. Da mesma forma, esse modelo das cadeias industriais do agronegócio, que opera em função de um regime alimentar corporativo e global, basicamente pautado pelo lucro das grandes empresas nacionais e internacionais, vai completamente em contra o modelo camponês de produção. É preciso traçar um plano para a América Latina para fortalecimento também da pequena e média produção no âmbito do Fórum China-CELAC, como se faz com a África com o FOCAC.

A Reforma Agrária Popular é o modelo defendido pelo MST no Brasil e pela Via Campesina Internacional, como alternativa para o campo, em oposição ao modelo destrutivo do agronegócio. O Movimento propõe a agroecologia como base para produção de alimentos saudáveis para toda população, implementação de tecnologia adaptada, e proteção aos recursos naturais e das vidas humanas. Debate-se também infraestrutura e condições de vida digna com inclusão, trabalho, renda; trazendo as pessoas da periferia para o campo e

resolvendo o problema também das cidades e, respeitando a soberania e o território de todos os povos camponeses (do campo, das florestas e das águas).

Concluimos dizendo o seguinte: existem dois modelos agrícolas propostos. O modelo do agronegócio, baseado na grande produção e exportação de *commodities* e importação de insumos agrícolas para reprodução da economia capitalista; e o modelo do Campesinato, da Agricultura Familiar e da Agroecologia, posposto pelos movimentos camponeses e organizações do campo, baseado na produção diversificada de alimentos saudáveis para consumo da população e fortalecimento do modelo econômico cooperativo, democrático e socialista. Qualquer processo de transformação estrutural da sociedade brasileira, passa pelo enfrentamento entre esses dois modelos, caracterizado pela luta de classes no campo, protagonizada em especial pelos movimentos camponeses, frente ao agronegócio.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALABY. Nova classe média chinesa é chave para entender porque o comércio mundial depende da China. Alaby Consultores e Associados, 2020. Disponível em: <https://alabyconsultores.com.br/nova-classe-media-chinesa-e-chave-para-entender-porque-o-comercio-mundial-depender-da-china/>. Acesso em: 05 mai. 2023.

ALLISON, Graham. Is war between China and the US inevitable? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XewnyUJgyA4>. Acesso em: 20 mai. 2019.

AMERISE, Atahualpa. Como a China conseguiu cortar pela metade a poluição do ar em 7 anos. Publicado originalmente pela BBC internacional e republicado pelo portal Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/07/11/como-a-china-conseguiu-cortar-pela-metade-a-poluicao-do-ar-em-7-anos.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2022.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital**. vol. 25, n. 87. Campinas-SP: Educ. Soc., mai-ago, 2004. p. 335-351.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. **Educação do Campo e Pedagogia Camponesa Agroecológica na América Latina: aportes da La Via Campesina e da CLOC**. v. 38, n. 140. Campinas-SP: Educ. Soc., jul-set, 2017. p. 705-724.

BARTRA, Armando. **Campesindios, aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado**. Ciudad de Mexico: Ed. La Nación, nov, 2010.

BELIK, Walter. **Brasil e China em perspectiva. Segurança Alimentar e Nutricional na China: aspectos históricos e atuais desafios**. In: LIMA, Marcos Costa; OLIVEIRA, Eduardo Matos. Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva. Recife: Ed. FASA, 2019. p. 37-55.

BOMBARDI, Larissa Mies. **A Geography of Agrotoxins use in Brazil and its Relations to the European Union**. São Paulo: FFLCH – USP, 2019.

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CARVALHO, Horácio Martins; COSTA Francisco de Assis. **Agricultura Camponesa**. In: CALDART, Roseli Salete Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 28-34.

CAMBUHY, Melissa. PIB chinês, em paridade de poder de compra, ultrapassa PIB estadunidense. São Paulo: Brasil de Fato, 2020.

CANAL RURAL. China anuncia redução no uso de defensivos nos cultivos de arroz, milho e trigo. Disponível em:

<https://www.canalrural.com.br/radar/china-anuncia-reducao-no-uso-de-defensivos-nos-cultivos-de-arroz-milho-e-trigo/>. Acesso em: 01 mai. 2023.

CARIELLO, Tulio; TREVISAN, Cláudia; AMIGO, Camila (org. e ed.). CARTA BRASIL-CHINA. **A Modernização Agrícola da China**. 34 ed. Conselho Empresarial Brasil China-CEBC, abril, 2023.

CONGRESSO DO PCCh. 6ª sessão plenária do 19º Comitê Central do Partido Comunista da China. Resolução do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre as Grandes Conquistas e Experiências Históricas na Luta Centenária do Partido (íntegra). CHINA, 2021.

CONGRESSO DO PCCh. China “documento central nº 1”: a 20 anos consecutivos agricultura e as áreas rurais estão no topo da agenda política. Disponível em:

<https://maissoja.com.br/china-documento-central-no-1-a-20-anos-consecutivos-agricultura-e-as-areas-rurais-estao-no-topo-da-agenda-politica/>. Acesso em: 01 mai. 2023.

CONGRESSO DO PCCh. **Texto na íntegra da resolução sobre emenda do Estatuto do Partido**. CHINA, 2022.

COSTA, Joaquim Gonçalves da. **Soberania alimentar: dimensões material, prático-político e utópica**. 1. ed. – Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2021.

CHINA POWER TEAM. "Is China Succeeding at Eradicating Poverty?". China Power. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/poverty/>. Updated May 12, 2021. Acesso em: 01 mai. 2023.

CHINA POWER TEAM. How is China Feeding its Population of 1.4 Billion?. China Power. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/china-food-security/>. Atualizado em: 26 de agosto, 2020. Acesso em: 26 mai. 2023.

CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil). China Agricultural Outlook 2022-2031/Sumário Executivo. Invest SP (Agência Paulista de Promoção do Investimento e Competitividade); 2023中国农业展望大会 China Agricultural Outlook Conference 2023.

CPT (Comissão Pastoral Da Terra). **Assassinatos e Conflitos no Campo 2017**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4319-assassinatos-no-campo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CORSI, Francisco Luiz. **Crise e reconfiguração espacial do capitalismo global: a ascensão do leste asiático**. In: As Relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades. São Paulo: LCTE Editora, 2011.

DA VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola – Uma Visão Histórica**. 2. ed. São

Paulo: Ed. Edusp, 2007.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do "capital financeiro na agricultura" a economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Nelson Giordano. *Commodities Agrícolas*. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 135-143.

DONGCHENG COLLECTIVE. **Notícias da China**. Disponível em: <https://dongshengnews.org/pt/news-on-china/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

FACÓ, Rui. **Cerco do Latifúndio Asfixia Pequena Propriedade Gaúcha**. Rio de Janeiro. Novos Rumos, 1962.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o pensamento geográfico**. Tese (livre docência), Volumes I e II. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013.

FGV-EESP/GV. O Agronegócio Brasileiro: China e Comércio Internacional / Brazilian Agribusiness: China and International Trade. n. 30. AGRO PROJETOS, 2017.
GAO Jiankun. **China's Modern Economic System**. Chapter I. Issue 12. Academic Research, 2018.

GHOBRIL, C. N.; ANGELO, J. A.; OLIVEIRA, M. D. M. **Balança Comercial dos Agronegócios Paulista e Brasileiro, Ano de 2022, Resultado Recorde de Exportação e Saldo Comercial**. v. 18, n. 1. São Paulo: Análises e Indicadores do Agronegócio, jan. 2023. Disponível em: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/>. Acesso em: 14 fev. 2022. p. 1-19.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

GOTTEMS, Leonardo. China: Melhor ano de exportações de pesticidas da década. Por: AGROLINK, 2021. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/china--melhor-ano-de-exportacoes-de-pesticidas-da-decada_446111. Acesso em: 01 mai. 2023.

GRAIN. Cercas digitais: cercamento financeiro das terras agrícolas na América do Sul. Disponível em: https://www.grain.org/system/attachments/sources/000/006/133/original/Mapa_1_-_Zonas_de_expansao_e_Ecorregioes_Portugues.jpg. Acesso em: 01 mai. 2023

HORA DO POVO. **China diz que hegemonismo dos EUA traz guerras, pilhagem e exploração**. Hora do Povo, 2023.

INFOMONEY. O que é BRICS e qual a importância do grupo para a economia. Disponível

em: <https://www.infomoney.com.br/guias/brics/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Estudos Sobre o Socialismo em Construção. Servir ao povo: a erradicação da pobreza extrema na China.** São Paulo: Instituto Tricontinental, 2021.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Olhando em direção à China. A multipolaridade como oportunidade para os povos da América Latina.** Dossiê n. 51. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, abr. 2022.

IPEA (Instituto Brasileiro de Pesquisa Aplicada). **China-Brazil Agricultural Trade Research.** IPEA: Brasília, 2021.

KUHN, Robert Lawrence (homenageado pelo presidente Xi Jinping). China: A mensagem profunda de Xi Jinping no relatório ao 20º Congresso do Partido. Revista Money Times, 2022. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/china-a-mensagem-profunda-de-xi-jinping-no-relatorio-ao-20o-congresso-do-partido/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

LEITE Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Agronegócio.** In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 81-87.

LIMA, Marcos Costa; OLIVEIRA, Eduardo Matos (org.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva.** Recife: Editora FASA, 2019.

LOWY, Michael. **Löwy reformula a Opção Ecosocialista.** Outras Palavras, 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrapolitica/michael-lowy-reformula-a-opcao-ecossocialista-1/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

MALUF, R.; MENEZES, F. MARQUES, S. **Caderno “Segurança Alimentar”.** Montpellier: Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme, Red Agricultura Campesinas, Sociedades y Globalización (APM), 2001.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica.** In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs). Campesinato e territórios em disputa. 1.ed.. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Latifúndio.** In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 447-453.

MÉSZÁROS, István. **O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva**. Caracas: Conferência dada na Cimeira dos Paramentos Latino-Americanos sobre a “dívida social e integração latino-americana”, 10-13/Jul, 2001.

MINISTRY OF AGRICULTURE AND RURAL AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **1.21 Million Rural Households Benefit from Farm Machinery Subsidies in 2020**. MARA, 2020.

MORAES, Antônio Luiz Machado. **Liberalização Econômica da China e sua Importância para as Exportações do Agronegócio Brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

MORAIS, Clodomir Santos de. **A história das Ligas Camponesas no Brasil**. Brasília: Ed. LATTERMUND, 1997.

MOREIRA JR, Hermes. **Rumo a uma nova ordem global? A atuação de Brasil e China frente ao declínio norte-americano**. In: As Relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades. São Paulo: LCTE Editora, 2011.

NATIONAL BUREAU STATISTICS OF CHINA. **China Statistical Yearbook, 2021**. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2021/indexeh.htm>. Acesso em: 23 jan. 2022.

NEDOPIL, Christoph (2023): “Investments in the Belt and Road Initiative”; Shanghai, Green Finance & Development Center, FISF Fudan University. Disponível em: www.greenfdc.org. Acesso em: 15 abr. 2023.

NOVAES, Henrique Tahan; MAZIN, Angelo Diogo; SANTOS, Lais (org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. 3. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

O CASTENDO. A Crise de Quem. Disponível em: <https://ocastendo.blogs.sapo.pt/a-crise-de-quem-1961118>. Acesso em: 11 out. 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Questão Agrária no Brasil**. 1. cap. São Paulo: texto construído com base nas aulas ministradas na FFLCH/DG/USP, 2001, 2002, 2003.

ONU (Organização das Nações Unidas). Fome cresce no mundo e atinge 9,8% da população global. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794722>. Acesso em: 15 mar. 2022.

OXFAM, 2022. **Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008.

PEDROZO, Gustavo Erler; SILVA, Mauri da. **Brasil e China: estratégias assimétricas de inserção internacional e o desempenho das relações de comércio**. In: As Relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades. São Paulo: LCTE Editora, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá; SOBREIRO FILHO, José; SODRÉ, Ronaldo Barros; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Análise da Questão Agrária brasileira em 2017: criação de assentamentos rurais, ocupações de terras, manifestações do campo e estrangeirização da terra**. São Paulo: NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo Dataluta, jan, 2019.

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antonio. **As relações Brasil e China: possibilidades e limitações**. In: PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antonio (org). As Relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades. São Paulo: LCTE Editora, 2011.

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antonio. **As Relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades**. São Paulo. LCTE Editora, 2011.

PIRES, Marcos Cordeiro. **A estratégia de modernização da China como expressão de um “Modelo Asiático”**. In: PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antonio (org). As Relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades. São Paulo: LCTE Editora, 2011.

POMAR, Wladimir. **O enigma chinês**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo., 2015.

PRASHAD, Vijay. China erradica pobreza extrema enquanto bilionários dão voltinha no espaço. Brasil de Fato-BdF, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/09/china-erradica-pobreza-extrema-enquanto-bilionarios-dao-voltinha-no-espaco>. Acesso em 15 abr. 2023.

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. II VIGISAN. Inquérito nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

ROSENBERG, Nathan. **Por Dentro da Caixa Preta – Tecnologia e Economia – Marx como estudioso da tecnologia**. 2. ed. São Paulo. Ed. Unicamp, 2009.

SANTOS, Thiago Araújo. **Marxismo e Campesinato: abordagens teóricas sobre a “classe incômoda”**. 11. vol. n. 24. Campo-Território: revista de geografia agrária, ago, 2016. p. 46-69.

SCHOLZ, Mariana Caroline. **Litigância Climática e a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas do Acordo de Paris pelo Brasil: uma análise a partir da abordagem ecossistêmica**. Florianópolis, SC: 2020.

SILVA, Jacqueline C. de Oliveira; SALIBA, Mauricio Gonçalves. **“Consenso de Washington” versus “Consenso de Pequim”: estratégias de Brasil, Argentina e China na década de 1990.** In: PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antonio (org). *As Relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades.* São Paulo: LCTE Editora, 2011.

SHANIN, Theodor. **La clase Incómoda.** Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHULUN, Huang; WALSH, Matthew. **China’s Agriculture Chief Again Hints at Backing for Genetically Modified Foods.** Caixin Global, 2021.

SOUZA, M. M. O. **O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais.** v.1, n.1. Élisée; Rev. Geo. UEG: Goiânia, jan-jun, 2012. p.141-155.

STÉDILE, João Pedro (org.); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980.** 2. vol. 2. ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, João Pedro (org.); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **A Questão Agrária no Brasil: A história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964** 4.vol. 2. ed.. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, João Pedro (org.); BEZERRA, Lucas (assistente de pesquisa). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo.** 1. vol. 1. ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2020.

STÉDILE, João Pedro (org.); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960.** 1. vol. 2. ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.

STÉDILE, João Pedro (org.); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Estados Unidos da América.** São Paulo: Lincoln Institute of Land Policy e Harvard University, abr. 2004.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos.** In: RIBEIRO, Dionara Soares; TIEPOLO, Elisiani Vitória; VARGAS, Maria Cristina, SILVA, Nívia Regina. (org). *Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia.* 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 135-151.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária.** In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org). *Dicionário da Educação do Campo.* Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 135-143.

STÉDILE, João Pedro. **Renda da Terra.** In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org). *Dicionário da Educação do*

Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 671-675.

TSETUNG, Mao. **Relatório Sobre uma Investigação Feita em Hunan a Respeito do Movimento Camponês** (março de 1927). Tomo I. Pequim: Obras Escolhidas de Mao Tsetung, 1975, p. 19-83. Transcrição e HTML: Fernando A. S. Araújo.

TSETUNG, Mao. **Análise das Classes na Sociedade Chinesa** (março de 1926). Tomo I. Pequim: Obras Escolhidas de Mao Tsetung, 1975, p. 4-12. Transcrição e HTML: Fernando A. S. Araújo.

WANG Yi (chefe da Comissão de Relações Exteriores do PC da China e ex-chanceler). China diz que hegemonismo dos EUA traz guerras, pilhagem e exploração. Hora do Povo. Publicado em 27 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/china-diz-que-hegemonismo-dos-eua-traz-guerras-pilhagem-e-exploracao/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

XINHUA. Estabilidade dos grãos e segurança mundial: A China consolida a base da segurança alimentar de forma abrangente. Xinhuanet, 2023. Disponível em: http://www.news.cn/fortune/2023-02/16/c_1129368653.htm. Acesso em: 1 mai. 2023.

YANG, Wanming. Aliança entre China e América Latina aponta para o futuro. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/alianca-entre-china-e-america-latina-aponta-para-o-futuro-escreve-yang-wanming/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

YOU, Xiaoying. Where China's food policies and climate goals meet. China Dialogue, 2023. Disponível em: <https://chinadialogue.net/en/food/where-chinas-food-policies-and-climate-goals-meet/>. Acesso em: 1 mai. 2023.